



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
MESTRADO EM HISTÓRIA**

**LUIZ CLEBER MORAES FREIRE**

**NEM TANTO AO MAR, NEM TANTO À TERRA:  
AGROPECUÁRIA, ESCRAVIDÃO E RIQUEZA EM  
FEIRA DE SANTANA, 1850-1888**

**Salvador  
2007**

**LUIZ CLEBER MORAES FREIRE**

**NEM TANTO AO MAR, NEM TANTO À TERRA:  
AGROPECUÁRIA, ESCRAVIDÃO E RIQUEZA EM  
FEIRA DE SANTANA, 1850-1888**

**Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História,  
Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para  
obtenção do grau de Mestre.**

**Orientador: Profa. Dra. Maria José Rapassi Mascarenhas.**

**Salvador  
2007**

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**LUIZ CLEBER MORAES FREIRE**

**NEM TANTO AO MAR, NEM TANTO À TERRA:  
PECUÁRIA, ESCRAVIDÃO E RIQUEZA EM  
FEIRA DE SANTANA, 1850-1888**

**Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora:**

**Maria José Rapassi Mascarenhas  
Doutora em História – USP  
Universidade Federal da Bahia**

**Lina Maria Brandão de Aras  
Doutora em História – USP  
Universidade Federal da Bahia**

**Erivaldo Fagundes Neves  
Doutor em História – UFPE  
Universidade Estadual de Feira de Santana**

**Salvador, 1º de outubro de 2007**

Este trabalho é dedicado a três Marias da minha vida: Luiza, minha mãe, por ter me ensinado, mesmo involuntariamente, a gostar das “coisas” do passado; Celidalva e Célia, duas das minhas irmãs, pelo apoio incondicional e por acreditarem que eu seria capaz de chegar até aqui.

## AGRADECIMENTOS

Ao longo da realização deste trabalho tive a oportunidade de contar com o apoio e solidariedade de muitas pessoas. A Professora Doutora Maria José Rapassi Mascarenhas foi fundamental para a elaboração deste trabalho. Deixo aqui expresso os meus sinceros agradecimentos pela sua paciência e brilhante orientação.

À equipe de professores e funcionários do Programa de Mestrado, especialmente as Professoras Maria Hilda Paraíso e Lina Aras, pela acolhida que me deram. Sou muito grato pela atenção dispensada durante a primeira seleção que participei junto a este Programa.

Durante a elaboração do Projeto de Pesquisa contei com a ajuda de pessoas inestimáveis, como Celeste Pacheco, que me deu o “empurrão” inicial e me ensinou o caminho para eu chegar até aqui; Clóvis Ramaiana, meu primo, a quem agradeço principalmente pela sugestão do título deste trabalho; e Iara Nancy Rios, pelas indicações de leituras. A todos vocês, meu muito obrigado.

Registro o meu apreço também a Cristiana Oliveira, amiga, colega e auxiliadora em todos os momentos da redação, cujas leituras foram essenciais na revisão deste trabalho.

Ao meu grande amigo Iran Magalhães, um obrigado especial pela sua paciência e compreensão nos momentos de tensão que antecederam o término deste trabalho.

Agradeço à Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, especialmente a Jodilson Amorim Carneiro, pelo apoio incondicional e compreensão das minhas ausências durante o período que o transitei entre Feira e Salvador, bem como aos colegas de trabalho da UEFS e do CSU.

Sou novamente grato às minhas irmãs Celidalva e Célia, e aos meus sobrinhos Priscila, Ariana, Mateus e Ismael pelo carinho e acolhida que sempre tiveram comigo durante as minhas estadas em Salvador.

Expresso gratidão aos funcionários do Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB, especialmente Paulinho e Samara, cujo apoio na busca e entrega de documentos foram de uma presteza ímpar.

Finalmente, meu muito obrigado ao Professor Doutor Erivaldo Fagundes Neves que, durante o tempo em que fui seu aluno no curso de Ciências Econômicas, me indicou o “caminho” do arquivo, “apresentou-me” às fontes e, sem qualquer intenção, me ensinou a gostar de fazer pesquisa em história.

## RESUMO

Este trabalho tem como objeto de estudo a fazenda de gado e o trabalho escravo. Nessa unidade produtiva, além da criação de gado, praticava-se a agricultura. Essas duas atividades, amparadas pelo trabalho escravo, tornaram-se a base da riqueza da comarca de Feira de Santana, no período compreendido entre 1850 e 1888.

Localizada numa zona de transição entre o litoral e o sertão, a fertilidade do solo da região permitiu que nele se desenvolvessem fazendas de gado e exploração de culturas agrícolas como o tabaco, algodão, cana-de-açúcar e mandioca, dentre outras. Essa diversificação de culturas agrícolas nas fazendas de gado justifica a grande presença do trabalho escravo na região. Atuando por vezes em atividades não muito comuns no meio rural, além dos serviços diretamente ligados à lavoura, os escravos exerceram outras atividades complementares aos serviços da fazenda, como ferreiro, marceneiro, sapateiro, alfaiate, costureira e até músico, ocupações que destoavam daquelas voltadas para o trato com a terra e a lida com o gado, como os escravos da enxada, da roça e os vaqueiros. Dessa forma, a criação e comercialização do gado, o cultivo de gêneros agrícolas, a posse de escravos e os ativos foram os principais meios responsáveis pela formação e acumulação de riqueza dos fazendeiros e da economia em geral da região de Feira de Santana.

**Palavras-chave:** Feira de Santana, fazenda de gado, agricultura, escravo, riqueza.

## ABSTRACT

The objective of this paper is to study cattle farms and slave work. In this productive unit, besides cattle breeding there was also agricultural production. These two activities, supported by slave work, became the basis for the affluence of the county of Feira de Santana during the period from 1850 to 1888.

Located at a transitional zone between the coast and the backcountry, the fertility of the soil of that region allowed for the development of cattle farms and exploitation of agricultural products like tobacco, cotton, sugar cane, and manioc among others. This diversification of plantations on cattle farms justifies the presence of slave work in the region. Sometimes performing uncommon activities for the rural area, besides rendering services directly linked to field work, the slaves performed other complementary activities like blacksmith, cabinet maker, shoe maker, tailor, seamstress and even musician, activities that had nothing to do with soil tillage or cattle breeding, like the activities performed by the slaves who tilled the soil and the cowboys. Thus, cattle breeding and trading, the cultivation of agricultural products, the ownership of slaves, and the assets were responsible for the making and accumulation of farmers' wealth and for the economy of the region of Feira de Santana in general.

**Key-words:** Feira de Santana, cattle farm, agriculture, slave, riches.

## LISTA DE FIGURAS

|           |  |     |
|-----------|--|-----|
| Figura 1  | A Capitania da Bahia e o Sertão dos Tocós (situação no século XVIII)   | 30  |
| Figura 2  | Terras dos Guedes de Brito, Garcia d'Ávila e João Peixoto Viegas.<br>Capitania da Bahia, início do século XVIII    | 32  |
| Figura 3  | Sesmarias de João Peixoto Viegas: Itapororocas, Jacuípe e Água Fria.<br>Capitania da Bahia, início do século XVIII | 33  |
| Figura 4  | Municípios atuais cujas terras faziam parte da Comarca de Feira de<br>Santana em 1850                              | 39  |
| Figura 5  | Média de preço de uma rês pronta para o abate (1850-1888)  | 49  |
| Figura 6  | Praça do Comércio. Feira de Santana, fim do século XIX   | 50  |
| Figura 7  | Casa de farinha  | 69  |
| Figura 8  | Escravas cozinhando  | 78  |
| Figura 9  | Escravos fazendo farinha   | 83  |
| Figura 10 | Banda de música formada pelos escravos do cafeicultor Antônio<br>Luís de Almeida. São Paulo, século XIX            | 86  |
| Figura 11 | Média de preço de escravos por quinquênio e gênero (1850-1888)   | 101 |
| Figura 12 | Média de preço de escravos por década e gênero (1850-1888)   | 102 |
| Figura 13 | Casa da fazenda Jurubeba   | 114 |
| Figura 14 | Capitão Joaquim Batista Carneiro, marido de Ana Rosa Freire de Lima  | 118 |
| Figura 15 | Capela do Senhor dos Passos e sobrado do comendador Felipe Pedreira<br>de Cerqueira                                | 121 |
| Figura 16 | Modelo de fazenda de gado na região de Feira de Santana em meados<br>do século XIX                                 | 123 |
| Figura 17 | Capela da fazenda Malhador   | 124 |
| Figura 18 | Aspecto de uma senzala no século XIX   | 125 |
| Figura 19 | Arca de couro e madeira  | 126 |
| Figura 20 | Maria das Mercês da Silva Lima, esposa do capitão José Ribeiro Lima  | 133 |
| Figura 21 | Capitão Manoel Ferreira da Silva   | 136 |
| Figura 22 | Sobrado da fazenda Retiro  | 137 |
| Figura 23 | Cama onde dormiu o Imperador Pedro II quando esteve em Feira de<br>Santana, em 1859                                | 142 |



## LISTA DE TABELAS

|           |  |     |
|-----------|--|-----|
| Tabela 1  | População livre e escrava no Termo da Vila de Feira de Santana em 1835                             | 41  |
| Tabela 2  | Quantidade de cabeças de gado bovino por inventários (1850-1888)                                   | 46  |
| Tabela 3  | Receitas da Câmara Municipal de Feira de Santana relativas à pecuária bovina e ao fumo (1856-1883) | 51  |
| Tabela 4  | Quantidade cabeças de gado cavalari por inventários (1850-1888)                                    | 54  |
| Tabela 5  | Quantidade de cabeças de ovinos e caprinos por inventários (1850-1888)                             | 56  |
| Tabela 6  | Produção e número de escravos por inventariados (1850-1888)  | 59  |
| Tabela 7  | Quantidade de escravos por inventários (1850-1888)   | 73  |
| Tabela 8  | Quantidade de escravos por atividade (1850-1888)   | 74  |
| Tabela 9  | Ocupações dos escravos nos inventários (1850-1888)   | 75  |
| Tabela 10 | Valor e idade de escravos vaqueiros (1850-1888)  | 89  |
| Tabela 11 | Procedência dos escravos nos inventários (1850-1888)   | 94  |
| Tabela 12 | Males e deficiências dos escravos nos inventários (1850-1888)                                      | 95  |
| Tabela 13 | Faixas etárias dos escravos nos inventários (1850-1888)  | 99  |
| Tabela 14 | Classificação das fortunas (1850-1888)   | 111 |
| Tabela 15 | Posição dos bens por faixa das fortunas (1850-1888)  | 144 |
| Tabela 16 | Movimento dos valores dos bens dos inventariados, por década (1850-1888)                           | 146 |
| Tabela 17 | Relação entre o valor total de cada bem e o total das fortunas (1850-1888)                         | 147 |

## **PESOS, MEDIDAS E MOEDA**

### **Pesos e medidas**

1 arroba = 14,746 quilogramas

1 libra = 0,435 gramas

1 oitava de ouro = 4 gramas

1 alqueire = 36,27 litros

1 braça = 2,2 metros

1 légua = 6.000 metros

1 tarefa = 4.356 metros quadrados

1 vara = 1,1 metro (ou ½ braça)

### **Moeda**

A unidade básica da moeda no Brasil, durante a Colônia e o Império, era o real (réis no plural). Escrevia-se \$100 para a soma de 100 réis, 1\$000 para um mil-réis e 1:000\$000 para um conto de réis. Portanto, o valor de 20:430\$200, deve ser lido como vinte contos, quatrocentos e trinta mil e duzentos réis.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

APEB Arquivo Público do Estado da Bahia

BSMG Biblioteca Setorial Monsenhor Renato de Andrade Galvão

UEFS Universidade Estadual de Feira de Santana

## SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| <b>INTRODUÇÃO</b>  | 14  |
| <b>1 OCUPAR PARA PRODUZIR</b>                            | 24  |
| 1.1 A ocupação da terra                                  | 25  |
| 1.2 A feira de Sant'Anna                                 | 36  |
| 1.3 Pecuária   | 42  |
| 1.4 Produção agrícola                                    | 57  |
| 1.4.1 Tabaco   | 58  |
| 1.4.2 Cana-de-açúcar e algodão                           | 63  |
| 1.4.3 Mandioca   | 68  |
| <b>2 TRABALHO ESCRAVO NAS FAZENDAS DE GADO</b>           | 72  |
| 2.1 Ocupações escravas                                   | 74  |
| 2.1.1 Escravos da agricultura                            | 76  |
| 2.1.2 Escravos do serviço doméstico                      | 77  |
| 2.1.3 Escravos oficiais                                  | 80  |
| 2.1.4 Escravos da pecuária                               | 87  |
| 2.1.5 Outros serviços                                    | 91  |
| 2.2 Procedência dos escravos                             | 93  |
| 2.3 Saúde dos escravos                                   | 95  |
| 2.4 Idade e valor  | 98  |
| 2.5 Liberdade e resistência                              | 103 |
| 2.6 Casamento e família                                  | 106 |
| <b>3 A RIQUEZA NAS TERRAS DE SANT'ANNA</b>               | 110 |
| 3.1 Perfil da riqueza por faixa das fortunas             | 111 |
| 3.1.1 Pequenas   | 112 |
| 3.1.2 Médias baixas                                      | 114 |
| 3.1.3 Médias   | 116 |
| 3.1.4 Médias altas                                       | 121 |
| 3.1.5 Grandes baixas                                     | 130 |
| 3.1.6 Grandes médias                                     | 134 |
| 3.1.7 Muito grandes                                      | 138 |
| 3.2 Variação dos bens nas faixas de fortuna e por década | 143 |

|                             |     |
|-----------------------------|-----|
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> | 151 |
| <b>FONTES</b>               | 153 |
| <b>REFERÊNCIAS</b>          | 159 |
| <b>APÊNDICES</b>            | 165 |

## INTRODUÇÃO

A segunda metade do século XIX, no Brasil, foi marcada por muitas transformações. Dentre elas, a promulgação da Lei de Terras (1850), que tinha por objetivo disciplinar o acesso à terra; a Lei Eusébio de Queirós (1850), que oficializou a extinção do tráfico intercontinental de escravos; a crise na produção açucareira e a ascensão da produção do café no cenário nacional; a crise da sociedade escravista em razão de vários fatores como a resistência e a fuga em massa de escravos das fazendas e a própria luta exercida em prol da sua liberdade através de movimentos por eles articulados; o reforço no processo abolicionista que foi promovendo a extinção gradual do trabalho compulsório, com a promulgação da Lei Rio Branco (1871), mais conhecida como Lei do Ventre Livre, dos Sexagenários (1885) e, finalmente, com a Lei Áurea (1888). Foi um período de grande turbulência, pois todas essas ações provocaram impacto na sociedade brasileira de uma forma geral.

A Bahia, nesse momento, também passou por transformações. A economia agro-exportadora, amparada pelo trabalho escravo, vivia um período de declínio na produção e comercialização do açúcar, decorrente, dentre outros, de fatores ligados a “um brutal protecionismo fiscal por parte dos países europeus”<sup>1</sup>, a fatores geográficos, onde o clima e o solo do Recôncavo ora favoreciam a alta produtividade da cana-de-açúcar, ora a prejudicava em razão de fortes chuvas ou longos períodos de estiagem<sup>2</sup>.

O fumo, produto que por muito tempo permaneceu ocupando o segundo lugar na pauta das exportações baianas, também sofreu abalo em sua produção principalmente após a extinção do tráfico de africanos em 1850, visto que boa parte dele servia como moeda na aquisição de escravos na África.

Entretanto, uma atividade econômica se manteve em constante produção na Bahia desde o período colonial: a pecuária. A necessidade de carne verde para o abastecimento da população litorânea e da região das minas, além da utilização de bois para força motriz nos engenhos, fez com que a procura pelo gado bovino alcançasse sempre uma produção crescente. Essa pecuária era também composta de gado cavalariço e muar – este último muito procurado e valorizado no transporte de mercadorias pelo sertão.

---

<sup>1</sup> DEL PRIORE, Mary & VENANCIO, Renato. *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006, p. 156.

<sup>2</sup> MATTOSO, Kátia M. de Q. *Bahia, século XIX*. Uma Província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 461.

No interior da Bahia, mais precisamente na região de Feira de Santana, a situação econômica não era tão diferente, mas tinha suas peculiaridades. A sua localização geográfica era privilegiada sob vários aspectos: localizada numa zona de transição entre o litoral e o sertão ou seja, nem tanto ao mar, nem tanto à terra, a fertilidade de seu solo permitiu que nele fosse desenvolvida a pecuária e várias culturas agrícolas como o tabaco, a cana-de-açúcar, o algodão e a mandioca, dentre outras. A sua posição estratégica como ponto de descanso das boiadas vindas do sertão mais distante em direção ao litoral, foi fator determinante para que florescesse o comércio desses animais.

A pecuária já havia se instalado nas fazendas da região desde o período colonial, quando os portugueses expulsaram os seus habitantes originais, os índios Paiaiaís, e foram criando currais de gado às margens dos rios Paraguaçu e Jacuípe. Já nos primeiros anos do século XVII aparecem concessões de sesmarias em favor de João Peixoto Viegas para instalação de currais de gado. Nessas sesmarias ele instala as suas fazendas de gado e, numa delas, dá início à povoação de Itapororocas, com erguimento e instituição de capela, sob o orago de São José<sup>3</sup>.

Ao longo do século seguinte, essas terras vão sendo fracionadas e vendidas pelos herdeiros de Viegas, favorecendo o surgimento de outras fazendas. No alvorecer do Dezenove, Vilhena informa acerca das fazendas existentes nas margens do Jacuípe:

Pela parte do leste faz barra no Peruassú [Paraguaçu], á pouca distancia tão bem o consideravel rio Jacuibe, tão povoado de fazendas de gado que hum Ministro incumbido de certas diligencias do serviço pelo Exmo. Governador actual, contou pelas suas margens não menos de 317 fazendas de gado, entre grandes e pequenas<sup>4</sup>.

Depreende-se dessa informação, além da obviedade do povoamento das suas terras pelas fazendas de gado, que havia também pequenas propriedades onde essa atividade era explorada.

A pecuária desenvolvida na região era de forma extensiva e a dinamização econômica de suas terras se deu através das culturas agrícolas citadas, cujas atividades eram amparadas pela força de trabalho escravo.

A povoação de Feira de Santana ficava próxima a Itapororocas, e a sua origem remonta ao início do século XVIII, quando um casal de moradores doa terras para edificação

---

<sup>3</sup> GALVÃO, Monsenhor Renato de Andrade. Os povoadores da região de Feira de Santana. *Sitientibus*, Feira de Santana, v. 1, n. 1, p. 25-31, jul./dez. 1982.

<sup>4</sup> VILHENA, Luiz dos Santos. *Recopilação de notícias soteropolitanas e brasílicas*. Livro I. (1. ed. 1802). Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1921, p. 505.

de uma capela sob a invocação de Santa Ana e São Domingos<sup>5</sup>. Com o erguimento dessa, uma feira de gado semanal vai se formando em seu entorno, resultando em seu crescimento e em seu comércio, fazendo com que a povoação se tornasse importante, a ponto de ser emancipada politicamente de Cachoeira. A recém-criada Vila continuou subordinada juridicamente à comarca do referido município, sendo que o seu termo ficou formado pelas freguesias de São José das Itaporocas, Santana do Camisão e Santíssimo Coração de Jesus do Pedrão<sup>6</sup>.

Avançando um pouco no tempo, mais precisamente ao marco cronológico inicial da nossa pesquisa, em 1850, o espaço formado pelo termo de Feira de Santana já não contava mais com a freguesia do Pedrão, mas foi acrescido pelas capelas de Nossa Senhora da Conceição do Riachão do Jacuípe e Nossa Senhora do Rosário do Orobo<sup>7</sup>.

Cinco anos mais tarde, em 12 de junho de 1855, Feira de Santana é finalmente desmembrada juridicamente da comarca de Cachoeira e elevada à condição de “cabeça de comarca”, que passou a exercer jurisdição sobre o termo desse nome, bem como sobre o recém-criado termo de Camisão e da paróquia de Conceição do Coité<sup>8</sup>. Como podemos ver, os limites existentes entre as esferas do poder civil e do poder eclesiástico eram muito frágeis, muitas vezes sendo confundidos, ora englobados por um, ora por outro.

Por fim, houve a anexação das paróquias de Humildes e Remédios da Gameleira, em 1859, demembradas de São Gonçalo dos Campos. Conforme Poppino, essa organização administrativa do município “continuou sem alteração, até a queda do Império, em 1889”<sup>9</sup>. E assim, completa-se o limite geográfico da comarca de Feira de Santana.

A discussão em torno do modelo de formação das fazendas de gado adotado por autores da história econômica brasileira, quando trataram da propriedade rural sertaneja durante o período colonial, tem afirmado que a mão-de-obra escrava esteve menos presente na pecuária que nas lavouras canavieiras e mineradoras. Adentrando o século XIX, a quantidade dessa mão-de-obra utilizada nas fazendas de gado continuou baixa. Porém, na região de Feira de Santana, ela se fez mais presente nessas fazendas em razão de ter, além da pecuária, uma expressiva lavoura de tabaco, mandioca e algodão e, em menor quantidade, de cana-de-açúcar. Essas culturas demonstram a dinamização da economia nas fazendas de gado, onde os

---

<sup>5</sup> GALVÃO, op. cit., p. 25-26. Para um maior conhecimento sobre o povoamento da região de Feira de Santana ver ainda ANDRADE, Celeste Maria P. de. *Origens do povoamento de Feira de Santana: um estudo de história colonial*. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1990.

<sup>6</sup> APEB. Seção Colonial/Provincial. Série Câmaras. Maço 1312 (caderno 1862 – em anexo cópia manuscrita da Ata de Instalação da Câmara em 1833).

<sup>7</sup> Idem. Maço 1310 (caderno 1848).

<sup>8</sup> POPPINO, Rollie E. *Feira de Santana*. Bahia [Salvador]: Itapuã, 1968, p. 52.

<sup>9</sup> Idem, p. 52-53.



seus proprietários não ficaram limitados à uma única produção. Ao contrário, em inventários de moradores da região entre os anos de 1850 a 1888, além da pecuária bovina, podia-se encontrar em apenas uma unidade produtiva, roças de mandioca e casas de fazer farinha, rolos de fumo e algodão beneficiado, caixas de açúcar, além de milho e feijão.

Assim, partindo do contexto exposto, nossa pesquisa terá como objeto de estudo a fazenda de gado, o trabalho escravo e a riqueza gerada dessa relação, no universo espacial da comarca de Feira de Santana, no período compreendido entre 1850 e 1888. O marco inicial refere-se à proibição imposta ao tráfico internacional de escravos entre a África e o Brasil, e o limite final à abolição dessa forma de exploração do trabalho em nosso país.

É nosso propósito analisar como os fazendeiros de gado exploravam o trabalho escravo nas diversas atividades que iam dos serviços da lavoura aos domésticos, e como a pecuária foi importante na formação das fortunas e acumulação de riqueza dos fazendeiros de gado da região de Feira de Santana.

Portanto, essa pesquisa insere-se no campo da História Econômica, cruzando-se com a História Social. Os estudos de História Econômica sob a influência da História Nova, em fins do século passado, sofreram uma retração e ela entrou, digamos, em desuso ou, como outros diriam, ficou “fora de moda”. Largamente discutida, principalmente até os primeiros anos da década de 1980, ela perdeu espaço, dando lugar a debates em torno da História Social e da História Cultural<sup>10</sup>. A historiografia marxista se deteve amplamente no campo da *produção*, de onde surgiu o conceito de “modo de produção”, definido como “toda a produção da vida material de uma sociedade a partir da apropriação de trabalho humano e da utilização dos meios de produção (matérias-primas, instrumentos)”<sup>11</sup>. Esses estudos se detiveram, em sua maioria, nos aspectos econômicos envolvidos, além da produção, pela circulação e consumo, condensados no campo denominado como “cultura material”, muito bem conceituado e definido por Fernand Braudel<sup>12</sup>.

Como o discurso histórico é um constante renovar, a dimensão da História Econômica não ficou presa à discussão dessas três atividades: produção, circulação e consumo. Ao contrário, inserida nesta mudança, ela ampliou o seu campo, e hoje se

---

<sup>10</sup> FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo. História econômica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 27-43.

<sup>11</sup> BARROS, José D’Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004, p. 125.

<sup>12</sup> BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP, 1997, p. 45-78. Aproveitando a citação desse grande representante dos *Annales*, cabe ressaltar que uma das grandes contribuições propostas pelos clássicos dessa “escola” é a chamada “história serial”, que tanto favoreceu na análise dos processos econômico-sociais.

interconecta com as várias dimensões da História, como a História Social, Política, Demográfica, das Mentalidades e outras, sem, entretanto, perder o seu foco principal. Enfocar, por exemplo, o estudo do trabalho escravo nas unidades produtivas rurais de uma certa região, é discutir dimensões históricas diversas como a História Econômica, Social, Regional ou do Trabalho. É, enfim, realizar uma ligação coerente entre esses campos.

No campo dos estudos escravistas, no Brasil, percebemos duas linhas distintas da historiografia: uma, onde a visão estava fortemente estruturada na existência de uma “sociedade de hierarquia social rígida”, cujo controle da exploração era mantido por senhores, dominantes, brancos. Nesta, destacam-se os estudos econômicos produzidos entre as décadas de 1930 e 1960, por pioneiros como Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior, Celso Furtado e, posteriormente, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Novais, Jacob Gorender, João Fragoso<sup>13</sup> e outros. Esses autores buscaram em nosso passado colonial, a construção de quadros explicativos que justificassem a situação histórica do Brasil de então. Os seus estudos enfatizam a coisificação do escravo ou seja, a forma de enxergá-lo como peça/mercadoria e que, como propriedade, ele podia ser dado, vendido, doado em testamento ou alugado.

A outra linha questiona essa servidão e obediência, afirmando que havia um limite ou uma negociação para o ato de servir e ser servido. Esses historiadores enxergam a escravidão sob uma forma mais branda, onde o escravo passa a ser sujeito/agente das negociações e conquistas, muitas vezes até contestando a ação despótica do senhor. Kátia Mattoso é uma das pioneiras nos estudos dessa segunda linha, continuada por historiadores como João Reis, Robert Slenes, Eduardo Silva, Flávio Gomes, Hebe Castro, Sidney Chalhoub<sup>14</sup> e outros. Esses estudos, em sua maioria realizados a partir de fins da década de 1980, contestam os anteriores que analisaram os escravos sob a ótica mercadoria/bem. Porém, não há como negar aquela corrente teórica. A própria documentação deixa expresso esse

<sup>13</sup> SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil: 1500-1820*. 4. ed. São Paulo: C. E. Nacional, 1962. PRADO Júnior, Caio. *Formação econômica do Brasil*. 31. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo: Paz e Terra, 1962. NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec. 2000. GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1985. FRAGOSO, João Luís R. Modelos explicativos da economia escravista no Brasil. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S. (Org.). *Escravidão e Abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

<sup>14</sup> MATTOSO, Kátia M. de Q. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982. REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. Ed. revista e ampliada. São Paulo: Cia. das Letras, 2003. SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor*. Esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. REIS, J. J. & SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência escrava no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. REIS, J. J. & GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Liberdade por um fio*. Histórias dos quilombos no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio*. Os significados da liberdade no sudeste escravista. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

caráter. Nos inventários, por exemplo, isso é observável a partir do momento em que eles eram avaliados, deixando evidente o caráter de mercadoria, onde o valor, muitas vezes, era determinado pelo gênero, estado de saúde, idade, característica física, qualificação profissional.

Embora comungando nessa segunda corrente teórica, Sílvia Lara afirma que

Os senhores, por exemplo, até poderiam considerar os escravos como ‘coisas’, seres destituídos de vontade própria, incapazes de atitudes políticas, que deveriam comportar-se como uma extensão da vontade senhorial, concebida como absoluta e universal. No entanto, eram homens e mulheres que eram comprados para serem dominados e expropriados pelos senhores: homens e mulheres que, como escravos, impunham e conquistavam pequenas e grandes vitórias. Os senhores, evidentemente, não reconheciam estas conquistas; para eles tratavam-se de concessões, generosas e paternas concessões<sup>15</sup>.

O ato de servir abrangia uma série de atividades que iam desde às relacionadas aos interesses econômicos até aos pessoais. Os interesses econômicos voltavam-se para o lucro que o senhor almejava com a força de trabalho despendida pelo escravo na produção, como os serviços da lavoura, visto que estamos tratando de escravos rurais. Já os interesses pessoais compreendiam os trabalhos auxiliares necessários ao bom funcionamento da unidade agrária, como as ocupações domésticas das escravas costureiras, rendeiras, lavadeiras, engomadeiras e cozinheiras – isso sem falar nos “serviços sexuais” a que algumas eram submetidas –, os serviços manuais dos pedreiros e carpinteiros e, até mesmo, dos músicos.

Trabalhando continuamente como bestas de carga, essas verdadeiras máquinas humanas representavam não só *os pés e as mãos do senhor*, “mas também a fonte da riqueza e do capital de seus donos”<sup>16</sup>. Possuir terra e escravos era o objetivo de muitos, pois lhes trariam não somente poder econômico mas, também, o prestígio social. Esses dois elementos – terra e escravos – constituíram a base da hierarquia do poder rural no Brasil até o século XIX. Poder e prestígio estavam associados à autoridade, razão pela qual Holanda chega a afirmar que “nos domínios rurais, a autoridade do proprietário de terras não sofria réplica. Tudo se fazia consoante sua vontade, muitas vezes caprichosa e despótica”<sup>17</sup>.

<sup>15</sup> LARA, Sílvia H. ‘Blowin’ in the wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. In. *Projeto História*, nº 12, 1995, p. 47.

<sup>16</sup> KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000, p. 259.

<sup>17</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. (1. ed. 1936). São Paulo: Cia. das Letras, 1995, p. 80.

Para a elaboração deste trabalho, respaldamo-nos na discussão historiográfica de vários autores. As pesquisas de Kátia Mattoso<sup>18</sup>, centralizadas em sua maioria na Bahia do século XIX, nos serviram para entender a economia e o cotidiano da sociedade escravista de então.

Brasilianistas como B. J. Barickman<sup>19</sup>, mostrou a diversidade da economia escravista no Recôncavo Baiano, indo além da produção açucareira, tratando das produções periféricas (como assim ele refere) de fumo e mandioca. Os dados apresentados por ele expressam elementos importantes no cotejamento entre o trabalho escravo e as mesmas lavouras nas fazendas de gado.

O importante estudo de Stuart Schwartz<sup>20</sup>, embora tenha analisado a escravidão nos engenhos do período colonial, auxiliou para o conhecimento do trabalho escravo no campo, bem como sobre o cultivo do fumo e mandioca no Recôncavo.

O trabalho de Maria José Rapassi Mascarenhas<sup>21</sup>, sobre a riqueza e a elite na Bahia entre 1760 e 1808, contribuiu na busca e entendimento do que era ser rico durante o regime escravista.

Já Erivaldo Neves<sup>22</sup>, com seus trabalhos fundamentados em História Econômica, Agrária e Regional no Alto Sertão da Bahia de fins do século XVIII e do XIX, contribuiu com este estudo, principalmente por tratar da escravidão na policultura agropecuarista.

As análises apresentadas por esses autores foram consideradas por tratar, em comum, da produção de bens amparada no trabalho desempenhado pela mão-de-obra escrava. Em alguns, o espaço temporal diverge dessa pesquisa, mas o mundo e a forma do trabalho se perpetuam independentemente do tempo em que o regime escravista perdurou no Brasil.

Sobre Feira de Santana há um trabalho editado em 1968 por um brasilianista, que já se tornou referência na bibliografia local. Trata-se de Rollie E. Poppino, sobre a história de Feira de Santana, desde os primórdios da ocupação da região pelas fazendas de gado, até a década de 1950<sup>23</sup>. A importância da obra se dá principalmente por ser pioneira no tema, e

---

<sup>18</sup> MATTOSO, Kátia M. de Q. *Ser escravo no Brasil*; \_\_\_\_\_. *Bahia Século XIX*.

<sup>19</sup> BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

<sup>20</sup> SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial. 1530-1835*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

<sup>21</sup> MASCARENHAS, Maria José Rapassi. *Fortunas coloniais. Elite e riqueza em Salvador 1760-1808*. Doutorado em História Econômica. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1998.

<sup>22</sup> NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local)*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 1998.

<sup>23</sup> POPPINO, op. cit.

traçar, dentre outros aspectos, um perfil econômico das bases que sustentaram o município durante o século XIX.

Além desse autor, utilizamos como referência sobre a sociedade local, principalmente a sociedade rural, o trabalho do feirense Eurico Alves Boaventura. Embora tenha sido advogado por formação, representante do Movimento Modernista na Bahia e percorrido os campos da literatura, da poesia e dos ensaios, se tornou conhecido, principalmente, pela sua obra “Fidalgos e vaqueiros”. Nela, procurou traçar um perfil das fazendas de gado, valorizando o seu cotidiano e mostrando a grande influência exercida na região pela sociedade dos currais<sup>24</sup>.

Embora Poppino analise a economia local, os dados apresentados para a escravidão rural são superficiais, principalmente porque ele centraliza os seus estudos, em sua maior parte, na história da cidade Feira de Santana e em seu comércio. Boaventura, por sua vez, trata da riqueza das casas de fazenda de gado de uma forma nostálgica, sem fugir do propósito da sua linha narrativa.

Portanto, esta pesquisa pretende apresentar novos dados para a história da região de Feira de Santana. É um trabalho que apresenta aspectos do cotidiano e do trabalho nas fazendas de gado, e as riquezas geradas por estas, além de dados quantitativos que pretendem trazer novas “luzes” para a tão pouca estudada escravidão nas fazendas de Feira de Santana.

Para o levantamento dos dados que compõem este trabalho, a pesquisa se beneficiou de uma pequena parte do amplo acervo documental manuscrito existente no Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB, em especial os Inventários *post-mortem*, as Partilhas Amigáveis e os Testamentos. De um total de 1.220 documentos referentes a Feira de Santana, cronologicamente datados entre o período de 1850 a 1888, excluímos 69 lançamentos em duplicidade, e mais 182 autos referente a Notificações, Arrolamentos, Inventários Negativos, Arrecadações, Prorrogações e uma Interdição para Divórcio – que não nos interessaram nessa pesquisa –, restando 969 documentos a serem selecionados. A partir daí, escolhemos sempre o quinto documento e seus múltiplos (5, 10, 15, 20, ...), que resultou num total de 193 documentos, e que, para efeito de ajuste, aproximamos para 198, correspondendo, aproximadamente, a 20% do total válido para essa seleção. Com mais dois inventários de relativo interesse e pertencentes ao acervo da Biblioteca Setorial Monsenhor Galvão – BSMG, da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, fechamos em 200 o número de documentos para essa pesquisa. No total, 43 inventários corresponderam à década de 1850-9;

---

<sup>24</sup> BOAVENTURA, Eurico Alves. *Fidalgos e vaqueiros*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989.

60 deles à de 1860-9; 59 para os anos de 1870-9; e 38 para os de 1880 a 1888. Desses documentos, 118 deles eram de homens, 63 de mulheres e 19 eram de casais inventariados.

Constituindo-se em um grande manancial de informações, os inventários *post-mortem* são documentos importantes para o estudo da História Econômica e Social. São diversas as informações que podemos coletar nos inventários que vão desde o rol de herdeiros (seus nomes e graus de parentesco), bens de raiz (fazendas, construções e benfeitorias), produtos agropecuários destinados ao consumo e ao comércio (farinha de mandioca, fumo, gados vacum, cavalari e outros), escravos (nome, origem, idade, cor e atividade), dívidas (ativas e/ou passivas), bens diversos (móveis, ferramentas de trabalho, jóias), dotes e, principalmente, o valor de cada um e a divisão desses bens.

A técnica utilizada para a coleta desses dados foi desenvolvida através de fichas elaboradas a partir de modelo proposto por pesquisador da área<sup>25</sup>. Nelas foram agrupadas a relação dos herdeiros, dos bens imóveis, os escravos, os produtos agropecuários, os bens móveis diversos, e outras informações adicionais como dotes e dívidas, além, é claro, do monte-mor e a divisão da herança.

Assim, pretendemos, no primeiro capítulo desta dissertação, fazer uma abordagem acerca do povoamento da região de Feira de Santana e a importância da sua ocupação pelas fazendas de gado, bem como a diversificação de culturas agrícolas aí desenvolvidas. O gado, sobretudo bovino, marcou sua presença em boa parte das propriedades rurais porém, como já foi citado, o desenvolvimento de outras culturas nessas unidades também esteve presente em parceria com a pecuária.

A abordagem terá como bibliografia sobre o tema, além dos inventários *post-mortem* dos moradores da região, as Atas da Câmara Municipal. Esses documentos da Câmara permitiram identificar o grau de importância dos bens gerados nas fazendas para a economia local.

No segundo capítulo, trataremos da mão-de-obra escrava nas fazendas de gado, a partir dos dados registrados nos inventários. Discutiremos acerca da diversidade de ocupações que não ficaram restritas apenas aos trabalhos da lavoura, além da origem, valor e doenças que comumente afetavam os escravos da região.

Como muitas vilas do mesmo porte de Feira de Santana em meados do século XIX, os limites entre o urbano e o rural eram tênues e, no mais das vezes, eles se confundiam. O

---

<sup>25</sup> As fichas para coleta de dados foram elaboradas a partir de modelo apresentado In. NEVES, Erivaldo F. *História regional e local: fragmentação e recomposição da história da modernidade*. Feira de Santana: UEFS; Salvador: Arcádia, 2002.

trânsito entre a cidade e o campo era uma constante e assim, ao mesmo tempo em que um morador habitava a sua casa na cidade e era servido por escravos que desempenhavam atividades domésticas, ele tinha na sua fazenda, também, a seu serviço, os escravos do eito. Em diversas vezes, serviços especializados que normalmente eram vistos entre os escravos urbanos como alfaiates, ferreiros, músicos, costureiras e engomadeiras também vão aparecer entre os do campo, onde as ocupações mais comumente encontradas eram as ligadas à lavoura, à roça, à enxada e às da lida com o gado, como a de vaqueiro. Dessa forma, pretendemos analisar o perfil de cada uma dessas atividades, demonstrando a diversificação existente na exploração da mão-de-obra escrava nas fazendas de Feira de Santana.

Ainda nesse capítulo, veremos, de forma restrita, os caminhos buscados por alguns escravos para alcançarem a liberdade, e os meios utilizados por eles para enfrentarem o regime, bem como sobre o cotidiano, representado pelo casamento e a constituição da família escrava.

Já no terceiro capítulo, a fim de se verificar a importância representada pela criação e comercialização do gado e pela produção agrícola na formação e acumulação da riqueza dos inventariados e da economia da região, analisaremos os bens dos inventariados, a composição da fortuna, bem como a participação de cada bem na composição geral da riqueza, e em que setor esta se concentrou. Assim, traçaremos um perfil sócio-econômico da elite de proprietários escravistas da época.

Essa pesquisa pretende, portanto, contribuir para o estudo da História da Bahia e do Brasil, preenchendo uma lacuna existente sobre a participação do trabalho escravo nas fazendas de gado e nas lavouras da região de Feira de Santana, bem como a importância da pecuária na ocupação do território e na formação da riqueza dos seus moradores.

## OCUPAR PARA PRODUIZIR

Ano de 1856. Dia 21 de junho. Em pleno sertão da Bahia, na fazenda Vitória, próxima à margem esquerda do rio do Peixe, afluente do Jacuípe, distante cerca de sete léguas da Vila de Feira de Santana, o capitão José Ferreira da Silva, prevendo a proximidade da sua morte, dita o seu testamento. Nele, faz algumas declarações de praxe, como pedidos de missas pelas almas de seus pais, parentes, padrinho, amigos e, inclusive, pelas de seus escravos e mais algumas declarações referentes às dívidas. Como testamentários, nomeia seus filhos José Ferreira Júnior, Manoel e Justino.

Decorridos três anos, mais precisamente no dia 29 de setembro de 1859, o capitão, estando em casa de sua filha Joana Maria da Silva, casada com o capitão Antônio Tavares da Silva Carneiro, na fazenda Desterro, vem a falecer e, nesse mesmo ano, é iniciado o processo de abertura do testamento e inventário de seus bens, que se desenrola até 1861<sup>26</sup>.

A fazenda Desterro, juntamente com as fazendas Caiçara, Minador, Dizimeiro, Alecrim, Matheus, Sossego, Lagoa Grande, Caraúna e Floresta, compreendia o que outrora era a vasta área da fazenda Vitória, onde José Ferreira da Silva e sua falecida mulher, Ana Francisca do Espírito Santo, viveu e criou seus nove filhos.

O inventário do capitão José Ferreira da Silva revela que os seus bens estavam todos voltados para a produção agropecuária. O monte-mor alcançou o valor de 60:019\$640 réis (sessenta contos, dezenove mil, seiscentos e quarenta réis) e estava equilibradamente distribuído da seguinte forma: terras próprias e bens de raiz, 27,3%; escravos, 19,5%; gados vacum, cavalos e muares, 38,0%; adiantamentos a herdeiros, 13,0%; e bens diversos como móveis, alfaias, ferramentas e produtos da colheita agrícola como feijão, milho, mandioca e fumo, 2,2%.

O capitão, um típico representante da classe dos senhores escravistas da região, já no alto dos seus 88 anos de idade, não era mais aquele grande fazendeiro que, em 1835, figurou como o segundo maior proprietário de escravos do termo de Feira de Santana, possuindo 71 cativos, seguido por seu irmão Antônio Ferreira da Silva, com 66 – como pode ser constatado através do Apêndice A. A quantidade de escravos arrolados em seu inventário restringia-se a 12 homens e 06 mulheres, nascidos todos no Brasil, ou seja, crioulos, descritos em suas atividades como sendo “do serviço da enxada” ou “do serviço da roça” e um ocupado no serviço de vaqueiro.

---

<sup>26</sup> Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Seção Judiciário. Série Inventários. Auto 1/196/343/9.



Entre os seus bens, os gados corresponderam a 700 cabeças de vacum, 24 cavalos e uma mula velha, distribuídos em suas fazendas localizadas nos atuais municípios de Tanquinho, Riachão do Jacuípe, Candeal e Conceição do Coité.

Escravos, gado, terra. A posse desses três elementos de riqueza conferia *status* a quem os possuísse durante o período escravista da nossa história. Como muitos em igual condição à sua, de criador de gado e proprietário de terras e escravos, o capitão José Ferreira talvez tenha aspirado à obtenção de algum outro título que lhe conferisse ainda mais prestígio. Entretanto, o máximo que alcançou, ou que talvez a sua condição econômica pôde lhe proporcionar, foi o de Capitão das Ordenanças da Freguesia de São José das Itaporocas, com patente confirmada pelo Imperador Pedro I, em 1829<sup>27</sup>. A concessão dessa patente possivelmente foi em reconhecimento pela sua participação na luta pela expulsão dos portugueses da Bahia, em 1823<sup>28</sup>.

Através desse documento podemos nuançar a dinâmica da produção que girava no entorno de uma propriedade rural da região de Feira de Santana, durante o período escravista. Nela, a mão-de-obra escrava estava justificada através do seu emprego na lavoura do tabaco e gêneros alimentícios, como o feijão, o milho e a mandioca, além do cuidado com o gado. A forte participação do gado bovino e cavalari entre os seus bens (38%), evidencia a importância destes, principalmente por se tratar de uma região que, desde os seus primórdios, foi voltada para a pecuária.

O caso particular do capitão José Ferreira da Silva encerra em si as grandes linhas deste trabalho: a produção agropecuária amparada pela mão-de-obra escrava e a riqueza dos moradores da região de Feira de Santana em meados do século XIX. Para melhor tratar esse universo, é necessário recuarmos um pouco no tempo a fim de entendermos a importância das fazendas de gado para o povoamento da região e surgimento da Vila de Feira de Santana, além, é claro, do comércio do gado como responsável pela formação da riqueza dos fazendeiros e comerciantes da região.

## **A OCUPAÇÃO DA TERRA**

As origens do povoamento da região de Feira de Santana pelas fazendas de gado, remontam ainda aos primeiros séculos de nossa colonização, quando o sertão da Bahia começou a ser ocupado pelos portugueses. Inicialmente, buscaram metais preciosos e o aprisionamento do gentio. Posteriormente perceberam que para além das ricas terras de

---

<sup>27</sup> APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Auto 1/203/359/1

<sup>28</sup> BOAVENTURA, op. cit., p. 343.

massapé do Recôncavo estava uma terra que, mesmo não sendo a ideal para o cultivo da cana-de-açúcar, era apropriada para a pecuária.

Num sentido amplo, o sertão<sup>29</sup> compreende o interior afastado das terras do litoral, constituído de caatingas, chapadões, matas de galerias, campos e cerrados. Ocupando a maior parte do sertão e mesmo sofrendo com o fenômeno periódico da seca, a caatinga mostrou-se de fácil adaptabilidade para o desenvolvimento da pecuária bovina. Ela se desenvolve em clima semi-árido, em regiões de baixo índice pluviométrico, onde o calor fatigante durante o dia é compensado pela queda brusca da temperatura à noite. A forragem que cobre o seu solo, juntamente com as árvores e os arbustos, ficam inteiramente nus na época da estiagem, compondo uma paisagem que, vista de longe, aparenta um tom ocre. Entretanto, basta a chuva se manifestar com suas fortes trovoadas e, em poucos dias, a paisagem muda de cor, apresentando-se em toda a sua plenitude encoberta de vários “tons de verde e o solo nu desaparece debaixo das gramíneas rasteiras que florescem em cachos de todas as cores”<sup>30</sup>.

Com tanta terra a ser ocupada, os criadores não ficariam limitados à orla do Recôncavo, próximos aos canaviais, pois os vastos catingais precisavam ser aproveitados e, como montaria à Coroa uma grande despesa em povoá-los, a criação de gado resolveria a questão<sup>31</sup>. Os interesses dos senhores de engenho iam de encontro aos dos criadores de gado bovino que se fixaram na orla do Recôncavo e próximos aos canaviais. Muitas vezes os primeiros reclamavam da invasão do gado que destruía suas plantações de cana-de-açúcar. Para resolver essa questão, uma Carta Régia de 1701 determinou a proibição de criatórios de gado localizados a menos de dez léguas da costa<sup>32</sup>. Com essa medida resolviam-se duas questões: atendiam as queixas dos proprietários de canaviais e solucionavam a questão da ocupação do interior.

Para Roberto Simonsen a ocupação do sertão fundamentou-se em quatro fatores de ordem econômica: a criação de gado, que inicialmente serviu para abastecer os engenhos e, num segundo momento, para atender as zonas de mineração; a caça ao gentio para servir de braço escravo nos engenhos e na lavoura açucareira; a mineração, maior fator de povoamento do interior na era colonial; e, finalmente, a extração de especiarias e plantas medicinais,

---

<sup>29</sup> Sobre a etimologia Sertão, ver NEVES, Erivaldo Fagundes & MIGUEL, Antonieta (Orgs.). *Caminhos do sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia*. Salvador: Arcádia, 2007, p. 9-11.

<sup>30</sup> MATTOSO. *Bahia, século XIX*, p. 63.

<sup>31</sup> ABREU, Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1960, p. 90.

<sup>32</sup> SIMONSEN, op. cit., p. 151.

assegurando o povoamento do Amazonas, bem como o cultivo do fumo e algodão em algumas capitanias<sup>33</sup>.

Entretanto, esses fatores não atuaram da mesma forma em todo o sertão baiano. Em determinadas regiões, como o sertão da Ressaca, no Sudoeste baiano<sup>34</sup>, o extermínio ou aprisionamento do gentio foi feito com a intenção de se instalarem os currais de gado, ou deixar o caminho livre para a procura de metais preciosos. Por fim, a necessidade de abrir estradas para o escoamento da produção pecuária que abasteceria as regiões auríferas e o litoral, completaria essa ocupação.

Com a expansão da pecuária, o gado produzido no sertão, passou a suprir a necessidade de consumo dos engenhos, não só para alimentação mas, também, para transporte e força motriz, e da população da Capitania da Bahia que aumentava consideravelmente.

O sertão, antes povoado pelos índios, aos poucos teve o seu espaço invadido por colonos que se apossaram de vastas extensões de terra, respaldados pela outorga real, que eram as doações de sesmarias.

Nascido durante um período de crise atravessado por Portugal durante o século XIV, mais precisamente em 1375, sob o reinado de Fernando I, o regime de sesmarias, quando posto em prática na Colônia, foi um estímulo à agricultura e à fixação de colonos, povoadores e defensores<sup>35</sup>. No Brasil, o regime sofreu algumas transformações. Primeiro, ao contrário de Portugal, as terras desaproveitadas aqui, eram virgens. Em segundo lugar, o termo sesmeiro passou a designar o titular da doação, enquanto lá era o funcionário do estado que dava as terras que recebia esse designativo. Por fim, o objetivo da distribuição das terras em Portugal era o de prover a produção de cereais e aqui, de viabilizar a colonização mercantil. Assim, o colono ficava como agente da empreitada “semipública”, ou seja, pública porque de iniciativa do Estado, e particular na sua realização por ser de inteira responsabilidade a sua exploração por parte de quem a recebia<sup>36</sup>.

Entre os critérios estabelecidos para a doação de sesmaria estava “a força da escravatura de que fosse o súdito possuidor”, tendo em vista a necessidade de produzir para o capital mercantil<sup>37</sup>. Daí que em muitos currais espalhados pelo sertão já se contasse com a força da mão-de-obra escrava desde o início da sua ocupação pelos colonos. Outro critério era

---

<sup>33</sup> Idem, p. 150.

<sup>34</sup> SOUSA, Maria Aparecida S. de. *A conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia*. Vitória da Conquista, BA: UESB, 2001, p. 73.

<sup>35</sup> FERLINI, Vera. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. Bauru, SP: EDUSC, 2003, p. 225.

<sup>36</sup> Idem, p. 230.

<sup>37</sup> Idem, p. 231.

a obrigação do seu aproveitamento por parte do beneficiário. Este aproveitamento só era possível se o sesmeiro dispusesse de recursos econômicos necessários para organizar a produção agrícola. Viotti da Costa, por sua vez, ressalta que, além de dispor de recursos econômicos, a doação das sesmarias estava associada ao prestígio social do pretendente “como recompensa por serviços prestados à Coroa”<sup>38</sup>. Entretanto, o intuito principal da colonização era a valorização econômica imediata e o povoamento da nova terra, para garantir a sua posse.

Em relação à extensão dessas doações, como afirma Vera Ferlini, inicialmente eram irrestritas, passando a ser regulamentadas no final do século XVII, em razão das procuras cada vez mais constantes. Segundo a mesma autora,

Uma Ordem Régia de 27 de dezembro de 1695 recomendava não se concedessem a cada morador sesmarias com mais de quatro léguas de comprimento e uma de largo. Esse teto depois foi reduzido para três, depois para dois e, finalmente, para uma e meia légua.<sup>39</sup>

Porém, esses limites não foram totalmente respeitados.

Quanto ao tempo para cultivo da terra adquirida, Neves salienta que este deveria ser efetuado num prazo estipulado em cinco anos, conforme o documento de doação, caso contrário, as terras tornar-se-iam devolutas, sendo devolvidas à Coroa Portuguesa<sup>40</sup>. Esse regime de concessão de terras perdurou até o início do século XIX, quando foi abolido, em 17 de julho de 1822<sup>41</sup>.

Na Bahia, inicialmente, os pedidos de doações eram para o erguimento de engenhos e, mais tarde, para instalação de currais de gado. Nessa mesma Capitania, duas famílias se destacaram na obtenção de sesmarias: a de Garcia d’Ávila e a de Guedes de Brito, já bastante exploradas pelas pesquisas históricas. Além dessas famílias, temos também a figura de João Peixoto Viegas como um dos grandes sesmeiros da Bahia Colonial.

Garcia d’Ávila – o primeiro desse nome, que veio acompanhando Tomé de Sousa em 1549, quando da fundação de Salvador – e seus descendentes, adquiriram o direito de explorar e colonizar boa parte do sertão do São Francisco, desde sua foz “até o rio do salitre, por léguas sem conta na margem esquerda logo acima do trecho encachoeirado”<sup>42</sup> (a cachoeira de Paulo Afonso), cruzando o rio Parnaíba, chegando onde atualmente é o Estado do Maranhão.

<sup>38</sup> COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 141.

<sup>39</sup> FERLINI, op. cit., p. 232.

<sup>40</sup> NEVES. *Uma comunidade sertaneja*, p. 53.

<sup>41</sup> SILVA, Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndio*. Efeitos da lei de 1850. São Paulo: Unicamp, 1996, p. 75.

<sup>42</sup> ABREU, op. cit., p. 95.

A extensão dessas terras atingiu o seu auge no fim do século XVIII, quando alcançara “quase todo o vale do rio S. Francisco, através de Pernambuco, Piauí e Paraíba, até o Rio Grande do Norte”<sup>43</sup>.

Os Guedes de Brito, por sua vez, eram proprietários de terras no sertão Oeste e Sudoeste baianos à margem direita do rio São Francisco, entre este e as nascentes do Itapicuru e Jacuípe<sup>44</sup>, subindo o São Francisco até a nascente do rio Paraguaçu. No terceiro quartel do Dezesete ampliam essas terras através de compras e heranças, formando “um extraordinário latifúndio de 160 léguas, partindo de Morro do Chapéu na Bahia até as nascentes do rio das Velhas em Minas Gerais”<sup>45</sup>.

Em documento datado em 17 de abril de 1655, Antônio de Brito Correa e seu filho capitão Antônio Guedes de Brito, recebem do conde de Autoguia a certidão que demonstra doação da sesmaria das nascentes do Jacuípe e Itapicuru, declarando já haver povoado a quatro anos “com quantidades de gados, muitos escravos e criados, uma data de terra onde chamam os Tocós e Pindá”<sup>46</sup>. Alguns anos mais tarde, em 1676, Antônio Guedes de Brito, já agraciado com o título de Mestre-de-campo, declara, dentre outras propriedades, a fazenda dos Tocós, cujas terras foram anteriormente concedidas através de carta de sesmaria “à sua mãe Maria Guedes e aos seus tios, Padre Manoel Guedes Lobo, Sebastiana de Brito e Ana Guedes, em 1612, tendo o tio padre lhe feito doação da sua parte em 1651 e a tia Sebastiana vendido ao seu pai, de quem herdou, em 1652”<sup>47</sup>.

Não existe um consenso quanto à área exata que compreendia o sertão dos Tocós. Como foi visto, em 1655 ela estava limitada entre os rios Jacuípe e Itapicuru, não sendo especificada até onde iam esses limites. Caso acompanhassem a margem esquerda, à jusante

<sup>43</sup> BANDEIRA, Luiz Alberto M. *O feudo: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 197.

<sup>44</sup> Jacuípe. “Jacuhy, corr. Yacú-y, o rio dos jacus. Pode também proceder de Y-acui, o rio enxuto; o rio temporário.” SAMPAIO, Teodoro. *O Tupi na Geographia Nacional*. In. Revista do Instituto Geographico e Histórico da Bahia. v. 54. Salvador: 1928, p. 290.

<sup>45</sup> PINHO, José Ricardo Moreno. *Escravos, quilombolas ou meeiros? Escravidão e cultura política no Médio São Francisco (1830-1888)*. Mestrado em História Social. Salvador: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2001, p. 25.

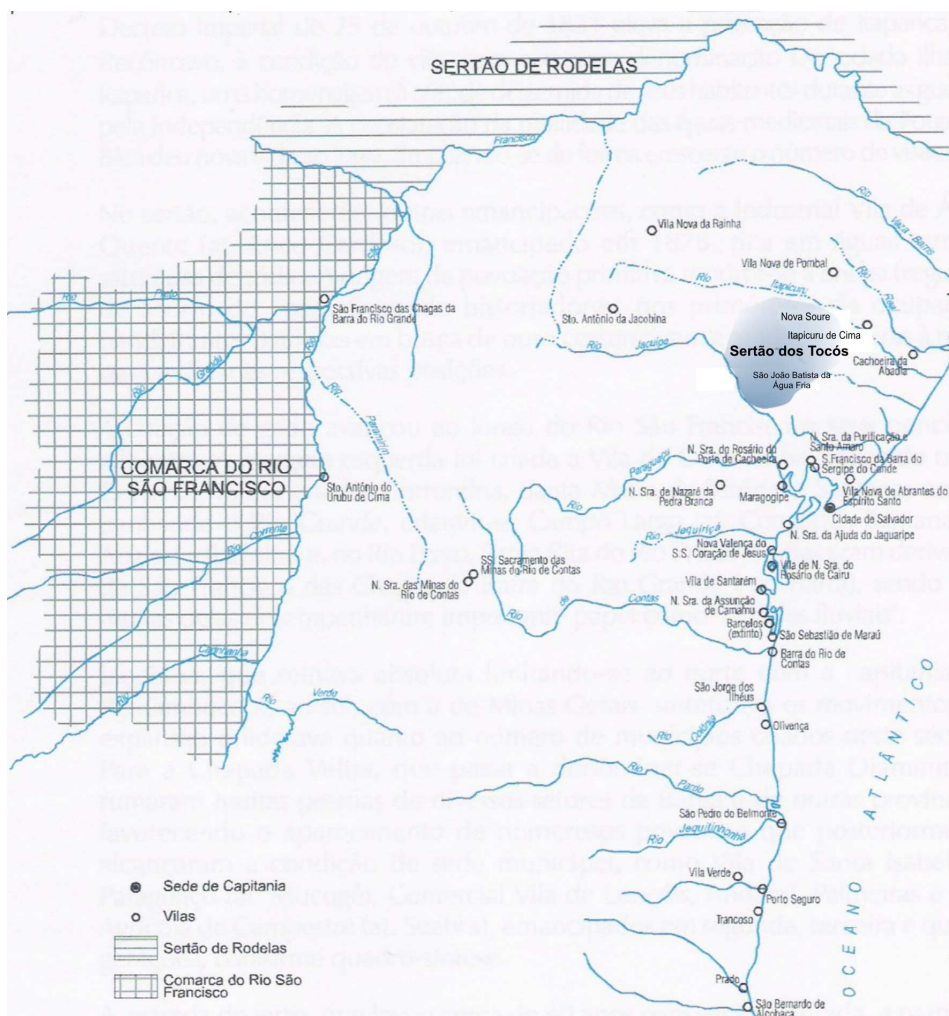
<sup>46</sup> Biblioteca Setorial Monsenhor Galvão (BSMG). Seção Documentos Manuscritos. Doc. M-Cer-05. Geograficamente, o Tocós é um rio que nasce no município de Araci e banha os municípios de Serrinha, Coité, Ichu, Riachão do Jacuípe e Candéal, indo desaguar no rio Jacuípe. Embora não tenha sido encontrada a etimologia de Tocó, Tocós ou Tocoíós, conforme informação, a palavra designava uma antiga tribo de índios de mesmo nome que habitava a região antes da ocupação pelos portugueses. Possivelmente esses índios pertenciam ao grupo lingüístico Cariri que, segundo Carlos Ott, habitavam a região Nordeste da Bahia até o São Francisco. OTT, Carlos. *Pré-história da Bahia*. Salvador: Publicações da Universidade da Bahia, n. 7, 1958, p. 30. Para o termo Pindá, Teodoro Sampaio afirma ser de origem Tupi, significando “o anzol, o gancho, a fisga, a garra”. In. SAMPAIO, op. cit., p. 336.

<sup>47</sup> NEVES, op. cit., p. 56.

do rio Jacuípe, as terras de Itapororocas, como veremos, também estariam inclusas no sertão dos Tocós.

Escrevendo sobre a colonização de uma parte do sertão dos Tocós no século XVIII, mais precisamente sobre as origens genealógicas do município de Serrinha, Antonio José de Araújo, em 1926, em nenhum momento inclui São José das Itapororocas<sup>48</sup> ou Feira de Santana como integrantes desse sertão. Segundo ele, as terras de Antônio Guedes de Brito conhecidas “por sertões dos Tocós, do Pindá e do Tucano”, abrangiam “os actuais municípios de Queimadas, Tucano, Aracy (Raso), Coité, Serrinha e Riachão do Jacuhype”<sup>49</sup>.

**FIGURA 1**  
**A Capitania da Bahia e o Sertão dos Tocós (situação no século XVIII)**



Fonte: Evolução territorial e administrativa do Estado da Bahia. Salvador: SEI, 2001, p. 47. (adaptação aproximada feita pelo autor)

<sup>48</sup> “Itapororocas, corr. itá-pororoca, a pedra estrondante, ou que arrebenta com ruído.” In. SAMPAIO, op. cit., p. 283.

<sup>49</sup> ARAÚJO, Antonio José de. *A família de Serrinha*. Serrinha, BA: Typographia do Jornal “O Serrinhense”, 1926, p. 10.

Afirmando ser “complexa” a delimitação do sertão dos Tocós, Iara Rios, em seu estudo sobre poder e política em Conceição do Coité, durante o século XIX, não vai muito além do que é oferecido por Araújo. Segundo a autora, essa área estaria delimitada entre os rios Jacuípe, Itapicuru e Tocós, não incluindo aí, portanto, a região do atual município de Feira de Santana<sup>50</sup>. Através da Figura 1 podemos ver, aproximadamente, a localização do sertão dos Tocós.

Baseado na coluna “Vida Feirense”, do periódico municipal *Fôlha do Norte*, o brasilianista *Rollie Poppino* afirma que “a área do atual município de Feira de Santana estava dentro da vasta sesmaria de Tocós, doada em 1609, a Antônio Guedes de Brito”<sup>51</sup>.

Alguns anos mais tarde, em aula magna proferida na Universidade Estadual de Feira de Santana, em 1976, Godofredo Filho, autor feirense, não foi muito além de *Poppino*, chegando a afirmar que foram

poucos os estudiosos que se aventuraram a discorrer com minúcia sobre os limites reais da sesmaria de Tocós, doada em 1609 a Antonio Guedes de Brito, sesmaria de início abrangente da futura fazenda Sant’Ana dos Olhos d’Água e de outras terras que mais tarde viriam formar grande parte do município de Feira<sup>52</sup>.

Celeste Andrade e Monsenhor Galvão, pesquisadores da história de Feira de Santana, perfazem um caminho sutilmente diferente quanto à origem dessas terras em relação ao sertão dos Tocós e os primeiros proprietários. Para Celeste Andrade, na sua dimensão original, quando ainda pertencia a Antônio Guedes de Brito, essa sesmaria de Tocós abrangia também as terras de Itapororocas, Jacuípe e Água Fria. Estas, então, foram vendidas a João Lobo de Mesquita e, este, a João Peixoto Viegas que, procurando legitimar o título de compra das ditas terras, solicita, em 1653, junto à Coroa Portuguesa, o pedido através de carta de sesmaria<sup>53</sup>.

Monsenhor Galvão dá outra trajetória no rumo de posse dessas terras. Segundo ele, Miguel Ferreira Feio era proprietário delas que, em seguida, as vendeu a João Lobo de Mesquita e este, por sua vez, ao Viegas, alegando ter perdido os seus documentos durante a guerra contra os holandeses quando estes invadiram a Bahia em 1624<sup>54</sup>.

---

<sup>50</sup> RIOS, Iara Nancy A. *Nossa Senhora da Conceição do Coité: poder e política no século XIX*. Mestrado em História Social. Salvador: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2003, p. 20-21.

<sup>51</sup> POPPINO, op. cit., p. 54.

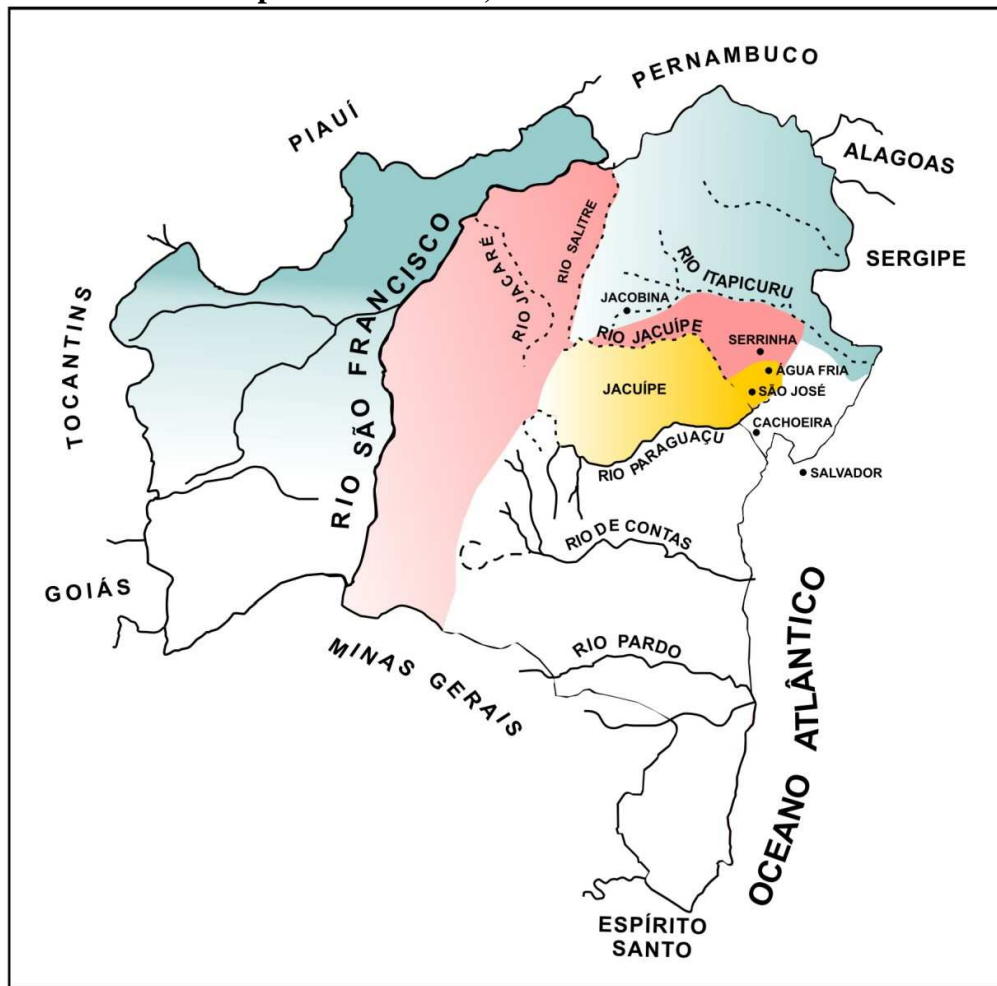
<sup>52</sup> FILHO, Godofredo. *Dimensão histórica da visita do Imperador à Feira de Santana*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, n. 74, UFBA, 1976, p. 10.

<sup>53</sup> ANDRADE, op. cit., p. 95 e 108.

<sup>54</sup> GALVÃO, op. cit., p. 25-31.

Se não há um consenso quanto a essa questão, o fato é que João Peixoto Viegas povoou essa região com seus currais de gado, tendo antes combatido e exterminado várias aldeias indígenas que ocupavam áreas próximas do leito dos rios Jacuípe, Pojuca e outros menores<sup>55</sup>. Conforme a Figura 2, podemos ver a área aproximada das terras das famílias Garcia d'Ávila, Guedes de Brito e de João Peixoto Viegas<sup>56</sup>.

**FIGURA 2**  
**Terras dos Guedes de Brito, Garcia d'Ávila e João Peixoto Viegas**  
**Capitania da Bahia, início do século XVIII**



- Terras de João Peixoto Viegas
- Terras dos Guedes de Brito
- Terras dos Garcia d'Ávila

Fonte: ATLAS do Estado da Bahia. Salvador: Seplantec, 1978. (adaptação aproximada feita pelo autor)

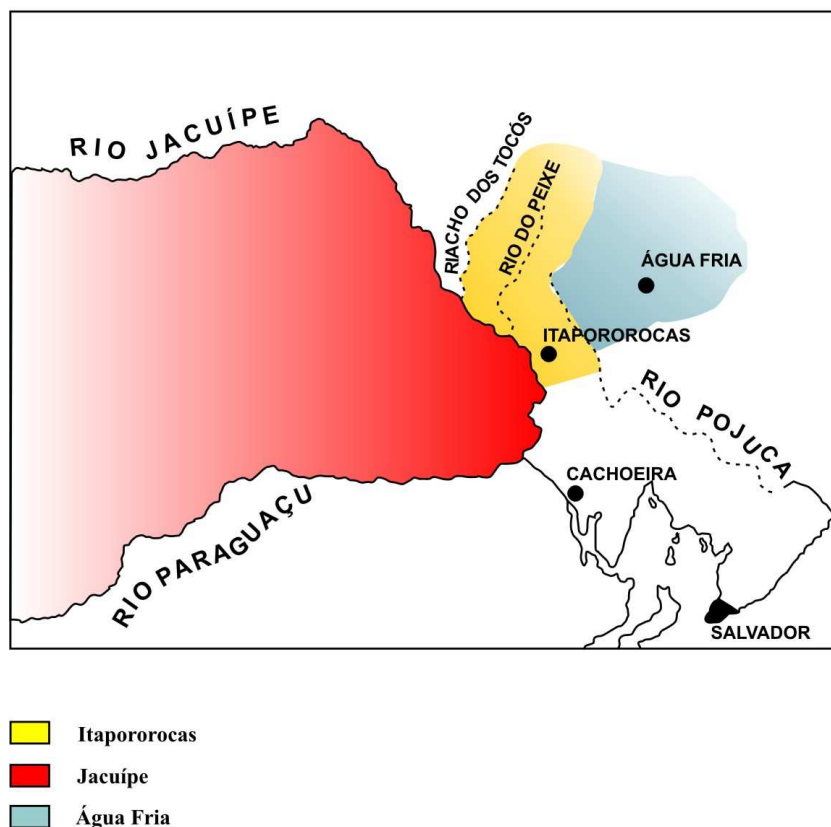
<sup>55</sup> POPPINO, op. cit., p. 54.

<sup>56</sup> Eivaldo Neves também apresenta uma localização aproximada das terras de Antônio Guedes de Brito. NEVES, Eivaldo Fagundes. *Estrutura fundiária e dinâmica mercantil: Alto Sertão da Bahia séculos XVIII e XIX*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2005, p. 119.



A sesmaria de Itapororocas, considerando que anteriormente fazia parte da sesmaria dos Tocos, abrangia, praticamente, os limites Norte do atual município de Feira de Santana e mais os de Tanquinho, Candéal e Santa Bárbara, ou seja, as terras banhadas pelas duas margens do rio do Peixe (até a sua desembocadura no Jacuípe) e a margem direita do Pojuca. As outras duas sesmarias eram as de Jacuípe e Água Fria. A primeira correspondia às terras localizadas entre os rios Jacuípe e Paraguaçu, desde as suas nascentes, até o encontro dos dois, próximos à então Vila de Cachoeira. A sesmaria de Água Fria seguia pela margem esquerda do rio Pojuca abrangendo, mais ou menos, as terras do município de mesmo nome, e mais Santanópolis, Irará, Coração de Maria, Lamarão, Pedrão e partes de Santa Bárbara (ver Figura 3).

**FIGURA 3**  
**Sesmarias de João Peixoto Viegas: Itapororocas, Jacuípe e Água Fria**  
**Capitania da Bahia, início do século XVIII**



Fonte: Evolução territorial e administrativa do Estado da Bahia. Salvador: SEI, 2001, p. 37. (adaptação aproximada feita pelo autor)

Os povoadores, amparados pelo trabalho escravo, foram, aos poucos, ocupando e povoando essas terras com fazendas de gado. Em Itapororocas, João Peixoto Viegas erigiu casa-forte e uma capela, sob o orago de São José. Com o tempo, a povoação de São José das

Itapororocas foi crescendo em importância e, em 1696, foi elevada à condição de *freguesia*, por ordem de Dom João Franco de Oliveira, 4º Arcebispo do Brasil, desmembrada de Cachoeira, embora juridicamente ficasse pertencendo a seu termo<sup>57</sup> e, em 1759, ela já contava com uma população de 5.017 almas e 312 fogos<sup>58</sup>.

Com a morte de seu neto homônimo, João Peixoto Viegas, nos primeiros anos do século XVIII, as terras da sesmaria foram divididas em fazendas e vendidas por seus descendentes. Entre essas, a duas léguas a Sudeste de São José das Itapororocas, estava a fazenda dos Olhos d'Água, de propriedade do casal Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandão. Em 1732, o casal, sem descendentes diretos, doaram um terreno para elevação de uma capela sob o orago dos santos de seus nomes: Santa Ana e São Domingos. Essa doação estava vinculada à instituição de uma capela, cuja área de 100 braças em quadra, ficaria sob posse e domínio da mesma<sup>59</sup>.

Nessa área afastada do litoral, no vale do rio Jacuípe, num ponto entre o mar e o sertão mais distante, uma povoação em torno da capela de Santa Ana e São Domingos foi se formando e, nela, uma feira de gado começou a se organizar. Além de estar localizada no caminho de uma das rotas que davam acesso à vários pontos do “Sertão de Cima”, sua posição também era estratégica por estar bem servida de águas de nascentes e de rios (Jacuípe e Pojuca) – fator de extrema importância numa área que sempre esteve à mercê das secas periódicas –, que ajudavam a saciar a sede do gado que vinha pelas estradas de boiadas.

Essas estradas surgiram da necessidade de trazer o gado para abastecer o mercado litorâneo e a capital da colônia. Elas foram verdadeiros “corredores” que proporcionaram a ocupação do interior do sertão e por muito tempo funcionaram como “as únicas vias de ligação entre a capital e os sertões afastados dos rios”<sup>60</sup>, que eram os caminhos naturais.

Por elas conduzia-se o gado vindo do sertão do Piauí e das fazendas que margeavam o São Francisco. Antonil, Felisbello Freire e Capistrano de Abreu fazem longas descrições dessas estradas percorridas pelas boiadas que vinham abastecer o mercado consumidor de Salvador e o Recôncavo<sup>61</sup>. A mais antiga delas partia da capital da colônia rumo ao Norte, em

---

<sup>57</sup> FREIRE, Felisbello. *História territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1906, p. 104.

<sup>58</sup> CALDAS, José Antônio. *Notícia Geral de toda esta Capitania desde o seu Descobrimento até o presente ano de 1759*. Ed. fac-similar. Salvador: Beneditina, 1951, p. 68.

<sup>59</sup> CATEDRAL METROPOLITANA DE SANTANA. *Traslado da Escritura de Dote e Doação das Terras de Sant'Anna*, 28 set. 1732; ANDRADE, op. cit., p. 127; VIANNA, Francisco Vicente. *Memórias sobre o Estado da Bahia*. Bahia: Tipografia e Encadernação do Diário da Bahia, 1893, p. 442.

<sup>60</sup> MATTOSO, op. cit., p. 64.

<sup>61</sup> ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 2 ed. (1ª ed. 1711). São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1976, p. 200; FREIRE, op. cit., p. 89-90; ABREU, op. cit., p. 96.

direção à Feira Velha<sup>62</sup>, passando por Pojuca, Catu, Mata de São João e Alagoinhas, bifurcando-se aí em duas direções: seguindo a Nordeste, se chegaria a Jeremoabo e, daí em diante, para o São Francisco e Pernambuco; no sentido Noroeste, passava por Aramari, Água Fria, Serrinha, Coité, até chegar em Jacobina.

Outro caminho para o sertão, e que aqui nos interessa mais, é o descrito pelos viajantes *John Spix* e *Carl von Martius*, que passaram por aqui em 1819. Também denominada “Estrada Real do Gado”, essa estrada partia de Cachoeira em direção ao povoado de Capoeiruçu, seguindo a Oeste e Noroeste para a “comarca de Jacobina”, passando por Conceição da Feira – onde a sua “caravana foi objeto de viva curiosidade, por parte dos habitantes pardos e pretos, acostumados a só verem passar na estrada as boiadas do Piauí” –, pelos arraiais de “Feira de Sant’Ana” e São José, e as fazendas Formigas, Santa Bárbara e Gravatá, até chegarem ao arraial de Coité, de onde se tomavam dois rumos: um, em direção a Jacobina, outro, para Itiúba, até chegar em Juazeiro<sup>63</sup>.

Em 1851 essa estrada foi alvo de reivindicações por parte dos habitantes de Vila Nova da Rainha<sup>64</sup> e Juazeiro, para alteração do seu trajeto. Juntamente aos moradores de Conceição do Coité, eles fizeram uma petição à Câmara de Feira, para que a mesma apresentasse ao Presidente da Província, uma proposta de alteração do caminho, a fim de encurtar a estrada em até cinco léguas, “viagem quasi de hum dia”. A proposta de abertura da nova estrada chegaria a Conceição do Coité, sem precisar passar por Serrinha, a qual partiria

de S. José a chegar ao Tanquinho onde se acha huma Capella a edificar-se pelos moradores desse novo Arraial, e em direção a Fasenda Saco dos Porcos a sahir no Coité ficará diminuida a longitudo e contendo agoadas nativas e permanentes, além das optimas campinas para servirem de bons logradouros de gados, preservando-os de soffrerem mortandades, occasionando males a saude publica dos conpsumidores da Provincia.<sup>65</sup>

Como a água era vital para o abastecimento das tropas e das boiadas, o planejamento de uma nova estrada também consistia numa certa preocupação com a presença desta, no sentido até de garantir a saúde dos animais.

---

<sup>62</sup> A Feira Velha é a mesma Capoeira que, atualmente, é o município de Dias d’Ávila.

<sup>63</sup> SPIX, John & MARTIUS, Carl Friedrich Phillipp von. *Viagem pelo Brasil 1817-1820*. (1. ed. em alemão, 1823). v. 2. São Paulo: Melhoramentos, 1976, p. 182-189.

<sup>64</sup> Atual município de Senhor do Bonfim.

<sup>65</sup> APEB. Seção Colonial/Provincial. Série Câmaras. Maço 1310 (Feira de Santana – 1842 a 1859)

Portanto, as terras da região de Feira de Santana há muito estavam marcadas pelos caminhos das boiadas e ocupadas por fazendas de gado, já relatadas desde 1711 por Antonil, informando sobre os currais de gado existentes às margens dos rios Jacuípe e Pojuca<sup>66</sup>.

As terras dessas antigas sesmarias, aos poucos, foram sendo fracionadas. Fossem através de venda pelos herdeiros, ou mesmo por divisão “natural” por morte do proprietário, o certo é que no século XIX os descendentes das velhas famílias que já vinham se estabelecendo na região desde o século anterior, haviam ocupado todo o espaço com gados, cultivos de mandioca, tabaco, algodão e, em parte delas, com cana-de-açúcar.

### **A FEIRA DE SANT’ANNA**

Como dissemos anteriormente, a formação do povoado de Feira de Santana se deu a partir da Capela de Santa Ana e São Domingos. O surgimento desse núcleo foi resultante das paradas feitas por tropeiros e boiadeiros vindos do sertão em direção ao litoral. A jornada diária de caminhada de uma dessas tropas durava em média 12 horas e, a cada tempo desses, era feita uma parada para descanso e alimentação do gado. Daí que as boiadas do sertão do Piauí e do São Francisco que vinham descendo em direção à feira de Sant’Anna, faziam suas paradas ao longo desses caminhos e, já próximas algumas léguas, assentavam na fazenda do Riachão, onde encontravam água no rio Jacuípe. Mais 12 horas do dia seguinte, elas paravam no minadouro do Tanquinho e, gastando-se esse mesmo tempo, chegavam aos diversos olhos d’água que existiam entre São José das Itaporocas e Sant’Anna. Essas paradas ao longo do caminho fizeram surgir povoados que, mais tarde, tornaram-se vilas. Nas palavras de Eurico Boaventura, “em toda parte por onde rolou um aboio vespertino para um pouso, marcando o final de uma marcha, ou se acendeu a trempe para o repasto rude de uma tropa, caiu a semente de uma cidade ou vila sertaneja”<sup>67</sup>.

*Poppino* descreve sucintamente a respeito do surgimento da povoação de Feira de Santana, afirmando que

Algun tempo depois da construção da capela, tornou-se ela um ponto de encontro para o povo do distrito, que aí se reunia para fazer orações, visitas e negócios. Dessa maneira, a pouco e pouco se ia desenvolvendo uma feira periódica em Santana dos Olhos d’Água. A feira, que teve início no primeiro quartel do século dezoito, deu o seu nome à atual Feira de Santana. Conhecida a princípio como a feira de Santana dos Olhos d’Água, depois se chamou simplesmente de Feira de Santana.

---

<sup>66</sup> ANTONIL, op. cit., p. 199.

<sup>67</sup> BOAVENTURA, op. cit., p. 39.

Uma vez localizada, a feira tornou-se uma parte da vida econômica e social de toda a circunvizinhança e suficientemente importante para ser considerada um arraial florescente junto à capela de Santana dos Olhos d'Água.<sup>68</sup>

Dessa forma, Feira de Santana surge como ponto de parada e, principalmente, de comercialização do gado.

O povoado em torno da feira foi, aos poucos, crescendo em importância, conseguindo, já no alvorecer do século XIX, mais precisamente em 1828, superar as grandes feiras da Bahia, como a de Capoeira<sup>69</sup>, Nazaré, Jequié e São João da Mata<sup>70</sup>. Em passos lentos, mas promissores, ela foi se transformando “em um poderoso ponto de articulação entre duas zonas distintas: os tabuleiros, mais ricos e agricultáveis, e o Sertão, mais seco e pastoril”<sup>71</sup>.

Ainda conforme *Poppino*, três razões favoreceram Feira de Santana ser escolhida como área para feira do gado:

Primeiro, porque estava situada no caminho mais direto entre o Recôncavo e as imensas pastagens do Mundo Novo, Jacobina e do médio São Francisco. Em segundo lugar, porque o povoado estava rodeado de excelentes pastagens naturais. A terceira razão, de vital importância para uma zona sujeita a secas periódicas, é que a região era atravessada por dois rios [Jacuípe e Pojuca] e por numerosos riachos<sup>72</sup>.

Situada no semi-árido, Feira de Santana sempre sofreu com o fenômeno periódico da seca e, quando da passagem dos viajantes bávaros *Spix* e *von Martius*, a região enfrentava um período de longa estiagem. Como passaram num dia em que não havia feira, a impressão que tiveram do arraial não foi das melhores, o qual foi descrito como um “miserável povoado”. Reclamaram da qualidade da água encontrada, que tinha, “em geral, sabor um tanto salgado” mas, mesmo assim, foram obrigados a encher os seus odres de borracha. Continuaram a viagem até chegar ao “pequeno Arraial de São José, abandonado por quase todos os habitantes, por causa da falta de água”, e se repetindo essa cena pelas fazendas que foram encontrando ao longo do caminho<sup>73</sup>.

O progresso econômico de Feira de Santana fez com que em 1833 o governo da província a elevasse à categoria de Vila. *Poppino* afirma ter sido interesse do governo a

<sup>68</sup> POPPINO, op. cit., p. 20.

<sup>69</sup> Atual município de Dias d'Ávila

<sup>70</sup> POPPINO, op. cit., p. 57.

<sup>71</sup> SILVA, Francisco Carlos T. da. Pecuária, agricultura de alimentos e recursos naturais no Brasil-Colônia. In. SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História Econômica do Período Colonial*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, Edusp, 2002, p. 150.

<sup>72</sup> POPPINO, op. cit., p. 56.

<sup>73</sup> SPIX & MARTIUS, op. cit., p. 185.

criação da vila como uma forma de controlar a arrecadação de impostos na região – resultantes do comércio do gado –, bem como o de contar com o apoio dos proprietários de terra em manter a unidade política de então, contra os movimentos federalistas minados na região de Cachoeira<sup>74</sup>. Resultado, portanto, da situação econômica e política daquele momento.

A decisão de organizar o novo município também esteve assentada em outras razões econômicas. Por essa razão, *Poppino* afirma ainda que

O povoado de Feira de Santana fôra escolhido para sede do nôvo govêrno porque era a comunidade maior e mais importante de uma região consideravelmente vital para a economia baiana. Em 1832, quase tôda a produção agrícola e pastoril dessa região da Bahia passava pela feira em Feira de Santana, no seu caminho para um mercado maior, o da Cidade do Salvador. Feira de Santana pouco a pouco se tornava a porta do sertão, o seu entrepôsto comercial e seu canal de comunicações.<sup>75</sup>

Desmembrando-se de Cachoeira, foi instalada a Câmara de “Sant’Anna da Feira” em 18 de setembro de 1833, ficando o seu termo formado pelas paróquias de São José das Itapororocas, Santana do Camisão<sup>76</sup> e Santíssimo Coração de Jesus do Pedrão<sup>77</sup>. Na década de 1850, esse termo não englobava mais a última paróquia citada, que ficou fazendo parte do termo de Nossa Senhora da Purificação dos Campos de Irará. Portanto, a comarca de Feira de Santana se dividiu e passou a compreender, conseqüentemente, a maior parte da área dos atuais municípios de Feira de Santana, Tanquinho, Santa Bárbara, Angüera, Riachão do Jacuípe, Candeal, Ichu, Nova Fátima, Capela do Alto Alegre, Pé de Serra, Gavião, Conceição do Coité, São Domingos, Valente, Retirolândia, Ipirá, Serra Preta e Pintadas. Conforme a Figura 4, podemos ver a região atual que a comarca de Feira de Santana abrangia durante o período em estudo<sup>78</sup>.

---

<sup>74</sup> POPPINO, op. cit., p. 21-25.

<sup>75</sup> Idem, p. 25.

<sup>76</sup> Atual município de Ipirá.

<sup>77</sup> APEB. Seção Colonial/Provincial. Série Câmaras. Maço 1312 (caderno 1862). Em anexo, cópia manuscrita da ata de instalação da câmara em 1833.

<sup>78</sup> Tomamos como base para esta ilustração o mapa dos municípios baianos, conforme situação em 2000.

**FIGURA 4**  
**Municípios atuais cujas terras faziam parte da Comarca de Feira de Santana em 1850**



Fonte: Evolução territorial e administrativa do Estado da Bahia. Salvador: SEI, 2001, p. 26. (adaptação aproximada feita pelo autor)

- |                           |                        |
|---------------------------|------------------------|
| 1. Feira de Santana       | 2. Angüera             |
| 3. Serra Preta            | 4. Ipirá               |
| 5. Pintadas               | 6. Pé de Serra         |
| 7. Riachão do Jacuípe     | 8. Candeal             |
| 9. Tanquinho              | 10. Santa Bárbara      |
| 11. Ichu                  | 12. Conceição do Coité |
| 13. Retirolândia          | 14. Valente            |
| 15. São Domingos          | 16. Gavião             |
| 17. Capela do Alto Alegre | 18. Nova Fátima        |

Feira de Santana prospera não diferente de outras áreas da Bahia, nem do Brasil em geral, mas, assentada numa economia agrária e escravista, com suas terras ocupadas por

fazendas de gado que vinham da época colonial e se prolongando da mesma forma pelo século XIX.

Deixando de ser um simples pouso ocasional de boiadeiros, a prosperidade do comércio do gado em Feira de Santana é tanta que em 1859 ela recebe a visita do Imperador Pedro II, que encontra

uma vila de cerca de 4.000 habitantes, plana, com duas ruas principais paralelas, alguns becos, três praças não contando a do gado, três igrejas, casario baixo e agradável, alguns bons sobrados com passeios calçados, porque ruas e praças não o eram. O comércio prosperara: entre outras lojas, a de Isaac e Arão Saback (...). A feira de gado, incomparável na excelência e número das manadas que desciam, foi o chamariz exótico que trouxe à vila sertaneja o fastígio da Côte<sup>79</sup>.

Diferente do Recôncavo, cuja produção agrícola em sua maioria era baseada na monocultura da cana-de-açúcar, existia uma outra Bahia interiorana, onde se destacavam as fazendas de gado policultoras. Feira de Santana se insere nessa Bahia interiorana não apenas como zona de transição geográfica entre o litoral e o sertão mas, também, como zona de transição econômica, onde a união entre a pecuária e a agricultura se revelava na mais perfeita combinação a demarcar esse território. Aí, além do gado, na sua porção Sul floresceram engenhos de açúcar e no restante da região as culturas do tabaco, do algodão e da mandioca se destacaram para atender uma demanda interna crescente.

O desenvolvimento dessas culturas agrícolas não seria possível, naquele período, sem a utilização do trabalho escravo, que já se fazia presente desde os tempos da Colônia. Podemos constatar a presença de escravos na região durante esse período, principalmente, através dos assentos eclesiásticos da freguesia de São José das Itapororocas que tem documentos desde 1698. Porém, num mapeamento demográfico bem detalhado realizado no termo da Vila de Feira de Santana, em 1835, foi registrado um total de 4.518 escravos, que representou 30,2% de uma população de 14.962 habitantes. Embora a Vila de Feira de Santana fosse a “cabeça” do termo, era São José das Itapororocas que sediava a freguesia, composta por sete localidades. Através da Tabela 1, podemos verificar que foi justamente em São José onde se concentrou o maior número de escravos, seguida das capelas de Santa Bárbara e São Simão. Através da pesquisa em inventários, foi possível verificar que a concentração de cativos nessas três áreas se explicou em razão das atividades destinadas à subsistência e à comercialização de gados e lavouras agrícolas.

---

<sup>79</sup> FILHO, op. cit., p. 12.



**TABELA 1**  
**POPULAÇÃO LIVRE E ESCRAVA NO TERMO DA VILA DE FEIRA DE SANTANA**  
**EM 1835**

| LOCALIDADE                              | LIVRES | ESCRAVOS | TOTAL | % DE ESCRAVOS EM<br>RELAÇÃO À POP. TOTAL |
|---|--------|----------|-------|--|
| São José das Itapororocas               | 1679   | 1104     | 2783  | 39,7                                     |
| Sant' Anna da Feira                     | 2242   | 557      | 2799  | 20,0                                     |
| Santa Bárbara                           | 2105   | 811      | 2916  | 27,8                                     |
| N. Sr <sup>a</sup> do Bom Despacho      | 1413   | 524      | 1937  | 27,0                                     |
| N. Sr <sup>a</sup> da Ajuda do Limoeiro | 1006   | 540      | 1546  | 35,0                                     |
| Sr. do Bonfim do Calumbi                | 1002   | 408      | 1410  | 29,0                                     |
| São Simão                               | 997    | 574      | 1571  | 36,5                                     |
| SOMA                                    | 10444  | 4518     | 14962 | 30,2                                     |

Fonte: APEB: Seção Colonial/Provincial. Série Polícia. Maço 5684.

Na sede do município, vemos a menor proporção entre o número de escravos e a população total: 20%. Esses dados evidenciam que a utilização dessa mão-de-obra na sede foi menor em relação às outras localidades da freguesia, em virtude de o comércio ser a sua atividade econômica mais importante, utilizando, na maioria das vezes, mão-de-obra livre. Conseqüentemente, em Feira de Santana, foi registrado o maior número de profissionais entre pessoas livres: 578 de um total de 1.873 com profissões declaradas, conforme pode ser visto através do Apêndice B.

No resultado do censo de 1872, o percentual de escravos na comarca de Feira de Santana foi de 9,2% – número próximo ao encontrado para toda a Bahia: 12%<sup>80</sup> –, resultado da própria decadência do regime e dos movimentos abolicionistas tão em efervescência naquele momento.

A utilização da força de trabalho cativo marcou presença em todos os setores da economia enquanto perdurou o regime escravista no Brasil. Na Bahia, como se sabe, ele esteve presente em diversos segmentos da agricultura, da mineração, da pecuária e outros. Em Feira de Santana os escravos atuaram nos serviços da lavoura da cana-de-açúcar, tabaco, algodão e em diversas atividades que giravam no entorno das fazendas de gado, como a pecuária, a lavoura de mandioca e outros gêneros de subsistência, a exemplo do milho e feijão. Na Vila eles atuaram nos trabalhos domésticos das residências e em serviços auxiliares do comércio, como o de carregadores.

Resultado de uma conjuntura nacional, a economia baiana em meados do século XIX passou por um período de crise que se refletiu em vários segmentos. Segundo Thales de Azevedo, com o movimento que viria pôr fim ao tráfico de escravos da África, as

<sup>80</sup> FERREIRA, Manoel Jesuino. *A Província da Bahia*. Apontamentos. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1873, p. 34-35.

conseqüências foram paradoxais para a economia baiana: liberou o capital investido no comércio de escravos para ser investido no comércio, na lavoura e na indústria; e, por outro lado, provocou uma redução da mão-de-obra empregada na indústria do açúcar. Como resultado dessa última, a decadência dos engenhos baianos libera muita mão-de-obra escrava que vai ser vendida para as prósperas lavouras cafeeiras das províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Ainda conforme o autor, “data dessa primeira metade do século a decadência relativa das culturas tradicionais do açúcar, do fumo e do algodão que faziam o lastro da economia das províncias do Norte”<sup>81</sup>.

Assim, Feira de Santana se insere nessa conjuntura econômica turbulenta em que se encontrava a Bahia. Entretanto, por estar situada numa zona de transição econômica, os reflexos decorrentes do fim do tráfico de africanos atingiram principalmente os produtores de fumo e algodão da região. A pecuária bovina, como veremos, esteve praticamente imune à essa situação, em virtude de não necessitar de tanta mão-de-obra escrava para a sua manutenção sofrendo, inclusive, uma valorização cada vez maior em seus preços a partir de 1850.

## PECUÁRIA

Como vimos, a pecuária tornou-se uma das atividades econômicas mais importantes da região de Feira de Santana, desde o século XVII. Essa trajetória percorrida pelo gado no sertão remonta à chegada de Tomé de Sousa que, ao aportar para assumir o Governo-Geral do Brasil, em 1549, trouxe consigo algumas cabeças de gado. No ano seguinte, uma caravela desembarcou uma leva de vacuns, que tão logo seria carregada de madeira, para ser trocada por gado em seu retorno às ilhas de Cabo Verde<sup>82</sup>. Quando esta mercadoria aqui chegou, serviu até como moeda para pagamento aos portugueses que trabalhavam a serviço da Coroa iniciando, assim, os primeiros criatórios de gado que iriam povoar o sertão<sup>83</sup>.

O cronista Gabriel Soares de Sousa confirma que os primeiros lotes de gado trazidos para a Bahia, pelos portugueses, vieram de Cabo Verde e, mais tarde, de Pernambuco<sup>84</sup>. Estes se limitaram a ficar na orla do Recôncavo, de modo a não estragarem os canaviais<sup>85</sup>, e a sua

---

<sup>81</sup> AZEVEDO, Thales Olímpio G. de. A economia baiana em torno de 1850. In. *Planejamento*. Salvador, 5 (4): 7-18, out./dez. 1977, p. 15-16.

<sup>82</sup> AB'SABER, Aziz N. et al. *A época colonial: do descobrimento à expansão territorial*. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. Tomo I, v. 1, p. 133.

<sup>83</sup> BANDEIRA, op. cit., p. 94-95.

<sup>84</sup> ABREU, op. cit., p. 93.

<sup>85</sup> SCHWARTZ, op. cit., p. 88.

produção era destinada apenas à subsistência dos engenhos, não existindo ainda a intenção de comercializar.

Entretanto, Boaventura dá uma outra trajetória do povoamento do sertão com os currais. Ele não vai de encontro à afirmação de que o gado aportado na Bahia veio por intermédio de Tomé de Sousa, mas que este adquiriu, primeiro, reses oriundas da capitania de São Vicente, sendo que as de Cabo Verde vieram a acrescentar ao rebanho já existente<sup>86</sup>.

Esse percurso sugerido por Boaventura é respaldado por Simonsen, que afirmou ter sido dona Ana Pimentel, esposa e procuradora de Martim Afonso de Sousa, quem providenciou, em 1534, a vinda de gado bovino para a Capitania de São Vicente. Posteriormente, com a criação do Governo-geral, Tomé de Sousa enviou uma caravela, a “Galga”, à dita capitania, para buscar gado e trazer para a Bahia<sup>87</sup>.

Portanto, a nova terra se mostrou de fácil adaptabilidade ao gado recém-chegado. E aqui se deu tão bem e se adaptou com facilidade que, nos campos do litoral, onde o português Garcia d’Ávila tinha suas terras, aumentara a sua criação para perto de 200 cabeças em apenas três anos, desde que aqui chegara em 1549, junto com Tomé de Sousa<sup>88</sup>.

Impulsionados pelos engenhos de açúcar que necessitavam, além da sua força motriz, da carne para alimentação dos moradores, os criatórios de gado foram se afastando cada vez mais do litoral rumo ao sertão, para os lados do São Francisco<sup>89</sup>. Aí, o gado era engordado, comendo a erva rala que as pastagens de então, livres de cercas, lhes oferecia e, após o período das chuvas, a vegetação leguminosa encontrada nas caatingas.

Após esse primeiro momento, servindo aos engenhos, a pecuária teve um grande crescimento com a descoberta das minas de ouro no interior da Colônia, quando então foram abertas estradas para escoar essa produção de gado até as Minas Gerais e a região de Rio de Contas, na Bahia

Antonil, em seu relato farto e abundante da terra durante a colônia, estima que no século XVII as cabeças de gado espalhadas pelos 500 currais do sertão e 106 da borda do rio São Francisco, chegavam a passar de 500 mil as da Bahia e mais de 800 mil as de Pernambuco<sup>90</sup>.

---

<sup>86</sup> BOAVENTURA, op. cit., p. 38.

<sup>87</sup> SIMONSEN, op. cit., p. 151.

<sup>88</sup> AB’SABER, op. cit., v. 1, p. 133.

<sup>89</sup> Idem, p. 153.

<sup>90</sup> ANTONIL, op. cit., p. 199-200.

O gado criado no sertão era conduzido pelos tocadores em direção ao litoral, marchando em estradas precárias<sup>91</sup>, juntamente com o transporte do couro, do sebo e também da carne-seca<sup>92</sup>, era vendido não só no seu destino final mas, também, durante todo o trajeto, onde algum animal mirrava e, em virtude da caminhada cansativa, era abatido, servindo para alimentar a tropa e até para troca de outros gêneros alimentícios que porventura encontrassem ao longo do caminho<sup>93</sup>. Na volta, já com o carro de bois que acompanhava a tropa, eles traziam o sal necessário para complementar a sua dieta, ferro, armas, utensílios domésticos, tecidos e mais algumas coisas necessárias ao seu cotidiano dinamizando, assim, o comércio entre o sertão e o Recôncavo.

Montados no lombo dos cavalos, ou das mulas, durante todo o dia e guiando a boiada com um canto lamentoso que parecia surtir efeito na aparente indolência dos animais, os boiadeiros, assim como os tropeiros, eram praticamente os únicos elos entre o sertão e os grandes centros urbanos daquela época, quando passavam dias longe da família, tendo como pouso qualquer lugar onde houvesse água e certa segurança para pernoitar com os seus animais e comer o seu repasto de carne-seca com farinha ou a paçoca de carne-de-sol.

Essas caminhadas com os gados vindos do sertão podiam durar meses, a depender de como o tempo se comportava: se houvesse seca, os oriundos do São Francisco seriam obrigados a permanecer em locais de ares mais amenos, como na região de Jacobina e Serrinha ou, se as chuvas fossem regulares e encontrassem os pastos verdes para alimentar a boiada, então a permanência seria menor e mais cedo chegariam à feira de Capoame e daí para a capital<sup>94</sup>. Nessa feira, instituída em 1614 por Francisco Dias d'Ávila (neto de Garcia d'Ávila) e que distava de Salvador cerca de oito a nove léguas, o gado do sertão era negociado para servir como força motriz para engenhos e fazendas, bem como eram abatidos para a comercialização da carne e exportação do couro<sup>95</sup>. Como já dissemos anteriormente, no início do século XIX a feira de Sant'Anna foi substituindo essa, de Capoame, e outras, marcando a sua importância entre as demais.

O couro, subproduto do gado, trazido do sertão já curtido ou transformado em sola era, também, produto de exportação na Bahia, onde boa parte dele era destinado para o acondicionamento do fumo remetido para a Metrópole e para a África, onde iria servir como

---

<sup>91</sup> PRADO Júnior, op. cit., p. 259.

<sup>92</sup> SCHWARTZ, op. cit., p. 88.

<sup>93</sup> ABREU, op. cit., p. 116.

<sup>94</sup> ANTONIL, op. cit., p. 200.

<sup>95</sup> BANDEIRA, op. cit., p. 202.

moeda de troca por escravos<sup>96</sup> e, ainda na Metrópole, servia na fabricação de móveis e calçados e outros artigos.

É importante ressaltar a ligação entre a pecuária e o cultivo do tabaco, haja vista que o estrume do gado servia para fertilizar o solo onde seria desenvolvida a cultura fumageira melhorando, assim, a sua produção<sup>97</sup>. Teixeira da Silva trata da associação gado/tabaco também com a mandioca, afirmando ter sido “um exemplo único de uso sistemático de adubação na agricultura colonial”<sup>98</sup>.

Embora tenha se constituído como uma atividade secundária durante o período colonial, atrás de produtos voltados para a exportação como o açúcar e o ouro, a pecuária também teve sua importância, principalmente no que se refere à dinâmica do mercado interno e como fator de ocupação de grande parte das terras do Brasil atual<sup>99</sup>. Por essa razão, Caio Prado afirma que a pecuária foi a única atividade, excetuando-se as destinadas à exportação, que teve alguma importância durante o período colonial<sup>100</sup>. A pecuária contribuía, por um lado, alimentando a população e, por outro, gerando riquezas como produto de exportação. Nos períodos de crise ela se mostrava mais lucrativa que o cultivo do açúcar, haja vista que a produção deste exigia mais investimento e dependência do mercado externo<sup>101</sup>.

Se a atividade canavieira foi responsável pela ocupação de uma faixa litorânea, à pecuária se deve a ocupação de boa parte do território da Colônia<sup>102</sup>. Concordando com essa afirmativa, *Boxer* diz que a

cana-de-açúcar foi a principal responsável pela colonização do litoral; ouro e diamantes formaram a sedução principal de Minas Gerais e Mato Grosso; a busca de escravos ameríndios, de prata e esmeraldas, impeliu os paulistas ainda mais para dentro do interior, mas os vaqueiros e criadores abriram a maior parte do resto do Brasil<sup>103</sup>.

<sup>96</sup> SCHWARTZ, op. cit., p. 88. Vale lembrar que o couro que servia de embalagem ao fumo, era também um simulacro para exportá-lo sem pagar tributos.

<sup>97</sup> LINHARES, Maria Yeda L. A pecuária e a produção de alimentos na colônia. In. SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História Econômica do Período Colonial*. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2002, p. 114-115.

<sup>98</sup> SILVA, Francisco Carlos T. da. Pecuária, agricultura de alimentos e recursos naturais no Brasil-Colônia. In. SZMRECSÁNYI, op. cit., p. 133.

<sup>99</sup> AB'SABER, Aziz N. et al. *A época colonial: administração, economia, sociedade*. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. Tomo I, v. 2, p. 244.

<sup>100</sup> PRADO Júnior, op. cit., p. 182.

<sup>101</sup> WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José C. M. *Formação do Brasil colonial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 215.

<sup>102</sup> PRADO Júnior, op. cit., p. 55.

<sup>103</sup> BOXER, Charles R. *A idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 247.

Como já foi dito, a região de Feira de Santana surge, assim, em total relação com o comércio do gado, principalmente do gado em pé<sup>104</sup>, daí a afirmativa de *Poppino*, quando diz que “a história de Feira de Santana pode ser considerada como história da pecuária na Bahia”<sup>105</sup>. E, já na segunda metade do século XIX, o comércio do gado, junto com seus derivados e o artesanato do couro (selas, gibões, jalecos), movimentava a economia de todo o município. Não foi à toa que, em 1888, Durval Aguiar descreveu as terras de Feira de Santana como “especiais para a criação do gado e para a cultura do fumo”<sup>106</sup>.

A criação de gado bovino se fez presente em pelo menos 76,5% dos inventários levantados por essa pesquisa, cujo rebanho total foi de 27.832 cabeças de gado, excetuando-se os bois de carro, usados como tração. Através da Tabela 2 podemos acompanhar a média da quantidade de cabeças de gado existentes nas fazendas da região.

**TABELA 2**  
**QUANTIDADE DE CABEÇAS DE GADO BOVINO POR INVENTÁRIOS**  
**(1850-1888)**

| CLASSIFICAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS | QUANTIDADE     | NÚMERO DE INVENTÁRIOS | %    |
|---------------------------------|----------------|-----------------------|------|
|                                 | ausente        | 46                    | 23,0 |
| Muito pequenos                  | até 10         | 25                    | 12,5 |
|                                 | de 11 a 20     | 22                    | 11,0 |
| Pequenos                        | de 21 a 50     | 31                    | 15,5 |
|                                 | de 51 a 100    | 23                    | 11,5 |
| Médios                          | de 101 a 250   | 19                    | 9,5  |
|                                 | de 251 a 500   | 20                    | 10,0 |
| Grandes                         | de 501 a 1000  | 08                    | 4,0  |
|                                 | de 1001 a 2000 | 04                    | 2,0  |
| Muito grandes                   | acima de 2000  | 02                    | 1,0  |
|                                 | TOTAL          | 200                   | 100  |

Fonte: APEB. Seção Judiciário. Série Inventários; BSMG. Seção Manuscritos.

Entre os 154 inventariados que possuíam gado, pelo menos 47 deles eram donos de até 20 cabeças, que representavam proprietários de rebanhos muito pequenos. Estes utilizavam o gado para complementar a dieta alimentar, não só com a sua carne mas, também, com o leite, e usá-los como animais de tração. Ou seja, eram utilizados para a subsistência. Naquela época, segundo Lycurgo, não se negociava o leite, apenas as crianças e os enfermos

<sup>104</sup> Denomina-se “gado em pé” todo o gado comercializado vivo.

<sup>105</sup> POPPINO, op. cit., p. 54.

<sup>106</sup> AGUIAR, Durval Vieira de. *Descrições práticas da Província da Bahia*. (1. ed. 1888). 2. ed. Rio de Janeiro: Cátedra/Brasília: INL, 1979, p. 113.

se serviam dele, não entrando nem mesmo na alimentação diária, sendo aproveitado, entretanto, no fabrico do requeijão, o queijo do sertão<sup>107</sup>.

Os pequenos proprietários, cujo rebanho somava entre 21 e 100 cabeças de gado – correspondentes a 27% dos inventariados –, além das utilizações anteriores, já possuíam um excedente que permitia a comercialização para o abate. A classificação para os proprietários médios ficou entre os que contavam com 101 até 500 cabeças; os grandes, de 501 a 2000 cabeças; e os muito grandes, eram os que tinham acima de 2000 cabeças de gado.

Entre aqueles que pertenciam a essas duas últimas classificações, estavam o tenente-coronel Joaquim Alves Godinho, dono de terras em Riachão do Jacuípe e Monte Alegre<sup>108</sup>, com 1.096 cabeças de gado vacum; Joaquim José de Oliveira Santos, fazendeiro em Serra Preta, região de Camisão, com 1.200 cabeças; o capitão José Ribeiro Lima, em cujas fazendas localizadas em Riachão do Jacuípe, Serrinha e Vila Nova da Rainha, criavam-se 1.638 cabeças de gado; o tenente-coronel Manoel Ferreira da Silva, cujo rebanho de 1.650 cabeças espalhava-se nas imediações das freguesias de Bom Despacho, Senhor do Bonfim [da Feira], Riachão do Jacuípe e Conceição do Coité; o coronel José Batista Carneiro, proprietário de terras, além de Feira de Santana, em Camisão, Riachão do Jacuípe, Conceição do Coité, Vila Nova da Rainha e Queimadas, terras estas povoadas com um rebanho de 2.257 cabeças de gado vacum; e, finalmente, os animais do coronel Joaquim Pedreira de Cerqueira, que perfizeram um total de 2.285 cabeças espalhadas em suas fazendas em Camisão.

A região de Feira de Santana, no período analisado, já estava com a grande maioria de suas terras ocupadas, e as informações contidas nos inventários, pertinentes à dimensão dessas terras, são muito precárias. Em alguns aparecem áreas realmente grandes, muitas vezes descritas com uma légua de frente e os “fundos que houver”, com uma légua e meia em quadro ou com meia légua quadrada. Os limites que separavam as propriedades não eram exatos, normalmente tomados emprestados de algum rio, riacho, ou alguma “pedra de rumo”.

Como afirmamos anteriormente, em Feira de Santana as grandes propriedades há muito já vinham sendo fragmentados, frutos das partilhas entre os herdeiros, e longe estava o tempo em que se concediam generosas extensões de terras.

Os inventários evidenciam uma multiplicidade de pequenas e médias propriedades, sendo que os grandes pecuaristas eram donos de várias fazendas de gado onde, a maioria delas concentrava-se em Camisão, Riachão do Jacuípe e Conceição do Coité. Nessas regiões,

---

<sup>107</sup> SANTOS Filho, Lycurgo. *Uma comunidade rural do Brasil antigo* (Aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX). São Paulo: C. E. Nacional, 1956, p. 206.

<sup>108</sup> Atual município de Mairi.

em meados do século XIX, ainda encontrava-se extensões de terras que podiam ser classificadas como grandes, embora nas freguesias de São José das Itaporocas, Santa Bárbara, Bom Despacho e Senhor do Bonfim, áreas exploradas há mais tempo, onde predominou a pecuária e a lavoura fumageira, as sucessivas partilhas entre os herdeiros transformou as vastas extensões de terras em uma verdadeira “colcha de retalhos” de pequenas e médias propriedades.

Constatamos que as terras eram mais caras nas áreas onde predominava a lavoura da cana, como nos engenhos próximos à freguesia dos Humildes, zona Sul da região de Feira de Santana. A exemplo desses, temos o engenho Carrapato, de Manoel da Paixão Bacellar e Castro, com 2.296 tarefas, cujo valor unitário por tarefa era de 20\$000 réis; e o engenho Belmonte, de dona Bernardina Borges de Meirelles, com 856 tarefas de pasto e lavoura, avaliada cada uma a 17\$000 réis.

Enquanto nestes, a medição da área era feita em tarefas, resultante da própria valorização da terra e da lavoura explorada, nas fazendas de gado a extensão delas era medida em braças ou em léguas. O valor em braças quadradas variava em torno de 1\$000 réis a até 3\$000 réis, onde o tratamento dado à ela muitas vezes determinava o seu valor: pastos tratados com capim ou terrenos prontos para a lavoura, implicavam em valores mais altos.

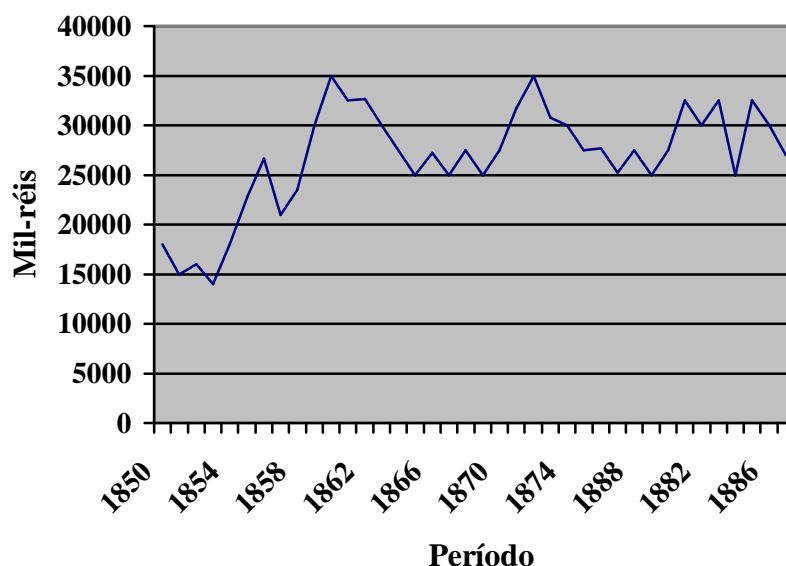
Encontramos nos inventários fazendas de extensões diversas: de 50 braças de frente e meia légua de fundo, a até 1.500 braças de frente e uma légua de fundo, perfazendo esta última um total equivalente de 4.545 tarefas. Como afirmamos, as fazendas localizadas nos limites das freguesias de Riachão do Jacuípe, Conceição do Coité e Camisão eram maiores que as mais próximas de Feira de Santana, como as de Bom Despacho, Senhor do Bonfim, Santa Bárbara e São José das Itaporocas. Em Camisão, por exemplo, temos a fazenda Riachão, de João Silvério Barbosa, com duas léguas de extensão, equivalente a 8.265 tarefas, ou a fazenda Santa Clara, em Conceição do Coité, do coronel José Batista Carneiro, com uma légua de frente e meia de fundo, ou 4.132 tarefas.

Comparando-se o valor da terra com o de uma cabeça de gado, podemos afirmar que ela era relativamente barata. Com 40 reses em idade acima de um ano, ou seja, já prontas para o abate, avaliadas cada uma em 35\$000 réis, podia-se comprar uma fazenda de 4.132 tarefas em Conceição do Coité. O mesmo não se pode dizer das terras próximas à freguesia de Bom Despacho, onde a fazenda Roça da Serra, de Manoel do Nascimento Barbosa, com 1.651 tarefas, foi avaliada, no ano de 1858, por 2:438\$000 réis, o equivalente a 104 reses, tomando-se por base o preço médio encontrado para aquele ano, que foi de 23\$500 réis a cabeça.



Através da Figura 5 podemos acompanhar o cálculo do preço médio de uma rês pronta para abate, ou seja, acima de um ano de idade. O gráfico nos mostra que em 1850 se comprava uma rês por 18\$000 réis e, em 1853, ela alcançou o seu preço mais baixo, chegando a custar 14\$000 réis. Em 1860 e 1872 os preços atingiram o pico máximo de 35\$000 réis por cabeça. Por volta de 1860, inclusive, *Poppino* estima que se vendesse anualmente na feira 50.000 cabeças de gado. Ele atribui essa alta produtividade como resultado do abandono das longas caminhadas vindas do sertão mais distante e ao crescimento das áreas de engorda do gado em zonas próximas da região<sup>109</sup>.

**FIGURA 5**  
**Média de preço de uma rês pronta para o abate (1850-1888)**



Fonte: APEB. Seção Judiciário. Série Inventários;  
BSMG. Seção Manuscritos.

O preço do gado, naquela época, oscilava constantemente, menos pela demanda, e mais pela inconstância do clima onde, nos períodos de estiagem, quando a oferta de carne era menor, o seu preço tendia a sofrer um ligeiro aumento. No período sucedido pelas chuvas, com a conseqüente abundância de comida para os animais, a oferta de carne tendia a baixar os preços. Além dessas variáveis, o preço do gado baseava-se também no peso do animal e na praça onde ele era vendido pois, em Salvador, o preço era mais elevado que em Feira de Santana<sup>110</sup>.

<sup>109</sup> POPPINO, op. cit., p. 150.

<sup>110</sup> Idem, p. 152.

Esses animais criados na região eram ainda descendentes dos primeiros que aqui chegaram com os portugueses. Eram de estatura pequena, de cabeças grandes e chifres compridos, frutos de uma série de cruzamentos de várias espécies ibéricas e outras raças européias. No sertão da Bahia, como não houve uma seleção de raças, eles foram cruzando livremente, resultando nas variedades conhecidas como crioula, curraleira e caracu<sup>111</sup>.

**FIGURA 6**



Praça do Comércio. Feira de Santana, fim do século XIX.

Fonte: Acervo BSMG – Museu Casa do Sertão – UEFS

Eram, portanto, dessas variedades os animais vendidos, abatidos, e consumidos nas feiras pela população da comarca de Feira de Santana. Aí, a receita obtida pela venda da carne *in natura* nos açougues, denominada “talhas de marchantaria”, representava arrecadação expressiva para a Câmara Municipal, órgão responsável pela regulamentação do preço cobrado pela carne que se comercializava em todo o município. Embora sofressem algumas variações de preço, até no mesmo dia, os “preços eram fixados pela Câmara do município e aprovados pela Assembléia Legislativa da Província”<sup>112</sup>. Para os anos financeiros – contabilizados entre os meses de outubro a setembro seguinte – de 1856 a 1857 e 1858 a 1859, as “talhas de marchantaria” representaram, respectivamente, 41% e 48% da receita total arrecadada no município<sup>113</sup>.

<sup>111</sup> Idem, p. 156.

<sup>112</sup> Idem, p. 33.

<sup>113</sup> APEB. Seção Colonial/Provincial. Série Câmaras. Maços 1310 (caderno 1857) e 1312 (caderno 1860).

Pela Tabela 3 podemos acompanhar os crescimentos e as oscilações na arrecadação dos impostos que incidiam sobre as “talhas de marchantaria” – incluindo aí, além da carne de vaca, a de suínos e ovinos, embora a participação da primeira prevalecesse às demais –, os meios de sola e couro seco, além da taxa cobrada pela exposição de animais para negócio<sup>114</sup>.

**TABELA 3**  
**RECEITAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA**  
**RELATIVAS À PECUÁRIA BOVINA E AO FUMO (1856-1883)**

| ANOS FINANCEIROS | TALHAS DE MARCHANTARIA | MEIOS DE SOLA / COURO SECO | TAXA POR CABEÇA DE GADO EXPOSTO | TAXA SOBRE A VENDA DE FUMO |
|------------------|------------------------|----------------------------|---------------------------------|----------------------------|
| 1856 – 1857      | 1:756\$140             | ---                        | ---                             | ---                        |
| 1857 – 1858      | 1:610\$000             | ---                        | ---                             | ---                        |
| 1858 – 1859      | 1:203\$750             | ---                        | ---                             | ---                        |
| 1859 – 1860      | 1:411\$760             | ---                        | ---                             | ---                        |
| 1860 – 1861      | 1:411\$000             | ---                        | ---                             | ---                        |
| 1861 – 1862      | 1:551\$000             | ---                        | ---                             | ---                        |
| 1879 – 1880      | 3:000\$000             | 1:200\$000                 | 1:700\$000                      | 3:500\$000                 |
| 1882 – 1883      | 3:000\$000             | 1:000\$000                 | 1:200\$000                      | 5:000\$000                 |

Fonte: APEB. Seção Colonial/Provincial. Série Câmaras.

Como podemos ver, o valor do imposto arrecadado entre os anos 1856-7 correspondeu a 1:756\$140 réis e foi decrescendo até fins de 1859, retomando um crescimento a partir de 1860, culminando em três contos de réis nos dois últimos exercícios apurados. Esse decréscimo na arrecadação apresentada, coincide com um período de seca e carestia que se abateu sobre a região durante o ano de 1857. Em ata de 27 de agosto do referido ano, a Câmara chegou a solicitar ao presidente da província, auxílio para a crise da seca na região, relatando que os preços dos alimentos estavam tão altos que, se fossem aumentados um pouco mais, trariam “a penuria e enfraquecimento de meios pecuniarios tal, que dificilmente as Famílias remediadas se manterão e a classe pobre miseravelmente perecerá, pois absolutamente não podem adequir equivalentez quantias e permutar, pelo alimento”<sup>115</sup>.

A evidência da gravidade por que passou a região, em decorrência da estiagem, foi registrada dois anos depois, quando dos preparativos para receber o Imperador Pedro II. Os vereadores alegaram não poder “fazer a devida recepção, não com sumptuosidade que a defeciencia de meios depois da assaladura secca por que passou este Termo não permite”<sup>116</sup>.

<sup>114</sup> A elaboração dessa tabela só foi possível para os anos financeiros apresentados.

<sup>115</sup> Idem, ibidem. Maço 1310 (caderno 1857).

<sup>116</sup> Idem, ibidem. Maço 1310 (caderno 1859).

Tudo leva a crer que essa seca marcou profundamente a região pois, em 1863, os seus efeitos ainda estavam vivos na lembrança dos seus habitantes que relataram as dificuldades por que passaram quando “a falta de generos alimenticios e Agoa devastou emmensa população” que, apressadamente, procurou se dirigir ao litoral em

“grande numeridade sustentada pelos Cophres publicos, tendo [inclusive] os habitantes da (...) Freguesia do Riaxão supportado gravissimos prejuisos na perda de gados e com mudanças de Familias, e grande purção, procurando o leito do Rio Jacuipe, para com escavações axar Agoa para alimentarem-se, havendo muitos perecido como é notorio”<sup>117</sup>.

Dessa forma, podemos observar que a periodicidade da seca causava prejuízos consideráveis na região, afetando diretamente a pecuária, cuja alternância de escassez/fartura, refletia-se nos valores de impostos arrecadados pela municipalidade.

Mesmo com a ausência de dados para os anos de 1862 a 1879, 1880 a 1882, e de 1883 a 1888, aqueles oferecidos demonstram a importância que a pecuária representava para o município. Para o exercício de 1879-80, por exemplo, a arrecadação obtida sobre a venda de carne representou 23% da receita total, bem menor, portanto, que os percentuais encontrados para os anos financeiros de 1856-7 e 1858-9. Porém, quando analisados com mais acuidade, podemos perceber que a arrecadação sobre a carne, acrescida dos derivados do gado, como solas e couros secos, e mais a taxa cobrada por cabeça de animal exposta para negócio, temos um percentual que representou para aquele exercício 46% da receita municipal. Essa participação foi abalada pela crescente produção de fumo naquele período que, conseqüentemente, proporcionou maior receita à Câmara.

A despeito da taxa cobrada por cabeça de animal exposta na feira para negociar, pelo menos nos seis primeiros exercícios, ela não apareceu sendo cobrada em virtude de ter sido instituída em 1870<sup>118</sup>. Essa taxa era de \$100 réis por cabeça de gado vacum, muar e cavalari, e \$040 réis por ovelha, cabra ou porco expostos, sob qualquer pretexto, no campo da feira ou negociado em qualquer parte do município. No caso de animais abatidos, essa taxa subia para 1\$000 réis por cabeça de gado vacum e \$500 réis para o gado lanígero ou suíno morto para consumo<sup>119</sup>. Em 1877, os negociantes de gado já haviam se manifestado contra esse valor, alegando que deviam pagar somente sobre o gado vendido, e não pelo que foi apenas exposto

---

<sup>117</sup> Idem, *ibidem*. Maço 1310 (caderno 1863).

<sup>118</sup> POPPINO, *op. cit.*, p. 111.

<sup>119</sup> APEB, *idem*. Maço 1312 (caderno 1882-83)

e não negociado<sup>120</sup>. Pelo visto, a reivindicação não foi atendida, pois continuou sendo cobrada nos anos seguintes.

Vale lembrar que, dentre esse gado *vacum* analisado, não foram incluídos os denominados bois de brocha, ou bois de carro, que serviam de tração para os mesmos e para as moendas dos engenhos. Eles foram relacionados em 42 inventários, ou 21% do total. A grande maioria dos proprietários desses animais – 34 inventariados – tinha, no seu plantel, até dez cabeças. A partir daí, dois possuíam entre 11 e 20 cabeças; três, entre 21 e 50; um tinha 78; e apenas dois eram possuidores de mais de cem cabeças. Devidamente amansados para esse ofício, esses animais eram bastante valorizados, chegando alguns, inclusive, a valer 50\$000 réis, o dobro do valor médio de uma vaca.

Puxados por juntas formadas por dois, a até dez bois, os carros eram utilizados no transporte de cargas diversas desde pedras, madeiras, a produtos da colheita, e até mesmo na condução das famílias que se dirigiam das fazendas às vilas. A força desses animais, no maior das vezes, era empregada para acionar a moenda dos engenhos<sup>121</sup>, como os 21 bois de carro do engenho Quebra Cangalha, ou os 78 bois de brocha do engenho Belmonte, ambos em Humildes; e, ainda, 181 bois empregados no engenho do coronel Joaquim Pedreira de Cerqueira.

Comumente utilizados nos engenhos, há exemplo de largo uso desses animais em propriedades localizadas em regiões predominantemente de atividade pecuária, como na fazenda Quituba, freguesia de Senhor do Bonfim, de Ângelo Moreira da Silva Bastos, que tinha a seu serviço 36 bois de carro.

Além do gado *vacum*, havia nas unidades produtivas sertanejas um número não desprezível de gado cavalariço, muar, ovino e caprino que, com seus vastos rebanhos, contribuíram para alimentação e sustento financeiro de muitos fazendeiros do sertão<sup>122</sup>.

Animal indispensável nas vilas, nos engenhos e no funcionamento da fazenda, o cavalo servia como meio de transporte de pessoas e de cargas, como auxílio fundamental às atividades da pecuária e na criação para venda posterior. Os cavalos criados em Feira de Santana eram descendentes dos primeiros animais da raça árabe-andaluza, introduzidos na Bahia pelos portugueses desde o século XVI<sup>123</sup>.

---

<sup>120</sup> Idem. Maço 1310 (caderno 1877).

<sup>121</sup> SANTOS Filho, op. cit., p. 207.

<sup>122</sup> Criado no quintal das casas, o gado suíno geralmente não era mencionado no rol de bens, sendo considerado de menor valor, servindo normalmente para alimentação da família.

<sup>123</sup> POPPINO, op. cit., p. 171.

O cavalo era animal de muita estima pelo seu dono. Para uns, um bem necessário, para outros, símbolo de fidalguia, como afirma Boaventura, relatando o hábito de um fazendeiro da localidade de Bom Despacho quando se dirigia à

cidade com dois cavalos de fina habilidade, numa distância de quatro léguas apenas. Num cavalo vinha ele esquipando, rompendo a estrada. O outro, puxava-o um negro igualmente bem montado. Na fazenda **Areias**, trocava o fidalgo de montada, para a entusiasmada e entusiasmante e ágil entrada na rua. Duas léguas em cada animal. Requite de luxo e fidalguia<sup>124</sup>.

Selados ou ricamente ajaezados, eram eles que conduziam os vaqueiros e os senhores na lida diária da fazenda.

Quanto à comercialização de cavalos em Feira de Santana, a venda aos lotes, na feira, era bastante comum antes de 1875, quando então, a partir daí, com a abertura da via férrea para Cachoeira, foi perdendo a sua importância como um veículo comercial<sup>125</sup>.

**TABELA 4**  
**QUANTIDADE DE CABEÇAS DE GADO CAVALAR POR INVENTÁRIOS**  
**(1850-1888)**

| QUANTIDADE   | NÚMERO DE INVENTÁRIOS | %    |
|--------------|-----------------------|------|
| ausente      | 43                    | 21,5 |
| até 10       | 112                   | 56,0 |
| de 11 a 20   | 27                    | 13,5 |
| de 21 a 50   | 15                    | 7,5  |
| de 51 a 100  | 02                    | 1,0  |
| acima de 100 | 01                    | 0,5  |
| TOTAL        | 200                   | 100  |

Fonte: APEB. Seção Judiciário. Série Inventários; BSMG. Seção Manuscritos.

Entre os inventariados pesquisados, observemos na Tabela 4, que 21,5% deles não possuíam gado cavalari entre o rol de bens. Entre esses, aparecem alguns moradores da Vila, outros que não eram proprietários de terras e os que possuíam micro-propriedades. No caso desses últimos, ou a atividade desenvolvida não dependia da força desse animal ou então não tinham recursos para a compra de um deles sequer.

A grande maioria dos inventariados (56,0%), era possuidora de até dez cavalos. Eram eles, pequenos fazendeiros ou pequenos lavradores de fumo, cuja atividade pouco necessitava de cavalos. Já os que possuíam acima de 11 eram os fazendeiros médios, donos de mais de uma propriedade rural e, os que tinham acima de 51 eram, conseqüentemente, os grandes

<sup>124</sup> BOAVENTURA, op. cit., p. 254.

<sup>125</sup> POPPINO, op. cit., p. 171.

proprietários rurais, que tinham cavalos não só para o auxílio da atividade pecuária mas, para criação e negócio dos animais.

O valor de um cavalo variava entre 25\$000 réis a até 120\$000 réis, no caso de um bom animal de raça. Normalmente o seu valor nunca era inferior ao de uma rês. Já as mulas eram mais valorizadas, chegando a custar 150\$000 réis, conforme alguns inventários.

Em função de serem animais mais rústicos, com grande capacidade de suportar cargas pesadas e longas caminhadas, as mulas e os burros formavam as tropas que, atuando no transporte de mercadorias, faziam a ligação do interior com o litoral. Embora saibamos sobre a sua importância no transporte de cargas que vinham do sertão em direção à feira de “Sant’Anna”, não encontramos indícios da criação de muares em grande escala na região. Os que aparecem relacionados nos inventários, talvez fossem o bastante para as necessidades das fazendas ou para o transporte dos fardos de fumo e algodão que seguiam para o comércio na Vila.

Jurema Paes, analisando a formação do tropeirismo no Alto Sertão baiano na primeira metade do século XIX, destaca que graças às tropas de burros “foi possível a existência e a sobrevivência das cidades e vilas do Alto Sertão, oxigenando através dos caminhos e estradas, as relações socioeconômicas do interior”<sup>126</sup>. Verificando o dinamismo do comércio no interior do sertão, ela ainda afirma que as tropas de burros

Permitiram também que o gado de corte criado no Sertão e nas províncias de Pernambuco e Piauí e o Sul do São Francisco e do Rio Carinhonha movimentassem o mercado produtor interno da colônia, juntamente com a policultura, atendendo as necessidades de subsistência de locais que por serem longe do litoral também se tornaram mais livres da rigidez do modelo econômico de monopólio comercial<sup>127</sup>.

Não obstante, podemos constatar que a distância em relação ao litoral fez com que o sertão adotasse formas mais dinâmicas de comércio, onde o tropeirismo atuava no suprimento de gêneros que iam além do necessário à subsistência da população.

O gado de pequeno porte, ovino e caprino, constituía rebanhos de tamanhos consideráveis, entretanto, eles não tinham o mesmo peso de importância quanto o gado graúdo. Criados praticamente à solta na caatinga, a maioria dos carneiros eram vendidos na

---

<sup>126</sup> PAES, Jurema Mascarenhas. *Tropas e tropeiros na primeira metade do século XIX no Alto Sertão baiano*. Mestrado em História Social. Salvador: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2001, p. 54.

<sup>127</sup> Idem, p. 55.

feira e adquiridos pelos consumidores locais, embora uma boa parte deles fossem enviados para suprir os mercados litorâneos de Salvador e do Recôncavo<sup>128</sup>.

Tal e qual a vaca e a ovelha, da cabra se aproveitava quase tudo: leite, carne e pele. Do leite fazia-se o requeijão e a carne podia ser consumida fresca ou secada ao sol, enquanto a pele era utilizada na confecção de roupas, calçados e outros artigos.

Conforme as informações contidas nos inventários, a avaliação das cabras e das ovelhas algumas vezes era feita em separado, em outras, em conjunto, razão pela qual optamos, na Tabela 5, por reunir esses animais em um só grupo. Uma outra razão para essa escolha foi o preço de cada um, sendo, na maioria vezes, iguais, girando sempre em torno de 1\$000 réis a 1\$500 réis.

**TABELA 5**  
**QUANTIDADE DE CABEÇAS DE OVINOS E CAPRINOS POR INVENTÁRIOS**  
**(1850-1888)**

| QUANTIDADE   | NÚMERO DE INVENTÁRIOS | %          |
|--------------|-----------------------|------------|
| ausentes     | 121                   | 60,5       |
| até 10       | 08                    | 4,0        |
| de 11 a 20   | 16                    | 8,0        |
| de 21 a 50   | 18                    | 9,0        |
| de 51 a 100  | 16                    | 8,0        |
| de 101 a 200 | 13                    | 6,5        |
| de 201 a 400 | 04                    | 2,0        |
| acima de 400 | 04                    | 2,0        |
| <b>TOTAL</b> | <b>200</b>            | <b>100</b> |

Fonte: APEB. Seção Judiciário. Série Inventários;  
BSMG. Seção Manuscritos.

Em 60,5% dos inventários não foi listada nenhuma cabeça de ovino ou caprino e, como são animais que se reproduzem mais rapidamente que bois e cavalos, os rebanhos pequenos foram poucos, sendo registrados apenas oito inventários onde apareceram até dez cabeças. Os fazendeiros que possuíam de 11 a 20 cabeças foram 16, número igual para os proprietários de 51 a 100 animais. Os rebanhos de 21 a 50 cabeças foram os mais numerosos, aparecendo em 18 inventários. A partir daí a quantidade de animais aumenta, enquanto o número de inventariados diminui.

A atividade da pecuária na região de Feira de Santana fosse ela de gado bovino, cavalar, muar, ovino ou caprino, foi amparada, em sua maioria, pelo trabalho escravo. Atuando nas mais diversas atividades existentes nas unidades produtivas, a mão-de-obra

<sup>128</sup> POPPINO, op. cit., p. 173.



escrava ia da fabricação do açúcar e do beneficiamento do fumo à lida com os animais nas fazendas de gado. Nessas, conforme a Tabela 6<sup>129</sup>, encontramos uma média de 8,7 cativos trabalhando para 55 proprietários escravistas. É verdade que em algumas dessas fazendas aparecem apenas três ou quatro escravos, mas na média geral esse número cresce. Podemos constatar que no geral esses percentuais aumentam quando a pecuária aparece associada à produção agrícola, salvo em pequenas produções associadas ao café, mandioca, milho e feijão. A maior média apresentada – não se levando em conta o único inventariado que criava gado e cultivava lavouras de tabaco, mandioca, algodão, café, milho e feijão, possuindo um total de 88 escravos – foi de 63,4 escravos para três inventariados que desenvolviam a pecuária associada à produção açucareira, mas que tinham nesta última a sua principal atividade. Quando essas duas aparecem associadas ao cultivo da mandioca, a média de 52 escravos ainda se mostra muito alta.

Os dados encontrados para a elaboração da Tabela 6 talvez não indiquem a realidade escravista que comumente é debatida por pesquisadores da área, quando afirmam a pouca presença de escravos nas fazendas de gado. Porém, a localização geográfica que privilegiou a diversidade econômica de Feira de Santana permitiu que se instalassem unidades policultoras – pecuária e agrícola –, com o uso da mão-de-obra escrava em pequena e em larga escala.

Na freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité, zona de produção essencialmente de pecuária, Iara Rios, cruzando dados de várias fontes como cartas de alforria e livros de escrituras de compra, venda e hipoteca de escravos, encontrou 169 proprietários escravistas – correspondendo a 92% do total encontrado – com até cinco escravos nas fazendas da referida freguesia, entre o período de 1856 a 1883<sup>130</sup>.

Assim, gado miúdo ou de grande porte, a pecuária se manteve como uma atividade econômica importante para a região de Feira de Santana, sendo responsável, inclusive, pela ocupação das suas terras desde a época colonial. Essa ocupação inicial pela pecuária contribuiu, posteriormente, para a introdução de atividades agrícolas que ampliaram a presença do trabalho escravo na região.

## **PRODUÇÃO AGRÍCOLA**

---

<sup>129</sup> Optamos em apresentar essa tabela no tópico seguinte sobre produção agrícola, em razão do uso da mão-de-obra escrava ser mais explorada nessa atividade.

<sup>130</sup> RIOS, op. cit., p. 60.

Dentro da região de Feira de Santana havia diferentes zonas de solo, clima e vegetação, como a de Humildes, com características semelhantes às do Recôncavo, e as restantes, onde o clima semi-árido favorecia a cobertura do solo pela caatinga. Entretanto, havia também subáreas favoráveis à produção agrícola, como os tabuleiros, cujo solo arenoso favorecia o cultivo de tabaco e mandioca.

Consoante à pecuária, a produção agrícola de gêneros voltados para a subsistência – mandioca, feijão e milho – e exportação – tabaco, algodão e cana-de-açúcar – também se fez presente nas fazendas de Feira de Santana. O cultivo desses gêneros marcou algumas zonas da região desde os tempos da Colônia, como a lavoura do tabaco, principalmente em São José das Itapororocas. A mandioca, matéria-prima para a confecção da farinha, deixou marcas profundas na produção agrícola da região. Consumida pelos índios do Brasil antes da chegada dos portugueses, o seu cultivo era associado à plantação do feijão e do milho, cuja produção seguia para comercialização e consumo na fazenda. A produção do algodão e da cana-de-açúcar, embora não tenham deixado traços marcantes na economia local, figurando como produtos secundários, foram responsáveis pela grande utilização de mão-de-obra escrava em boa parte das terras de Feira de Santana.

### **Tabaco**

Depois da pecuária bovina, o cultivo do tabaco foi a segunda atividade econômica mais importante da região. Planta nativa da América, sendo cultivada pelos índios, que a chamavam de *petim* ou *petun*, o tabaco, logo com a chegada dos portugueses, foi apreciado por eles que o tomaram por “gosto e vício”<sup>131</sup>.

O seu cultivo exerceu um grande papel na história da economia baiana, cuja a produção iniciou-se por volta da segunda década do século XVII, na zona de confluência dos rios Paraguaçu e Jacuípe e além da orla do Recôncavo<sup>132</sup>. Era essa região conhecida como os “campos da Cachoeira”, de onde se espalhou para os campos arenosos de São José das Itapororocas, Serrinha, Irará, Santo Amaro e Pedrão<sup>133</sup>.

Em 1711, Antonil dizia ser o fumo “um dos gêneros de maior estimação que hoje saem desta América meridional para o Reino de Portugal e para outros reinos e repúblicas de nações estranhas”<sup>134</sup>. Naquele período, o seu comércio se fazia através da exportação para

---

<sup>131</sup> VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 256.

<sup>132</sup> MATTOSO, op. cit., p. 463.

<sup>133</sup> SCHWARTZ, op. cit., p. 84.

<sup>134</sup> ANTONIL, op. cit., p. 149.

Portugal e, deste, para outros países europeus como Holanda, França e Espanha, lugares onde reputavam a qualidade do fumo do Brasil. Comercializava-se com a África, na troca (escambo) por escravos, para utilizar a mão-de-obra destes nos engenhos, na exploração de minérios, bem como na própria lavoura fumageira. E, ainda que em menor volume, o fumo circulava na própria Colônia para consumo interno<sup>135</sup>. Durante aquele período, essa lavoura só perdia em importância para o açúcar<sup>136</sup>.

Embora não se disponha de uma descrição pormenorizada e completa de uma fazenda de fumo – como se encontra sobre o engenho de açúcar –, as informações minuciosas acerca do processo de cultivo e manufatura são suficientes para demonstrarem que a organização da produção do fumo era semelhante à complexidade que envolvia a da cana-de-açúcar. Podemos depreender que ambas as produções eram monocultoras e escravistas, cujos interesses comerciais estavam voltados para o mercado externo<sup>137</sup>.

A lavoura de fumo requeria um cuidado especial, cujo trabalho contínuo e infatigável justificava a utilização do braço escravo naquela produção. Como não encontramos dados quantitativos nos inventários que nos permitisse a elaboração de uma tabela referente à produção agrícola e pecuária amparadas no trabalho escravo, recorreremos à uma outra onde separamos cada inventário com a produção existente e o número de escravos que atuavam nas referidas atividades.

**TABELA 6**  
**PRODUÇÃO E NÚMERO DE ESCRAVOS POR INVENTARIADOS (1850-1888)**

| PRODUÇÃO                         | NÚMERO DE INVENTARIADOS | NÚMERO DE ESCRAVOS | MÉDIA ESCRAVOS / INVENTARIADOS |
|----------------------------------|-------------------------|--------------------|--------------------------------|
| Açúcar/Mandioca                  | 02                      | 32                 | 16                             |
| Café                             | 01                      | 10                 | 10                             |
| Gado                             | 55                      | 478                | 8,7                            |
| Gado/Açúcar                      | 03                      | 199                | 63,4                           |
| Gado/Açúcar/Mandioca             | 04                      | 208                | 52                             |
| Gado/Açúcar/Tabaco/Mandioca      | 01                      | 28                 | 28                             |
| Gado/Algodão                     | 04                      | 48                 | 12                             |
| Gado/Mandioca                    | 53                      | 790                | 14,9                           |
| Gado/Mandioca/Algodão            | 06                      | 101                | 16,8                           |
| Gado/Mandioca/Café               | 02                      | 15                 | 7,5                            |
| Gado/Mandioca/Milho/Feijão/Pomar | 01                      | 07                 | 07                             |
| Gado/Mandioca/Pomar              | 02                      | 74                 | 37                             |
| Gado/Pomar                       | 02                      | 27                 | 13,5                           |
| Gado/Tabaco                      | 03                      | 50                 | 16,7                           |

<sup>135</sup> NARDI, Jean Baptiste. *O fumo no Brasil-Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 29 e 35.

<sup>136</sup> AB' SABER, op. cit., v. 2, p. 236.

<sup>137</sup> Idem, p. 237.

| PRODUÇÃO                                       | NÚMERO DE INVENTARIADOS | NÚMERO DE ESCRAVOS | MÉDIA ESCRAVOS / INVENTARIADOS |
|--|-------------------------|--------------------|--------------------------------|
| Gado/Tabaco/Mandioca                           | 13                      | 131                | 10,1                           |
| Gado/Tabaco/Mandioca/Algodão/Café/Milho/Feijão | 01                      | 88                 | 88                             |
| Gado/Tabaco/Mandioca/Algodão/Milho             | 01                      | 38                 | 38                             |
| Gado/Tabaco/Mandioca/Café                      | 01                      | 16                 | 16                             |
| Gado/Tabaco/Mandioca/Feijão/Milho              | 01                      | 05                 | 05                             |
| Gado/Tabaco/Mandioca/Milho/Feijão/Pomar        | 01                      | 18                 | 18                             |
| Mandioca                                       | 10                      | 67                 | 6,7                            |
| Mandioca/Algodão/Café                          | 01                      | 01                 | 01                             |
| Mandioca/Café                                  | 01                      | 04                 | 04                             |
| Mandioca/Milho/Feijão                          | 01                      | 08                 | 08                             |
| Mandioca/Pomar/Cachaça                         | 01                      | 09                 | 09                             |
| Tabaco/Mandioca                                | 02                      | 30                 | 15                             |
| TOTAL  | 173                     | 2482               |                                |

Fonte: APEB. Seção Judiciário. Série Inventários; BSMG. Seção Manuscritos.

Podemos verificar através da Tabela 6 que não foi encontrado nenhum inventariado com atividade produtiva apenas do tabaco na região de Feira de Santana. A tabela nos mostra ainda que essa atividade era sempre consorciada com outra produção, principalmente a pecuária bovina. Essa ligação é justificada, dentre outras, pela necessidade do estrume do gado ser utilizado como adubo, visto que a lavoura do tabaco precisava de forte adubação em razão de o solo ficar facilmente exaurido após a safra dessa planta. Encontramos 13 inventariados com essa atividade aliada à lavoura da mandioca e à pecuária. Entre eles, a média de escravos que atuava nessas atividades foi de 10,1. Esse número altera-se para 16,7 quando se encontra apenas a sua produção aliada ao gado. No caso dos que produziam apenas o tabaco e a mandioca, identificamos dois inventariados, cuja média de escravos foi de 15 para cada um.

Daí em diante, aparecem seis inventariados que têm lavouras de tabaco associadas à outras produções, cujo número de escravos diverge assustadoramente, em razão de não haver produções associadas iguais. Foi o caso, por exemplo, do fazendeiro Francisco José da Silva que, em sua fazenda Casa Nova, em São José das Itaporocas, além da pecuária, cultivava tabaco, mandioca, algodão, café, milho e feijão utilizando, para isso, o trabalho de 88 escravos<sup>138</sup>; e de um outro que produzia em suas terras gado, tabaco, mandioca, feijão e milho contando com a mão-de-obra de apenas cinco escravos. No caso desse último exemplo, podemos acreditar que o trabalho nessa unidade produtiva era associado à mão-de-obra de natureza familiar.

<sup>138</sup> APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Auto 1/211/378/8.

Infelizmente, como dissemos, não dispomos de nenhum inventariado com atividade produtiva apenas do tabaco, o que nos permitiria ver a quantidade necessária de mão-de-obra escrava numa propriedade com atividade apenas dessa natureza.

Mesmo servindo como moeda para aquisição de escravos na África<sup>139</sup>, onde desde meados do século XVII cerca de 3000 toneladas já haviam sido exportadas para o Golfo de Benim<sup>140</sup>, o seu cultivo, como já foi dito anteriormente, também estava intimamente ligado à pecuária, que adubava o solo com esterco e fornecia o couro para embalagem.

*Schwartz* afirma ser o fumo “um produto de menor prestígio e menos dispendioso, acessível a agricultores mais modestos, mas não era uma ‘cultura de homem pobre’”, visto que essa produção era aliada à mão-de-obra escrava, afirmando, inclusive, que estes compunham a metade da população das paróquias vizinhas de Cachoeira no século XVIII – incluindo-se aí São José das Itaporococas. Essa proporção, ainda segundo ele, era “menor que a encontrada nas paróquias das áreas açucareiras, porém elevada o bastante para afastar qualquer idéia de uma cultura de pequenos proprietários a lavrar sozinhos sua própria terra”<sup>141</sup>.

*Barickman* vai ainda mais longe afirmando que na Bahia, o exemplo da lavoura fumageira refuta “a tese de que a escravidão era incompatível com atividades ‘intensivas em cuidados’ e que somente atividades ‘intensivas em esforço’ podiam empregar a mão-de-obra cativa”<sup>142</sup>.

Assim, embora se afirme que a mão-de-obra escrava não fosse muito utilizada na lavoura fumageira, em comparação com a cultura da cana-de-açúcar, a Tabela 6 pode demonstrar que onde ela se fez presente, o número médio de escravos foi alto o suficiente para contestar autores que afirmam o inverso. Em Tanquinho, por exemplo, na fazenda Jurubeba, quando foram inventariados os bens de João Ferreira da Silva<sup>143</sup>, em 1854, constaram, dentre outros bens, 143 cabeças de gado bovino, cinco cavalos e 110 cabras, uma prensa, 50 arrobas de fumo e 27 escravos, confirmando assim a tese anteriormente defendida de que a produção de fumo não era cultura apenas de gente pobre.

Para a produção do fumo, as folhas do tabaco eram secadas e prensadas em máquinas, quando então eram enfardadas, embaladas em couro e encaminhadas para venda na feira. As folhas grandes eram utilizadas na confecção de charutos, enquanto as pequenas se

<sup>139</sup> MATTOSO, op. cit., p. 463.

<sup>140</sup> SCHWARTZ, op. cit., p. 84.

<sup>141</sup> Idem, p. 84-85.

<sup>142</sup> BARICKMAN, op. cit., p. 295.

<sup>143</sup> APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Auto 1/212/381/7.

usavam na manufatura de cigarros. Entretanto, como não havia fábrica de charutos ou cigarros no município, o fumo saía nesse estado para o porto de Cachoeira ou Salvador, de onde seguia para venda no mercado internacional<sup>144</sup>. De outro modo, as folhas do tabaco eram torcidas e enroladas em cordas de fumo, cujo trabalho era penosamente executado por escravos<sup>145</sup>.

A venda do fumo feita na feira não estava livre da ação fraudulenta de alguns comerciantes. Em 27 de novembro de 1857, os vereadores da Câmara de Feira de Santana registraram a insatisfação dos compradores de fumo do município quanto a necessidade de “tomar-se uma medida preventiva contra os abusos cometidos pelos lavradores q trazem fumos para vender no mercado desta Cidade, os quaes molhão de proposito o fumo e deitão no interior dos fardos pedras, bagaços para assim illudirem aos compradores”. Assim, contra tais abusos, a Câmara apresentou uma postura a ser aprovada pela Assembléia, consistindo na punição de 20\$000 réis de multa ou oito dias de prisão, àqueles “que de proposito molharem o fumo em folha, ou juntarem no interior do fardo pedras, páos ou qualquer corpo estranho do genero”<sup>146</sup>.

O período analisado nessa pesquisa não corresponde à época áurea da produção de fumo na região de Feira de Santana, visto que com o fim do comércio intercontinental de escravos ele deixou de servir como moeda para a compra destes últimos, provocando, assim, uma queda no seu plantio e beneficiamento. Entretanto, os inventários atestam que o plantio do tabaco continuou sendo feito na região. Entre os 200 inventários pesquisados, em pelo menos 24 deles foi confirmada a presença do cultivo do tabaco, fosse através do produto final, o fumo, fosse através de equipamentos utilizados na produção.

A arrecadação obtida pela Câmara Municipal através da cobrança da taxa sobre a comercialização do fumo, entre 1879 e 1880, foi equivalente a 3:500\$000 réis, correspondente a 27,0% da receita total. Cada fardo de fumo era taxado em \$120 réis para comercialização no mercado do município. Portanto, nesse ano financeiro foram vendidos 29.167 fardos de fumo<sup>147</sup>. Cada fardo pesava 250 libras<sup>148</sup>, o que equivale aproximadamente a 108,78kg. No exercício financeiro de 1882 a 1883, a arrecadação foi de 5:000\$000 réis, taxados a \$100 réis por fardo, o que representou uma produção espetacular de 50.000 fardos<sup>149</sup>. No primeiro ano

---

<sup>144</sup> POPPINO, op. cit., p. 74, 180-181. Segundo esse autor, existiu, por algum tempo, ainda no século XIX, certo número de fábricas de charutos em Feira de Santana que, no início do século seguinte foram absorvidas por empresas de Salvador e Cachoeira.

<sup>145</sup> DEL PRIORE, Mary & VENÂNCIO, Renato. *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006, p. 118.

<sup>146</sup> APEB. Seção Colonial/Provincial. Série Câmaras. Maço 1311 (caderno 1857)

<sup>147</sup> Idem, ibidem. Maço 1313 (caderno 1879)

<sup>148</sup> POPPINO, op. cit., p. 63.

<sup>149</sup> APEB. Idem. Maço 1312 (caderno 1882-1883)

contábil mencionado, o fumo foi responsável pelo segundo lugar na arrecadação municipal, perdendo para as rendas obtidas com o gado e seus derivados, correspondente a 46% da receita municipal. Posteriormente, com o declínio do comércio do gado em 1890, a renda obtida pela Câmara com a cobrança de impostos sobre a venda do fumo vai ser responsável por quase dois terços da receita anual arrecadada pelo governo municipal<sup>150</sup>.

Podemos auferir que embora já não tivesse a importância que tinha antes de 1850, a produção de fumo em Feira de Santana continuou representando uma grande fonte de receita para o município ao longo do século XX.

### **Cana-de-açúcar e algodão**

As outras atividades agrícolas desenvolvidas na região de Feira de Santana, cujas produções também estavam voltadas para a exportação, eram as da cana-de-açúcar e do algodão. Essas culturas, na verdade, não chegaram a representar grande fonte de receita para o município, embora as suas presenças sejam suficientes para justificar a diversidade agrícola onde era utilizada a mão-de-obra escrava existente na região.

No caso da produção de cana-de-açúcar, como sabemos, o seu cultivo no Brasil vem desde os primeiros anos em que suas terras começaram a ser exploradas comercialmente pelos portugueses. Produto de grande valor comercial na Europa, foi nas Capitanias da Bahia e Pernambuco onde se iniciaram as primeiras grandes produções de açúcar. Até o início do século XVIII, na Bahia, os engenhos se fixaram, em sua maioria, no entorno da Baía de Todos os Santos, principalmente em Salvador, Madre de Deus, São Francisco do Conde, Santo Amaro e Cachoeira. Com o surto agrícola ocorrido no final do século XVIII<sup>151</sup>, a expansão dos engenhos tendeu a ocupar as áreas de massapé mais afastadas do litoral do Recôncavo. A exemplo, temos o interior da freguesia de São Francisco do Conde, cujos canaviais ocuparam terras que hoje compreendem os municípios de São Sebastião do Passe, Pojuca e Catu; e Santo Amaro, que estendeu a sua “doce língua de açúcar” até os atuais municípios de Amélia Rodrigues, Conceição do Jacuípe, Terra Nova e Teodoro Sampaio. Acompanhando esse último surto açucareiro, os canaviais chegaram até a porção Sul do termo da Vila de Feira de Santana, cujos engenhos se fixaram nas localidades de Limoeiro e Humildes.

Porém, o período que ora estamos analisando compreende o declínio das lavouras agrícolas na Bahia. E, em relação ao açúcar, Rômulo Almeida explica-nos que, embora essa produção tenha passado por um rendimento extraordinário com a introdução de novas

---

<sup>150</sup> POPPINO, op. cit., p. 222-223.

<sup>151</sup> PRADO Júnior, op. cit., p. 84.

espécies de cana-de-açúcar, economizado lenha com processos produtivos modernos, e as máquinas tenham reduzido a necessidade animais e de braços escravos, isso não foi o suficiente para manter a estabilidade no preço do açúcar. Ele aponta várias razões para essa situação. A falta de escravos que já não vinham mais da África, e ainda eram vendidos para a lavoura cafeeira do Sul do país, provocou uma oportunidade de crescimento a partir da escassez da mão-de-obra africana. Porém, o principal fator da estagnação do comércio do açúcar, para ele, foi o comércio internacional: Portugal já não dava preferência de compra ao nosso produto, e outros países europeus, como a Espanha, Inglaterra, França e Holanda, tinham suas próprias colônias onde produziam açúcar. E assim, “entre 1873 e 1890, a crise no Recôncavo açucareiro, que já vinha de antes, se tornou aguda”<sup>152</sup>.

Em Feira de Santana, em 1835, encontramos quatro proprietários de engenhos localizados nas terras de Limoeiro e São Simão, cuja posse de escravos era superior a 20<sup>153</sup>. Já em nosso período de estudo, encontramos onze inventariados com atividade canvieira em suas terras. Tivemos a oportunidade de verificar que os engenhos da região, situados todos na freguesia dos Humildes, não eram voltados unicamente para a fabricação de açúcar, pois em um deles produzia-se cachaça.

Conforme a Tabela 6, não foi encontrado nenhum inventariado produzindo apenas açúcar. Porém, como foi visto, os três que aliaram sua atividade canvieira à pecuária, concentraram a maior média de escravos por proprietário: 63,4. Outros quatro, além dessas duas últimas atividades, cultivaram mandioca, e a quantidade média de escravos entre eles foi de 52. Registramos ainda dois proprietários escravistas empregando 32 escravos na atividade açucareira e na lavoura da mandioca. Apenas um conjugou suas atividades econômicas entre a produção de açúcar, tabaco, mandioca e a pecuária, contando com a mão-de-obra de 18 escravos. O único inventariado que aparece utilizando cana-de-açúcar para produzir cachaça foi dona Joana Maria de Jesus, moradora na sua fazenda Capoeira, em Humildes, cuja “casa de alambique” fora descrita como velha, bem como seu equipamento formado por alambique, tanque de madeira, coxos, porrões (potes), pipa, baldes, bica de pôr água e uma “dorna de resfriar água da serpentina”. Nessa propriedade ela contava com o serviço de nove escravos<sup>154</sup>.

O que se produzia de açúcar nessas propriedades, muito provavelmente, era levado para ser vendido em Santo Amaro, Cachoeira ou Salvador, pois, em momento algum

---

<sup>152</sup> ALMEIDA, Rômulo Barreto de. Traços da História Econômica da Bahia no último século e meio. In. *Planejamento*. Salvador, 5 (4): 19-54, out./dez. 1977, p. 30-31.

<sup>153</sup> Verificar os nomes desses proprietários de engenhos no Apêndice A.

<sup>154</sup> APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Auto 1/231/425/6.



encontramos a Câmara cobrando taxas sobre o comércio do açúcar no município. Ao contrário da cachaça, cuja receita arrecadada sobre a comercialização de “líquidos espirituosos” sempre foi expressiva, como demonstram vários balanços financeiros da referida Câmara.

Embora fosse cultivada certa quantidade de cana-de-açúcar na região de Feira de Santana, em áreas próximas a rios ou riachos, o seu solo, que não era tão rico quanto os férteis massapés do Recôncavo, nunca favoreceu um cultivo que justificasse o desenvolvimento dessa lavoura. Progressivamente, essa cultura foi sendo abandonada e substituída por pastos de capim para a pecuária bovina.

Além do cultivo da cana-de-açúcar, a outra atividade agrícola voltada para a exportação foi a cultura do algodão. Desenvolvida durante o período colonial, quando então se tornou a terceira lavoura em importância na pauta de exportações, perdendo apenas para tabaco e a cana-de-açúcar, a variedade do algodão cultivado era nativo do Brasil, onde nascia naturalmente em quase todo o seu território<sup>155</sup>.

Os portugueses quando aqui chegaram conheceram o seu uso através dos índios que já faziam redes para dormir e pescar<sup>156</sup>. Inicialmente, a produção do algodão era destinada à confecção artesanal de tecidos grosseiros, usados para vestir os escravos. Posteriormente, em consequência da sua procura no mercado internacional, como resultado da Revolução Industrial promovida pela Inglaterra, que necessitava de matéria-prima para produção em larga escala, a lavoura algodoeira encontrou espaço suficiente para progredir no Brasil. Foi no Maranhão e no restante do Nordeste onde essa lavoura mais se expandiu, principalmente pela sua localização geográfica, cuja relativa proximidade da Europa favorecia a exportação para a metrópole<sup>157</sup>, e pelo clima seco, fator importante para o seu plantio.

Economicamente viável quando explorada em larga escala, mesmo sendo uma lavoura de cuidados relativamente simples, a cultura do algodão consumia uma quantidade considerável de mão-de-obra escrava, especialmente no período da colheita. Contava-se, em média, com 50 escravos numa fazenda para se produzir anualmente 2.000 arrobas de algodão em caroço ou 600 arrobas de algodão descaroçado, ou em pluma<sup>158</sup>.

Na Bahia, os principais centros algodoeiros situavam-se na região de Caetité<sup>159</sup>, Rio de Contas, Bom Jesus dos Meiras<sup>160</sup> e Jacobina. Entre o fim do século XVIII e início do XIX,

---

<sup>155</sup> AB'SABER, op. cit., v. 2, p. 239.

<sup>156</sup> DEL PRIORE & VENÂNCIO, op. cit., p. 25.

<sup>157</sup> AB'SABER, op. cit., v. 2, p. 240.

<sup>158</sup> Idem, ibidem.

<sup>159</sup> Em passagem por Caetité, no início do século XIX, os naturalistas Spix e Martius fizeram registros sobre o cultivo do algodão que era, sobretudo, exportado para a Inglaterra. In. SPIX & MARTIUS, op. cit., p. 253.

inclusive, boa parte do algodão exportado pela Colônia era fornecida pela Bahia<sup>161</sup>. Na segunda década do século XIX, a produção dos Estados Unidos ultrapassou a do Brasil, graças à utilização da máquina de descaroçar. O uso desta permitiu que o beneficiamento do algodão se desenvolvesse sobre uma base capitalista proporcionando, assim, maiores lucros. Só para se ter uma idéia desse avanço, basta dizer que a “produção diária por escravo, no descaroçamento manual, orçava em cerca de uma libra diária (435 g), enquanto a máquina de Whitney descaroçava 160 kg de algodão por dia”<sup>162</sup>.

Na região de Feira de Santana, o cultivo do algodão iniciou-se em fins do século XVIII, nas terras próximas a São José das Itapororocas. A partir daí, ele se expandiu para as fazendas próximas das capelas de Nossa Senhora dos Remédios da Gameleira<sup>163</sup>, Senhor do Bonfim, Santa Bárbara e Nossa Senhora da Conceição do Riachão do Jacuípe. Como essa produção era um negócio rentável, muitos fazendeiros de gado passaram a diversificar suas atividades introduzindo essa cultura em algumas áreas de suas terras. *Poppino*, inclusive, chega a responsabilizar a lavoura do algodão pela introdução de grande número de escravos na paróquia de São José das Itapororocas<sup>164</sup>.

O algodão produzido era, em sua maior parte, destinado ao comércio, embora se utilizasse uma quantidade considerável na confecção de panos para vestir os escravos. Eram estes os responsáveis por todo o trabalho que ia da plantação à colheita, do descaroçamento ao enfardamento e, no interior das propriedades, da fiação à tecelagem de um pano grosseiro que, além de servir de vestuário para eles servia, também, para as vestes do trabalho cotidiano dos brancos<sup>165</sup>.

A produção do algodão baiano, além de ser destinado à exportação, em especial para a Inglaterra, era também destinado à indústria local que, instalada em Valença, se tornou a fábrica de tecidos “mais importante do império, quiçá de toda a América do Sul”. Em 1850 a produção dessa fábrica ultrapassou as 600 mil varas de pano. Esse produto era transformado em sacos que, aos poucos, “iam substituindo as caixas no transporte do açúcar”<sup>166</sup>.

Em Feira de Santana, como no resto do Brasil, a lavoura algodoeira decaiu rapidamente após a ascensão das formidáveis safras americanas que se beneficiaram do processo mecânico. Somente no período da Guerra de Secessão, que se desenrolou nos

---

<sup>160</sup> Atual município de Brumado.

<sup>161</sup> BARICKMAN, op. cit., p. 60.

<sup>162</sup> AB'SABER, op. cit., v. 2, p. 241.

<sup>163</sup> Atual Distrito de Governador João Durval Carneiro, que também já se chamou Ipuauçu.

<sup>164</sup> POPPINO, op. cit., p. 63.

<sup>165</sup> SANTOS Filho, op. cit., p. 36.

<sup>166</sup> AZEVEDO, op. cit., p. 10.

Estados Unidos entre 1860-65, é que o Brasil veio a ter uma nova retomada no cultivo do algodão<sup>167</sup>. O incentivo no plantio foi registrado na Ata de 05 de outubro de 1861, quando a Câmara recebeu uma cópia da Circular do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, informando acerca das vantagens que teriam os agricultores, caso optassem pela retomada do cultivo dessa planta. A Circular esclarecia que o momento era favorável, em decorrência da guerra civil americana que teve a sua produção interrompida, permitindo assim que outros locais viessem a fornecer algodão, principalmente, ao mercado inglês. Eles solicitavam que se empregassem todos os meios de convencimento aos lavradores, para que se iniciassem as “plantações logo que as chuvas o permitirem”. Dessa forma, a Câmara se empenhou nessa tarefa, se comprometendo para que cada um de seus membros influenciasse os agricultores locais nessa empreitada em “prol da prosperidade publica”, rogando ao Presidente da Província “a remessa de sementes indispensáveis a cultura [sic]”<sup>168</sup>.

Tal e qual os lavradores de tabaco e cana-de-açúcar, não encontramos nenhum inventariado com produção apenas de algodão, o que nos permitiria verificar a quantidade média de escravos necessária ao funcionamento de uma fazenda somente com essa atividade agrícola na região. Através da Tabela 6, podemos verificar que 13 inventariados consorciavam o cultivo do algodão à mandioca, ao tabaco, ao café, ao milho e ao feijão e à pecuária. Entre esses inventariados a média de escravos variou de apenas um, em uma propriedade que cultivava algodão, mandioca e café, até os 88 escravos do fazendeiro anteriormente citado, Francisco José da Silva. Portanto, só tivemos condições de aferir a média do número de escravos atuando no cultivo do algodão associado a outras culturas agrícolas. Somente em um caso, encontramos quatro inventariados que aliavam essa cultura à pecuária, cuja média foi de 12 escravos para cada um deles.

*Poppino* afirma que durante o Império o algodão era plantado praticamente nas maiores fazendas, onde havia o trabalho escravo, mas que antes do fim desse período o seu cultivo declinou. Chega até a afirmar que depois de 1880 ele passou a não constar como fonte importante de receita, no orçamento municipal<sup>169</sup>.

Além dessas três culturas agrícolas analisadas, e que estavam voltadas para o mercado externo, houve uma quarta que se mostrou de muita importância para o funcionamento das fazendas da região: a cultura da mandioca, cujo principal derivado, a

---

<sup>167</sup> ALMEIDA, op. cit., p. 33.

<sup>168</sup> APEB. Seção Colonial/Provincial. Série Câmaras. Maço 1312 (caderno 1861).

<sup>169</sup> POPPINO, op. cit., p. 183.

farinha, servia de alimento à família dos fazendeiros e, principalmente, como base de sustento dos escravos.

### **Mandioca**

A mandioca, também conhecida como “pão da terra” e de fácil adaptação a qualquer terreno para cultivo, com suas qualidades nutritivas, constituiu o alimento básico do sertanejo<sup>170</sup>. Com a sabedoria adquirida pelos índios, os colonos aprenderam a manuseá-la, a fazer e saborear a farinha, a goma, a puba, o beiju, a tapioca etc., elegendo-a como gênero primordial para alimentação da Colônia. Na verdade, conhecimento transmitido pelas índias, cujo trabalho foi perpetuado nas casas de farinha, onde o serviço era praticamente destinado à mão-de-obra feminina, ficando com os homens o trabalho mais pesado, como impulsionar a roda e apertar a prensa.

A mandioca e seus derivados eram comercializados na Colônia e, como produto sujeito às intempéries do clima – assim como o gado –, o seu preço oscilava conforme a alternância dos períodos de seca e chuva. Entre 1770 e 1800, período compreendido por uma longa estiagem, o seu preço elevou-se, tendo uma queda considerável na década de 1810 e tornando a subir na década de 1820. Essas oscilações de preço acompanhavam o da carne, que elevou bastante “em consequência de secas no sertão em 1774, 1791-3 e 1819-21 e de crescente demanda por gado da parte dos senhores de engenho”<sup>171</sup>.

A roça de mandioca podia ser conjugada com plantação de milho ou feijão entre as covas, resultando numa cultura diversificada de gêneros alimentícios atestando, assim, o dinamismo da produção nas fazendas de gado da região. Na maioria das vezes, na mesma unidade produtiva que tinha como seu principal produto o gado, nela, também, o cultivo da mandioca se fazia de forma intensa. Na comarca de Feira de Santana, dos 200 inventários *post-mortem* pesquisados, em 105 deles foi registrada a presença de casas de fazer farinha ou de roças de mandioca. Deve-se considerar a ausência da menção dessas roças em muitos inventários, em consequência da colheita que já tinha sido feita, ou mesmo a perda da lavoura em razão da escassez de chuvas.

Para a transformação em farinha, a mandioca passava por vários processos. Às mulheres cabiam os serviços de descascar e lavar a mandioca, ralar no rodete, cuidar da massa, limpar, peneirar e sessar a farinha saída do forno. Aos homens eram destinados os serviços mais pesados como o impulsionamento da roda, “aperto e aprestamento da prensa e o

---

<sup>170</sup> PRADO Júnior, op. cit., p. 159-160.

<sup>171</sup> SCHWARTZ, op. cit., p. 253.

suprimento de lenha para a fornalha gananciosa”<sup>172</sup>. Essa atividade desenvolvida na casa de farinha, absorvia não muita mão-de-obra, daí ser tratada, sob vários aspectos, como “uma cultura ideal para pequenos agricultores, quer tivessem escravos, quer contassem apenas com o trabalho familiar”, pois, “antes de mais nada, ao plantar mandioca, davam um passo importante para garantir a própria subsistência”<sup>173</sup>.

**FIGURA 7**



Casa de farinha.

Fonte: Percy Lau. IBGE. *Tipos e aspectos do Brasil*, p. 159.

Nas fazendas maiores da região, o preparo da farinha era trabalho dos escravos. Já em propriedades menores esse trabalho podia ser de natureza familiar. Inicialmente, a produção destinava-se ao consumo interno das fazendas e o excedente seguia para a venda nas feiras da região. Esse consumo tendeu a crescer cada vez mais, em razão do sucessivo aumento da população local.

A produção agrícola dependia inteiramente da regularidade das chuvas e, quando essas faltavam, a seca que se seguia refletia-se nos preços dos produtos alimentícios, inclusive da farinha de mandioca. Em 27 de agosto de 1857, por exemplo, a Câmara Municipal solicitou ao Presidente da Província auxílio para a grave crise instaurada em virtude da seca na região. Nessa Ata, eles reclamaram da dificuldade das “famílias remediadas” se manterem, e a possibilidade da “classe pobre miseravelmente” perecer, ante a escassez de alimentos, principalmente da farinha de mandioca, vendida a oito mil-réis o alqueire, correndo o risco de,

<sup>172</sup> BOAVENTURA, op. cit., p. 275.

<sup>173</sup> BARICKMAN, op. cit., p. 274 e 276.

em pouco tempo, dobrar de preço. Menos de dois meses depois a Câmara cobrou do Presidente da Província o auxílio para socorrer o comércio da Vila, em relação aos preços exorbitantes dos gêneros alimentícios – sobretudo da farinha de mandioca – cobrados pelos atravessadores<sup>174</sup>.

Dos 105 inventariados que registraram a presença desse cultivo, em apenas dez deles aparece somente a plantação de mandioca. Através da Tabela 6 podemos verificar que o total de escravos desses referidos inventariados foi de 67, o que nos leva a concluir que os agricultores de mandioca necessitavam, em média, de 6,7 escravos para manter essa lavoura.

Os dados aqui apresentados praticamente coincidem com os de *Schwartz* e *Barickman*, embora o espaço de estudo de ambos não seja o sertão, e sim o Recôncavo baiano. O primeiro afirma ser necessário para o manejo da referida cultura, em média, pouco mais de cinco escravos por plantel. Para o outro, “o típico lavrador escravista de mandioca do sul do Recôncavo possuía de dois a oito cativos”<sup>175</sup>.

A importância da produção da farinha de mandioca nas fazendas da região de Feira de Santana era tamanha que se refletia até na construção de cômodos especiais para o seu armazenamento e de outros cereais. Boaventura cita como exemplo a fazenda Dizimeiro, onde “havia no casarão dependência, revestida de madeira a parede, (...) para armazenar farinha, outra para feijão”. Para ele, esse estoque era sinal de abundância, servindo para suportar as longas estiagens, e só se desfazendo quando realmente garantida a nova safra<sup>176</sup>.

Através da Tabela 6, podemos observar ainda que nas fazendas escravistas da região se produziam outras culturas agrícolas, além das quatro referidas anteriormente. Encontramos sete propriedades com cultivo de café e apenas cinco com feijão e milho. Essas duas últimas plantações certamente estiveram presentes nas propriedades rurais de quase todos os inventariados. Essa hipótese é baseada na necessidade que esses grãos representavam – e ainda hoje representam – para o sustento alimentar dos sertanejos. Encontramos ainda em diversos inventários, alguns pomares, cujas frutas destinavam-se ao complemento alimentar ou mesmo para o comércio nas feiras.

Os diversos elementos analisados neste capítulo, como a forma de ocupação das terras da região, o seu povoamento pelas fazendas de gado, a importância da pecuária no surgimento da Vila de Feira de Santana e na sua economia, e a existência de diversas culturas agrícolas geraram a necessidade da grande presença de escravos na região.

---

<sup>174</sup> APEB. Seção Colonial/Provincial. Série Câmaras. Maço 1310 (caderno 1857).

<sup>175</sup> SCHWARTZ, op. cit., p. 363. BARICKMAN, op. cit., p. 248.

<sup>176</sup> BOAVENTURA, op.cit., p. 126.

O escravo, base do trabalho nas fazendas e nas áreas urbanas da região de Feira de Santana, será o objeto de estudo do próximo capítulo, destacando a sua presença na agricultura, na pecuária, nos serviços domésticos e em ofícios mecânicos e de serviço.

## TRABALHO ESCRAVO NAS FAZENDAS DE GADO

A escravidão em Feira de Santana já estava marcada desde o século XVII, quando João Peixoto Viegas povoou a região com gados e escravos<sup>177</sup>. Tempos se passaram, o número de habitantes e de escravos cresceu e se diversificou. A força de trabalho escrava era responsável por quase todos os serviços realizados, fossem eles no campo ou na cidade.

O censo de 1835, realizado dois anos após a criação da Vila, registrou um total de 4.518 escravos, representando 30,2% de uma população de 14.962 habitantes<sup>178</sup>. Conforme a Tabela 1, analisada no primeiro capítulo, das sete localidades que compunham o termo da Vila de Feira de Santana, foi a de São José das Itapororocas que apresentou o maior número de mão-de-obra escrava, seguida de Santa Bárbara e São Simão.

Porém, analisando a frequência relativa da população escrava em relação à população total, vemos uma mudança considerável nessa ordem: São José das Itapororocas mantém-se em primeiro lugar, com 39,7%, seguida de São Simão e Limoeiro, freguesias localizadas ao Sul de Feira de Santana, onde terras e clima se aproximavam mais do Recôncavo, e onde se concentrava boa parte dos proprietários de engenho, conforme pode ser visto no Apêndice A.

Embora Santa Bárbara fosse a localidade a ocupar o segundo lugar em números absolutos de escravos, a sua posição cai para quinto, na frequência relativa, precedida de Senhor do Bonfim e, por último, de Bom Despacho. Isto se deve à presença da atividade agrícola, além da pecuária, nessas três localidades.

Na Vila de Feira de Santana aparece a menor proporção entre o número de escravos e a população total: 20%. Esses dados evidenciam que a utilização dessa mão-de-obra na sede do termo era menor que nas outras localidades, em razão do comércio ser a sua atividade econômica mais importante, utilizando, na maioria das vezes, mão-de-obra livre.

Os dados da Tabela 7 indicam um número elevado de escravos na região de Feira de Santana, mesmo entre aqueles inventariados que apresentaram valor baixo de monte-mor. Desses, apenas seis não tinham escravos entre os bens arrolados.

---

<sup>177</sup> ANDRADE, op. cit., p. 42.

<sup>178</sup> É importante esclarecer que nesse censo não aparece a profissão do escravo, ele é registrado sempre sob essa condição e, quando a profissão é determinada, ela refere-se a pessoas de condição livre. Sendo assim, o censo confunde condição com profissão.



**TABELA 7**  
**QUANTIDADE DE ESCRAVOS POR INVENTÁRIOS (1850-1888)**

| QUANTIDADE   | Nº DE INVENTÁRIOS | %           |
|--------------|-------------------|-------------|
| não possuem  | 06                | 3,0         |
| até 05       | 75                | 37,5        |
| de 06 a 10   | 40                | 20,0        |
| de 11 a 20   | 42                | 21,0        |
| de 21 a 50   | 29                | 14,5        |
| de 51 a 100  | 06                | 3,0         |
| acima de 100 | 02                | 1,0         |
| <b>TOTAL</b> | <b>200</b>        | <b>100%</b> |

Fonte: APEB. Seção Judiciário. Série Inventários; BSMG. Seção Manuscritos

Podemos observar por essa tabela que a maioria dos inventariados possuía até cinco escravos entre seus bens, indicando uma predominância de pequenos proprietários escravistas. Somando-se esses aos que possuíam de seis a até dez escravos, temos um percentual de 57,5%, ou seja, mais da metade dos inventariados, compondo um grupo de pequenos fazendeiros que lavravam as suas terras contando com a sua própria força de trabalho e mais a do escravo. Essa é uma porcentagem típica de economia mista, onde se mesclava a atividade pecuária e agrícola. Embora o escravo fosse um bem de valor elevado, Del Priore e Venâncio afirmam que pela necessidade de abastecimento das vilas mais importantes, agricultores humildes acabavam por investir em escravos, “uma característica comum de pequenos ou grandes donos de terra”<sup>179</sup>.

Os 21% da faixa dos que possuíam de 11 a 20 escravos, correspondeu ao grupo intermediário dos fazendeiros inventariados. Esses eram proprietários de um expressivo número de fazendas e tinham entre os seus bens, além de terras, muitas cabeças de gados e dedicavam-se à atividade agrícola.

Os senhores escravistas inventariados com mais de 21 cativos eram, em geral, grandes proprietários de terras. Esse número correspondeu a 37 inventariados ou, 18,5% do total. As suas atividades variaram: 27 deles desenvolviam a agricultura e a pecuária; quatro tinham engenho, lavouras e gados; três eram apenas pecuaristas; dois eram proprietários de engenho e criavam gados; e apenas um tinha lavoura agrícola e engenho. Dentre esses, podemos citar o coronel Joaquim Pedreira de Cerqueira, com um total de 127 escravos a seu serviço na residência, em Feira de Santana, em seu engenho Cazumbá, e em suas fazendas de gado Bonita, Mocambo e Ponta do Poço, em Camisão; João Silvério Barbosa, com 111 escravos trabalhando nas terras de seu engenho Tury, em Feira de Santana, e na fazenda de

<sup>179</sup> DEL PRIORE & VENÂNCIO, op. cit., p. 51.

gado do Riachão, também em Camisão; Francisco José da Silva, com 88 escravos; dona Helena Genebra de Santa Quitéria, em cujo espólio autuado em 1852, foi registrado um total de 81 escravos trabalhando em três fazendas, cada uma com 1.500 braças de frente por uma légua de fundo; e o Coronel José Batista Carneiro, falecido em 1864, que deixou 72 escravos desempenhando as mais diversas funções em suas 27 fazendas<sup>180</sup>.

Esses dados quase coincidem com os encontrados por Neves no Alto Sertão da Bahia, no século XIX, onde 53% dos inventariados possuíam até 10 escravos<sup>181</sup>.

## OCUPAÇÕES ESCRAVAS

O trabalho escravo em uma unidade agrária era diversificado. Embora a ocupação exercida por eles não fosse obrigatoriamente registrada nos inventários – principalmente os anteriores a 1872 –, quando aparece, fica evidente a diversidade dos trabalhos, variando de atividades ligadas à agropecuária, até aos serviços domésticos e os oficiais mecânicos e de serviços.

Computamos 2665 escravos nos 200 inventários pesquisados, dos quais apenas 1153 tiveram suas ocupações definidas, correspondendo a 43,3% do total. Portanto, nossa análise incidirá sobre esse percentual. Entre os demais escravos 37,6% não tiveram suas ocupações declaradas e 19,1% eram crianças fora da faixa economicamente ativa.

Os dados constantes nos inventários permitiram agrupar as ocupações dos escravos em quatro faixas de atividades: agricultura, serviços domésticos, oficiais mecânicos e de serviços, e pecuária, como pode ser visto através da Tabela 8.

**TABELA 8**  
**QUANTIDADE DE ESCRAVOS POR ATIVIDADE (1850-1888)**

| OCUPAÇÕES                                     | HOMENS      | MULHERES    | TOTAL       | %          |
|---|-------------|-------------|-------------|------------|
| 1 Agricultura                                 | 539         | 446         | 985         | 37,0       |
| 2 Serviços domésticos                         | 10          | 93          | 103         | 3,9        |
| 3 Oficiais mecânicos e de serviços            | 53          | 01          | 54          | 2,0        |
| 4 Pecuária                                    | 11          | 00          | 11          | 0,4        |
| 5 Ocupações não declaradas                    | 512         | 491         | 1003        | 37,6       |
| 6 Crianças fora da faixa economicamente ativa | 269         | 240         | 509         | 19,1       |
| <b>TOTAL</b>                                  | <b>1394</b> | <b>1271</b> | <b>2665</b> | <b>100</b> |

Fonte: APEB. Seção Judiciário. Série Inventários; BSMG. Seção Manuscritos.

<sup>180</sup> APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Autos 1/221/401/2, 1/241/451/3, 1/211/378/8, 1/188/326/1; BSMG. Seção Documentos Manuscritos. Documento sem registro.

<sup>181</sup> NEVES, op. cit., p. 257.

Dentre os escravos com ocupações declaradas, predominaram aqueles que trabalhavam na agricultura, 37%, demonstrando a grande absorção dessa mão-de-obra em lavouras como a do tabaco, mandioca, algodão e cana-de-açúcar. Em segundo lugar aparecem os escravos domésticos, correspondendo a 3,9%, com uma predominância absoluta de mulheres nessas atividades. Os 54 oficiais mecânicos e de serviços, que compreenderam apenas 2% do total encontrado, indicam a fraca especialização da mão-de-obra escrava entre os que trabalhavam nas fazendas. Finalmente, os escravos ocupados no serviço da pecuária foram apenas 11 homens, não aparecendo a participação explícita do serviço feminino nessa atividade, revelando que a lida essencialmente com o gado não demandava tanta mão-de-obra.

**TABELA 9**  
**OCUPAÇÕES DOS ESCRAVOS NOS INVENTÁRIOS (1850-1888)**

| OCUPAÇÕES           | HOMENS | MULHERES | TOTAL |
|---------------------|--------|----------|-------|
| Serviço da lavoura  | 452    | 380      | 832   |
| Serviço da enxada   | 73     | 56       | 129   |
| Serviço doméstico   | 08     | 36       | 44    |
| Serviço da casa     | 02     | 30       | 32    |
| Serviço da roça     | 14     | 10       | 24    |
| Carreiro            | 20     | --       | 20    |
| Costureira          | --     | 15       | 15    |
| Cozinheira          | --     | 10       | 10    |
| Vaqueiro            | 10     | --       | 10    |
| Carpinteiro         | 07     | --       | 07    |
| Músico              | 07     | --       | 07    |
| Sapateiro           | 06     | --       | 06    |
| Ferreiro            | 04     | --       | 04    |
| Lavadeira           | --     | 02       | 02    |
| Marceneiro          | 02     | --       | 02    |
| Alfaiate            | 01     | --       | 01    |
| Caldeireiro         | 01     | --       | 01    |
| Curraleiro          | 01     | --       | 01    |
| Mestre de açúcar    | 01     | --       | 01    |
| Oleiro              | 01     | --       | 01    |
| Pedreiro            | 01     | --       | 01    |
| Peneirador de massa | 01     | --       | 01    |
| Purgadeira          | --     | 01       | 01    |
| Tacheiro            | 01     | --       | 01    |
| TOTAL               | 613    | 540      | 1153  |

Fonte: APEB. Seção Judiciário. Série Inventários; BSMG. Seção Manuscritos

As informações obtidas na Tabela 8 permitiram desdobrar as atividades em diferentes ocupações, constantes na Tabela 9. Agricultura: serviços da enxada, da lavoura e da roça; serviço doméstico: cozinheira, costureira, lavadeira, serviços da casa e doméstico; oficiais mecânicos e de serviços: alfaiate, caldeireiro, carpinteiro, carreiro, ferreiro,

marceneiro, mestre de açúcar, músico, oleiro, pedreiro, peneirador de massa, purgadeira, sapateiro e tacheiro; pecuária: curraleiro e vaqueiro.

A profissionalização do escravo se deu em maior número apenas nas grandes concentrações escravistas. Em geral, o escravo da fazenda atuava em todas as atividades não-especializadas. Em vários inventários encontramos um escravo exercendo mais de uma atividade.

### **Escravos da Agricultura**

Como dissemos, o trabalho escravo na região de Feira de Santana era predominantemente ligado à agropecuária. Os escravos que trabalhavam na agricultura, em sua maior parte no cultivo de gêneros como a cana-de-açúcar, a mandioca, o tabaco, o algodão, o feijão e o milho, eram denominados de escravos da lavoura. Os outros que receberam denominação correlata a essa ocupação foram os da enxada e os da roça. Para efeito de simplificação, serão todos aqui denominados escravos da agricultura.

Os 985 escravos encontrados nos inventários trabalhando na agricultura perfizeram 85% daqueles que tiveram suas ocupações definidas na Tabela 9. Entre eles havia um equilíbrio quando se tratava da divisão do trabalho por sexo: 54,7% eram homens e 45,3% eram mulheres. Isso quer dizer que não se distinguia o gênero na hora de desempenhar o trabalho na lavoura.

Os métodos e técnicas utilizados na lavoura eram antigos, sendo em grande parte reproduzido pelos portugueses que aqui se instalaram, e outros que foram apropriados pelos conhecimentos indígena e africano. Em nenhum momento da pesquisa encontramos um arado na relação de ferramentas – embora a lista destas fosse extensa. Nem mesmo onde havia cultivo de cana-de-açúcar, onde ele era necessário, houve menção da sua presença.

Preparar o campo e as covas para o plantio era um trabalho penoso, ainda mais se levarmos em conta a exposição ao sol e à chuva, a alimentação recebida e uma jornada de 15 a 17 horas de trabalho diário exigido pelos senhores<sup>182</sup>. Antes dos primeiros raios matinais eles já estavam de pé, prontos para o trabalho, quando então recebiam as ordens, sob olhares atentos de feitores e capatazes, e seguiam para o campo com suas enxadas, foices, facões ou outras ferramentas necessárias. No relato de memórias de Maria Paes de Barros, senhora abastada na São Paulo de meados do século XIX, ela retrata a faina dos escravos, que

---

<sup>182</sup> MATTOSO. *Bahia, século XIX*, p. 119.

começava “desde a madrugada, ao toque do sino, até o anoitecer, com a enxada na mão iam executando, quase sem descanso, sob o chicote do feitor, os mais árduos trabalhos”<sup>183</sup>.

Para preparar a terra para o plantio, primeiramente cortavam-se as árvores com foices ou machados – a depender do tipo da mata – e efetuava-se a ‘queimada’. Após esse processo, aguardavam-se as chuvas, para então iniciar os serviços de plantio. Entretanto, existiam serviços que eram constantes na fazenda, como roçar, capinar, abrir picadas, destocar pasto, abrir covas, semear, podar, controlar as pragas, colher, etc. Era um serviço brutal. Daí porque muitos trabalhadores rurais livres evitassem “qualquer serviço que envolvesse pegar na enxada”<sup>184</sup>.

### **Escravos do Serviço Doméstico**

O trabalho realizado pelos escravos domésticos relacionava-se a todos os afazeres da casa: preparar a comida, carregar água para beber, tomar banho e cozinhar, servir à mesa, auxiliar nas tarefas da cozinha e dos quartos, lavar, engomar e passar as roupas à ferro, cuidar da limpeza e do esvaziamento de dejetos noturnos, rachar lenhas para o fogão, varrer o quintal, a casa e o terreiro, além de entregar recados. Não raras vezes, as escravas, com o leite da sua própria gravidez, amamentavam os filhos dos senhores e, mais tarde, estando eles crescidos, cuidavam deles como “ama-seca”<sup>185</sup>. Entre essas atividades, algumas se restringiam mais ao desempenho masculino e outras, ao feminino, elas não se mesclavam, como no trabalho agrícola.

Somando-se o número de escravos expressos na Tabela 9, ocupados no serviço doméstico e no serviço da casa – visto que eram trabalhos similares –, obtemos um total de 76 escravos, sendo que desses, apenas 10 corresponderam a mão-de-obra masculina. Entre esses encontramos Sabino, pardo, de 22 anos, avaliado em 1:300\$000 réis; Sérgio, Luiz e Ricardo, respectivamente com 25, 19 e 14 anos, todos três avaliados em 1:100\$000 réis correspondendo aos escravos com os valores mais altos encontrados nos inventários dos tenentes coronéis Antônio Teodoro da Silva e Joaquim Alves Godinho, e no de dona Bernardina Borges de Meirelles; e Ricardo e Antônio, escravos do capitão Inocêncio Afonso do Rego e dona Bernardina Borges de Meirelles, avaliados ambos em um conto de réis. Já os outros quatro não gozavam da mesma juventude desses, como Joaquim, africano de mais de 50 anos de idade, escravo do tenente coronel Manoel Joaquim Pedreira Sampaio, e Manoel do

<sup>183</sup> BARROS, Maria Paes de. *No tempo de dantes*. 2. ed. (1. ed. 1946). São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 103.

<sup>184</sup> BARICKMAN, op. cit., p. 223.

<sup>185</sup> GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 42.

Sul, escravo de José Vitorino de Oliveira, já velho e doente, quebrado das virilhas, avaliado em 100\$000 réis<sup>186</sup>.

No mesmo relato de memórias citado, a autora lembra por várias vezes do “mulato Joaquim, cocheiro de confiança”, que coincidentemente também executava tarefas domésticas como servir “uma grande bandeja com xícaras de chá, que iam passando a toda a família instalada em volta da mesa”<sup>187</sup>.

**FIGURA 8**



Escravas cozinhando (Litografia de Victor Frond).

Privando do lar do senhor, as escravas domésticas acumulavam as mais diversas funções, como Avelina, parda, de 17 anos de idade, que desempenhava os serviços de cozinheira, costureira e engomadeira; Clemência, mulata, “moça do serviço da caça, isto é engomadeira e costureira”; e Rita e Maria, crioulas, cozinheiras e lavadeiras<sup>188</sup>.

Ocupadas no serviço da costura, foram identificadas 15 escravas exercendo esse ofício feito, de um modo geral, no interior da casa, sob a supervisão de suas donas. A memorialista anteriormente citada, afirma que essa atividade era realizada na sala grande onde “sentava-se a senhora, na sua cadeirinha baixa, tendo à frente uma mesinha com a almofada dura para prender o trabalho”, auxiliada à pouca distância pelas “pretas costureiras, cada uma tendo seu banquinho e seu balaio. Faziam ali os trabalhos que a senhora determinava, até a

<sup>186</sup> APEB. Idem, *ibidem*. Autos 1/195/341/2, 1/183/316/8, 1/225/410/3, 1/207/369/8 e 1/192/336/5.

<sup>187</sup> BARROS, *op. cit.*, p. 21.

<sup>188</sup> APEB. Idem, *ibidem*. Autos 1/193/338/4, 1/176/302/5 e 1/246/463/10.

noitinha, quando levantavam acampamento” e se preparavam para outros afazeres como arrumar “os quartos para a noite, colocar velas nos castiçais e arear as bacias para os banhos”<sup>189</sup>.

Anna Ribeiro de Góes Bittencourt, outra memorialista, recorda quase a mesma cena em outro recorte espacial, em Catu de Santana, interior da Bahia:

Recordo com prazer ver minha mãe sentada em uma cadeira baixa, em frente de uma almofada de renda, pousada em um estrado onde as escravas trabalhavam. O estrado era um móvel indispensável na sala de jantar, que ao mesmo tempo era de costura. As escravas, ali sentadas, faziam renda ou coziam, tendo ao lado o balaio com os utensílios de costura ou pedaços de fazenda com que confeccionavam as peças de vestuários<sup>190</sup>.

Os tecidos não eram de fácil acesso, e o algodão, fiado e tecido pelas escravas tecedeiras, era transformado em panos grosseiros que serviriam para cozer roupas para os escravos<sup>191</sup>. Vários inventários atestam a presença de fusos e teares, além das rodas e máquinas de descaroçar algodão. Esses exemplos podem ser verificados através dos inventários de Manoel Pereira Lima e Sancha Maria de Oliveira<sup>192</sup> moradores, respectivamente, nas localidades de Senhor do Bonfim e Riachão do Jacuípe, locais onde houve cultivo e produção de algodão.

Segundo Lima, que pesquisou sobre o trabalho escravo rural no Piauí, na produção semi-industrial das Fazendas da Nação, o serviço de fiar e tecer predominava entre “as trabalhadoras fisicamente inaptas para outras tarefas, por serem jovens demais ou envelhecidas ou estarem ‘doentes para os serviços’”. Para ele,

As mulheres velhas e doentes pareciam dispor do tempo de trabalho exclusivamente para fiar e tecer, as ainda moças realizavam outras tarefas durante o dia e dedicavam-se aos teares a partir do anoitecer, ou seja, nas horas destinadas à reposição do desgaste da lida em outras tarefas da fazenda, estando, portanto, as trabalhadoras quase no limite da capacidade física<sup>193</sup>.

---

<sup>189</sup> BARROS, op. cit., p. 19.

<sup>190</sup> BITTENCOURT, Anna Ribeiro de G. *Longos serões do campo*. v. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 32-33.

<sup>191</sup> SANTOS Filho, op. cit., p. 36.

<sup>192</sup> APEB. Idem, *ibidem*. Autos 1/240/446/9 e 1/179/308/5, respectivamente.

<sup>193</sup> LIMA, Solimar Oliveira. Braço forte. Trabalho escravo nas Fazendas da Nação no Piauí: 1822-1871. Tese de Doutorado em História do Brasil. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2001, p. 56.

Ele atribui, entre elas, que algumas doenças como “aleijões na mão”, problemas de vista ou até mesmo algumas cegueiras, fossem conseqüências do uso continuado de rodas e teares que eram utilizadas quase sempre à noite e com iluminação precária<sup>194</sup>.

Ocupar-se dos serviços domésticos nem sempre era garantia de bons tratos ou de privilégios, pois “a proximidade do dono podia significar maus-tratos, tanto quanto boas oportunidades”<sup>195</sup>. A escravidão nos trabalhos domésticos não significava uma relação mais branda que nos outros, os privilégios que um escravo pudesse vir a ter seria mais pela relação de confiança que ele iria desenvolver com o seu senhor, do que pela proximidade em si<sup>196</sup>. Era um trabalho onde o negro estaria à disposição do seu dono durante o dia e à noite, se assim preciso fosse. Além do que, essa proximidade também poderia trazer perigo à casa, como o envenenamento por comida, executado por alguma escrava, ou escravo, descontente com o seu senhor.

### **Escravos Oficiais**<sup>197</sup>

Para o funcionamento pleno de algumas unidades produtivas, mesmo fazendas de gado, havia necessidade de mão-de-obra escrava em serviços que exigiam algum tipo de especialização. Eram os escravos oficiais que iriam realizar esses serviços e, sendo percebida alguma aptidão pelo senhor, logo cedo eram enviados a um “mestre oficial”, para que este pudesse ensiná-los a profissão em uma “tenda” do ofício, como o de ferreiro ou carpinteiro, quando então passavam a ser aprendizes. Essas tendas consistiam em “pequenos galpões cobertos de telhas, localizados próximos à casa-grande”, onde era encontrada uma infinidade de ferramentas referentes aos devidos serviços. Nelas, os aprendizes ficavam um tempo médio de dois anos acompanhando o mestre, quando então estariam aptos a comandar uma tenda<sup>198</sup>.

Esses escravos especializados denominados oficiais podiam ser divididos em dois grupos: os oficiais mecânicos e os oficiais de serviços. Dentre os componentes do primeiro grupo encontramos um alfaiate, sete carpinteiros, quatro ferreiros, dois marceneiros, um oleiro, um pedreiro e seis sapateiros. Ofícios exercidos exclusivamente por mão-de-obra escrava masculina. Os do segundo grupo, os oficiais de serviços, eram os carreiros, os

<sup>194</sup> Idem, p. 56.

<sup>195</sup> KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 289.

<sup>196</sup> ALGRANTI, Leila M. *O Feitor Ausente – estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro 1808-1822*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988, p. 84.

<sup>197</sup> Optamos por este termo normalmente utilizado para designar o trabalho desempenhado pelas mãos escravas, em oposição ao termo liberal, “pertinente aos homens nobres e livres”. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. (1. ed. 1936). São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 83.

<sup>198</sup> LIMA, op. cit., p. 81-82.



músicos, o peneirador de massa, e os que se ocupavam no serviço do engenho de açúcar, como a purgadeira, o mestre de açúcar, o caldeireiro e o tacheiro.

Os alfaiates e sapateiros trabalhavam na confecção do vestuário, principalmente masculino. O alfaiate que aparece na Tabela 9, José Martins, “cabra moço”, foi o único que apareceu descrito com nome e sobrenome no inventário de dona Helena Genebra de Santa Quitéria, avaliado em 750\$000 réis – o valor mais alto entre os seus 81 escravos, denotando a sua importância entre os demais<sup>199</sup>.

Trabalhando com a agulha, os alfaiates cortavam e costuravam as roupas de tecido de algodão barato que vestia os outros escravos e, algumas vezes, confeccionavam trajes masculinos para seus senhores. A julgar que de um total de 1153 escravos com ocupações definidas, constar apenas um com o ofício de alfaiate, revela a limitação da oferta desses profissionais. O mesmo não acontecia com os trabalhadores livres da Vila de Feira de Santana, em 1835, quando 46 homens foram registrados como alfaiates, revelando o impulso que aquele núcleo urbano vinha tomando e se afirmando em sua vocação comercial<sup>200</sup>.

O ofício de sapateiro estava intimamente ligado à criação de gado, pela necessidade da matéria-prima para a confecção de diversos produtos. Embora esse ofício estivesse voltado para a fabricação de sapatos, o seu trabalho não se limitava à confecção dos calçados da família do senhor, mas, também, à fabricação de cintos, alforjes, sandálias, arreios de montaria, os baús encourados que aparecem com abundância nos inventários sertanejos e outros utensílios derivados do couro. Boaventura demonstra que

do couro de boi se serviam os vaqueiros para todo mister na fazenda: roupa de trabalho – os **couros**, **bogó** para tirar água em poço e **borracha** para a transportar em viagens; embornal para a comida dos animais de tração ou viagem, de arreios; do couro cru para carregar terra, arrastado este rude transporte pelo boi manso. (...) Até as paredes de taipa eram amarradas com tiras de couro cru<sup>201</sup>.

Ainda no trabalho da fazenda, havia os oficiais mecânicos: carpinteiros, marceneiros, oleiros e pedreiros. Eram eles quem cortavam os troncos e serravam a madeira retirada das matas para o beneficiamento e transformação em esteios, portas, janelas e ripões para o telhado, assoalhos para o piso, faziam móveis, carroças e carros de bois. Também a confecção das cancelas que davam acesso aos pastos era serviço do carpinteiro.

<sup>199</sup> APEB. Idem, ibidem. Auto 1/188/326/1.

<sup>200</sup> Verificar a relação de profissões dessa população livre no Apêndice B.

<sup>201</sup> BOAVENTURA. Op. cit., p. 18. Grifo do autor.

Na construção dos currais, armazém para depósitos de materiais e casas de moradia entrava o trabalho dos pedreiros. Esses serviços consistiam em cavar as valetas para a fundação de alicerces feitos de pedra, barro e cal, e do erguimento e reboco das paredes. Eram eles quem talhavam as pedras que serviam de soleiras para portas, e ainda pintavam com cal as paredes das obras. Nesta pesquisa encontramos apenas um pedreiro: o crioulo Venceslau, de 70 anos de idade, aleijado de uma perna e rendido de uma virilha, deficiências causadas, talvez, por algum acidente ou resultado de anos de esforço e trabalho excessivo<sup>202</sup>.

Se o carpinteiro era responsável pela colocação de ripas e ripões nos telhados, ao oleiro cabia a manufatura das telhas que completariam o seu serviço. A quantidade expressiva de olarias nas unidades produtivas rurais da região de Feira de Santana denuncia que a fabricação de telhas e tijolos demandava o esforço de muita mão-de-obra. A presença de apenas um oleiro entre esses oficiais suscita duas hipóteses: havia outros escravos que executavam o mesmo serviço e não foram declarados com esse ofício ou então se empregava a mão-de-obra livre.

Havia cativos que trabalhavam com vários tipos de metais, embora a realidade aqui mostrada apresente apenas os que trabalhavam com o ferro. Nas fazendas, era comum aos escravos ferreiros a confecção de materiais necessários para a montaria como estribos, ferradura e bridas, bem como as caldeiras usadas nos engenhos e até serviços de funilaria, como panelas, canecos e baldes. Entre outros trabalhos que deveria ser feito a contragosto, estava “a manufatura das algemas, argolas, correntes, máscaras e outros instrumentos de tortura usados nos cativos”<sup>203</sup>.

No campo, os meios de transportes utilizados para carregar materiais em grandes quantidades eram a carroça e o carro de bois. A carroça, de manejo mais fácil e controlada pelo carroceiro, era destinada ao transporte de materiais mais leves como a lenha, que alimentaria o fogo da cozinha e os fornos do engenho e da casa de farinha. Transportava ainda o milho e o feijão colhidos na roça, destinados à subsistência e comercialização dos moradores das fazendas, e a mandioca retirada da terra e levada para o fabrico da farinha, onde seria descascada, ralada, prensada e preparada para o peneirador de massa passá-la na urupemba<sup>204</sup> e encaminhá-la à etapa seguinte, a torragem da farinha.

---

<sup>202</sup> APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Auto 1/239/444/1.

<sup>203</sup> KARASCH, op. cit., p. 277.

<sup>204</sup> Urupema ou Urupemba (tupi *uru'pema*, uru chato). Peneira de fibra vegetal para farinha de mandioca, milho, etc. *Larousse Cultural*. Dicionário da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Cultural, 1992, p. 1133.

FIGURA 9



Escravos fazendo farinha (Litografia de Victor Frond)

O trabalho do carreiro era guiar o carro de bois controlando, muitas vezes, parselhas de até 10 animais, devidamente amansados para esse ofício. Esses podiam ser denominados de bois mansos, bois de carro ou bois de brocha e chegavam a valer até 50\$000 réis, o dobro do preço de uma vaca. Na lentidão dos carros de bois se transportava o peso das madeiras tiradas das matas e das pedras que iriam servir nas construções. Eram eles que transportavam, ainda, as famílias que se dirigiam da fazenda aos vilarejos quando dos festejos dos calendários religiosos, ou por alguma outra necessidade. Carregavam, também, a cana que seria transformada em açúcar, em cujo serviço entrava a purgadeira para limpar, livrar de impurezas, clarear as fôrmas de açúcar na casa dita de purgar.

A relação de trabalho entre senhor e escravo, favoreceu o surgimento de uma relação paternalista entre eles, conseqüência, talvez, do próprio convívio que foi se formando ao longo dos anos. Residindo nas fazendas, ou mesmo nos engenhos, os senhores acabavam tendo suas vidas ligadas intimamente às de seus escravos e as relações surgidas daí, fossem elas patriarcais ou paternais, eram inevitáveis<sup>205</sup>.

Um exemplo dessa relação paternalista é a dos escravos músicos, declarados no inventário de dona Helena Genebra de Santa Quitéria<sup>206</sup> como “tocadores de instrumentos”<sup>207</sup>.

<sup>205</sup> GENOVESE, Eugene. *O mundo dos senhores de escravos: dois ensaios de interpretação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 87.

<sup>206</sup> APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Auto 1/188/326/1.

<sup>207</sup> Ainda hoje, a presença de afro-descendentes se constitui na maioria entre os componentes das bandas filarmônicas do interior da Bahia.

Aprender a tocar um instrumento musical não exigia apenas o uso da coerção por parte dos dominantes mas, também, habilidade para com o serviço, por parte dos dominados. Esses componentes serviam na medida em que senhores e escravos “negociavam” um tempo livre para o aprendizado do instrumento, já que estavam em constante submissão à sua supervisão.

Dona Helena Genebra vivia em estado de viuvez, sem filhos, morando em sua fazenda, chamada Gunza, no distrito de Senhor do Bonfim. Para os padrões da época era uma mulher abastada e, em 1835, figurou como a maior proprietária escravista do termo de Feira de Santana<sup>208</sup>. Quando do processo de inventário realizado após sua morte, o valor do montemor de seus bens totalizava quase quarenta contos de réis, compreendendo imóveis, escravos, gados e uns poucos móveis.

Em 04 de abril de 1852 – um mês antes de seu falecimento –, na fazenda Rosário, dona Helena ditou o seu testamento e, por não ter herdeiros forçados (pais, marido, filhos ou irmãos), declarou suas três sobrinhas-netas e afilhadas como herdeiras universais de seus bens. Dentre outras doações feitas a outros sobrinhos, afilhadas e legados pios, ela declarou possuir, na 15ª verba testamentária,

treis fazendas a saber Gunza, Rozario, e Saco do Barboza das quais faço repartição dellas por ser esta a minha vontade a saber para as minhas herdeiras sendo a do Gunza para Anna Roza com metade do Terno de Zabumba com os instrum.<sup>tos</sup> e Escravos, e a outra metade pelas outras herdeiras

e suas irmãs, Maria da Pureza e Maria das Neves.

Câmara Cascudo, entre outras definições para terno, diz ser “as cantigas, nem humorísticas nem eróticas, [que] eram acompanhadas por três instrumentos de sopro – pistão, clarinete, bombardino –, posteriormente aumentados em número, incluindo percussão, outrora inexistente”<sup>209</sup>.

Entre os aqui relacionados encontramos a presença de três instrumentos de sopro, quase todos distintos dos sugeridos por Cascudo: trompa, clarinete e clarim; bem como um de percussão: caixa; além de algum outro que não foi possível identificar, em razão do mau estado de conservação do documento pesquisado. Segundo o mesmo autor, a zabumba é um instrumento popular, utilizado nos sambas, batuques, maracatus e pastoris. Em relação ao Terno de Zabumba, ele afirma que

---

<sup>208</sup> Conforme Apêndice A.

<sup>209</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. 9. ed. São Paulo: Global, 2000. Verbetes Terno, p. 674-675.

Está presente para acompanhar o bailado dos quilombos, a dança das baianas, para tocar salvas nas rezas e acompanhar as procissões no meio rural e para os bailes onde não faltam, pois em baiano ou baião, ou em polca tocada por ele, todos os presentes dançarão (...)<sup>210</sup>.

No caso de uma outra função religiosa, além das salvas que anunciavam as procissões, o Terno saía “para pedir esmolas, acompanhando respeitosamente uma imagem de Santo Antonio Caminhante. Caminhante pelo fato de ser conduzido numa pequena caixa de madeira ou papelão para o peditório”<sup>211</sup>.

Não temos como afirmar se o Terno de Zabumba de dona Helena procedia da mesma forma. Entretanto, mesmo sendo uma senhora de grandes posses, é possível que ela alugasse o serviço de seus escravos para fazendeiros e proprietários da região, quando da realização de festejos religiosos particulares, como casamentos, batizados e missas festivas, ou em festas populares como o Terno de Reis, o tríduo junino e o Natal.

Esse Terno de Zabumba era composto por:

Manoel Joaquim, cabra moço, “tocador de caixa e trompa”, 700\$000 réis

Pedro Paulo, crioulo de boa idade, “tocador de clarinêta”, 500\$000 réis

Egídio, crioulo moço, “tocador de clarim”, 700\$000 réis

Gaspar, cabra moço, “tocador de trompa e caixa”, 700\$000 réis

João, africano velho, “tocador de clarim”, 200\$000 réis

Vitório, cabra moço, “toca clarineta”, 600\$000 réis

Domingos, “tocador de [...]”, 700\$000 réis

Pelo menos quatro deles ainda eram jovens e, a julgar pelo valor do último, muito provavelmente ele também era novo. João foi o único africano identificado, evidenciando que os crioulos, na maioria das vezes, eram sempre os preferidos para se ensinar algum ofício. Podemos verificar que a maioria dos instrumentos utilizados por eles era europeu, como clarinetas, clarins, trompas e caixas.

Além do Terno de Zabumba de dona Helena, encontramos outra banda de músicos no inventário do capitão Antônio Félix de Souza Estrella, julgado anos antes, em 1836<sup>212</sup>. O capitão Estrella, morador na fazenda Candéal, distrito de São José das Itaporocas, era um grande proprietário de terras, gados, alguns móveis e... muitos, muitos escravos. Em seu

<sup>210</sup> Idem, *ibidem*. Verbete Zabumba, p. 763.

<sup>211</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>212</sup> APEB. Idem, *ibidem*. Auto 1/217/393/1. Esse documento foi utilizado apenas nessa discussão, não fazendo parte dos 200 inventários utilizados nesta pesquisa.

inventário foi listado um total de 178 escravos: 106 homens e 72 mulheres. Os indícios apresentados no documento indicam que essa grande quantidade de mão-de-obra era absorvida na pecuária e no cultivo de tabaco e mandioca, pois entre os seus bens aparecem um armazém de fazer fumo e os acessórios de fazer farinha, e a grande maioria deles era do serviço da enxada, havendo a presença, ainda, de uns poucos oficiais de serviço.

Coincidentemente, também foram sete os escravos músicos do capitão: um zabumbeiro, um tocador de tambor, dois de flautim, dois clarinetistas e um instrumentista. Esse último, por não ter um instrumento que definisse sua aptidão, talvez tivesse o dom de tocar vários instrumentos, e não ficar limitado a apenas um.

O inventário do capitão Estrella foi bem mais rico nos detalhes que o de dona Helena pois, parecendo ser um grande apreciador de música e festas, foi relacionado e avaliado entre os bens, todos os instrumentos musicais utilizados por seus escravos: um realejo e os “Instrumentos de porta de Igreja”, compostos de duas clarinetas, duas flautas, duas trompas, uma caixa, um flautim e uma zabumba. É possível que essa relação denuncie que o escravo instrumentista tocasse alguns desses outros instrumentos que não foram associados aos demais integrantes do grupo.

**FIGURA 10**



Banda de música formada pelos escravos do cafeicultor Antônio Luís de Almeida. São Paulo, século XIX.

Fonte: Coleção família Almeida Valim. In. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. nº 2, Rio de Janeiro, 2005, p. 64.

Essa peculiaridade de se ter uma banda de músicos entre os escravos, geralmente ocorria entre ricos proprietários escravistas e em outras localidades além da Bahia. No Piauí,

Falci menciona músicos “contratados para o baile, e houve senhores muito ricos, como Simplício Dias da Silva, que contava com uma banda de músicos escravos”<sup>213</sup>.

Também na região cafeeicultora do Vale do Paraíba paulista eles eram encontrados. Sheila Faria demonstra que exhibições desse tipo denotavam distinção e poder aos cafeeicultores abastados, como Antônio Luís de Almeida, que mantinha em sua fazenda um conjunto formado por escravos regidos por um maestro europeu, que tocava música européia para receber os convidados nas festas que eram oferecidas em sua fazenda<sup>214</sup> (ver Figura 10).

Mary Karasch, trabalhando sobre o cotidiano dos escravos urbanos do Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX, refere-se a alguns escravos que “tocavam instrumentos europeus como profissão”, acrescentando ainda que lá a “maior empregadora de músicos escravos era a família real”<sup>215</sup>. Entre estes, a habilidade não era só instrumental mas, também, vocal. Nesta pesquisa não encontramos evidências de que tivessem habilidades vocais.

### **Escravos da Pecuária**

Nos serviços dedicados à pecuária aparecem 11 escravos, sendo dez vaqueiros e um curraleiro. É uma quantidade ínfima se levarmos em consideração que a região era povoada de fazendas de gado. Porém, esse número diminuto nos fornece indícios de que existiam outros vaqueiros exercendo o seu trabalho de forma livre e remunerada.

Perdurou durante o período colonial – e deve ter avançado por boa parte do Dezenove – o pagamento do vaqueiro livre em condições especiais. Conforme contrato verbal com o proprietário da fazenda, este pagaria ao vaqueiro um bezerro a cada quatro, cinco ou seis dos que nasciam e eram ferrados<sup>216</sup>. Com esse sistema, após quatro anos, aproximadamente, o vaqueiro poderia iniciar a sua própria criação de gado e, se houvesse disponibilidade de terras, ele poderia adquirir uma pequena propriedade, haja vista a pouca demanda de recursos iniciais para tal empreitada.

Trabalhando na fazenda, o vaqueiro tinha a sua morada garantida, fosse em casa de chão de terra batida ou num “puxado” da casa da fazenda. Era ele homem de confiança do fazendeiro. Essa confiança pôde ser demonstrada através de um pequeno gesto de reconhecimento feito a Saturnino, vaqueiro livre, que recebeu do capitão Praxedes Moreira da

<sup>213</sup> FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In. PRIORE, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 259.

<sup>214</sup> FARIA, Sheila de Castro. Os barões do Brasil. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano 1, nº 2, Rio de Janeiro, Agosto 2005, p. 63.

<sup>215</sup> KARASCH, op. cit., p. 281.

<sup>216</sup> NEVES, op. cit., p. 251.

Silva Bastos, fazendeiro do distrito de Senhor de Bonfim, quatro cabeças de gado “em pagamento aos bons serviços” por ele prestado, conforme disposição em testamento ditado em 27 de fevereiro de 1885, em sua fazenda Quituba<sup>217</sup>.

No censo de 1835 foram registrados 29 vaqueiros livres, concentrando-se nas localidades de São José das Itaporocas (14), Bom Despacho (nove) e Santa Bárbara (três), zonas historicamente marcadas pela atividade agropecuária<sup>218</sup>. Desses 29 moradores que se declararam vaqueiros, 27 eram pardos (93%), um negro e um branco. Silva, ao falar sobre eles durante o período colonial, afirma que normalmente, o “vaqueiro é homem livre, de prestígio e posição única na fazenda ou curral, tratado nos documentos por *senhor*, e se distingue claramente de seus homens”<sup>219</sup>.

Encontramos no inventário do fazendeiro capitão Manoel Ferreira da Silva, três vaqueiros com evidências de que trabalhavam de forma livre<sup>220</sup>. Nesse documento eles aparecem como seus devedores: Vicente, na quantia de 150\$000 réis; Antônio e Januário devendo 20\$000 réis, cada um. Como não havia escravos com esses mesmos nomes em seu inventário, os dados nos levam a inferir que esses vaqueiros estariam desempenhando as suas atividades de forma remunerada.

Agente fundamental no funcionamento da fazenda de gado, o trabalho do vaqueiro exigia certo conhecimento e aptidão para lidar com os animais e, desde cedo, provavelmente aos seis, sete anos, ele já era introduzido nas tarefas referentes à essa ocupação. Montado em seu cavalo, cabia a ele, entre outros serviços, o trabalho de rastrear a vaca parida escondida no mato, de ferrar os bezeros depois de um ano de nascidos e curá-los das bicheiras apanhadas no umbigo, vigiar o rebanho solto na caatinga contra o ataque de animais carnívoros, domesticar cavalos, mulas e jumentos, controlar as reses prontas para a venda ou abate, verificar as cercas da fazenda para que os animais não passassem para pastos vizinhos<sup>221</sup>.

Embora fosse homem de confiança do fazendeiro, o escravo que ocupava a posição de vaqueiro não estava imune à indiferença de alguns senhores. Essa opinião é confirmada em relatos como o do príncipe de Wied-Neuwied que, viajando pelo interior do Brasil entre os anos 1815 a 1817, testemunhou, numa fazenda de gado na região da Serra Geral, na Bahia, a seguinte cena:

---

<sup>217</sup> APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Auto 1/186/322/2.

<sup>218</sup> Verificar esses dados quantitativos no Apêndice B.

<sup>219</sup> SILVA, Francisco, op. cit., p. 137-138.

<sup>220</sup> APEB. Idem. Auto 1/186/322/6.

<sup>221</sup> BOAVENTURA, op. cit., p. 34.



Os ‘vaqueiros’ consideram questão de honra domar assim os cavalos mais bravios, e são nisso extremamente hábeis: algumas vezes perdem a vida, acidente que não afeta muito o proprietário, seu senhor, pois trata-se apenas de um negro de menos, de que êle não faz maior caso do que do gado.<sup>222</sup>

Exageros à parte, eis aí uma demonstração do caráter mercantil, mesmo a um escravo ocupado nesse serviço, sendo tratado como um trabalhador desqualificado.

Quanto à cor/etnia dos escravos vaqueiros apresentados na Tabela 10, um era pardo – filho de mulato e branco –, quatro eram crioulos – negros nascidos no Brasil –, um era preto e os quatro restantes, cabras – filhos de mulato e negro<sup>223</sup>. Essa ausência de africanos leva-nos a sugerir que eles ainda não tinham desenvolvido aptidão ou conquistado suficientemente a confiança do senhor para a execução do serviço de vaqueiro, embora houvesse nações africanas com larga experiência na pecuária.

No que diz respeito ao valor atribuído aos escravos, o seu estado físico, idade, sexo, saúde e qualificação profissional estavam entre algumas prerrogativas que determinariam os seus preços<sup>224</sup>. Vejamos, através da Tabela 10, a variação dos valores dos vaqueiros.

**TABELA 10**  
**VALOR E IDADE DE ESCRAVOS VAQUEIROS (1850-1888)**

| ANO  | NOME        | VALOR (em Réis) | IDADE          |
|------|-------------|-----------------|----------------|
| 1852 | Filipe      | 650\$000        | “de boa idade” |
| 1856 | Domingos    | 1:000\$000      | “moço”         |
| 1857 | João        | 1:600\$000      | 20             |
| 1859 | Maximiano   | 1:200\$000      | 30             |
| 1862 | Manoel João | 1:300\$000      | “de boa idade” |
| 1867 | Estevão     | 1:000\$000      | 30             |
| 1873 | Pedro       | 300\$000        | “mais de 60”   |
| 1873 | Rufino      | 1:000\$000      | 38             |
| 1875 | Apolônio    | 400\$000        | 50             |
| 1877 | Luís Jaque  | 400\$000        | 43             |

Fonte: APEB. Seção Judiciário. Série Inventários; BSMG. Seção Manuscritos.

Os escravos vaqueiros que alcançaram o mais alto valor individual dentro dos plantéis aos quais pertenciam, foram: João, pardo, com 20 anos de idade, vaqueiro da fazenda Alecrim, propriedade de Dona Ana Francisca da Silva; Manoel João, crioulo, vaqueiro do tenente coronel Manoel Joaquim Pedreira Sampaio, comerciante em Feira de Santana e

<sup>222</sup> MAXIMILIANO, Príncipe de Wied-Neuwied. *Viagem ao Brasil*. Tomo II. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940, p. 403.

<sup>223</sup> NEVES, op. cit., p. 269.

<sup>224</sup> MATTOSO. *Bahia, século XIX*, p. 77.

proprietário de fazendas em Camisão e Monte Alegre; e Estevão, também crioulo, da fazenda Conceição, em Riachão do Jacuípe, de João de Oliveira Santos<sup>225</sup>.

Outros aparecem recebendo valor igual aos dos oficiais e até mesmo aos do serviço da lavoura que, no mais das vezes, valiam menos, como Domingos, vaqueiro de João Silvério Barbosa, avaliado em um conto de réis, o mesmo valor atribuído a outros escravos ocupados nos serviços de carreiro, carpinteiro e sapateiro; Rufino, cabra moço, vaqueiro e do serviço da lavoura, com mesmo valor de outros que também exerciam essa última tarefa nas terras do abastado coronel Joaquim Pedreira de Cerqueira; e Maximiano, cabra, morador na fazenda Vitória, do capitão José Ferreira da Silva, recebendo a mesma avaliação de quatro escravos que trabalhavam no serviço da enxada<sup>226</sup>.

Por fim, os outros quatro que tiveram avaliações inferiores até mesmo aos dos escravos do eito: Apolônio, cabra, maior de 50 anos e doente, vaqueiro da fazenda Sobradinho, em Feira de Santana, avaliado em 400\$000 réis; Filipe, cabra, dito “de boa idade”, da fazenda Gunza, no distrito de Senhor do Bonfim, propriedade de Helena Genebra de Santa Quitéria; Luís Jaque, preto, casado, com 43 anos, “rendido de ambas as virilhas”; e Pedro, crioulo, com mais de 60 anos que, por causa da idade, foi o vaqueiro avaliado com o menor preço em relação aos outros, 300\$000 réis<sup>227</sup>. Considerando que os escravos que ocupavam a faixa economicamente ativa estavam entre 11 e 50 anos de idade, podemos observar que os de maior valor estavam dentro dessa faixa, aliando idade e qualificação profissional.

Solimar Lima afirma que por diversas vezes os vaqueiros eram trabalhadores ocupados em vários outros serviços. Por isso mesmo eles “podiam ser encontrados na labuta das roças, das farinhadas, dos canaviais, dos engenhos e alambiques, do transporte da produção das fazendas, das obras e repartições públicas”, ou mesmo em outros serviços especializados como o de oleiro e seleiro. Ele explica essa diversidade de ocupação como resultado do vaqueiro raramente preencher todo o seu tempo nos campos a cuidar dos rebanhos<sup>228</sup>.

Auxiliando o trabalho do vaqueiro, o curraleiro<sup>229</sup>, como o próprio nome já diz, trabalhava no curral, sendo responsável pela separação dos animais, cujo controle era feito para que não se misturassem mamotes – bezerros que ainda mamavam – com garrotes já

<sup>225</sup> APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Autos 1/227/414/7, 1/207/369/8 e 1/203/359/4.

<sup>226</sup> Idem, ibidem. Autos 1/241/451/3, 1/221/401/2 e 1/196/343/9.

<sup>227</sup> Idem, ibidem. Autos 1/193/337/4, 1/188/326/1 e 1/221/401/2.

<sup>228</sup> LIMA, op. cit., p. 82-83.

<sup>229</sup> Curraleiro também denomina, desde o século XVIII, a raça que se desenvolveu aleatoriamente no Brasil, resultante do cruzamento de raças européias e africanas, o popular “pé duro”.

desmamados, bem como vacas para ordenha ou mesmo as paridas com suas crias, além dos animais que seriam marcados à ferro. João, cabra “mosso sem defeito algum”, da fazenda Riachão, propriedade do senhor de engenho e fazendeiro João Silvério Barbosa, foi o único escravo registrado com essa ocupação.

Assim, embora a região de Feira de Santana fosse reputada como zona eminentemente de pecuária, os escravos ocupados nessa atividade representaram o menor percentual de participação, confirmando a pouca necessidade de mão-de-obra escrava na lida com o gado.

### **Outros Serviços**

Os 781 escravos homens e 731 mulheres que formaram o quinto e o sexto grupos, compreenderam os escravos com atividades não declaradas e as crianças fora da faixa economicamente ativa. Os primeiros, que totalizaram 1003 indivíduos, faziam parte dos inventários realizados antes de 1872 – quando não havia a obrigatoriedade do registro de escravos – ou daqueles que, por falta de interesse da parte dos avaliadores no momento de calcular o preço dos bens para o inventário, deixavam de relacionar a idade, a etnia e a ocupação dos mesmos.

Entre as crianças, além das que não tinham completado a idade apta ao trabalho, havia as que desempenhavam tarefas antes mesmo de atingirem a idade considerada produtiva. Ainda crianças, elas eram obrigadas a desempenhar algum tipo de trabalho e, “por volta dos 12 anos, o adestramento que as tornava adultos estava se concluindo. Nesta idade, os meninos e as meninas começavam a trazer a profissão por sobrenome: Chico Roça, João Pastor, Ana Mucama”<sup>230</sup>. Começava-se a trabalhar muito cedo, como o pequeno Antônio, de apenas 10 anos de idade, escravo de Antônio Manoel Moreira, descrito como “do serviço especial”, ou os outros três do comendador Felipe Pedreira de Cerqueira: Antônio e Camila, com 12 anos, e Antônia, com oito, descritos todos como “do trabalho leve”<sup>231</sup>. Não é fácil investigar o que seriam exatamente esses serviços, inclusive os do “serviço ordinário”, pois os documentos não revelam claramente o que faziam. Possivelmente essa mão-de-obra era absorvida em tarefas menores como descascar feijão, separar as folhas do tabaco, cuidar dos irmãos menores ou ajudar no trato de animais miúdos como galinhas, ovelhas, cabras e porcos.

---

<sup>230</sup> GÓES, J. Roberto & FLORENTINO, Manolo. Crianças Escravas, Crianças dos Escravos. In. DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 184.

<sup>231</sup> APEB. Idem, *ibidem*. Autos 1/181/313/5 e 1/182/315/7.

Essas crianças, desde a mais tenra idade sob o jugo do cativo, chegavam com tamanho e peso baixos, resultado de uma alimentação precária em proteínas que suas mães muitas vezes mal consumiam durante a gravidez. Ao nascerem, os peitos das negras já lhes ofertava o leite que era sugado com avidez. Com o tempo, a papa de farinha de mandioca já era oferecida pelos dedos maternos que, aos poucos, lhes conferia peso. Quando as mães seguiam para o trabalho, elas ficavam em companhia de pretas velhas que já não trabalhavam mais e, nas senzalas, ajudavam às outras na criação dos pequenos. Aos poucos, já dando os primeiros passos, acompanhavam as mães em algumas tarefas cotidianas, como o serviço doméstico de lavagem de roupas, ou mesmo no plantio e colheita das roças, quando deviam ficar por perto sob o vigilante olhar materno.

No Piauí algumas crianças começavam a trabalhar já aos quatro anos de idade, transformando em longos fios o algodão plantado e colhido nas fazendas em que moravam. E, aos oito já eram consideradas “meninas fiandeiras”, quando então se misturavam às negras mais velhas que dominavam o processo de fiar<sup>232</sup>.

No Recôncavo, havia o feitor das crias que “supervisionava as tarefas atribuídas a crianças pequenas”<sup>233</sup>. Essas tarefas demonstravam o caráter exploratório da mão-de-obra escrava ainda muito cedo. Essa exploração se refletiria mais tarde na saúde delas, quando atingiam a idade adulta, com diversas doenças manifestadas, entre as quais a mais comum entre os homens era o ser “rendido da virilha”.

Além de seis crianças escravas ocupadas no trabalho infantil, apareceram ainda outras 503 crianças fora da faixa economicamente ativa, ou seja, tinham menos de 10 anos de idade. Embora se considere essa idade mínima para o ingresso dos escravos no mundo do trabalho, sabemos que a mão-de-obra deles era aproveitada em tarefas menores como as já citadas. Antes mesmo dos 15 anos eles já desempenhavam tarefas da mesma forma que os escravos adultos.

O grande número de crianças – 19,1% do total de escravos – revela ainda a situação de crescimento natural da população escrava, visto que a reposição dessa mão-de-obra adulta já não se fazia mais através do tráfico africano.

Embora os inventários não tenham definido as ocupações desses escravos, sabemos que eles desempenhavam as mais diversas funções, como as já analisadas. Os percentuais apresentados para os grupos com atividades declaradas revelaram o grau de especialização do

---

<sup>232</sup> LIMA, op. cit., p. 55.

<sup>233</sup> BARICKMAN, op. cit., p. 218.

trabalho escravo na região, demonstrando, conseqüentemente, as diversas atividades econômicas desenvolvidas no campo e na Vila de Feira de Santana.

## PROCEDÊNCIA DOS ESCRAVOS

Durante o longo período em que vigorou o tráfico de escravos africanos para o Brasil, não houve exclusividade do local de origem. Por diversos momentos, desde o século XVI, esses locais variaram, fossem por razões de conquistas, razões políticas, maior oferta de negros ou mesmo por conveniências mercantis<sup>234</sup>.

O tráfico de escravos para a Bahia foi mais intenso entre a costa ocidental e o centro-oeste da África. Da primeira região vieram os negros da Guiné, os Minas, Nagôs, Ussás (ou Haussás), etc. e, do centro-oeste africano, chegaram os Cabinda, Congo, Angola e Benguela, entre outros<sup>235</sup>.

No que se refere à origem da população escrava de Feira de Santana, os dados demonstram uma maioria absoluta de brasileiros<sup>236</sup>, uma constatação óbvia, principalmente por se tratar do período em estudo, após o fim do tráfico internacional de escravos.

Nas declarações registradas no rol de bens dos inventários, origem e cor dos escravos se confundem. Em uma única fonte é possível ver escravos registrados como Angola, outro é crioulo, um é pardo e outro é preto. Temos aí etnia, origem, cor e indefinição: preto podia ser tanto africano como nascido em solo brasileiro. Procuramos aqui adotar a assertiva de Neves, que diz que no Recenseamento Geral do Brasil, em 1872, passou-se a considerar o termo preto, em substituição ao crioulo, para aqueles nascidos no Brasil<sup>237</sup>.

Identificava-se o escravo, tanto pela origem, africano, crioulo, como pela cor, que podia ser cabra, pardo, fula, mulato, mestiço, caboclo.

Através da Tabela 11 podemos verificar que entre os africanos (4,8%), um grande número deles (117) não teve a sua origem identificada, enquanto outros foram registrados como de nação Angola, Nagô, Congo, Haussá e Mina, oriundos da África Ocidental e da região Centro-Oeste Africana. Observa-se que o número de homens (80) é quase o dobro do

<sup>234</sup> Para um maior conhecimento sobre os diversos pontos de comércio de escravos na África, ver VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos do Golfo de Benim e a Bahia de Todos os Santos: séculos XVII a XIX*. São Paulo: Corrupio, 1987.

<sup>235</sup> Mary Karasch oferece mapa e diversas tabelas detalhadas com as diversas origens dos escravos africanos. KARASCH. Op. cit., p. 45, 46, 49, 51 e 52.

<sup>236</sup> Nesse momento, não pretendemos entrar no mérito da questão de quem, naquele período, devia ser considerado brasileiro, a partir da noção de direito e cidadania. Pretendemos considerar apenas como brasileiro o escravo nascido neste solo.

<sup>237</sup> NEVES, Erivaldo Fagundes. *Escravidão, Pecuária e Policultura: Alto Sertão da Bahia, século XIX*. (Relatório de Pesquisa – Inédito) Feira de Santana: UEFS, 2006, p. 42.

número de mulheres oriundos da África. Isso se explica “devido à maior oferta de homens no tráfico africano, pois as mulheres na África eram valiosas demais para serem vendidas”<sup>238</sup> e o próprio interesse do Brasil em adquirir mais homens para desempenhar trabalho pesado.

**TABELA 11**  
**PROCEDÊNCIA DOS ESCRAVOS NOS INVENTÁRIOS (1850-1888)**

| PROCEDÊNCIA                 | QUANTIDADE  |             |             | %           |
|-----------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
|                             | HOMENS      | MULHERES    | TOTAL       |             |
| <b>AFRICANOS</b>            | <b>80</b>   | <b>47</b>   | <b>127</b>  | <b>4,8</b>  |
| Africanos não identificados | 74          | 43          | 117         |             |
| Angola                      | 02          | 03          | 05          |             |
| Nagô                        | 02          | -           | 02          |             |
| Congo                       | -           | 01          | 01          |             |
| Haussá                      | 01          | -           | 01          |             |
| Mina                        | 01          | -           | 01          |             |
| <b>BRASILEIROS</b>          | <b>1175</b> | <b>1102</b> | <b>2277</b> | <b>85,4</b> |
| Crioulos                    | 457         | 425         | 882         |             |
| Cabras                      | 252         | 240         | 492         |             |
| Pretos                      | 217         | 188         | 405         |             |
| Pardos                      | 160         | 144         | 304         |             |
| Fulas                       | 62          | 68          | 130         |             |
| Mulatos                     | 20          | 32          | 52          |             |
| Mestiços                    | 05          | 04          | 09          |             |
| Caboclo                     | 02          | 01          | 03          |             |
| <b>NÃO DECLARADOS</b>       | <b>139</b>  | <b>122</b>  | <b>261</b>  | <b>9,8</b>  |
| <b>TOTAL GERAL</b>          | <b>1394</b> | <b>1271</b> | <b>2665</b> | <b>100</b>  |

Fonte: APEB. Seção Judiciário. Série Inventários; BSMG. Seção Manuscritos.

Nos inventários de senhores escravistas de Feira de Santana foi registrado um total de 2277 escravos nascidos no Brasil, correspondendo a 85,4% do total e, se considerarmos a cor, a predominância era de cabras, seguida pelos pardos, revelando uma miscigenação considerável entre ancestrais de cor branca. Embora em número menor, essa constatação é visível, também, pela presença de mulatos, mestiços e caboclos.

Os que não tiveram a sua procedência, ou cor, declarada, perfizeram um total de 139 homens e 122 mulheres. Essa falta de informação verifica-se, em sua maioria, nos inventários anteriores a 1872.

Em relação ao sexo, tanto entre os africanos, como entre os brasileiros, havia uma predominância de homens, embora se verifique um equilíbrio maior entre os nascidos no Brasil: 52% eram homens e 48% eram mulheres.

Embora não esteja discriminada a cor dos escravos, podemos constatar, através do Apêndice C, que no censo de 1835 os negros e pardos compunham quase 83,6% dos

<sup>238</sup> GRAHAM. Op. cit., p. 59.

moradores do termo da Vila de Feira de Santana e apenas 16,4% dessa população foi considerada de cor branca. A maior concentração de negros foi na localidade de Nossa Senhora da Ajuda do Limoeiro, correspondendo a 42%, resultado, como dissemos da existência de engenhos nesse local.

## SAÚDE DOS ESCRAVOS

Dentre outras informações que podemos extrair dos inventários sobre os escravos, é a referência sobre as suas condições de saúde. No ato de avaliação para efeito de partilha, normalmente, cada bem era descrito com minuciosidade. No caso do escravo, além do seu nome, idade, cor, procedência e ocupação, algumas vezes a fonte indicava o seu estado de saúde ou se tinha alguma deficiência física.

Os males e deficiências dos escravos permitem-nos investigar sobre as condições em que eram tratados – ou maltratados<sup>239</sup>. Várias podiam ser as causas das doenças que infestavam os escravos: a falta de hábitos de higiene, as condições de trabalho, a má alimentação, os encontros sexuais, a insalubridade constante no interior das senzalas, dentre outras. Essas doenças eram tratadas, em sua grande maioria, no interior das senzalas. Apenas os grandes senhores dispunham de enfermarias em seus engenhos. No engenho Belmonte, de dona Bernardina Borges de Meirelles, por exemplo, a localização da enfermaria foi descrita como “mística” às 17 senzalas. Já no engenho Cazumbá, do coronel Joaquim Pedreira de Cerqueira, a enfermaria, anexa à casa do feitor, era coberta de telha. Nesta última, inclusive, havia um escravo “em estado grave de moléstia”<sup>240</sup>.

Na tabela 12 podemos acompanhar a diversidade de doenças, lesões e deficiências que apareceram nos inventários de senhores escravistas de Feira de Santana. Os dados nos permitem verificar as conseqüências que o excesso de trabalho provocava nos escravos, além de determinadas enfermidades que afetavam pelo menos um dos sexos.

**TABELA 12**  
**MALES E DEFICIÊNCIAS DOS ESCRAVOS NOS INVENTÁRIOS (1850-1888)**

| MALES / DEFICIÊNCIAS                                   | HOMENS | MULHERES | TOTAL |
|--|--------|----------|-------|
| Doente, muito doente, adoentado, gravemente enfermo    | 51     | 55       | 106   |
| Quebrado ou rendido das virilhas, inchaço de um “grão” | 28     | --       | 28    |
| Coxo ou aleijado: pé, perna, braço, dedos              | 16     | 09       | 25    |

<sup>239</sup> Como não trabalhamos com dados referentes à *causa mortis*, nos ateremos apenas aos males e deficiências que acometiam os escravos na região de Feira de Santana, e como determinadas ocupações influenciaram no seu estado de saúde.

<sup>240</sup> APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Autos 8/3421/5 e 1/221/401/2, respectivamente.

| MALES / DEFICIÊNCIAS   | HOMENS | MULHERES | TOTAL |
|--|--------|----------|-------|
| Catarata, cego, quase cego, defeituoso de um olho, dos olhos | 06     | 08       | 14    |
| Doente do peito, do pulmão, asma                             | 03     | 04       | 07    |
| Gota   | --     | 06       | 06    |
| Moléstia interna, moléstia crônica, diferentes moléstias     | 03     | 02       | 05    |
| Doente de inflamação   | 04     | --       | 04    |
| Doente dos pés   | 03     | --       | 03    |
| Doente do “ar do vento”                                      | 02     | 01       | 03    |
| Reumatismo   | 01     | 02       | 03    |
| Doente de uma perna, pernas inchadas                         | 03     | --       | 03    |
| Braço ou perna fraturada                                     | 03     | --       | 03    |
| Doente do “calor do fígado”                                  | 01     | 01       | 02    |
| Surda, muda e surda  | --     | 02       | 02    |
| Defeituoso   | 01     | --       | 01    |
| Doente do útero  | --     | 01       | 01    |
| Doente por envenenamento                                     | 01     | --       | 01    |
| “Sem figura”   | 01     | --       | 01    |
| Cicatriz de queimadura                                       | --     | 01       | 01    |
| Decrépita  | --     | 01       | 01    |
| Doente do braço  | 01     | --       | 01    |
| Erisipela  | 01     | --       | 01    |
| Escrófula  | 01     | --       | 01    |
| Estuporado   | 01     | --       | 01    |
| Gago   | 01     | --       | 01    |
| Hidropisia   | --     | 01       | 01    |
| Idiota   | 01     | --       | 01    |
| Lábio carcomido  | 01     | --       | 01    |
| Paralítica do lado direito                                   | --     | 01       | 01    |
| Sem um braço   | --     | 01       | 01    |
| TOTAL GERAL  | 134    | 96       | 230   |

Fonte: APEB. Seção Judiciário. Série Inventários; BSMG. Seção Manuscritos

Muitas vezes a ocupação determinava por quanto tempo um escravo ou uma escrava viveria. As condições de trabalho, aliadas à ocupação, indicavam o grau da força de trabalho despendida pelo escravo. Um indivíduo que era ocupado nos serviços domésticos, com certeza não ficaria mais desgastado antes do tempo que um outro que labutava nos serviços da lavoura. Nestes, a força exigida pelo trabalho logo cedo estropiava o escravo, ao contrário daqueles que efetuavam serviços mais leves. Deve-se levar em conta que a riqueza e a quantidade de escravos possuídos por um senhor definiriam o número de ocupações por eles desempenhadas: dono abastado = maior número de escravos = maior distribuição dos serviços X proprietário menos abastado = poucos escravos = maior sobrecarga de trabalho<sup>241</sup>.

As doenças ocupacionais foram as citadas com mais frequência entre os homens. O excesso de esforços provocava o surgimento de hérnias, principalmente na região das virilhas,

<sup>241</sup> KARASCH, op. cit., p. 197.



daí que muitos foram descritos como “quebrado”, “rendido”, “defeituoso de uma virilha” ou mesmo com “inchaço de um grão”. Trabalhando desde a infância, a partir dos 50 anos o escravo já estava fora da faixa economicamente ativa, daí os que conseguiam chegar à essa idade já estavam completamente exauridos, estuporados, desgastados em sua força física, extraída ao máximo pelos seus senhores. Uma outra causa atribuída à formação de hérnias eram as quedas sofridas pelos vaqueiros nas vaquejadas<sup>242</sup>.

Enfermidades de origem nervosa (derrame), dos sistemas auditivo (surdez), respiratório (doenças do peito, pulmão, asma) e digestivo (fígado), dos olhos ou mesmo as de origens reumáticas e infecto-parasíticas (inflamações diversas como a escrófula, a erisipela e a hidropisia) foram encontradas com frequência. Detectamos ainda uma escrava “doente do útero”, possível resultado de uma gravidez ou parto complicado, ou até mesmo uma conseqüência puerperal; e uma outra, descrita como decrépita ou seja, em elevado grau de senilidade.

A descrição de outras doenças deixa muito vaga a real situação dos indivíduos, como os declarados apenas como doentes, adoentados, gravemente enfermos, com moléstia interna ou crônica, com inflamação, doente do “calor do fígado” ou mesmo do “ar do vento”. Essa última seria, muito possivelmente, conseqüência de algum derrame, situação que a escrava descrita como “paralítica do lado direito” talvez tenha compartilhado<sup>243</sup>.

Nem todos os males recaídos sobre os escravos eram decorrentes de doenças. Algumas lesões levam-nos a supor a sua origem: se resultantes de violência ou de acidentes de trabalho. Foram vários os que apareceram com uma perna ou braço fraturado, com cicatriz de queimadura, doente por envenenamento ou com defeito em pelo menos um dos membros. A cegueira, por exemplo, poderia ser decorrente de doenças sexualmente transmissíveis, como a sífilis, ou por malformação congênita, como poderia ter sua origem em algum acidente de trabalho ou mesmo uma agressão física. Duas escravas tiveram comprometimento no aparelho auditivo e na fala: Zeferina, de nove anos de idade, escrava de Inácia Maria de Jesus, que sofria de surdez, e Francisca, cuja idade não foi declarada, escrava de João Carneiro de Miranda Brandão<sup>244</sup>, que era surda-muda.

Trabalhando por toda a sua vida, mesmo os escravos que gozavam de uma maior proximidade com os senhores da casa, chegavam à velhice sem qualquer amparo, como a pobre Maria Justina, preta, com 70 anos de idade, que outrora exercera a atividade de

---

<sup>242</sup> LIMA, op. cit., p 108.

<sup>243</sup> Ainda hoje, o conhecimento popular atribui ao vento o poder de causar derrames.

<sup>244</sup> APEB. Idem. Auto 1/179/309/2.

cozinheira no engenho Belmonte, em Humildes. Quando os bens de sua senhora, dona Bernardina Borges de Meirelles, foram inventariados em 1877, Maria Justina foi apenas descrita em suas características e que a mesma estava “abandonada por ser decrépita” portanto, sem valor algum<sup>245</sup>.

Por fim, aparece um escravo descrito como “idiota”, cuja capacidade intelectual lhe impedia de desenvolver qualquer trabalho – mas nem por isso deixou de ser avaliado. Outro foi identificado como “sem figura”, não deixando qualquer indicação do que seria essa deficiência, e mais um com o “beijo superior carcomido”, que deveria ser lábio leporino, mais uma consequência de malformação congênita.

Saúde e alimentação estão intimamente ligados e muitas das doenças dos escravos, aqui apresentadas, eram provenientes de uma alimentação carente em proteínas. Basicamente, a alimentação dos escravos no sertão era resumida ao consumo de um café fraco, rapadura, farinha, angu e, a depender da época, alguma fruta, abóbora, feijão e milho. Eles também podiam recorrer a outros alimentos encontrados em abundância na natureza, como os peixes, alguma caça do mato, como tatus, teiús, pacas, mocós, ou até mesmo algumas aves que seriam preparadas nos fogões das senzalas<sup>246</sup>.

Na mesa das casas sertanejas constituía-se em item básico um desjejum composto de raízes e tubérculos, como o aipim e a batata-doce, o milho e seus derivados, além do consumo, nas outras refeições, de carnes bovinas, suínas, ovinas e de aves. As melhores partes dessas carnes eram reservadas para alimentar a família dos senhores, sendo as partes restantes, como as vísceras e as extremidades fornecidas, na maioria das vezes, aos escravos<sup>247</sup>. O excesso de ingestão dessas carnes acabava por aumentar o nível de ácido úrico no organismo, daí, provavelmente, a explicação que pode ser dada pela incidência de seis escravos sofrerem do mal de gota.

## **IDADE E VALOR**

Embora tenha sido analisada toda essa diversidade de ocupações dos escravos, não podemos esquecer que eles eram considerados, antes de qualquer coisa, um bem do seu senhor, entre tantos outros, e de alto valor. Em alguns inventários o valor total deles muitas vezes ultrapassava em 50% o valor do monte-mor.

---

<sup>245</sup> Idem. Auto 8/3421/5.

<sup>246</sup> TSCHUDI, Johann Jakob von. *Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: EDUSP, 1980, p. 56.

<sup>247</sup> Neves. *Escravidão, Pecúria...* p. 43.

Sabemos que entre as variantes indicadas pela historiografia no processo de formação de preços dos escravos contavam o sexo, a especialização profissional, o estado físico, a concorrência, a conjuntura econômica, a distância entre o local de embarque e o ponto de venda e, também, a idade<sup>248</sup>. Porém, a oferta ou a escassez da mão-de-obra no mercado também eram fatores relevantes na formação dos preços. Com a extinção do tráfico internacional em 1850, a oferta de escravos no país sofreu uma baixa significativa, ocasionando um aumento cada vez maior no preço, que se mantém até a década seguinte. Esse período coincide, exatamente, com a expansão da lavoura cafeeira no Sudeste e a decadência dos engenhos de açúcar na Bahia. O processo de decadência fez com que a mão-de-obra escrava fosse liberada para a venda, resultando numa maior oferta para o Sul cafeeiro, intensificando o tráfico interprovincial, que só foi permitido até fins de 1885<sup>249</sup>. Esses, dentre outros fatores, impulsionaram os preços dos escravos para cima no mercado interno.

Para se chegar ao valor médio de preço consideramos a idade produtiva do escravo, ou seja, a faixa entre 11 e 50 anos. Entretanto, como há uma grande variedade de definições nos inventários referentes à idade dos escravos, consideramos também os que apareceram descritos como “novos”, “moços” e “de maior”, totalizando 1380 indivíduos, ou 51,8% do total geral.

Tendo em vista que a mortalidade infantil atingia altos níveis e que antes de 1850 o preço de um escravo não era tão exorbitante, havia uma preferência, na hora da aquisição, por escravos já adultos, descartando, assim, os menores que precisavam ser criados até atingirem a idade de trabalhar.

A partir da Tabela 13 podemos inferir que a presença de 19% de crianças com idade até dez anos (considerando as denominações *crioulinho(a)* e *mulatinha*), indica um crescimento natural da população escrava, diminuindo a procura por mão-de-obra adulta.

**TABELA 13**  
**FAIXAS ETÁRIAS DOS ESCRAVOS NOS INVENTÁRIOS (1850-1888)**

| FAIXAS ETÁRIAS | HOMENS | MULHERES | TOTAL | %   |
|----------------|--------|----------|-------|-----|
| Menos de 1 ano | 29     | 23       | 52    | 1,9 |
| 1 – 2          | 34     | 35       | 69    | 2,6 |
| 3 – 5          | 64     | 70       | 134   | 5,0 |
| 6 – 10         | 135    | 106      | 241   | 9,0 |
| 11 – 15        | 137    | 111      | 248   | 9,3 |
| 16 – 20        | 120    | 107      | 227   | 8,5 |

<sup>248</sup> MATTOSO, Kátia M. de Q. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 77-78.

<sup>249</sup> NEVES. *Uma comunidade...*, p. 274.

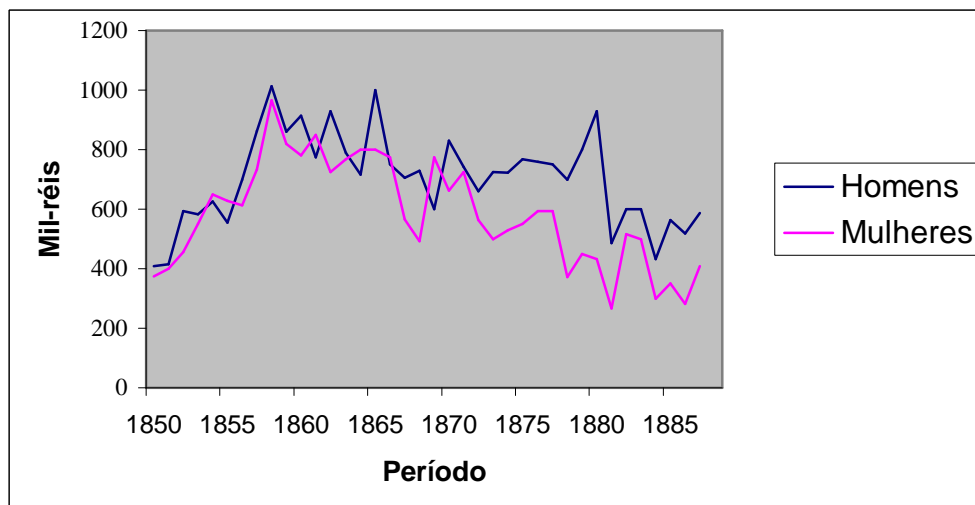
| FAIXAS ETÁRIAS     | HOMENS | MULHERES | TOTAL | %    |
|--------------------|--------|----------|-------|------|
| 21 – 30            | 186    | 151      | 337   | 12,6 |
| 31 – 40            | 102    | 115      | 217   | 8,2  |
| 41 – 50            | 90     | 76       | 166   | 6,2  |
| 51 – 60            | 59     | 42       | 101   | 3,8  |
| Mais de 60 anos    | 35     | 19       | 54    | 2,0  |
| Novo(a)            | -      | 10       | 10    | 0,4  |
| Moço(a)            | 79     | 93       | 172   | 6,5  |
| Maior              | 02     | 01       | 03    | 0,1  |
| De meia idade      | 01     | -        | 01    | 0,1  |
| De boa idade       | 15     | 30       | 45    | 1,7  |
| Um pouco velha     | -      | 01       | 01    | 0,1  |
| Velho(a), idoso(a) | 54     | 49       | 103   | 3,9  |
| Muito velho(a)     | 06     | 08       | 14    | 0,5  |
| Crioulinho(a)      | 07     | 05       | 12    | 0,4  |
| Mulatinha          | -      | 01       | 01    | 0,1  |
| Sem informação     | 239    | 218      | 457   | 17,1 |
| TOTAL              | 1394   | 1271     | 2665  | 100  |

Fonte: APEB. Seção Judiciário. Série Inventários; BSMG. Seção Manuscritos

Podemos observar que a porcentagem por faixa etária é ascendente até a idade de 21 a 30 anos, que é o auge da força física do escravo. Depois dos 40, ele já estava desgastado, exaurido, o que deixava seu corpo vulnerável ao surgimento de doenças levando-o, muitas vezes, à morte precoce. Como nesta pesquisa não dispomos de dados referentes à óbitos dos escravos, podemos deduzir que esses eram mais freqüentes após os 31 anos de idade, quando os dados percentuais nos mostram que a linha declinante cai progressivamente de 12,6% dos 21 aos 30 anos, para 8,2%, 6,2%, 3,8% e 2% respectivamente a partir dos 31, 41 51 e mais de 60 anos de idade. Passando dos 51 anos, o escravo era considerado velho, muitas vezes denominado “sem serventia para o trabalho” ou “menos prestativo ao serviço”.

Podemos acompanhar na Figura 11 a variação dos preços dos escravos. Em 1850 podia-se comprar um escravo em idade produtiva para trabalhar na lavoura por, em média, 408\$333 réis, se fosse homem, e 375\$000 réis, se mulher. E assim os preços se mantiveram em escala crescente, alcançando o seu pico máximo em 1858, tanto para os homens quanto para as mulheres. A alta, entre 800 mil e um conto de réis, se manteve até 1865 quando, a partir daí, oscilou bastante, tendo uma leve recuperação em 1870. Nessa década, a baixa continuou, tendo uma alta somente para os escravos do sexo masculino até 1880 e, aí então, o declínio dos preços se firmou por uma série de fatores que culminaram com o fim do trabalho compulsório no Brasil em 1888.

**FIGURA 11**  
**Média de preço de escravos por quinquênio e gênero (1850-1888)**



Fonte: APEB. Seção Judiciário. Série Inventários; BSMG. Seção Manuscritos

Nossos dados divergem dos apresentados por *Poppino*, quando este afirma que por causa da extinção do tráfico depois de 1850 os escravos valiam “comumente” um conto de réis. Em 1860, para ele, o preço médio não ultrapassava os quinhentos mil réis<sup>250</sup>.

Neves afirma serem os valores de escravos do sertão inferiores aos encontrados por Mattoso no litoral, quer dizer, Salvador e Recôncavo. Para ele, esse fato talvez decorra da pouca especialização dos escravos sertanejos. No Alto Sertão da Bahia, o preço médio de um escravo do sexo masculino encontrado por Neves para os anos de 1857, 1867, 1877 e 1883 corresponde, respectivamente, a 848\$000 réis, 833\$000 réis, 775\$000 réis e 625\$000 réis<sup>251</sup>. Comparando esses preços, nos mesmos anos, os da região de Feira de Santana apresentaram valores bem próximos: 862\$500 réis, 705\$555 réis, 750\$000 réis e 600\$000 réis, respectivamente. O valor mais elevado encontrado nesta amostra foi de um vaqueiro avaliado em 1857 por 1:600\$000 réis (ver Tabela 10).

Estudando a economia baiana do Recôncavo entre fins do século XVIII e meados do XIX, *Barickman* encontrou valores médios para escravos do sexo masculino, empregados na lavoura, próximos aos encontrados entre os de Feira de Santana. Em sua pesquisa, o ponto alto do preço de um escravo foi, também, em 1858. Afirma ele que “um escravo de enxada e foice que podia ser comprado por menos de 480\$000 réis no início da década de 1850 era vendido por 1:075\$000 réis em 1858”<sup>252</sup>. Na Figura 11 podemos verificar que o preço de um escravo do sexo masculino em Feira de Santana esteve muito próximo do valor encontrado

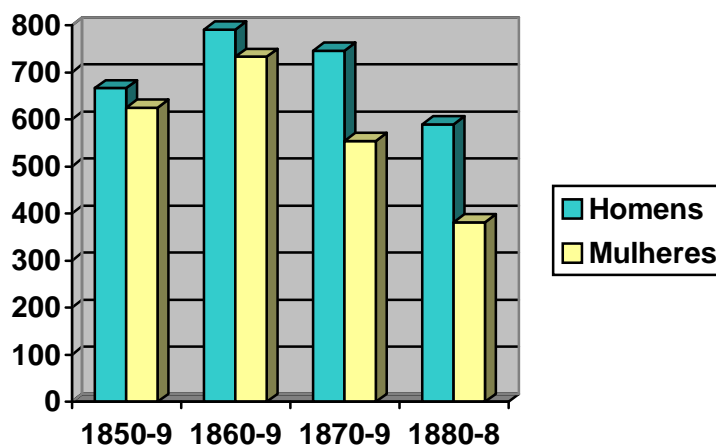
<sup>250</sup> POPPINO, op. cit., p. 95-97.

<sup>251</sup> NEVES. *Uma comunidade...* p. 260-261.

<sup>252</sup> BARICKMAN. Op. cit., p. 231-232.

por ele no Recôncavo. A proximidade entre as duas regiões pesquisadas, bem como as atividades predominantemente ligadas à agricultura, talvez explique a aproximação entre os preços.

**FIGURA 12**  
Média de preço de escravos por década e gênero (1850-1888)



Fonte: APEB. Seção Judiciário. Série Inventários; BSMG. Seção Manuscritos.

Na Figura 12 podemos constatar a média de preços encontrada, por década, nos inventários de Feira de Santana. Na primeira década, a média geral de preços entre homens e mulheres foi de 603\$258 réis. Na seguinte, 1860-9, os preços médios alcançaram o seu ponto máximo: 790\$897 réis para os homens e 733\$333 réis para as mulheres. No intervalo de 1870-9 a média encontrada para homens foi de 745\$827 réis e 553\$929 réis para mulheres e, para os anos 1880-8 a média foi de 589\$428 réis e 382\$031 réis, respectivamente, para homens e mulheres.

Constatamos ainda que nos decênios 1850 e 1860, os preços dos escravos homens e mulheres se aproximaram, ocorrendo, a partir da década de 1870, um distanciamento nesses preços entre os gêneros. A proximidade do fim do trabalho escravo fez cair, aos poucos, o preço dos escravos e a distância desses preços entre os gêneros foi resultado, possivelmente, da maior procura por mão-de-obra masculina e maior oferta de braços femininos para o trabalho.

## LIBERDADE E RESISTÊNCIA

Conquistar a liberdade era o principal desejo do escravo. Essa conquista podia ser alcançada pela vontade direta do senhor, pela compra da alforria pelo escravo, por meio de determinações legais ou mesmo através da fuga.

Deixar de ser escravo para tornar-se um liberto, não fazia do ex-escravo um verdadeiro cidadão. Por não sê-lo, ele não gozava de nenhum direito político no país, ou seja, os libertos “não eram cidadãos de segunda ou terceira classe, simplesmente não eram cidadãos”<sup>253</sup>. Entretanto, mesmo não contando com todos os direitos e prerrogativas de um cidadão pleno, ele não deixava de se esforçar para conseguir a sua liberdade. Como liberto, é evidente que ele teria mais controle sobre a sua vida, bem como sobre a sua força de trabalho.

Quanto à liberdade alcançada pela vontade direta do senhor, esta podia ser realizada ainda em vida do mesmo, ou através de vontade expressa publicamente em testamento. A concessão de liberdade nesse tipo de documento, normalmente estava submetida a alguma condição. O senhor, em sua “infinita bondade”, registrava em documento que, após a sua morte, deixava livre o escravo tal, desde que ele continuasse a servir a quem fosse designado no documento. Isso quando ainda não havia condição em cima de condição, como foi o desejo de dona Clara Maria de Cerqueira Rego, na 4ª verba do seu testamento ditado em 1879: “deixo para servir a minha filha Tarcilla em quanto viver a minha escrava Paulina e depois de seu falecimento se a dita escrava proceder bem meo Testamenteiro lhe passará carta de liberdade”, não estendendo essa condição aos filhos que a escrava porventura viesse a ter pois, “durante a vida da duada os fructos que ouver da dita escrava ou os serviços d’elles ficarão pertencendo a mesma duada visto ser esta sua vontade”<sup>254</sup>.

Uma segunda alternativa para o escravo conseguir alforria era através da compra. Em se tratando de escravos rurais, alguns adquiriam dinheiro utilizando parte do seu pouco tempo livre vendendo seus serviços por exemplo, na limpeza de um terreno, na época da colheita agrícola em alguma propriedade próxima ou, até mesmo, com a venda dos frutos obtidos num pequeno pedaço de terra cedido pelo senhor para ser trabalhado durante a folga semanal, ou mesmo num serviço extra de costura. Temos exemplos de escravos que se utilizaram dessa alternativa de compra: Arcângela, crioula, maior de 40 anos, que sofria de diferentes moléstias e, por isso, avaliada em 100\$000 réis e Manuel Brandão, escravo de Filipe Pedreira

<sup>253</sup> REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 106.

<sup>254</sup> APEB. Idem, *ibidem*. Auto 1/185/319/4.

de Cerqueira, no valor de 150\$000 réis que, no ato de partilha dos bens apresentaram dinheiro correspondente à compra de suas liberdades<sup>255</sup>.

Outros que não possuíam o valor total, pagavam uma parte e passavam a dever o restante ao senhor, ficando acordado entre ambos o pagamento num prazo dilatado. Há o relato desse caso na partilha amigável dos bens de Antônio Ferreira da Silva, deixando os escravos Francisco e sua mulher, Domiciana, libertos pela metade de seus valores, o primeiro no valor de 1:000\$000 réis e a segunda em 400\$000 réis. Por conseguinte, eles ficavam obrigados a dar 700\$000 réis de diferença, no prazo máximo de dez anos, onde os mesmos teriam que continuar trabalhando até conseguirem acumular dinheiro suficiente para pagar o restante da dívida<sup>256</sup>. Nesse caso, não figuraram na relação dos escravos partilhados entre os herdeiros exibindo, assim, uma relação de confiança entre dominantes e dominados. Outro caso semelhante foi relatado em documento escrito de próprio punho pelo doutor Jesuíno Pinto de Meirelles. Em declaração anexa ao inventário, ele diz ter em seu “poder pertencente á meu Escravo Roberto a quantia de cem mil reis”, de um outro “para guardar e pertencente a meu escravo Frederico a quantia de cem mil reis” e, do “escravo Honório a quantia de cento e vinte e um quatrocentos e setenta e quatro reis”<sup>257</sup>. Ou das duas escravas costureiras de dona Bernardina Borges de Meirelles, Antônia, preta, de 18 anos, que “tinha em depósito a quantia de noventa mil réis”, e Ursulina, preta, com 35 anos, com “pecúlio de 275\$000 réis que fica depositado em poder do Inventariante”<sup>258</sup>.

Esses exemplos demonstram que a escravidão não tinha um modelo rígido a ser seguido. Na própria rigidez do sistema havia flexibilizações, comportamentos diferentes em situações diversas.

Em se tratando, ainda, de liberdade condicional, havia situações em que o escravo era entregue como pagamento de dívida, calculando o valor do mesmo, ao tempo de trabalho que teria a servir. Como pagamento de dívida contraída pelo tenente-coronel Manoel Joaquim Pedreira Sampaio a dois credores, ficou determinado em inventário que Joaquim, africano, maior de 50 anos, do serviço da casa, avaliado em 450\$000 réis, e Benedito, de 12 anos, por 800\$000 réis, ficariam obrigados a servir à dona Ana Joaquina de São José, o primeiro por cinco anos e o outro por dez; e o escravo Félix, de 11 anos, no valor de 600\$000 réis para

---

<sup>255</sup> APEB. Idem, ibidem. Autos 1/229/419/3 e 1/182/315/7.

<sup>256</sup> Idem, ibidem. Auto 1/239/444/1.

<sup>257</sup> Idem, ibidem. Auto 1/181/312/7.

<sup>258</sup> Idem, ibidem. Auto 8/3421/5.



servir a Salustiano Alves Sampaio por dez anos, na mesma condição<sup>259</sup>. Infelizmente não encontramos dados que nos permitisse verificar se depois desse período eles estariam livres.

Em muitos casos, a fuga de escravo, para tentar buscar a liberdade, estava inserida num contexto de resistência ao sistema escravista marcado pelos limites da dominação, embora ela se constituísse em apenas um dentre outros exemplos que os escravos recorriam para enfrentar o domínio que lhes era imposto. A opção por ela implicava em riscos mais ou menos previsíveis, que podiam resultar em punições exemplares aos seus pares, como o castigo através da violência física e moral, o castigo de ser preso pelos tornozelos e até mesmo de trazer o pescoço preso à ferro como uma espécie de coleira.

João Reis e Eduardo Silva destacam, em suas análises, dois tipos de fuga: a fuga-reivindicatória e a fuga-rompimento. A primeira funcionava como “uma espécie de ‘greve’ por melhores condições de trabalho e vida, ou qualquer outra questão específica, sentimental inclusive”. A fuga-rompimento era mais complexa, ela resultava, por exemplo, da negação do proprietário em conceder a liberdade quando o escravo já possuía o valor em espécie para comprá-la, pela quebra de acordo de trabalho – como a proibição do uso da terra em dias previamente fixados – ou de costumes anteriormente aceitos pelos proprietários – como a prática da religião em determinados dias santos<sup>260</sup>.

O período que antecedia a divisão dos bens era um momento propício para a efetivação de possíveis planos de fuga. Em alguns casos, a morte de um senhor, ou de uma senhora, causava certo desequilíbrio no controle da propriedade e, dentre outros bens, da escravaria, daí alguns aproveitarem essa ocasião e cumprirem o seu intento. Dentre vários casos de fuga registrados nos inventários, há o exemplo do escravo Pedro, crioulo, com mais ou menos 40 anos de idade, ocupado no serviço da lavoura. Não sabemos a razão que o levou a fugir. No documento de inventário dos bens do casal Antônio Brandão Marinho e Maria Inocência de Jesus, desenrolado entre os anos de 1866 a 1872, diz apenas que ele encontrava-se fugido. Em qual dos exemplos de fuga propostos anteriormente estaria ele inserido? Teria o seu senhor quebrado algum acordo anteriormente feito entre si? Infelizmente o processo não nos oferece nenhum sinal do motivo de sua fuga. O certo é que, mesmo que ausente, ele não deixou de ser avaliado e participado da partilha entre os herdeiros. Situação idêntica à do escravo Manoel, “official de Barbeiro [que] se axa fugido a tempos, em lugar não sabido, e sendo como he pertencente o cazal, será sobpartilhado a todo tempo que apareça”<sup>261</sup>.

---

<sup>259</sup> Idem, *ibidem*. Auto 1/207/369/8.

<sup>260</sup> REIS & SILVA. *Op. cit.*, p. 63-68.

<sup>261</sup> APEB. *Idem, ibidem*. Autos 1/219/397/5 e 1/211/378/8.

Um caso curioso encontrado em um inventário e que pode ser interpretado como uma forma de resistência foi o do escravo Ezidoro. Ocupado no serviço da enxada, na fazenda do Sítio, em Humildes, Ezidoro, tal como foi descrito, era um africano “de boa idade”, e com sua condição física debilitada em razão de estar “afetado de doenças crônicas por se ter envenenado”<sup>262</sup>. Temos aí uma situação um tanto ou quanto curiosa, onde podemos inferir que um processo autodestrutivo, não concluído, tenha sido o último recurso encontrado por ele para escapar definitivamente da sua condição de escravo. Essa é somente uma hipótese, embora houvesse outras explicações para o suicídio de escravos, como o banzo e o retorno à África<sup>263</sup>.

Esses exemplos citados foram apenas algumas das formas encontradas pelos escravos para enfrentar/negar a sua condição, imposta pelo próprio sistema, assim como formas de tentar buscar a tão sonhada liberdade.

## CASAMENTO E FAMÍLIA

Miridan Falci, respaldada em sólida documentação, afirma que a mulher escrava do sertão raramente se casava pelos meios legítimos, ou seja, pelos ‘laços sagrados do matrimônio’. Por sua vez, Mary Karasch diz que “os libertos casavam-se na Igreja, ao passo que os escravos raramente o faziam”<sup>264</sup>. Entretanto, o fato de existir um baixo índice de nupcialidade entre os escravos, não significa dizer que eles não constituíssem laços familiares, relações afetivas estáveis e duradouras, ou mesmo, por que não dizer, companhias temporárias.

A importância da formação da família escrava se dá, principalmente, por ela ser a responsável pela reprodução de identidades culturais africanas em solo brasileiro, mesmo sob a violência do regime escravista.

Dentre outras considerações referentes à formação da família escrava, Slenes, pesquisando sobre as grandes propriedades agrárias no interior de São Paulo, mais precisamente na região de Campinas, durante o século XIX, destaca que, para os escravos, o casamento significava um ganho maior no controle sobre o espaço da moradia, determinando, dessa forma, uma melhora na sua qualidade de vida<sup>265</sup>.

<sup>262</sup> Idem, *ibidem*. Auto 1/189A/330/4.

<sup>263</sup> KARASCH, op. cit., p. 415-420.

<sup>264</sup> FALCI, op. cit., p. 264. KARASCH, op. cit., p. 475.

<sup>265</sup> SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor*. Esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 150.

Realmente, a presença de informações sobre casamento escravo nos inventários não é comum. Encontramos muitas escravas sendo avaliadas juntas com seus filhos e sem a denominação de seus respectivos maridos. Dos 200 documentos pesquisados, em apenas 10 foi registrada a presença de casais escravos, compreendendo 31 famílias.

Em todos os inventários das décadas de 1850 e de 1860, onde aparecem casais, a denominação utilizada para um dos cônjuges era sempre “mulher de” fulano de tal. Por exemplo, na relação de escravos de Helena Genebra de Santa Quitéria (1852), o único casal registrado é o de Angélica, moça, crioula, mulher de Pedro do Rosário, cabra, com 50 anos de idade, pais de Claudina, Euzébia, Clemente, Cesárea e Luiza; ou Catharina, crioula de “boa idade”, mulher de Lino, cabra, também de “boa idade”, e Maria dos Anjos, mulher de Izídio, todos escravos de João Silvério Barbosa (1856)<sup>266</sup>. De 1869 em diante é que aparece o termo “casada com”. Entre estes, há o exemplo de Felismina, 52 anos, do serviço da lavoura, casada com Manoel Bola, 36 anos, também do serviço da lavoura, escravos de dona Ana Francisca da Silva<sup>267</sup>.

A presença de casais foi mais acentuada entre os grandes proprietários escravistas como João Silvério Barbosa, coronel Joaquim Pedreira de Cerqueira e Bernardina Borges de Meirelles: 24 casais. Encontramos uma quantidade significativa de uniões formalizadas entre casais onde pelo menos um dos cônjuges tinha uma profissão determinada. No inventário de dona Bernardina Borges de Meirelles, por exemplo, dos oito casais que aparecem, em cinco deles há pelo menos um membro do casal com profissão determinada. No de João Silvério Barbosa, dos oito casais, encontramos Urçula [sic], do serviço da purgadeira, mulher de Luiz, carreiro, e Clemência, do serviço da enxada, mulher de Inocêncio, carpinteiro. Já entre os do coronel Joaquim Pedreira de Cerqueira, dos cinco casais que aparecem, quatro são ocupados no serviço da agricultura e apenas um é de um vaqueiro casado com uma mulher da lavoura.

Essa quantidade de casais onde pelo menos um dos cônjuges aparece com uma profissão definida, nos leva a crer que eles gozavam de certo *status* entre os demais ocupados em serviços menos especializados, como os da enxada ou da lavoura.

Ainda em relação à família, em alguns momentos notamos a presença de crianças com a referência de filiação apenas do pai, como o pequeno João, de cinco anos de idade, descrito como filho de Basílio, carreiro, ou Feliciano, filho de Manoel d’Araújo. Como raramente isso acontecia – registramos apenas três casos –, duas hipóteses são prováveis para explicação: é possível que as mães houvessem falecido, ficando o encargo da criação com os

<sup>266</sup> APEB. Idem. Auto 1/241/451/3.

<sup>267</sup> Idem. Auto 1/182/315/5.

pais ou parentes mais próximos, ou que as mesmas tenham conseguido a liberdade, sem a extensão para os filhos.

Falar em genealogia escrava não é de todo impossível. Na maioria das vezes em que vemos registrada a família, além do casal, aparecem os nomes apenas dos filhos. Entretanto, em algumas ocasiões, temos registros de até três gerações seguintes, como o do casal Benedita, africana de 65 anos de idade, e Ignácio, crioulo de 80 anos, pais de Luiza, de 35 que, embora não apareça evidências de que tenha realizado casamento formal, era mãe, dentre outros seis filhos, de Bida, de 21 anos, mãe da pequena Florinda. Há aí, portanto, o registro de quatro gerações da mesma família onde, com apenas 14 anos de idade, a jovem Luiza já era mãe e, aos 33, avó.

Um caso bastante peculiar encontrado no inventário de Bernardina B. de Meirelles, foi o casamento de dois escravos com “mulher livre” e duas escravas com “homem livre”. Não sabemos se esses casamentos ocorreram quando os casais ainda eram cativos, ou se realmente um deles já era liberto.

O que determinava o nascimento era o ventre materno: filho de pai escravo com mãe liberta já nascia sob o signo da liberdade. Porém, mãe escrava e pai livre determinava nascimento sob o jugo do cativo. A tão sonhada liberdade do casal nem sempre era estendida aos filhos. Caso da pequena Domitildes, que aos nove anos fora relacionada entre os escravos avaliados, porém declarada como filha de pais livres<sup>268</sup>. Essas relações demonstram que mesmo depois de conquistada a liberdade, os laços familiares “prendiam” os libertos à estrutura escravista. Se havia uma criança escrava filha de pais livres, é porque os mesmos se mantinham por perto, possivelmente residindo fora da senzala, ou em recintos menores, devidamente separado dos demais, educando-a, talvez até continuando a servir ao antigo senhor, em troca de abrigo e proteção, ou mesmo trabalhando próximo à propriedade, acumulando, por certo, algum dinheiro para a compra da liberdade da filha.

Algumas situações apresentadas nos fornecem indícios da presença de libertos nas propriedades rurais. Foram muitos os inventários onde as mulheres estavam acompanhadas de filhos novos ou recém-nascidos, sem qualquer presença de escravos homens. Nesses casos, tanto podia haver libertos trabalhando nas propriedades, quanto uma certa mobilidade de outros escravos entre as unidades produtivas, gerando uniões livres entre eles. Embora o casamento católico no Brasil fosse uma exigência social mais considerada entre as classes dominantes, nas camadas intermediárias da sociedade ele era mais flexibilizado.

---

<sup>268</sup> APEB. Idem. Auto 8/3421/5.

Assim, nessa análise verificamos as peculiaridades do trabalho escravo no sertão de Feira de Santana, área quase inteiramente rural, cuja força de trabalho escrava era responsável por quase todos os serviços realizados, fossem eles no campo ou na cidade.

Vimos que a produção econômica rural de Feira de Santana era diversificada e o trabalho escravo não estava aplicado apenas na atividade pecuária, embora essa última fosse a maior fonte de renda dos moradores da região. A produção agrícola de tabaco, algodão, mandioca e cana-de-açúcar, principalmente, absorviam quase toda a força de trabalho escravo.

Constatamos ainda que a posse de escravos no sertão de Feira de Santana tinha semelhança entre outras áreas do sertão da Bahia, o que se explica pela similaridade entre as mesmas atividades econômicas existentes – pecuária extensiva e culturas agrícolas diversificadas –, mesma estrutura social e mesma concentração de renda.

Dissemos anteriormente que no século XIX a posse de terras e escravos conferia prestígio a quem as possuísse e, muitas vezes, esses elementos formavam a base da riqueza de muitos. Além desses, outros bens formavam a riqueza dos moradores da comarca de Feira de Santana e é o que veremos no próximo capítulo.

## A RIQUEZA NAS TERRAS DE SANT'ANNA

A forma de ocupação das terras do sertão dos Tocós desde o século XVII, pelos colonos, favoreceu a formação de um grupo de fazendeiros que se desenvolveu, principalmente, amparado no trabalho escravo. Vimos que o surgimento de Feira de Santana se fez intimamente ligado à comercialização do gado bovino, e que essa atividade consolidou a base econômica da região durante todo o século XIX, transformando a sua praça comercial na mais importante do sertão baiano, desbancando as feiras de gado de Capoame e Nazaré. Exatamente pela sua importância é que, em 1859, o imperador Pedro II fez uma visita à Vila de Feira de Santana, reflexo da relevância do comércio do gado para a região.

Com o objetivo de apresentar o grau de acumulação e concentração da riqueza<sup>269</sup> dos moradores da comarca de Feira de Santana, em sua maioria fazendeiros e fazendeiras que tinham na pecuária a base financeira de seus negócios, buscamos nos inventários *post-mortem* a composição das fortunas desses proprietários de terras, gados e de outros bens. Tendo por fundamento os 200 inventários *post-mortem* pesquisados referentes ao período de 1850 a 1888, agrupamos os bens encontrados nessas fontes em 11 itens, a saber: bens de raiz, contendo fazendas, terrenos, casas, senzalas e arvoredos; escravos; gados, englobando bovino, eqüino, muar, caprino e ovino; produtos agrícolas, compreendendo mandioca, fumo, cana-de-açúcar e algodão; benfeitorias e equipamentos, constando curral, telheiros, tanques, cercas, armazém, olaria e forno, alambique, engenho, casa de farinha, máquina de descarocar algodão, prensa de fumo e ferramentas diversas; estoques de comércio; dinheiro líquido; ativos, abrangendo empréstimos, ações, apólices e títulos; móveis, desdobrados em mobiliário, prataria, livros, nichos, imagens, louças, trastes de casa, armas e veículos, como liteiras e carros de boi; e objetos de uso pessoal, incluindo jóias de ouro e prata, diamantes, bengalas e relógios de bolso, com seus respectivos valores descritos. Foram arrolados, ainda, outros bens como dotes e adiantamentos a herdeiros que, por não serem objetos de nossa discussão, não serão aqui analisados, apenas apontados. Além do agrupamento desses bens, classificamos as fortunas em diferentes faixas, tomando como base os valores dos montes.

---

<sup>269</sup> Trabalharemos com o conceito de riqueza definindo-a como tudo que é abundante na natureza material, moral ou intelectual. Nosso propósito é a análise em torno da forma material. Além do conceito de riqueza, utilizaremos também o de fortuna que, segundo Mattoso, corresponde à posse de qualquer bem. MATTOSO, Kátia M. de Queirós. A opulência na Província da Bahia. In. NOVAIS, Fernando A. e ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Orgs.). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 143-179.

Vale esclarecer que a avaliação de bens para um inventário corresponde a um determinado momento do inventariado, o que sucede à sua morte. Portanto, não devemos tomar esses bens que formam a fortuna do inventariado como algo estático, mas como o resultado de toda uma vida de trabalho. E, ainda como hoje, as fortunas nem sempre eram sólidas e contínuas, se faziam e se desfaziam por razões várias que iam desde a incapacidade dos herdeiros em administrar os bens recebidos, ou dilapidando-os após a morte prematura do chefe de família ou até mesmo pela “pulverização” da fortuna entre a larga prole familiar, tão comum no século XIX.

Para a elaboração e análise de tabelas, recorreremos, sobretudo, aos modelos propostos por Kátia Mattoso e Maria José Mascarenhas, que analisaram a riqueza na Bahia entre os séculos XVIII e XIX<sup>270</sup>. Sobre o dia-a-dia das fazendas, o trabalho de Eurico Alves Boaventura foi de grande importância pois ele, com muita beleza, soube retratar o mundo das casas de fazenda de gado da região de Feira de Santana, casas essas que eram, também, unidades polarizadoras do poder local<sup>271</sup>.

### PERFIL DA RIQUEZA POR FAIXA DAS FORTUNAS

Para iniciarmos a nossa análise observemos a Tabela 14, construída a partir do total dos valores do monte-mor bruto dos inventariados, ou seja, antes das deduções, como dívidas passivas, despesas com funeral, custas do inventário ou disposições testamentárias. Classificamos os valores dos inventariados em oito faixas de fortunas permitindo, dessa forma, traçar um perfil da riqueza dos moradores da comarca de Feira de Santana, em sua grande maioria, fazendeiros.

**TABELA 14**  
**CLASSIFICAÇÃO DAS FORTUNAS (1850-1888)**

| CLASSIFICAÇÃO    | VALOR<br>(em contos de réis) | Nº DE INVENTARIADOS |                   |
|------------------|------------------------------|---------------------|-------------------|
|                  |                              | FREQ.<br>ABSOLUTA   | FREQ.<br>RELATIVA |
| 1 Pequenas       | de 615\$ a 5:000\$           | 64                  | 32,0              |
| 2 Médias baixas  | de 5:001\$ a 20:000\$        | 76                  | 38,0              |
| 3 Médias         | de 20:001\$ a 50:000\$       | 37                  | 18,5              |
| 4 Médias altas   | de 50:001\$ a 100:000\$      | 10                  | 5,0               |
| 5 Grandes baixas | de 100:001\$ a 200:000\$     | 09                  | 4,5               |
| 6 Grandes médias | de 200:001\$ a 500:000\$     | 03                  | 1,5               |
| 7 Grandes        | de 500:001\$ a 1.000:000\$   | 00                  | 00                |
| 8 Muito grandes  | acima de 1.000:000\$         | 01                  | 0,5               |
| <b>SOMA</b>      |                              | <b>200</b>          | <b>100%</b>       |

<sup>270</sup> MATTOSO. *Bahia, século XIX*. MASCARENHAS, op. cit.

<sup>271</sup> BOAVENTURA, op. cit.

Fonte: APEB. Seção Judiciário. Série Inventários; BSMG. Seção Manuscritos.

Os valores das fortunas constantes na Tabela 14 variaram em seus extremos de 615\$500 (seiscentos e quinze mil e quinhentos réis) a 1.281:287\$045 (um milhão, duzentos e oitenta e um contos, duzentos e oitenta e sete mil e quarenta e cinco réis), o que demonstra uma desigualdade sócio-econômica muito elevada entre os inventariados.

### **Pequenas**

A faixa das pequenas fortunas, variando de 615\$000 réis a 5:000\$000 réis, correspondeu a um número de 64 inventariados, equivalentes a 32% ou, praticamente, 1/3 do total de inventariados. Entre esses, encontramos Lourenço Correia de Miranda<sup>272</sup>, inventariado em 1870, com o menor valor de fortuna avaliada em 615\$500 réis. Morador na fazenda Maria Preta, distrito de Riachão do Jacuípe, os seus bens constaram de uma “casa de morar” situada nas terras da referida fazenda, com 49,5 braças, tendo uma pequena fonte que fornecia água de beber, e outra micro-propriedade à beira do rio Jacuípe, denominada Gameleira, com 17,5 braças. Nessas pequenas áreas ele criava duas vacas e dois bezerros, quatro cavalos e três bestas. No interior da “casa de morar” constaram apenas dois móveis: uma mesa velha e um banco, já bastante usado; uma sela de montaria de cavalo e uma espingarda velha. Conjugada à sua residência, muito possivelmente num prolongamento do telhado, havia uma casa de farinha, atestada pela presença de uma roda de ralar mandioca, equipamento freqüente em todos os níveis de riqueza. Lourenço, homem pobre, não contava com o auxílio da força de trabalho de nenhum escravo para a lida diária de suas atividades. Contava sim, com o apoio da mão-de-obra familiar, de sua esposa e mais seis filhos, visto que outras duas eram casadas e, provavelmente, já não dividiam o mesmo lar dos pais.

A riqueza desses pequenos afortunados, como ele, constava de bens de raiz, escravos, gado e poucos móveis. Geralmente possuíam pequenas propriedades rurais com curral próximo à “casa de morar”, senzala, armazém ou mesmo um quarto fora da casa para guardar as ferramentas e os arreios de montaria.

Nessas pequenas fortunas encontramos uma média de 3,4 escravos por inventariado, sendo que em quatro delas não aparecem escravos entre os bens. Portanto, fica evidente que no trabalho desenvolvido nessas propriedades, além da utilização do pouco trabalho escravo, a participação da mão-de-obra familiar era de vital importância. Contava-se com ela para os serviços da lavoura, para o cuidado com os animais e em serviços de natureza doméstica,

---

<sup>272</sup> BSMG. Seção Documentos Manuscritos. Doc. M-IPA-02.



como a fiação de tecidos em teares ou a fabricação de farinha que, neste último caso, estendia-se a uma rede de solidariedade entre parentes, vizinhos e amigos em todas as etapas da fabricação, desde o descasque da mandioca até a torragem da farinha.

Embora nas fontes não apareçam declaradas as profissões dos inventariados, presumimos que alguns poucos desses pequenos proprietários rurais eram vaqueiros que trabalhavam para fazendeiros vizinhos, que contavam com essa mão-de-obra livre para o auxílio na execução das diversas atividades das fazendas. A julgar pela quantidade de bens de raiz, cujo valor na maioria das vezes denunciava a dimensão da propriedade, é provável que entre esses inventariados alguns exercessem o trabalho livre de vaqueiro proporcionando, com o pagamento do seu trabalho, um aumento da renda familiar e, quem sabe até, a aquisição de mais um lote de terra para nele criar um pequeno rebanho de gado.

A casa dos componentes dessa faixa, geralmente era de piso térreo, e no seu interior havia poucos móveis, como uma mesa, algumas cadeiras, uma arca, cama com lastro de couro, caixas ou caixões onde eram armazenados os produtos da colheita, como o feijão, o milho, ou mesmo a farinha produzida na casa. Por diversas vezes a religiosidade do sertanejo confirmava-se com a presença de oratórios e imagens de santos, alguns até aparelhados em prata e que, ao contrário dos outros bens, não eram avaliados e sim, “estimados”<sup>273</sup> no valor.

Segundo relato do viajante *Henry Koster*, quando de sua passagem pelo Nordeste, durante o século XIX, descrevendo o interior de uma casa de fazenda de gado, diz que

as redes usualmente tomam o lugar dos leitos, sendo mais confortáveis e mais freqüentemente utilizadas como cadeiras. Algumas residências têm mesa, mas o uso comum é a família acocorar-se derredor de uma esteira, com as tigelas, cabaças e travessas no centro, e aí comem sua refeição, sobre o solo. Facas e garfos não são muito conhecidos e nas classes pobres, nenhum uso possuem<sup>274</sup>.

Contrastando com essa precariedade, alguns poucos inventariados inclusos nesta faixa, cujo valor da fortuna se aproximava das médias baixas, se davam ao luxo de possuir um sofá ou uma marquesa forrados com palhinha, algumas colheres de prata e pouquíssimas jóias, inclusive relógio de algibeira de prata. Embora possa parecer, à primeira vista, de que se trata de bens de pessoas com fortunas maiores, eles raramente alcançavam valor superior a um por cento do total dos bens inventariados.

<sup>273</sup> Essa expressão se usava na época sempre quando eram avaliadas imagens, oratórios ou nichos.

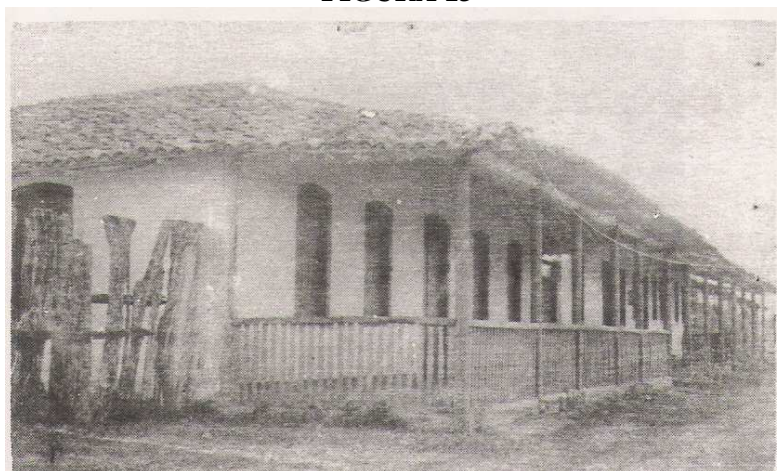
<sup>274</sup> KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942, p. 187.

### Médias Baixas

Os 76 inventariados cujas fortunas foram classificadas como médias baixas, avaliadas entre 5:001\$000 réis e 20:000\$000 réis, corresponderam à maioria dos inventariados, equivalendo a 38% do total pesquisado. Entre estes, a quantia média de escravos por proprietário dá um salto significativo de 3,4 do grupo anterior, para 10,6. A partir dessa faixa, os inventariados dispunham de bens mais diversificados. Os bens de raiz, escravos e gados tiveram uma participação maior, e as dívidas ativas e passivas apareceram com mais frequência.

Encontramos fazendas avaliadas em até 3:000\$000 réis, com casas maiores (ver Figura 13) e benfeitorias como armazéns para guardar os produtos da colheita e quintal murado, onde se plantavam árvores frutíferas como mangueira, jaqueira, coqueiro, bananeira, cafeeiro, cajueiro, laranjeira e fruta-pão.

**FIGURA 13**



Casa da Fazenda Jurubeba (em Tanquinho), de João Ferreira da Silva, “tão falada quanto poderosa, apesar do aspecto externo modesto, sem louçainhas de arquitetura.”  
Fonte: BOAVENTURA, op. cit., p. 210; Ilustrações.

Com uma fortuna mais sólida, esses fazendeiros começam a expandir o número de seus imóveis, passando a adquirir casas na Vila de Feira de Santana. Como exemplo, podemos citar o inventariado José Aratagy Pedreira Lobo<sup>275</sup>, morador na fazenda Bom Gosto, em Humildes, cuja casa de fazenda era coberta de telha e cercada com muros de adobe, com estrebaria e armazéns vizinhos, quatro senzalas, casa de fazer farinha, fontes e tanques e, na Vila, possuía uma casa na rua Direita do Comércio, com três janelas e uma porta de frente, avaliada em 1:200\$000 réis.

<sup>275</sup> APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Auto 1/207/369/10.

Os rebanhos de gados, agora, já aparecem em maior número nos inventários, com boiadas de mais de 100 cabeças, proporcionando a criação extensiva em propriedades maiores. Os investimentos na agricultura também se fazem mais evidentes, com mandiocais de até 70.000 covas<sup>276</sup>, bem como plantações de algodão e tabaco, como já foi discutido no primeiro capítulo deste trabalho.

Outra forma de atividade, além da agricultura e da pecuária, surge nessa faixa de fortuna: a agiotagem. Sobressaía-se nessa atividade Antônio Higino Ferreira da Silva<sup>277</sup>, morador na fazenda Morro Bonito, próxima ao Arraial do Tanquinho, tendo uma casa coberta de telha, “rebocada e caiada”, com uma porta e quatro janelas de frente, duas salas de frente e mais duas internas, cozinha e quatro quartos. Ladeando a casa de morar, estava a casa de fazer farinha com dois fornos, rodete e demais acessórios e, vizinho à esta, quatro quartos para depósito de cereais e mais uma estrebaria com manjedoura.

O rebanho de gado da fazenda era pequeno: 48 cabeças de vacum, cinco cavalos e dois porcos. Estes últimos sendo criados mais para consumo da casa que para o comércio. A lavoura, porém, era mais explorada com plantações de tabaco, feijão, milho, mandioca e capim. Para o serviço na fazenda contava com o trabalho de três escravos e uma escrava, que tinha uma cria de dois anos de idade.

Pela descrição dos bens de seu inventário, vê-se que era homem de hábitos refinados. Havia peças para o seu conforto e luxo que ia de copos lapidados para água, compoteiras, pratos de louça chinesa e de louça azul para almoço, até talheres de prata, bandejas e muitas jóias de ouro, como abotoaduras, alfinetes (broches), anéis, colares, brincos e trancelins.

O valor total do monte-mor de Antônio Higino alcançou 19:209\$964 réis, distribuídos da seguinte forma: bens de raiz 4,9%, escravos 12%, gados 11,4%, produtos agrícolas 5,5%, benfeitorias e equipamentos 3%, dinheiro líquido 0,4%, ativos 59,6%, móveis 2,1% e objetos de uso pessoal, como as jóias, 1,1%. Como podemos perceber, a sua riqueza maior estava concentrada nos bens ativos, que corresponderam a investimentos em títulos do “Thesouro Nacional” e ações do Banco da Bahia, bem como em empréstimos a terceiros. Os títulos e as ações compreendiam 16,1% do total de bens e os empréstimos a 43,5%. Também denominados de “Títulos de Crédito”, nas promissórias estavam assinados os nomes de 35 pessoas que estavam a lhe dever 8:344\$854 réis. Os valores emprestados *per capita* não eram muito altos, girando em torno de 2\$000 réis a até 1:249\$124 réis. Numa época em que muitos desconheciam e sequer tinham acesso às instituições financeiras, o empréstimo à juros em

---

<sup>276</sup> Idem, ibidem. Auto 1/201/355/8.

<sup>277</sup> Idem, ibidem. Auto 1/241/450/3.

mãos de particulares era algo comum. De pobres a ricos, todos recorriam a essa modalidade de empréstimo<sup>278</sup>.

### **Médias**

A terceira faixa, composta por 37 inventariados, caracterizava-se por possuir uma fortuna média variando de 20:001\$000 réis a 50:000\$000 réis, eram proprietários de rebanhos de gado maiores e alguns eram donos de engenhos de açúcar. A média de escravos entre esses era de 21,4 por proprietário, e essa mão-de-obra era absorvida na lavoura da cana, tabaco e mandioca e na pecuária.

Nesse grupo inseria-se a fazendeira dona Helena Genebra de Santa Quitéria, com bens inventariados entre julho de 1852 a agosto de 1854, totalizando um monte-mor de 40:760\$000 réis<sup>279</sup>. Para demonstrarmos em que consistia a fortuna dos que faziam parte dessa faixa, escolhemos o seu inventário por apresentar uma abundância de informações, e as disposições contidas em seu testamento, anexo ao inventário, tornou-o um documento incomum, cujas vontades expressas pela testadora fez com que ele se destacasse dentre os demais do seu grupo de afortunados.

Estando enferma, sentindo a proximidade da morte e querendo deixar os bens encaminhados conforme a sua vontade, dona Helena ditou o seu testamento em 24 de abril de 1852 no sobrado da sua fazenda Rosário. Essa era uma das suas três fazendas, próximas uma da outra e situadas entre as capelas de Senhor do Bonfim e Bom Despacho.

Dona Helena era natural da freguesia de São José das Itaporocas, filha legítima de Isidório Freire de Lima e Quitéria das Neves Freire, e foi casada com seu primo carnal Manoel Leonardo Correia do Lago. Em estado de viuvez e não tendo deixado filhos desse matrimônio, instituiu como suas herdeiras universais as sobrinhas-netas e afilhadas Maria da Pureza, Ana Rosa e Maria das Neves, filhas de seus sobrinhos diretos Antônio do Lago Freire e Ana Joaquina das Neves.

A referida senhora era proprietária de 81 escravos e desses, 16 eram de serviços especializados. Possuidora de tanta mão-de-obra dessa natureza achou por bem fazer algumas doações. A seus sobrinhos-netos, José e Bernardo, doou “dous moleques a cada hum a saber para o José, André e Theotônio cabrinhas, e para o Bernardo, Miguel e David cabrinhas”; para a sua parenta dona Ana, filha de seu finado compadre Vidal Teixeira, deixou a crioulinha Luiza de França para a servir enquanto viva ela fosse e, após a sua morte, passaria às suas

---

<sup>278</sup> MATTOSO. *A opulência...*, p. 166.

<sup>279</sup> APEB. Idem. Auto 18188/326/1 (com testamento anexo).

universais herdeiras; ao afilhado doutor Joaquim Aires de Almeida Freitas doou “hum molequinho chamado Salvador de idade de nove annos (...) para seo lacaio”.

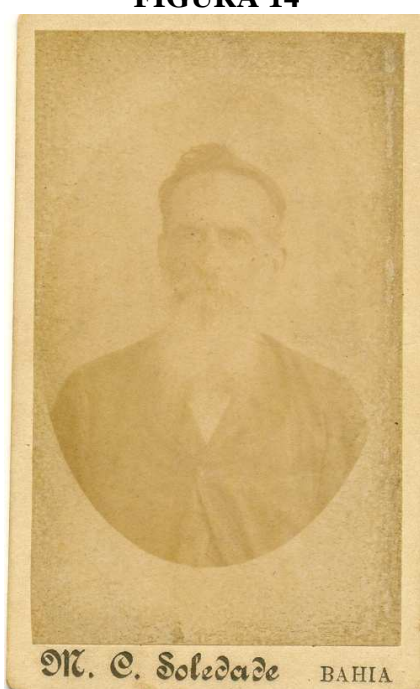
Como foi dito, dona Helena possuía três fazendas: Rosário, Gunza e Saco do Barbosa. Todas três tinham a extensão de 1.500 braças de frente por uma légua de fundo que, em medidas mais atuais, cada uma teria o equivalente a 4.545 tarefas, que na época seriam consideradas propriedades de tamanho médio. Sendo fazendas de iguais dimensões, ao valor unitário de 2:250\$000 réis, nenhuma das três herdeiras ficou prejudicada em uma braça de terra sequer. Com a primeira fazenda ficou a herdeira Maria das Neves, a segunda coube a Ana Rosa e, por fim, com a fazenda Saco do Barbosa, ficou a herdeira Maria da Pureza.

Por diversos momentos, fica evidente no testamento uma certa predileção de dona Helena pela sobrinha Ana Rosa, haja vista que, além das ditas terras herdadas, recebeu a metade do Terno de Zabumba – grupo musical formado por sete escravos, já referido no capítulo anterior – com os seus instrumentos, cabendo a outra metade às suas duas irmãs. Além desses bens, dona Ana Rosa ficou livre para escolher entre as escravas de sua tia-avó e madrinha, duas escravas “que lhe agradar independente do que lhe houver de tocar na igualdade com as outras suas Irmãs e herdeiras”.

Mas esses bens tinham uma condição para que chegassem livres para gozo e deleite das herdeiras. Na 18ª verba testamentária dona Helena declarou que se “qualquer de minhas herdeiras aqui nomiadas que quizerem cazar-se com pepsoas de minha reprovação ainda depois do meo falecimento perderá o Direito da herança a q. papsará às que cazarem acertadamente”. Nesta verba, o sentido de patriarcalismo é visível, quando ela evidencia a questão dos arranjos matrimoniais, com o intuito da manutenção da propriedade e o casamento atrelado a pessoas do mesmo grupo social. Ao que parece, Ana Rosa Freire de Lima quis garantir que a vontade de sua tia fosse satisfeita ainda em vida, pois, em 03 de maio de 1852, na sua fazenda Gunza, poucos dias antes da morte de sua protetora, ela festejou o seu casamento com o capitão Joaquim Batista Carneiro (ver Figura 14), filho do abastado coronel José Batista Carneiro e dona Ana Simplícia de Santa Catarina de Jesus Carneiro. Para essa festa de casamento, dona Helena arcou com as despesas de um jantar, cujos gêneros foram adquiridos no armazém de José Joaquim de Sena ao preço de 46\$440 réis e, conforme declarações do inventariante e tio da nubente, João Silvério Barbosa, esse valor foi descontado do monte-mor da inventariada. Desse mesmo monte de despesas foram abatidos 42\$000 réis pagos “por 1/2 mesa de louça chinesa”, e mais 473\$620 réis pela compra do enxoval de seu casamento.

O desejo da testadora parece ter se concretizado no casamento das outras duas sobrinhas Maria da Pureza Freire e Maria das Neves Freire. A primeira se casou com o capitão Luiz Antônio Aires de Almeida Freitas, filho do seu compadre e doutor Joaquim Aires de Almeida Freitas; e a segunda casou-se em 07 de janeiro de 1856, em Feira de Santana, com seu primo carnal Antônio Joaquim Barbosa de Freitas, filho de seu tio materno João Silvério Barbosa e Maria Gertrudes de Freitas<sup>280</sup>. Ou seja, os três casamentos se realizaram dentro do mesmo padrão social e financeiro dos noivos, sendo um deles de ordem endogâmica.

**FIGURA 14**



Capitão Joaquim Batista Carneiro,  
marido de Ana Rosa Freire de Lima

Fonte: Acervo BSMG – Museu Casa do Sertão – UEFS

Os bens de dona Helena Genebra estavam distribuídos da seguinte forma: bens de raiz 20%; escravos 74,1%; gados 5,1%; benfeitorias 0,6%; e móveis 0,2%. É interessante observar que, mesmo com 20% de seus bens empregados em bens de raiz e benfeitorias, consistindo esses em três fazendas médias e outras três posses menores, 13 senzalas, uma casa de farinha, armazém e, sobretudo, morar em um sobrado rural avaliado em 800\$000 réis, dona Helena desfrutava de pouco conforto interno em sua casa. A simplicidade dos móveis descritos contrastava com a possível imponência que o sobrado deveria causar em quem o

<sup>280</sup> Arquivo da Arquidiocese de Feira de Santana. Registro Eclesiástico – Casamento (Freguesia de Santana). Livro 1848 a 1864. p. 92 v.

visse em plena zona de caatinga. Os móveis que constavam em seu interior foram apenas um oratório com suas imagens, dois missais e uma pedra d'ara (usados em cerimônias religiosas), uma cama velha de jacarandá, um banco grande de encosto, quatro mesas velhas e um catre velho. Esses dados confirmam a visão que os viajantes estrangeiros sempre tiveram acerca do contraste profundo entre o interior e o exterior das casas brasileiras, embora essa característica não deva ser tomada por regra, principalmente entre outros componentes do mesmo grupo de fortuna onde estava inserida dona Helena Genebra, já que outros interiores foram minuciosamente descritos com móveis de luxo e ricos objetos de uso pessoal que demonstravam certa ostentação para os moradores da região.

Como foi visto, a maior parte da sua fortuna estava concentrada em escravos: 74,1%, correspondendo a 81 cativos. Em seu inventário não apareceu nenhum dado que pudéssemos concluir o tipo de lavoura cultivada em suas terras e que justificasse a utilização dessa quantidade de mão-de-obra escrava. Encontramos, entre estes, um vaqueiro, oito com ocupações especializadas, sete ocupados no serviço doméstico, 14 empregados no serviço da enxada, 34 sem atividade declarada e 17 em idade improdutiva. Talvez ela tivesse absorvido essa mão-de-obra na plantação de algodão ou tabaco, pois, como dissemos anteriormente, em 1835 ela ocupou o lugar de maior proprietária de escravos do termo da Vila de Feira de Santana (conforme Apêndice A).

Nessa faixa média de fortuna em que se encontrava dona Helena, verificamos uma quantidade significativa de fazendeiros que possuíam casas urbanas para o seu conforto e de seus familiares quando de uma visita à vila, ou mesmo à capital da província, por ocasião de festas religiosas ou por compromissos médicos e/ou financeiros. Podemos citar entre estes o major Antônio Evaristo Bacelar que, além de fazendeiro e proprietário de vários imóveis na Vila de Feira de Santana, possuía dois imóveis em Salvador<sup>281</sup>. Minuciosamente descritos, um deles, situado à Rua do Cabeça, era térreo e ocupado com uma venda de molhados, avaliado em quatro contos de réis. O outro imóvel, que deveria servir para acolhê-lo e à sua família de 11 filhos, quando se encontravam na cidade, situava-se à Rua Direita do Rosário e era assobradado, com uma porta e duas janelas envidraçadas, escada com 12 degraus, sala, dois quartos, sala de jantar, cozinha, despensa e quintal murado; no andar de cima tinha sala com três janelas envidraçadas, sala e quartos com piso todo assoalhado e avaliado todo o imóvel em 6:000\$000 réis. Só para efeito de comparação, na mesma época, com esse valor

---

<sup>281</sup> APEB. Idem. Auto 1/184/317/9.

comprava-se uma boiada de 200 cabeças de gado vacum adultos, no valor unitário de 30\$000 réis a cabeça.

Outro representante dessa faixa de fortuna foi o comendador Felipe Pedreira de Cerqueira, cujos bens foram inventariados em 1874<sup>282</sup>. A sua fortuna era composta por vários imóveis urbanos na Vila de Feira de Santana e duas pequenas propriedades rurais em Camisão; 17 escravos; cabeças de gado vacum, cavalos, muar, ovino e caprino; dívidas ativas; móveis e algumas peças de ouro e brilhantes. Esses bens, após a avaliação, alcançaram a soma de 35:363\$600 réis.

Pelo que se depreende a partir do inventário, os 11 imóveis edificadas na Vila, além da sua residência, deviam ser utilizados para aluguel, sendo responsáveis pela origem de parte de sua renda. Outra fonte provinha das suas propriedades rurais que, embora tenham sido avaliadas em apenas 100\$000 réis, cada uma, havia gados, escravos da lavoura, ferramentas para o trabalho, além de uma máquina de descarregar algodão.

Com parte dessa fortuna o comendador, junto com sua esposa, dona Antônia Maria do Nascimento Cerqueira, com quem não deixou filhos, instituíram e edificaram a antiga Capela do Senhor dos Passos, conforme registros na ata da Câmara Municipal de Feira de Santana, de 08 de agosto de 1857<sup>283</sup> e no diário do Imperador Pedro II, que a descreveu possuindo “arcos dos lados, formando meias naves, pequena mas bonita e com pequeno jardim, tudo feito a expensas do Cerqueira Pedreira, primo do Joaquim Pedreira”<sup>284</sup>.

Através da Figura 15, em fotografia tirada entre fins do século XIX e os primeiros anos do século XX, podemos ver a referida capela com o seu jardim lateral e, vizinha a este, a residência do casal. O auto de inventário a descreve exatamente como aparece na imagem: “um sobrado edificado na Rua Barão de Cotegipe [atual Senhor dos Passos], com seis janelas de frente”, avaliado em 8:000\$000 réis, e mais “uma casa contígua ao sobrado, contendo uma porta e três janelas de frente”, avaliada em 1:200\$000 réis.

---

<sup>282</sup> Idem, *ibidem*. Auto 1/182/315/7.

<sup>283</sup> Idem. Seção Colonial/Provincial. Série Câmaras. Maço 1310 (caderno 1857).

<sup>284</sup> Aí o imperador faz uma inversão na ordem do sobrenome Cerqueira Pedreira, quando o certo é Pedreira [de] Cerqueira. DOM PEDRO II, *op. cit.*, p. 187.



FIGURA 15



Capela do Senhor dos Passos e sobrado do comendador Felipe Pedreira de Cerqueira.  
Fonte: Arquivo do autor.

Os móveis que ocupavam o interior do sobrado eram: uma mobília composta por um sofá, uma mesa redonda, 20 cadeiras, três consolos e uma marquesa, tudo com lastro de palhinha, dois pares de mangas de vidro para lustres, um globo, três pares de jarros, um relógio de parede, uma mesa de jantar, duas banquinhas, uma cômoda, um guarda-roupa e duas marquesas velhas.

O comendador Felipe Pedreira de Cerqueira representa o caso de uma fortuna classificada como média, residindo na Vila em um sobrado com poucos móveis, e que não concentrou a maior parte de seus bens em terras e escravos.

### **Médias Altas**

Conforme a Tabela 14, podemos constatar que a partir dessa faixa inicia a grande diferença na relação valor das fortunas e número de inventariados. Há um grande salto, onde diminui o número de inventariados e aumenta o valor das fortunas. Os componentes dessa faixa eram donos de fortunas estabelecidas entre 50:001\$000 réis e 100:000\$000 réis. Desses valores para cima, segundo Mattoso, situavam-se os representantes das verdadeiras fortunas baianas.<sup>285</sup>

<sup>285</sup> MATTOSO. *Bahia, século XIX*, p. 615.

Nesse grupo, a propriedade média de escravos por inventariado equivalia a 27,4. Nele se destacou como maior proprietário escravista Francisco José da Silva<sup>286</sup>, falecido no ano de 1862, na fazenda Casa Nova, com um plantel de 88 escravos distribuídos em cinco fazendas espalhadas entre São José das Itaporocas e Conceição do Coité. Esse grande número de escravos deveu-se à variedade da produção agrícola em suas terras. Nessas fazendas havia cultivos de algodão, milho e feijão, além das atividades pecuárias de gado bovino, equino, ovino e caprino. Vale destacar que além desses gêneros havia ainda uma lavoura com 200 pés de café prontos para a colheita. Disse dona Ana Maria do Nascimento, viúva e inventariante, “que as mandiocas, fumo e algudões, bem como Milho, feijões, deixara de dar o inventario por ter sido acordo entre os interessados ficar tudo isto para seu suprimento dos escravos”. Portanto, podemos observar, além da pecuária, uma diversidade de culturas agrícolas fortemente amparadas pelo trabalho escravo nessa unidade produtiva rural sertaneja.

Outro inventário dessa mesma faixa de fortuna e que podemos tomar como exemplo a ser analisado é o de dona Francisca Maria da Silva<sup>287</sup>, casada com Demétrio Tavares da Silva Carneiro (filho do anteriormente citado Francisco José da Silva), e falecida em 02 de março de 1874. Utilizamos esse documento pela riqueza de detalhes na descrição dos bens e pelo equilíbrio na distribuição da sua fortuna.

Diferente de dona Helena Genebra, por exemplo, que concentrou a maior parte da sua fortuna em escravos (74,1%), a de dona Francisca apresentou certo equilíbrio na sua distribuição. Alcançando um valor de 54:958\$700 réis, os seus bens estavam distribuídos da seguinte forma: bens de raiz 30,4%; escravos 34,3%; gados 28,8%; benfeitorias e equipamentos 2,5%; móveis 1,1%; objetos de uso pessoal 2%; e adiantamentos a herdeiros 0,9%. A solidez dessa fortuna estava assentada na posse de cinco fazendas, espalhadas entre Tanquinho, São José das Itaporocas e Conceição do Coité, 34 escravos, 476 cabeças de gado vacum, oito bois de carro, 16 cavalos, 161 ovelhas e um pomar formado por três mangueiras, 71 coqueiros e 102 pés de laranja.

As construções existentes nessas fazendas de gado variavam, como estamos vendo, de acordo com os níveis de fortuna. Os dados descritos nos inventários com fortunas classificadas como médias altas, permitiram traçar um modelo de fazenda de gado sertaneja, como a exibida na Figura 16, vista logo abaixo. A imagem nos oferece uma visão panorâmica aproximada da distribuição das diversas construções que formavam uma fazenda de gado

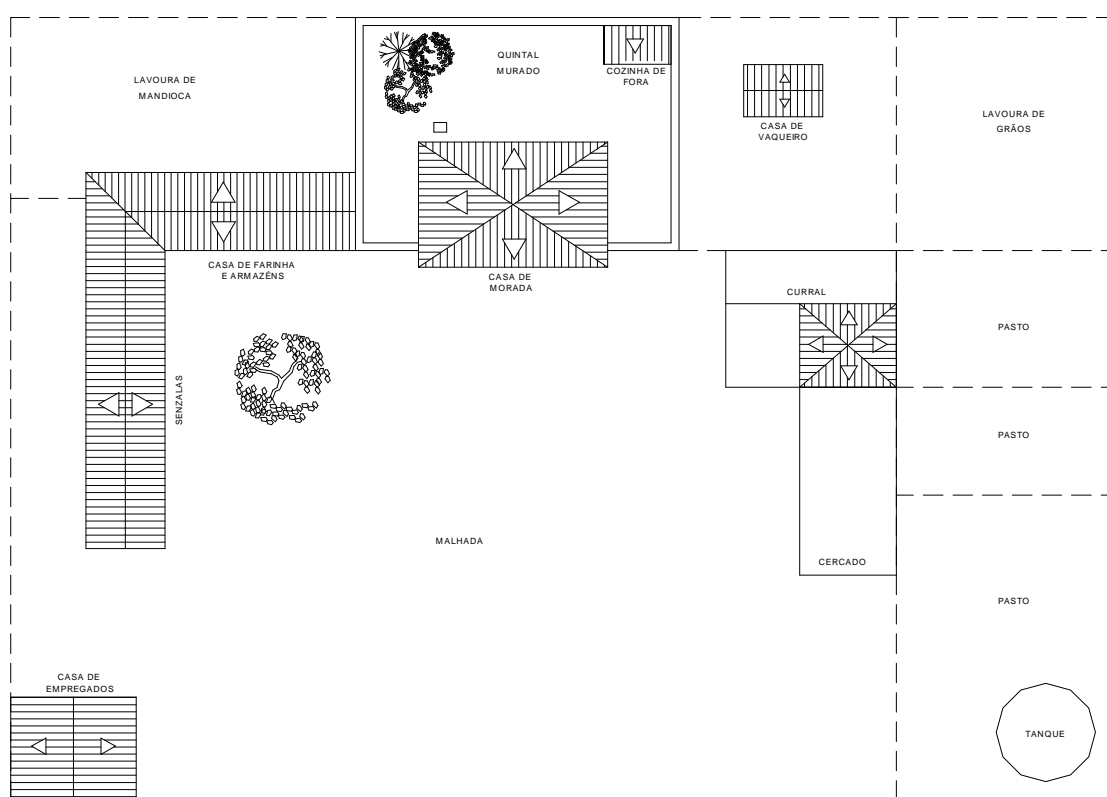
---

<sup>286</sup> APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Auto 1/211/378/8.

<sup>287</sup> Idem, ibidem. Auto 1/182/315/5.

durante o período escravista na região de Feira de Santana, onde podemos perceber os diversos espaços destinados ao âmbito da convivência entre livres e cativos. Espaços de intimidade e de trabalho. A disposição dessas construções está em sintonia com a assertiva de Boaventura, de que “o pastoreio, já no século XVII e mormente no século XVIII, se transformou em cultura sedentária, com a casa-da-fazenda, a senzala, o oratório ligado à casa e o curral próximo, sedentarismo necessário à sua cristalização”<sup>288</sup>.

**FIGURA 16**  
**MODELO DE FAZENDA DE GADO NA REGIÃO DE FEIRA DE SANTANA**  
**EM MEADOS DO SÉCULO XIX**



Arte: Joelma de Oliveira Macedo

A casa de morada dominava a paisagem, sendo imediatamente a que chamava à atenção, pela imponência da sua construção. Normalmente o telhado era de quatro águas, também denominado de copiar, que se alongava a formar, muitas vezes, varandas nos quatro lados da casa, com janelas envidraçadas, ou não. Em várias dessas residências, o quintal murado servia para resguardar os espaços da intimidade. Ele poderia ser fechado em três lados, ou em dois, sendo que os quartos reservados às mulheres, quando não tinham janelas,

<sup>288</sup> BOAVENTURA, op. cit., p. 270.

eram abertos para esse espaço, resguardando, dessa forma, a intimidade e a “honra” das sinhazinhas.

Era ainda no interior da casa de morada que estava situada a capela familiar, excepcionalmente vista na área externa da casa de fazenda de gado. Podemos ver um desses exemplos de capela interior, na fazenda Malhador (Figura 17), localizada próxima à cidade de Tanquinho, propriedade que foi de Ana Francisca da Silva<sup>289</sup> (irmã da citada Francisca Maria da Silva), cuja casa foi erguida na segunda metade do século XIX, por seu filho, doutor Manoel Barbosa da Silva. Afirma Boaventura que “mais rigor teria de haver para a Capela particular, para o oratório apto para a missa, para os ofícios religiosos presididos pelo Padre. Para os casamentos da família, para os batizados da casa”<sup>290</sup>.

**FIGURA 17**



Capela da fazenda Malhador, em Tanquinho.  
Fonte: IPAC-BA. Região Pastoril, p. 222.

Assim como a casa de morada da fazenda era o espaço da convivência da família do senhor, a senzala era o mesmo para os escravos. Normalmente construída próxima à sede da fazenda, ela estava sempre à vista dos olhares vigilantes dos senhores. Verdadeiros cubículos erguidos com paredes de taipa e adobe, sem janelas, cobertas de palha ou telha e com chão batido de terra, as senzalas contrastavam, e muito, com a residência senhorial (ver Figura 18). A disparidade dos valores atribuídos à elas atestam a precariedade dessas construções. Na relação de bens de dona Francisca Maria da Silva, vimos que o valor da casa da fazenda Minador era de 2:000\$000 réis. Já as 11 senzalas, cobertas de telhas e situadas vizinhas aos

<sup>289</sup> APEB. Idem. Auto 1/227/414/7.

<sup>290</sup> BOAVENTURA, op. cit., p. 270.

armazéns, e onde eram acomodados os 34 escravos da propriedade, foram avaliadas em 220\$000 réis, ou seja, cada uma delas a 20\$000 réis, o equivalente a um por cento do valor da casa-sede da fazenda.

**FIGURA 18**



Aspecto de uma senzala no século XIX (Litografia de Victor Frond).

Em algumas dessas fazendas, registramos a existência de olarias, onde elas permitiam uma maior oferta de tijolos de adobe, utilizados para levantar as paredes da casa de morada, o muro do seu quintal e as construções em geral. Nesse quintal eram cultivadas algumas árvores frutíferas, como mangueiras, jaqueiras, coqueiros e outras, não apenas pelo gosto decorativo, mas, com objetivo de consumo e, provavelmente, de venda<sup>291</sup>. Ainda nele, muitas vezes se levantava uma cozinha, denominada de “cozinha de fora” que, com seu fogão à lenha, era onde se preparavam comidas que exigiam espaços maiores para a sua elaboração, como doces, canjicas e os pratos destinados aos grandes almoços em dias de festa.

No entorno da casa de morada estavam as benfeitorias e os espaços destinados ao trabalho e à produção, a exemplo da casa do vaqueiro e de outros empregados, do curral, da casa de farinha, dos tanques, dos pastos e das roças de mandioca e grãos (milho e feijão).

Em resumo,

eram, aqui e ali, cozinhas abertas e bem espaçosas e albergaria ampla, para o movimento da criadagem, para a guarda dos objetos de pouco uso, as malas de garupa, os couros de cobrir o carro-de-bois nas viagens. Acompanhava o conjunto da casa-da-fazenda o armazém, quase sempre em cômodo separado, com dupla função: lugar de castigo, com **tronco** e algemas e

---

<sup>291</sup> Idem, ibidem.

espécie de abegoaria, para depósito do produto da lavoura anual, para armazenagem do necessário ao repasto, à treina dos negros, transportado de Cachoeira em lombo de bestas. A escravaria demorava-se num renque de casas menores, perto da casa-da-fazenda, compondo também a sua senzala. A casa-de-farinha, com roda, rodete, cocho, prensa e forno, de igual sorte, em muitos casos, a cobertura para o fumo **manocado**, entaniçado, completavam o arcabouço, a engrenagem da fazenda, com jirau para o milho e o feijão secando<sup>292</sup>.

Considerando o valor da casa de morar da fazenda Minador, avaliada em 2:000\$000 réis, a construção de tijolos de adobe devia ser bastante sólida, apresentando certo conforto. O conforto proporcionado pela fortuna da família pode, em parte, ser medido através da descrição dos móveis que compunham o interior dessa construção. Entre eles foi relacionada uma mobília composta de 12 cadeiras, mais duas com braço, um sofá, uma mesa redonda e dois consolos, tudo de jacarandá, uma mesa de jantar, um “relógio de cima de meza” e outros móveis rústicos que eram comuns à maioria das fazendas como bancos, arcas (ver Figura 19) e caixões para armazenar cereais. Em ocasiões especiais o serviço de mesa oferecido aos convivas da fazenda era complementado por algumas peças como 17 colheres de prata, 18 colheres de chá, também de prata, e mais uma “colher para tirar assucar”, do mesmo material.

**FIGURA 19**



Arca de couro e madeira.

Fonte: Acervo Museu Casa do Sertão – UEFS.

Foto: Josué Ribeiro.

Boaventura nos oferece uma descrição do interior de uma casa rural, que se encaixa no perfil dos afortunados desse grupo:

Até figurinhas de **biscuit** se encontram em alguns salões rurais. É fina a mobília, toda de palhinha, com bons espelhos para a sala-de-visitas e nas alcovas. Do hirto catre rude passa-se à comodidade nas amplas camas

---

<sup>292</sup> Idem, p. 112-113.

envernizadas, de encosto harto aberto em labores modestos de talhas. Camas largas sustentando-se até em pés-de-bicho. Algumas de leito alto, bem alto. Esconde-se nas salas-de-dentro e nas camarinhas o velho estrado. (...) Adornam-se os altares e enfeitam-se os salões e as salas-de-jantar com finos jarros de porcelana e de opaline lindíssimos. Não se dispensam as escarradeiras de louça bem interessantes<sup>293</sup>.

Vivendo em um mundo rural, o cotidiano da família de dona Francisca Maria – formada pelo marido e 13 filhos – demonstrava certa opulência pouco vista na região, principalmente no que se refere às jóias usadas por ela. Através dessas peças podemos perceber a ostentação que a fortuna acumulada em terras, gados e trabalho escravo podia proporcionar aos seus donos. Provavelmente guardadas numa caixa especial, as suas jóias constaram de dois alfinetes e argolas de ouro cravejadas com pedras, uma pulseira pequena de ouro, um adereço de diamantes cravejados em prata – constando de brincos, anel e alfinete –, dois anéis de diamantes também cravejados em prata, seis anéis do mesmo material, um par de argolas e um alfinete “com circulo de pequenos brilhantes” em ouro, três pares de argolas com pequenos brilhantes e um alfinete com círculo de diamantes com gravação em prata. Constatou ainda, um rosário com crucifixo, um colar e cruz, um trancelim de ouro polido e outro também de ouro com medalha, uma corrente, seis cordões finos e mais um relógio de algibeira usado pelo viúvo, tudo em ouro. Não é de se espantar com essa quantidade de jóias descritas nesse inventário, visto que a participação desses bens nas fortunas médias altas foi de 1,9%, o maior percentual encontrado para o mesmo bem em todas as faixas analisadas (ver Tabela 15).

Em um outro inventário, como o do capitão Deoclécio Barbosa de Souza<sup>294</sup>, cuja partilha iniciada em 1872 se arrastou por 20 anos, o que mais chamou a atenção foi uma parte significativa da fortuna imobilizada em jóias de ouro e prata e, principalmente, em grãos de diamantes: 12,5%. Conforme sugere a fonte documental, embora não seja totalmente esclarecida, ele era proveniente de Morro do Chapéu, cidade localizada na região do Piemonte da Chapada Diamantina, cuja extração de gemas preciosas àquela época estava em franca atividade. Mesmo constando em seu inventário uma propriedade rural em Camisão, denominada Boa Vista, a sua renda não parecia ser proveniente da pecuária, haja vista que em seu plantel de animais foram relacionadas apenas 56 cabeças de gado vacum e alguns cavalos e muares. O que nos sugere o documento é que a sua renda provinha de empréstimos a terceiros, o que correspondia a 63,3% do valor de seus bens, e do comércio de diamantes, principalmente porque 10:015\$972 réis referiam-se a 25/8 e 55 “grãos de diamantes”.

<sup>293</sup> Idem, p. 137.

<sup>294</sup> APEB. Idem. Auto 1/215/388/3.

Embora possuísse uma casa de sobrado em sua fazenda, não surgiram indícios de que ele morasse com sua família em casa própria na Vila de Feira de Santana. Talvez residisse em imóvel alugado ou a residência não estivesse em seu nome. Porém, a relação dos móveis denota o conforto e luxo desfrutados por seus familiares como uma cama francesa, duas mesas de vinhático envernizadas, sendo uma menor com gaveta, uma marquesa com assento de palhinha, um banco de encosto, uma mobília de sala completa, constando de duas cadeiras de braço, sofás, dois consolos e 12 cadeiras, um lavatório e toailete de pedra com cômoda e um aparelho de jantar de porcelana branca, além da opulência exibida através das jóias.

A maior expressão de riqueza dessa faixa, pertencendo ao topo das fortunas médias altas, foi representada por dona Nerina Clara Pedreira de Cerqueira<sup>295</sup>, filha perfilhada do coronel Joaquim Pedreira de Cerqueira e Maria Delfina dos Prazeres<sup>296</sup>. Nada se comparou ao fausto descrito do interior da sua casa. Com um monte-mor avaliado em 96:429\$986 réis, a maior parte da sua fortuna estava concentrada em ativos (51,8%), principalmente em ações do Banco do Brasil. A inventariada, além de imóveis na Vila de Feira de Santana, possuía uma fazenda em Camisão, onde criava 173 cabeças de gado vacum e mais alguns cavalos, ovelhas e cabras. Acompanhando uma tendência iniciada pelas campanhas abolicionistas desde meados do século, o inventário dos bens dessa senhora, aberto em 19 de julho de 1887 e encerrado em 24 de março de 1888, às portas, portanto, da lei que extinguiria o trabalho escravo no Brasil, registrou a presença de apenas uma escrava: Maria Garcia, crioula de 45 anos de idade, ocupada no serviço da lavoura e avaliada em 200\$000 réis. A tendência observada nos inventários realizados próximos ao fim do regime escravista no Brasil era o comprometimento cada vez menor dos bens em escravos. Esses foram sendo substituídos em maior frequência, por formas mais seguras de aplicação do dinheiro, principalmente em ativos, como títulos de crédito, ações em instituições financeiras e apólices da dívida pública.

O endereço de dona Nerina Clara, na “Cidade Comercial de Feira de Santana”<sup>297</sup>, não podia ser melhor: Rua Conselheiro Franco, antiga Rua Direita, a primeira da cidade e onde moravam os afortunados daquela época, próxima à Matriz de Sant’Ana e à Praça do Comércio. A fachada da residência tinha uma porta e cinco janelas possuindo, possivelmente, corredor central ladeado por quartos e salas, o que era muito comum nas casas de morada desse grupo de fortuna. No caso de residências urbanas de pessoas com menor abastança, elas possuíam um corredor lateral que dava acesso ao interior, com os quartos ocupando apenas

---

<sup>295</sup> APEB. Idem. Auto 1/243A/456/6.

<sup>296</sup> Idem, ibidem. Auto 1/221/401/2.

<sup>297</sup> Feira de Santana foi elevada à condição de cidade através de Lei, em 18.06.1873.



um lado do corredor. A “sala de visitas”, como era comumente chamada a sala de estar, da dita casa, era atapetada e possuía uma mobília de jacarandá constando de um sofá, 17 cadeiras, mais duas de braços, uma cadeira de balanço e um par de consolos decorados com jarros, um par de mangas com pingentes (lustres de mesa) e uma caixa de música. Em outra sala havia sete cadeiras de vinhático, um par de consolos e um par de bancos, também da mesma madeira. Decorando as paredes e o teto dessa mesma sala, estava um espelho com moldura dourada, seis quadros com molduras também douradas e um lustre com cinco mangas. Em cima dos dois consolos ficava mais um par de mangas com pingentes, jarros e seis figuras francesas de porcelana.

O quarto de dona Nerina era mobiliado com uma cama de vinhático em estilo Luís XV, uma outra cama menor, dois sofás e um guarda-vestido todos da mesma madeira, um *toilette* de Gonçalo Alves<sup>298</sup>, um lavatório também de vinhático, encimado por uma bacia e jarra de prata (pesando 2,96 kg), e mais um nicho de jacarandá, contendo em seu interior uma imagem do “Santo Christo aparelhada” em prata. Nos outros quartos havia três marquesas de vinhático. A sala de jantar era ocupada por uma grande mesa ladeada por 16 cadeiras forradas de palhinha, um guarda louça, uma quartinheira<sup>299</sup> de vinhático, uma cômoda de jacarandá velha e, na parede, um relógio. O serviço de mesa dessa casa esbanjava prataria. Foram relacionados dois bules, dois açucareiros, um leiteiro, uma salva, um vaso, 19 colheres de sopa, duas colheres de arroz, uma de açúcar, 23 de chá, 12 garfos, 12 facas, um par de trinchetas e uma bandeja. Todos os objetos de prata da casa foram avaliados com seus pesos respectivos, que resultou em 11,785kg, totalizando 742\$900 réis.

Essa opulência era condizente com o seu nível de fortuna, pois, vivendo num ambiente urbano e fazendo parte de uma das mais ricas famílias feirenses, ela expressou claramente através dos móveis e objetos do interior da sua casa o que era ser opulento nessa região do sertão baiano em fins do regime imperial, mesmo não contando com uma grande quantidade de mão-de-obra escrava a seu serviço.

Seguindo uma tendência sempre decrescente do número de inventariados e inversamente ao valor das fortunas, chegamos ao cume da pirâmide ocupado pelas grandes fortunas. Essas, como vimos na Tabela 14, foram divididas em quatro faixas: grande baixa, grande média, grande e muito grande. Na primeira faixa encontramos nove inventariados e mais três na grande média, não havendo nenhum inventário entre aqueles que possuíam um

---

<sup>298</sup> Madeira de lei de boa qualidade.

<sup>299</sup> Móvel apropriado para apoiar a moringa e os copos de beber água.

monte-mor entre 500:001\$000 réis e 1.000:000\$000 réis. Na faixa das fortunas muito grandes aparece apenas um representante.

### **Grandes Baixas**

Os inventariados que formavam o grupo das fortunas grandes baixas atuavam nas mais diversas atividades econômicas: dois comerciantes, um comerciante e pecuarista, três pecuaristas e, por fim, três senhores de engenho e pecuaristas.

Os dois inventariados com atividades concentradas unicamente no comércio foram o capitão Inocêncio Afonso do Rego e o tenente-coronel Antônio Teodoro da Silva<sup>300</sup>. Conforme seu testamento, o primeiro era natural da “Cidade da Bahia” e negociante atuando no ramo de “molhados e drogas” e de “fazendas secas”, com duas casas comerciais em Feira de Santana. A origem do capitão Inocêncio reforça a idéia de *Poppino*, de que no século XIX

a classe dos negociantes consistia principalmente de homens que haviam chegado recentemente do litoral, pois que a tradição conservadora dos habitantes do interior impedia, na verdade, que os residentes aí estabelecidos passassem a fazer parte da relativamente nova profissão da vila.<sup>301</sup>

A maior parte da sua fortuna esta concentrada na atividade comercial, com 39,8% do valor de monte-mor, seguida dos ativos, com 28,1%, sendo que a maioria desses eram empréstimos (ou, talvez, vendas a crédito, já que o documento não esclarece), no valor de 34:855\$462 réis, e a outra parte em ações, comprometidas em apenas três contos de réis.

Retomando a discussão em torno dos objetos de uso pessoal, que englobavam as jóias, relógios de bolso, bengalas, vestuário e outros, nada se comparou ao grau de ostentação das jóias usadas pela viúva do capitão Inocêncio, dona Clara Maria de Cerqueira Rego. No inventário citado encontramos a descrição de três adereços não igualados em nenhum outro documento. Assim foram apresentados: um adereço de diamantes e pérolas, contendo um par de brincos, um alfinete, uma cruz com 310 pérolas e um par de pulseiras de diamantes com 670 pérolas, a 1:050\$000 réis; um adereço de diamantes com um par de brincos, um alfinete e uma cruz com 249 pérolas, avaliados em 540\$000 réis; e mais um adereço de pérolas com um par de brincos, um alfinete e uma cruz com 254 pérolas, no valor de 550\$000 réis. Essas e mais outras jóias corresponderam a 2,2% do valor de monte-mor, onde a prosperidade em seus negócios poderia ser vista e demonstrada nas jóias exibidas por sua esposa. Mascarenhas chama essa modalidade de investimento de entesouramento da riqueza, ou seja, era uma

<sup>300</sup> APEB. Idem. Autos 1/225/410/3 e 1/195/341/2.

<sup>301</sup> POPPINO, op. cit., p. 87.

riqueza não-circulante e para ser mostrada, onde a sua exibição deveria servir para diferenciar pública e socialmente as pessoas<sup>302</sup>. Essas exposições se faziam em dia de festa, mesmo no meio rural, quando então “caíam cruzeiros de ouro, medalhões, berloques sobre o colo das matronas e das donzelas, mostrando, no seu silêncio, sua confecção”<sup>303</sup>.

Já o segundo comerciante, era também agiota e proprietário de uma farmácia. Nesse estabelecimento foram encontradas “drogas” das mais diversas nomenclaturas, inclusive algumas de nomes bem curiosos como: água florida, xarope de “Doutor Forget”, licor de “labarraque”, água forte, “bálsamo católico”, dentre outros. O somatório do valor dessas “drogas” rendeu ao monte-mor do inventariado uma participação de apenas 0,3%. Há evidências de que o tenente-coronel Antônio Teodoro vivia de rendas, considerando que 40,1% de seus bens estavam concentrados em dívidas ativas e 52,5% em ações do Banco Mercantil da Bahia, da Caixa Sociedade Comercial, da Caixa Econômica da Bahia, do Banco da Bahia, da Estrada de Ferro do Paraguaçu e em apólices da Dívida Pública.

Ambos os comerciantes possuíam escravos e a maioria deles ocupava-se no serviço doméstico. Essa mão-de-obra não devia ser absorvida apenas nos afazeres domésticos, mas em atividades auxiliares mais pesadas do comércio, como o transporte de mercadorias, por exemplo.

Além desses, o outro inventário onde foram encontradas atividades comerciais foi o de dona Ana Clara Pedreira Machado<sup>304</sup>, com loja de fazendas secas estabelecida na freguesia de Santa Bárbara. Mãe de sete filhos, com idades que variaram de um mês a até 12 anos, ela possivelmente não se ocupava na atividade comercial em razão, principalmente, das limitações impostas à atuação das mulheres nesses espaços públicos durante o século XIX. Esse trabalho deve ter-se reservado ao seu marido, o tenente Odório Pedreira Machado que, além de sua loja comercial, cuidava de manter, junto com o trabalho de cinco escravos da lavoura, uma pequena fazenda, onde criava 100 cabeças de gado vacum, 70 cabeças de gado miúdo, entre ovelhas e cabras, e mais alguns cavalos e mulas. Nessas mesmas terras havia uma roça com diversos arvoredos frutíferos e outras plantações. Os bens inventariados na loja corresponderam a 44,2% e os empréstimos – provavelmente muitos fiados – a 36,1% do monte-mor inventariado.

---

<sup>302</sup> MASCARENHAS, op. cit., p. 154. Ver também FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In. DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

<sup>303</sup> BOAVENTURA, op. cit., p. 147.

<sup>304</sup> Idem, ibidem. Auto 1/219/396/6.

Dona Rita Maria de Freitas, o capitão José Ribeiro Lima e o coronel José Batista Carneiro<sup>305</sup>, tiveram seus bens concentrados, sobretudo, na pecuária e em terras. Entre eles, nenhum aplicou em ativos do tipo ações ou apólices, apenas alguns empréstimos a terceiros. Embora esteja inclusa nessa faixa de fortuna, a maior parte dos bens de dona Rita Maria de Freitas concentrou-se no item adiantamento a herdeiros, correspondendo a 48,9%.

Já o capitão José Ribeiro Lima e o coronel José Batista Carneiro possuíam grande quantidade de gado e terras. O primeiro tinha um plantel de 1.646 cabeças de gado vacum, 62 cavalos, 25 muares, 15 asnos, 40 ovelhas e 33 cabras, criados em suas 11 fazendas localizadas em Riachão do Jacuípe, Serrinha e Vila Nova da Rainha<sup>306</sup>. Morando em sua fazenda Zumbi<sup>307</sup>, as terras desta foram avaliadas em 5:500\$000 réis, um valor reservado realmente a grandes propriedades, com terras de qualidade, pastos bem servidos de tanques e um grande investimento em benfeitorias.

No caso do coronel José Batista Carneiro foram arroladas 2.257 cabeças de bovinos, mais oito bois de carro, 185 eqüinos, 462 ovinos, 18 caprinos, 04 muares e uma jumenta. Esses bens corresponderam a 38,9% do valor total de sua fortuna avaliada em 187:455\$000 réis. Em bens de raiz a participação foi de 32,7%, cujos valores estiveram representados em quase 30 fazendas espalhadas pela região de Feira de Santana, Conceição do Coité, Riachão do Jacuípe, Camisão e Vila Nova da Rainha. A sede da fazenda onde residia, denominada Agostinho Duarte, localizada próxima à capela de Bom Despacho, foi avaliada em 3:000\$000 réis, valor destinado apenas às construções residenciais rurais de grande porte. Esse conjunto era formado pela casa de morar, casa de fazer farinha, armazém, senzalas, tenda de ferreiro, curral e quintal murado. Em seu interior, poucos móveis foram descritos, havendo destaque, porém, a uma pequena capela, resguardada para cerimônias religiosas como casamentos e batizados, cujos acessórios para celebrações foram um missal, um cálice de prata, colher e patena, um crucifixo e um ornamento completo para missa constando de uma Pedra d'Ara, uma casula, uma estola, manípulo, alva, cordão, amioto, duas toalhas, bolsa, dois corporais, dois véus, um purificador, três sanguinhos e um frontal de algodão adamascado para o altar.

Como dissemos, a riqueza demonstrada nesses inventários estava representada pela grande quantidade de animais, sendo mínima a exibição de opulência. Uma pequena exceção foi marcada entre os bens do capitão José Ribeiro onde, além de alguns móveis de jacarandá e um relógio de parede que mobiliavam o interior da sua residência, foi avaliada uma liteira, em

---

<sup>305</sup> Idem, ibidem. Autos 1/240/446/15 e 1/237/438/5. BSMG. Doc. s/registro.

<sup>306</sup> Atual município de Senhor do Bonfim.

<sup>307</sup> Com os diversos desmembramentos do município de Riachão do Jacuípe, as terras da fazenda Zumbi ficaram dentro dos atuais limites do município de Candéal.

cujo interior havia duas “salas”, ou seja, dois assentos. Esse meio de locomoção era muito comum em áreas urbanas setecentistas e oitocentistas, onde os escravos transportavam seus senhores – especialmente as senhoras e os doentes – de casa para as igrejas, ou outros locais, sem serem vistos, já que normalmente ela era coberta por couro ou tecido adamascado para dar privacidade a quem estivesse em seu interior. Essa liteira era utilizada, provavelmente, pela esposa do capitão, dona Maria das Mercês da Silva Lima (ver Figura 20). Raramente vista na zona rural, só encontramos esse meio de transporte nesse inventário e no da viúva do coronel José Batista Carneiro, dona Ana Simplícia de Santa Catarina de Jesus Carneiro.

**FIGURA 20**



Maria das Mercês da Silva Lima,  
esposa do capitão José Ribeiro Lima.

Fonte: Acervo do autor.

O terceiro item de maior valor dos bens tanto do capitão quanto do coronel foi representado pela posse de grande quantidade de escravos. O primeiro era proprietário de 51 escravos declarados como sendo todos do serviço da lavoura. No caso do coronel, essa quantidade foi ainda maior, totalizando 72 escravos que, por terem sido inventariados em 1864, anos antes, portanto, de 1872, quando a partir de então o registro passou a ser obrigatório, não foram declaradas as suas ocupações. Boa parte dessa mão-de-obra devia estar empregada nos serviços da lavoura, que diziam respeito aos cuidados com a terra como desmate, queimada, destoca, capina, roçagem e plantação de capim nos pastos. Foi exatamente nessa faixa de fortuna onde houve a maior concentração de escravos, com média relativa de 46,4 por inventariado.

Além desses dois últimos senhores escravistas, aparecem ainda, João Silvério Barbosa, dona Bernardina Borges de Meirelles e Manoel Alves de São Boaventura Couto<sup>308</sup>, que eram senhores de engenho. Todos viviam em seus engenhos localizados nas cercanias da freguesia dos Humildes, local aonde, como vimos, predominava a produção açucareira da região. Dos três, o maior proprietário de escravos foi João Silvério Barbosa, em seu engenho Tury, onde possuía 108 escravos, e mais três em sua fazenda de gado, em Camisão. No engenho ele empregava a força de trabalho de 57 escravos, todos em idade produtiva, embora houvesse ainda mais 13 que não tiveram suas ocupações declaradas e 38 em idade improdutiva. Nesse inventário, 44,9% dos bens estavam empregados em escravos.

Para os serviços executados no engenho Quebra Cangalha, de Manoel Alves de São Boaventura, foram encontrados um total de 47 escravos. No engenho, o equipamento utilizado por eles para fabricar o açúcar foi avaliado em 16:000\$000 réis (15,4% do monte-mor), constando de uma máquina assentada com seis tachos, dois clarificadores de açúcar, um coxo de caldo frio, formas, caixões para guardar o açúcar, um tanque de melaço, quatro balcões, tenda de ferreiro e outros acessórios.

Esses três inventários, cuja maior parte dos bens estava concentrada em engenhos de açúcar e outra parte em gado, chamam-nos a atenção pelo alto grau de endividamento de suas fortunas – o que raramente foi observado entre aqueles que tinham a sua maior fonte de renda proveniente da pecuária, onde praticamente não deixaram dívidas a pagar.

### **Grandes Médias**

Três inventariados compunham a sexta faixa de fortuna que, ao longo de suas vidas, acumularam bens avaliados entre 200:001\$000 réis e 500:000\$000 réis, sendo a maior parcela desses constituída de ativos.

Por ordem crescente de monte-mor, os inventariados pertencente a essa faixa foram o tenente Odório Pedreira Machado (1885), o capitão Manoel Ferreira da Silva (1886) e o tenente-coronel Joaquim Alves Godinho (1876)<sup>309</sup>. O primeiro deles já tivemos oportunidade de falar quando tratamos da análise do inventário de sua esposa, dona Ana Clara Pedreira Machado – nascida Muniz Fiúza. Encontramos dois fatos interessantes nesse espólio. Dez anos antes de sua morte, Odório Pedreira era comerciante de fazendas secas em Santa Bárbara e, com uma fortuna avaliada em quase cento e três contos de réis, seus bens concentraram-se principalmente no estoque de gêneros comercializados em sua loja e, muito importante, o

<sup>308</sup> APEB. Idem. Autos 1/241/451/3, 8/3421/5 e 1/247/467/7.

<sup>309</sup> Idem, ibidem. Autos 1/202/357/3, 1/186/322/6 e 1/183/316/8.

casal não tinha nenhuma dívida passiva comprometendo o monte-mor. Porém, passados dez anos da morte de sua esposa, ocorrida em 1875, o inventário *post-mortem* do tenente apresentou situação bem diferente. Nesse período, deixou de ser comerciante, tornou-se senhor de engenho em Rio Fundo<sup>310</sup>, e continuou a morar no arraial de Santa Bárbara. O valor total de seus bens alcançou a soma de 255:673\$512 réis, sendo que 26,2% desse estava empregado em ativos, outra parte aplicada em ações (0,8%) na “Estrada de Ferro Nazareth” e na “Estrada de Ferro Central”. A maior parte dos ativos foram diversos empréstimos a juros, inclusive à empresa “Costa & Fiúza”, totalizando 66:907\$945 réis.

Observamos anteriormente que era muito grande o grau de comprometimento do passivo em relação ao monte-mor dos proprietários de engenhos de açúcar. Fato que se confirmou no caso de Odório Pedreira, onde as dívidas comprometeram 21,4% do total de seus bens.

Os móveis descritos em seu inventário revelaram o conforto proporcionado pelo dinheiro. Foram listadas duas mobílias de jacarandá, um piano da marca *Pleyel* – além de mais um piano velho e sem uso –, cadeiras austríacas, inclusive uma de balanço, cadeiras “americanas”, mesa redonda de jacarandá, mesa grande de jantar, guarda-louça, guarda-comida, guarda-vestidos, jarras de louça, candeeiros, castiçais com mangas, lustre de cristal com quatro mangas, quadros, espelho de cristal com moldura dourada, cuspideiras de louça, arandelas com pés de bronze, tapetes, relógio de parede, um aparelho de jantar de louça e mais algumas peças de cozinha, também de louça. Enfim, muito do que o dinheiro podia proporcionar de mais moderno e atual para o seu conforto, naquela época. Porém, essa demonstração de luxo leva-nos a pensar se ela era resultado da sua prosperidade financeira ou era mais aparência gerando endividamento.

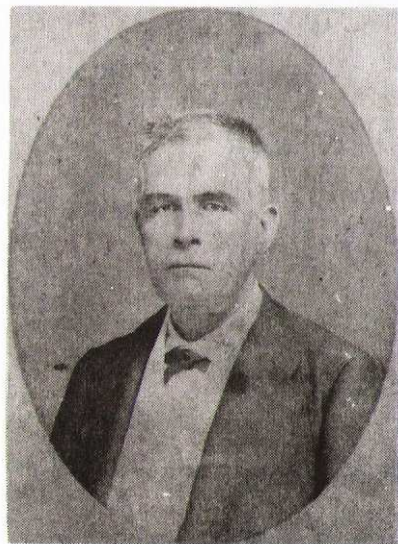
Os outros dois componentes desse grupo, o capitão Manoel Ferreira da Silva (ver Figura 21) e o tenente-coronel Joaquim Alves Godinho, eram pecuaristas e agiotas. A maior parte da concentração do capital de ambos estava em ativos, e a parte empregada em escravos representou, respectivamente, 4,7% e 1,7% dos valores de monte-mor. O inventário do capitão Manoel Ferreira apresentou um número de 28 escravos, onde 24 deles estavam empregados no serviço da lavoura, uma no serviço doméstico e três em idade produtiva, porém sem atividade definida. No inventário do tenente-coronel Godinho, foram relacionados 12 escravos, onde cinco eram do serviço doméstico, uma da lavoura, um homem sem ocupação declarada e cinco ainda em idade improdutiva, morando todos em sua residência, na

---

<sup>310</sup> Atual município de Terra Nova.

Vila de Feira de Santana. A relação escravo/inventariado, para essa faixa de fortuna foi de 22,7 para cada um dos três ocupantes.

**FIGURA 21**



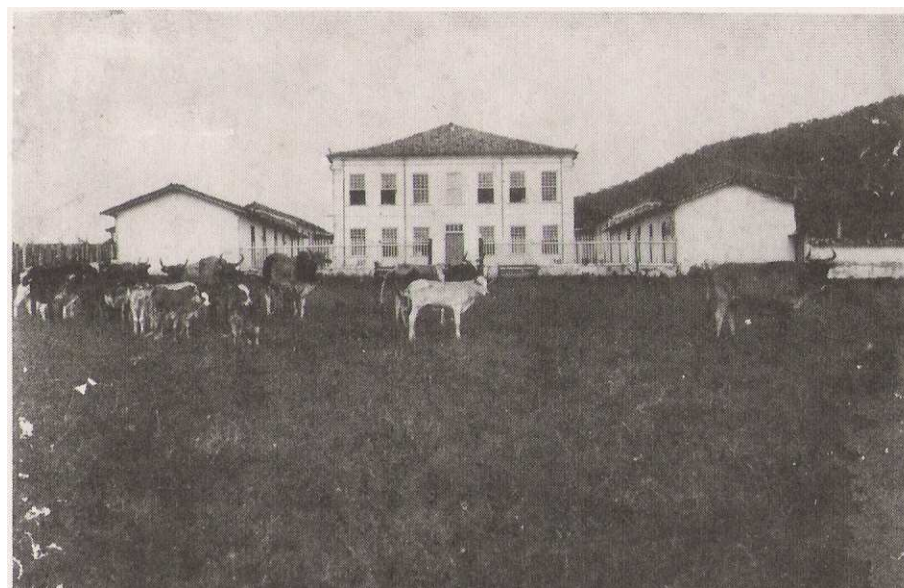
Capitão Manoel Ferreira da Silva  
Fonte: BOAVENTURA, op. cit. Ilustrações.

A segunda maior concentração de bens do capitão Manoel Ferreira foi em bens de raiz (23,6%), representados pela posse de 16 fazendas e imóveis em Feira de Santana e Salvador. Nessas fazendas espalhavam-se 1.650 cabeças de gado vacum, 46 cavalos, burros, bestas e jumentos, cujo total representou 17,8% de sua fortuna.

O capitão Manoel Ferreira residia em sua fazenda Retiro e, quando da avaliação dos bens, nenhum móvel foi relacionado no inventário. Essa fazenda foi avaliada com suas terras, a casa-sede, as senzalas, as benfeitorias e tudo que havia em seu interior, pelo valor de 22:510\$000 réis. A fotografia do sobrado da fazenda Retiro, vista logo abaixo, cuja imagem foi captada nos primeiros anos do século passado, dá-nos uma amostra da opulência rural em que vivia o capitão e seus familiares. O sobrado ocupa o centro do conjunto de construções, refletindo a riqueza e a prosperidade dos seus proprietários. Guardando os lados do sobrado, aparecem as senzalas, onde os escravos eram observados pelos olhares vigilantes e atentos dos senhores. Dominando o primeiro plano da cena, podemos ver o gado bovino que, na época do inventário do capitão, foi avaliado em 47:250\$000 réis.



FIGURA 22



Sobrado da Fazenda Retiro.

Fonte: BOAVENTURA, op. cit. Ilustrações.

A riqueza constante no inventário do tenente-coronel Joaquim Alves Godinho diferenciava-se do anterior, principalmente, no grande capital investido em ativos, 60,5%. Os dotes e os adiantamentos a herdeiros, referentes a 16,7%, constituíram a segunda participação de seus bens. Em terras, só foram declaradas três fazendas: uma em Riachão do Jacuípe e duas em Monte Alegre<sup>311</sup>. Nelas eram criadas 1.096 cabeças de gado vacum, 14 cavalos, três burros, 137 carneiros e ovelhas e 106 bodes e cabras, cujos animais foram avaliados em 32:237\$500 réis, responsáveis por 7,6% do valor da sua fortuna.

O conforto e a opulência desfrutada pela sua família no interior da residência foram representados por objetos de decoração como espelho de cristal com moldura dourada, quadros, lustres, serpentinas de vidro, jarros, arandelas, castiçais, candeeiros, relógio de parede e licoreira. Entre os móveis havia duas mobílias de sala – sendo uma de jacarandá – formadas por sofás, consolos, cadeiras – com e sem braço –, cadeira de balanço, estante de vinhático, móveis de quarto como um *toilette* de vinhático, marquesas, lavatório e bacias de estanho. Além do mobiliário que compunha a sala de jantar, aparece a cozinha mobiliada com mesas, cadeiras, guarda-comida e bancos que serviam de suporte para potes d'água. Entre os objetos mais refinados, encontramos dois saleiros e duas bandejas de prata, dois tinteiros, onde um era de vidro e outro de bronze, um par de estribeiras de platina, um espadim, jóias de

---

<sup>311</sup> Atual município de Mairi.

ouro, pérola e diamantes. Foram listados ainda três pistolas e um cofre, onde o tenente-coronel Godinho devia guardar seus objetos de maior valor, além de dinheiro e documentos.

Relacionado entre esses mesmos bens, encontramos um único livro: um “Dicionário de Constancio”. A edição de dicionários da língua portuguesa contou, inicialmente, com a publicação em Lisboa, entre 1712 e 1728, do *Vocabulário Português e Latino*, de *Rafael Bluteau*, representando um marco na história da Língua Portuguesa. Seguiu-se a este, no início do século XIX, o dicionário de Antônio de Moraes Silva, considerada uma obra clássica da lexicografia, e outros, como o de Francisco Solano Constâncio, cuja primeira edição, em 1836, foi impressa em Paris<sup>312</sup>. Essa raridade em se encontrar apenas um livro, num rol de 200 inventários, leva-nos a inferir duas hipóteses: possivelmente revela uma sociedade que ainda estava caminhando em passos lentos em direção a uma cultura formal, ou a possibilidade dos livros não serem inventariados. Embora os dados não nos permitam chegar a uma conclusão, essa última hipótese deve ser a mais plausível, haja vista que por diversas vezes encontramos, entre os filhos dos inventariados, bacharéis em direito e medicina, formados nas faculdades do Recife e da Bahia<sup>313</sup>.

A liquidez das fortunas do capitão e do tenente-coronel se sobressai, principalmente, por nenhum deles ter deixado dívidas passivas que viessem a comprometer os seus montes, sendo que 15% dessas fortunas, em média, já haviam sido adiantadas aos seus herdeiros. Além disso, 46:214\$873 réis dos bens do capitão Manoel Ferreira era dinheiro líquido, o que representava 15,4% da sua fortuna. E, no espólio do tenente-coronel Godinho, foi declarado pela viúva e inventariante, dona Emília Alves Godinho, 28:503\$129 réis, também em dinheiro líquido, correspondendo a 6,7% do total de bens.

## Muito Grandes

Como dissemos anteriormente, na faixa das fortunas classificadas como grandes, ou seja, entre 500:001\$000 réis e 1.000:000\$000 réis, não encontramos nenhum inventário. Sendo assim, com um monte-mor avaliado em 1.281:287\$045 réis – três vezes mais que a segunda maior fortuna encontrada, que foi a do tenente-coronel Joaquim Alves Godinho, com

<sup>312</sup> LINGUAGEM médica. In. DICIONÁRIOS e termos médicos. Disponível em: <<http://usuarios.cultura.com.br/jmrezende/dicionarios.htm>>. Acesso em: 24 abr. 2007.

<sup>313</sup> Analisando a riqueza dos paulistanos na primeira metade do século XIX, Maria Lucília Araújo encontrou quatro inventários, de um total de 1.475, com livros. Em um deles foram listados 326 livros variando de temas religiosos a romances, dicionários, tratados jurídicos, econômicos, políticos, filosóficos e outros, impressos, em sua maior parte, em Língua Francesa. ARAÚJO, Maria L. Viveiros. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do Oitocentos*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2006, p. 171-178.

426:039\$046 réis –, a fortuna do coronel Joaquim Pedreira de Cerqueira<sup>314</sup> foi a única que fez parte da faixa selecionada para as fortunas muito grandes.

Conforme seu testamento, ele era natural da freguesia de São Gonçalo dos Campos, e residia na Vila de Feira de Santana. Coronel da Guarda Nacional, Joaquim Pedreira de Cerqueira<sup>315</sup> foi também senhor de engenho, pecuarista e, principalmente, agiota, como ele mesmo fez questão de se autodenominar ao imperador Pedro II, quando este se hospedou em sua residência, por visita que fizera à Feira de Santana, em seis de novembro de 1859<sup>316</sup>.

Falecido em 24 de fevereiro de 1873, o coronel chegou a ditar o seu testamento 22 dias antes, no qual fez as declarações de praxe, inclusive mencionando os dois filhos naturais que tivera antes de se casar, deixando bem claro que os tivera com mulheres solteiras. Com Maria Josefa de Jesus, teve Joaquim Pedreira de Cerqueira Júnior (que já era falecido desde 25.12.1862) e, com Maria Delfina dos Prazeres, teve Nerina Clara Pedreira de Cerqueira (já citada anteriormente), lembrando que ambos os filhos foram batizados na freguesia de Sant'Anna e perfilhados em sete de agosto de 1839. Tendo se casado legitimamente, ou seja, em face da Igreja, com dona Antônia Inácia Pedreira de Cerqueira, já falecida, teve seis filhos homens: tenente João, capitão Quintino, doutor Gil, Francolino, Antônio e Manoel, todos Pedreira de Cerqueira. Desses, o tenente e o capitão foram os únicos que estavam vivos no momento do auto de inventário. Estando ainda casado, numa relação extraconjugal, o coronel teve mais um filho, Afonso Pedreira de Cerqueira, que veio a se casar com uma sua neta, dona Maria, filha de Francolino Pedreira. Observamos que as duas primeiras mulheres mencionadas, com quem o coronel teve filhos, não receberam o designativo de “dona”, que era reservado às que nasciam ou viviam honradamente, conforme a legitimidade imposta pelas leis civis e religiosas, e pelas convenções sociais.

Embora não tenhamos dados que nos indique como o coronel conseguiu acumular a sua fortuna ao longo da vida, podemos ver que o seu valor foi algo impressionante: 1.281:287\$045 réis. Essa fortuna pessoal foi a maior que houvera em Feira de Santana, ao seu tempo, e uma das maiores da província<sup>317</sup>. Em seu estudo sobre a Bahia do século XIX, no capítulo em que trata da fortuna dos soteropolitanos, Kátia Mattoso também encontrou apenas

---

<sup>314</sup> APEB. Idem. Auto 1/221/401/2.

<sup>315</sup> Em 07 de janeiro de 1849, tomou posse como vereador na Câmara Municipal de Feira de Santana, e juiz de paz da mesma Vila, Joaquim Pedreira de Cerqueira. Entretanto, não podemos afirmar se se trata do mesmo que estamos analisando, já que ele tinha um filho homônimo. APEB. Seção Colonial/Provincial. Série Câmaras. Maço 1310 (caderno 1848).

<sup>316</sup> DOM PEDRO II. *Diário da Viagem ao Norte do Brasil*. Coleção Estudos Brasileiros. Série Marajoara, n 24. Salvador: Livraria Progresso, 1959, p. 185.

<sup>317</sup> FILHO, Godofredo. *Dimensão histórica da visita do Imperador à Feira de Santana*. Centro de Estudos Baianos, n° 74. Salvador: UFBA, 1976, p. 12.

um inventariado – num rol de 1.115 – com uma fortuna superior a 1.000:000\$000 réis<sup>318</sup>. Para se ter uma idéia acerca dessa fortuna, basta dizer que construiu, às suas expensas, uma nova estrada ligando Feira de Santana a Cachoeira, caminho mais curto para se chegar até Salvador. Em 1857, ele iniciou a construção dessa nova estrada, em substituição à antiga, já que aquela não permitia a passagem de veículos. E, no ano seguinte, ao concluir tal empreitada, teve parte das despesas reembolsadas pelo tesouro provincial<sup>319</sup>.

Essa fortuna pessoal era composta de: bens de raiz (109:465\$150 réis = 8,6%), escravos (68:156\$000 réis = 5,3%), gados (82:720\$000 réis = 6,5%), produtos agrícolas (4:180\$000 réis = 0,3%), benfeitorias e equipamentos (29:157\$000 réis = 2,3%), dinheiro líquido (451:276\$055 réis = 35,2%), ativos (534:724\$840 réis = 41,7%) e móveis (1:608\$000 réis = 0,1%). Uma fortuna sólida, decerto, embora tenha deixado algumas dívidas passivas no valor de 47:000\$045 réis, que comprometeram apenas 3,7% do seu patrimônio. Algumas dessas dívidas referiam-se a despesas com a fazenda Bonita, em Camisão, com o engenho Cazumbá, com o médico que lhe assistiu, com honorários advocatícios por uma questão em Santo Amaro, com ressarcimentos a alguns netos pelo inventário da avó, com despesas do inventário, impostos, uma pequena dívida a um particular e com o funeral, que custou 6:559\$790 réis.

A respeito dessa última despesa, deve ter sido um funeral longe do padrão da época, a julgar que algumas décadas antes, em Salvador, o recordista em gastos funerários fora o “extraordinariamente rico” comendador Pedro Rodrigues Bandeira, cujo ritual de sepultamento custou 3:072\$250 réis. Esses custos englobavam vários serviços que iam da preparação do cadáver, às missas e dobres fúnebres, música, caixão, os ornamentos do velório, a compra de artigos fúnebres, como convites de enterro, mortalha e, caso não tivesse mausoléu, o terreno no cemitério. Essa despesa gasta no enterro do comendador Bandeira – menos da metade, portanto, do funeral do coronel – foi, segundo João Reis, o equivalente à metade do que foi gasto em 32 funerais por ele pesquisados em Salvador<sup>320</sup>. Uma verdadeira fortuna na época.

Em se tratando de valor, os bens de raiz que compunham a fortuna do coronel ficaram na terceira posição. Entre eles, estavam as terras de massapé do engenho Cazumbá (avaliadas em 72:995\$150 réis) e as fazendas Bonita, Todos os Santos, Mocambo e Ponta do Poço, em Camisão.

<sup>318</sup> MATTOSO. *Bahia, século XIX*, p. 607.

<sup>319</sup> POPPINO, op. cit., p. 71.

<sup>320</sup> REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 234 e 240.

A casa do referido engenho estava edificada sobre pilares e esteios, com três tesouras, varandas e “sobrevarandas”, e os equipamentos que faziam parte do engenho constando de uma máquina de força de 08 HP’s, com suas bombas, assentamentos, depósito de água e demais acessórios, além de “dois ternos de taixas, sendo um de quadrilongas, com assentamentos e acessórios”, dois clarificadores de ferro, casa de caixaria com oito balcões de trilhos de ferro, a casa de purgar açúcar, com seus acessórios, e mais 350 formas de ferro e 248 de madeira. Todo esse equipamento, declarado em mau estado de uso e precisando de conserto, foi avaliado em 24:747\$000 réis.

Anteriormente afirmamos que a maior relação escravo/inventariado tinha sido entre as fortunas grandes baixas, com 46,4. No caso das muito grandes, onde está inclusa a do coronel Joaquim Pedreira, o número de escravos foi de 127 e, por este ser um caso isolado, fora do padrão, não temos outro parâmetro de comparação. À seu serviço, na residência, havia 17 escravos, mais dois na fazenda Bonita, cinco na Mocambo, dois na Ponta do Poço, e os 101 restantes, no engenho Cazumbá. Esses escravos trabalhavam nas mais diversas ocupações, que iam da lavoura aos serviços mais especializados, como os de carreiro, vaqueiro, carpina, sapateiro e oleiro. Durante o processo de inventário 11 desses foram libertados, sendo que dois pagaram por suas liberdades.

Como vimos, foram quatro as fazendas de gado do coronel e, em conversa informal com o Imperador, este afirmou ter ouvido que as suas fazendas produziam mais de duas mil crias de gado por ano<sup>321</sup>. Essa afirmativa teve fundamento, pois em seu inventário foram avaliadas 2.285 cabeças de gado bovino, 181 bois de brocha e 31 burros para o serviço do engenho, 39 cavalos, 280 ovelhas e 310 cabras.

A opulência do coronel refletia-se em sua residência. Sem dúvida, deveria ser a melhor e mais luxuosa residência da cidade pois, não foi à toa que fora escolhida para hospedar Suas Majestades Imperiais. Localizada na Rua Direita<sup>322</sup>, o sobrado era composto de quatro salas, seis quartos, cozinha e mais cômodos no pavimento térreo, três salas e seis quartos no pavimento superior, tendo sido avaliada em 8:000\$000 réis.

Como havia vários cômodos no interior da casa, estes estavam ocupados por um grande mobiliário. Entre os móveis de sala foram listados três sofás e 12 cadeiras de jacarandá entalhadas, 13 cadeiras de recosto e mais 12 lisas da mesma madeira, um relógio de parede, uma mesa redonda e dois consolos com lastro de pedra, um lustre com 12 mangas, uma serpentina com quatro e mais quatro serpentinas com duas mangas, tudo de vidro e, como

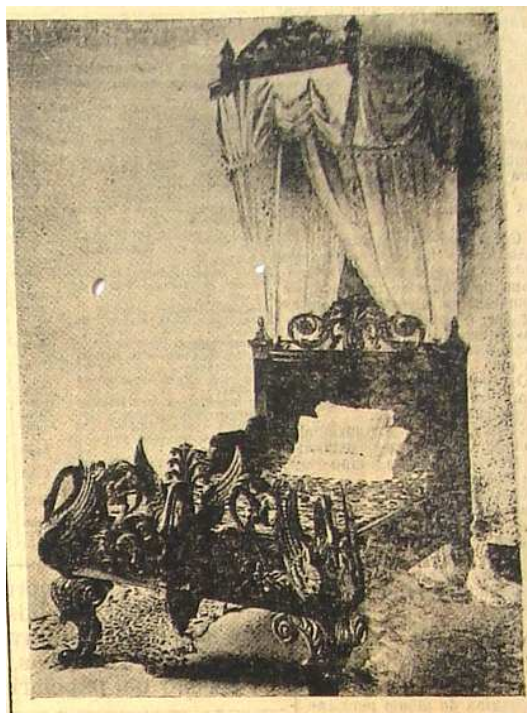
---

<sup>321</sup> DOM PEDRO II, op. cit., p. 185.

<sup>322</sup> Essa residência situava-se onde hoje se encontra o Edifício Mandacaru, na atual Rua Conselheiro Franco.

foram listados dois cofres, é possível que houvesse um gabinete para o coronel resolver os seus negócios com mais reserva. Na sala de jantar havia uma mesa e duas bancas de jacarandá, um guarda-louça, uma quartinheira e outro relógio de parede. Os quartos da casa estavam mobiliados com duas cômodas de jacarandá com gavetões, um guarda-roupa, dois espelhos com bancos de madeira, dois lavatórios pequenos e um nicho com quatro imagens. Entretanto, chamam-nos a atenção, duas camas que foram listadas nesse rol: uma, de vinhático, descrita como “cama francesa” e outra, de jacarandá, madeira mais nobre e com estilo “de armação imperial”, avaliada cada uma em 50\$000 réis. Essa última foi retratada pelo Jornal Folha do Norte, de 10.04.1939, afirmando ter sido a cama em que Suas Majestades Imperiais dormiram, quando estiveram hospedados na casa do coronel Joaquim Pedreira. Através da Figura 23, podemos ver que se tratava de um belo exemplar de móvel oitocentista, com detalhe maior de ter sido essa peça confeccionada na própria Vila, conforme afirmação de Godofredo Filho<sup>323</sup>.

**FIGURA 23**



Cama onde dormiu o Imperador Pedro II quando esteve em Feira de Santana, em 1859.  
 Fonte: SILVA, Arnold. Coluna da vida feirense. Folha do Norte, Feira de Santana, 10 abr. 1939, p. 1.

Ainda na Vila foram avaliados outros imóveis como uma casa térrea na mesma rua anteriormente citada, dita como “recentemente edificada”, com sete janelas de frente e duas portas, 12 quartos, seis salas e mais alguns cômodos internos, no valor de 3:000\$000 réis;

<sup>323</sup> FILHO, Godofredo, op. cit., p. 14.

outra na rua Conde D'Eu, com uma porta e três janelas, duas salas, um quarto e um sótão, avaliada em 600\$000 réis; uma casa pequena na mesma rua, a 200\$000 réis; e mais uma vizinha ao Hospital da Santa Casa, com duas salas, quatro quartos, cozinha e o terreno que a cercava, no valor de 1:300\$000 réis.

O dinheiro líquido e o investimento em ativos, somados juntos, foram responsáveis por 76,9% da fortuna do coronel Joaquim Pedreira. Em dinheiro líquido havia 451:276\$055 réis – 35,2% do monte-mor –, onde uma parte desse estava depositado nos bancos Mercantil e da Bahia (196:771\$422 réis), outra parte era dinheiro recebido por pagamento de dívidas (112:754\$333 réis), por arrematação de dívidas de terceiros (50:000\$000 réis), pela venda do açúcar do engenho (15:000\$000 réis), dos juros resultantes das aplicações em títulos, ações e apólices (34:750\$300 réis) e em dinheiro vivo guardado no cofre da casa (42:000\$000 réis).

A maior parte de seus investimentos, 41,7%, concentrou-se nos ativos. Desses, apenas 17:119\$060 réis correspondiam a empréstimos e, a maior parte, eram aplicações em instituições financeiras como ações nos bancos do Brasil e da Bahia (73:000\$000 réis), ações de companhias comerciais (12:205\$780 réis), apólices da dívida pública (337:400\$000 réis) e títulos do governo central (105:000\$000 réis).

Dom Pedro registrou em seu diário as impressões que tivera acerca do coronel e, lhe perguntando “qual era seu gênero de negócios”, ele respondeu “que era agiota, porque negociava em juros”, registrando ainda que “parecendo-me pela cara, sê-lo também na significação ordinária da palavra.”<sup>324</sup> A julgar por essa afirmação, a impressão que ele tivera do coronel Joaquim Pedreira, não foi lá das melhores. Entretanto, mesmo com essa possível má-impressão, ao deixar Feira de Santana, o Imperador concedeu-lhe, no grau de Oficial, a medalha e o título da Ordem de São Bento de Avis<sup>325</sup>.

Após analisar a distribuição da riqueza por faixa das fortunas, veremos a participação dessa riqueza nessas mesmas faixas de fortunas.

## **VARIAÇÃO DOS BENS NAS FAIXAS DE FORTUNA E POR DÉCADA**

Os bens que compreendiam a riqueza de um determinado grupo, não se constituíam apenas em bens de produção – terra, escravos, engenhos, equipamentos – ou de circulação – dinheiro, mercadorias – mas, também, de outros que faziam parte da vida cotidiana, como a

<sup>324</sup> DOM PEDRO II, op. cit., p. 185.

<sup>325</sup> Idem, p. 17.

casa, as jóias, os objetos de prata, os móveis e outros<sup>326</sup>. Esses sinais de riqueza se diferenciavam a depender da faixa de fortuna em que se encontravam.

**TABELA 15**  
**POSIÇÃO DOS BENS POR FAIXA DAS FORTUNAS (1850-1888)**

| BENS                          | FAIXA DAS FORTUNAS (em %) |               |             |              |                |                |               |
|-------------------------------|---------------------------|---------------|-------------|--------------|----------------|----------------|---------------|
|                               | Pequenas                  | Médias baixas | Médias      | Médias altas | Grandes baixas | Grandes médias | Muito grandes |
| 1 Bens de raiz                | 23,1                      | 22,6          | <b>31,5</b> | 21,5         | <b>24,7</b>    | 14,9           | 8,6           |
| 2 Escravos                    | <b>53,5</b>               | <b>47,8</b>   | 31,1        | <b>23,3</b>  | 18,7           | 3,8            | 5,3           |
| 3 Gados                       | 15,2                      | 14,1          | 20,7        | 17,0         | 15,6           | 10,6           | 6,5           |
| 4 Produtos agrícolas          | 0,4                       | 0,5           | 0,2         | 0,6          | 2,2            | 0,5            | 0,3           |
| 5 Benfeitorias e equipamentos | 3,2                       | 3,7           | 2,6         | 4,5          | 5,4            | 3,2            | 2,3           |
| 6 Estoques de comércio        | ---                       | 0,1           | 0,4         | 2,0          | 6,9            | ---            | ---           |
| 7 Dinheiro líquido            | 0,8                       | 1,2           | 1,6         | 3,6          | 1,3            | 11,6           | 35,2          |
| 8 Ativos                      | 1,0                       | 5,2           | 4,4         | 18,8         | 18,3           | <b>40,6</b>    | <b>41,7</b>   |
| 9 Móveis                      | 1,4                       | 0,8           | 0,7         | 0,8          | 0,3            | 0,4            | 0,1           |
| 10 Objetos de uso pessoal     | 0,3                       | 0,3           | 0,2         | 1,9          | 0,3            | 0,3            | ---           |
| 11 Outros                     | 1,1                       | 3,7           | 6,6         | 6,0          | 6,3            | 14,1           | ---           |
| <b>SOMA</b>                   | <b>100%</b>               | <b>100%</b>   | <b>100%</b> | <b>100%</b>  | <b>100%</b>    | <b>100%</b>    | <b>100%</b>   |
| Passivo*                      | 2,5                       | 11,7          | 4,6         | <b>18,5</b>  | 7,3            | 5,6            | 3,7           |

Fonte: APEB. Seção Judiciário. Série Inventários; BSMG. Seção Manuscritos.

\* Esse índice revela o grau de comprometimento dos débitos em relação ao valor do monte-mor bruto.

Conforme podemos ver na Tabela 15, os escravos formavam o maior índice de participação nos bens das pequenas fortunas. Nos 60 inventários dessa faixa, o valor deles equivaleu a 53,5% do total dos bens. Em seguida, ainda na mesma faixa, vinham os bens de raiz, com 23,1%, compostos por pequenas propriedades rurais e construções simples. O investimento em gados ocupou o terceiro lugar e, entre esses, além de bovinos e eqüinos, registramos uma grande presença de animais miúdos como cabras e ovelhas, mais compatíveis para o manejo em pequenas propriedades e auxiliares na alimentação e renda familiar. Com valores consideravelmente menores, aparecem as benfeitorias, equipamentos e demais bens. Nessa classificação de fortuna, encontramos apenas cinco inventariados com dívidas ativas, cujos valores eram tão ínfimos que mal ultrapassavam a casa dos cem mil réis. Embora existissem 13 inventariados com dívidas passivas, o valor dos débitos caracteriza um baixíssimo índice de comprometimento no monte-mor, correspondente a 2,5%.

Os feirenses que integravam a faixa das fortunas médias baixas compunham o maior número de inventariados, onde a maior concentração da riqueza continuou em escravos, com 47,8%. As terras e gados continuaram entre os maiores bens dessas fortunas, seguidos pela participação em dívidas ativas, com 5,2%. O grau de comprometimento do passivo em relação

<sup>326</sup> MASCARENHAS, op. cit., p. 111.



ao valor de monte-mor dá um salto significativo em relação à faixa anterior, indo de 2,5% para 11,7%.

Os valores totais dos bens de raiz ocuparam o primeiro lugar na composição das fortunas médias, 31,5%. Esse índice e mais o índice do gado não foram superados por nenhuma outra faixa. Seguido por uma pequena diferença em relação aos bens de raiz, o investimento em escravos participou com 31,1% do total das fortunas médias e declinou em relação às fortunas maiores. As variações dos demais índices se mantiveram mais ou menos no mesmo ritmo das faixas antecedentes.

Nas fortunas médias altas houve uma queda no percentual dos três primeiros bens em relação às faixas anteriores. Por outro lado, registramos um aumento significativo no percentual de quase todos os outros bens, principalmente nos investimentos em ativos e objetos de uso pessoal. Podemos afirmar que uma certa estabilidade financeira – mesmo levando-se em conta o alto grau de comprometimento dos débitos em relação ao monte-mor, da ordem de 18,5% – permitia a aplicação em ativos, como empréstimos a terceiros e ações, bem como a necessidade de se exibir com o uso de jóias, símbolos de *status*.

Os valores totais dos bens de raiz também ocuparam o primeiro lugar entre as fortunas grandes baixas, responsáveis por 24,7% do valor total inventariado nessa faixa. Houve uma predominância de pecuaristas, mesmo havendo alguns com outras atividades paralelas. Além da atividade pecuária, as terras dos engenhos também elevaram esse índice, principalmente por serem terras altamente valorizadas. Foram os engenhos, ainda, a razão dos maiores percentuais nos itens produtos agrícolas (açúcar) e benfeitorias e equipamentos (o maquinário e as construções). Nesse grupo encontramos o maior número de comerciantes e, por consequência, o maior valor em estoque de mercadorias em relação às outras faixas. Foram esses mesmos comerciantes os maiores emprestadores a terceiros.

Nas fortunas grandes médias e muito grandes, o que mais chamou atenção foi o menor percentual de escravos encontrado entre os bens dos inventariados, e também os maiores valores em bens ativos e dinheiro líquido. Nesses dois grupos não constou nenhum comerciante e, embora seus componentes possuíssem grandes extensões de terras e rebanhos de gados, as participações desses em relação aos outros bens no cômputo geral das fortunas, foram as menores encontradas. Esses integrantes, pelo que podemos aferir, viviam de rendas, eram grandes aplicadores em ativos e pequenos devedores obtendo, portanto, um grande saldo positivo em ativos.

Embora participassem com índices baixíssimos em relação a outros bens, e raramente ultrapassando a casa de um por cento do monte-mor nos inventários, os móveis e os

objetos de uso pessoal eram elementos diferenciadores das faixas de fortunas. Muitas vezes apresentados como um dos referenciais da elite, eles representavam os “valores de uma sociedade com base no *status*, no prestígio, na aparência pública de riqueza e no viver honradamente”<sup>327</sup>.

Para melhor compreender a participação dos bens nas fortunas, uma outra forma que encontramos foi analisar o percentual do total dos seus valores por um determinado tempo. Através da Tabela 16 podemos observar em quais bens se concentrava a maior parte da riqueza dos inventariados da comarca de Feira de Santana, entre os anos 1850 e 1888.

**TABELA 16**  
**MOVIMENTO DOS VALORES DOS BENS DOS INVENTARIADOS, POR DÉCADA**  
**(1850-1888)**

| BENS                          | FREQUÊNCIA RELATIVA (%) |             |             |             |
|-------------------------------|-------------------------|-------------|-------------|-------------|
|                               | 1850-9                  | 1860-9      | 1870-9      | 1880-8      |
| 1 Bens de raiz                | 22,7                    | 21,4        | 16,4        | <b>27,8</b> |
| 2 Escravos                    | <b>37,8</b>             | <b>40,2</b> | 14,2        | 11,0        |
| 3 Gados                       | 16,3                    | 23,8        | 9,3         | 14,6        |
| 4 Produtos agrícolas          | 2,7                     | 0,2         | 0,3         | 0,5         |
| 5 Benfeitorias e equipamentos | 3,0                     | 2,8         | 3,4         | 4,6         |
| 6 Estoques de comércio        | 3,2                     | 1,5         | 1,5         | 0,4         |
| 7 Dinheiro líquido            | 3,5                     | 1,2         | 16,2        | 7,6         |
| 8 Ativos                      | 6,5                     | 5,6         | <b>33,9</b> | 17,2        |
| 9 Móveis                      | 0,8                     | 0,6         | 0,4         | 0,6         |
| 10 Objetos de uso pessoal     | 0,5                     | 0,2         | 0,6         | 0,1         |
| 11 Outros                     | 3,0                     | 2,5         | 3,8         | 15,6        |
| <b>SOMA</b>                   | <b>100%</b>             | <b>100%</b> | <b>100%</b> | <b>100%</b> |
| Passivos                      | 6,2                     | <b>12,3</b> | 4,8         | 7,7         |

Fonte: APEB. Seção Judiciário. Série Inventários; BSMG. Seção Manuscritos.

Podemos perceber facilmente que os escravos ocuparam a maior parcela das fortunas entre os anos 1850 e 1869 ocorrendo, a partir daí, uma diminuição contínua pelos anos seguintes, até a extinção da escravidão em 1888.

Os índices referentes aos bens de raiz, compostos por fazendas, chácaras, engenhos, casas e terrenos urbanos, mantiveram-se num patamar elevado, sofrendo uma ligeira queda nos anos 1870 e recuperando-se, consideravelmente, na década de 1880, quando foram responsáveis por concentrar 27,8% da riqueza analisada nessa década. O tamanho das propriedades rurais, bem como as construções erguidas nas fazendas ou nos núcleos urbanos, demonstrava o grau da riqueza dos fazendeiros de gado, dos senhores de engenho, ou dos que

<sup>327</sup> Idem, p. 154.

cultivavam fumo ou algodão. Ser senhor de terras e escravos era a maior aspiração da sociedade daquela época pois, com o fim gradual do trabalho escravo, a terra tornou-se mais valorizada e continuou com alto valor de prestígio<sup>328</sup>.

Junto à terra e escravos, o outro bem que conferia *status* e prestígio era a posse de grande quantidade de gado vacum, pois, ser dono de algumas centenas dessas cabeças de gado significava ser quase sempre proprietário de muitas terras. Podemos verificar na Tabela 16 que a década de 1860 concentrou o maior percentual desses bens entre todos os anos, sofrendo uma queda significativa na década seguinte, tendo, lentamente, uma recuperação nos anos 1880 a 1888.

Em seu estudo sobre a Bahia colonial, Maria José Mascarenhas infere “que a riqueza do ponto de vista mercantil e pecuniário estava muito mais presente no gado do que na terra. Esse bem tinha fundamentalmente o valor do *status*, do prestígio e da honra”<sup>329</sup>. Como podemos ver, os passos percorridos pela economia durante a colônia e que adentrou o século XIX, ainda escravista, mudou muito pouco.

Na década de 1870 a atividade que mais movimentou a riqueza dos inventariados foi o investimento em ativos, correspondendo a 33,9% do total de valor das fortunas. Os ativos estavam concentrados nas mãos de poucos, como o coronel Joaquim Pedreira de Cerqueira e, somente o valor desses seus bens correspondeu a 17,6% da riqueza somada de todos os inventariados dessa década. A década anterior, ou seja, a de 1860 apresentou a menor participação de ativos, apenas 5,6%. Consequentemente houve um crescimento das dívidas passivas nesse período. Elas foram responsáveis pelo comprometimento das fortunas totais dessa década, num percentual de 12,3%. Exceto nessa, em todas as outras décadas as dívidas passivas foram menores que os bens ativos.

Após essa análise, vejamos, através da Tabela 17, a composição total, em valor e em percentual, dos bens dos inventariados.

**TABELA 17**  
**RELAÇÃO ENTRE O VALOR TOTAL DE CADA BEM E O**  
**TOTAL DAS FORTUNAS (1850-1888)**

| BENS                 | VALOR<br>(em contos de réis) | FREQÜÊNCIA<br>RELATIVA (%) |
|----------------------|------------------------------|----------------------------|
| 1 Bens de raiz       | 1.280:089\$123               | 20,5                       |
| 2 Escravos           | 1.333:405\$000               | 21,3                       |
| 3 Gados              | 854:610\$920                 | 13,7                       |
| 4 Produtos agrícolas | 43:778\$105                  | 0,7                        |

<sup>328</sup> Idem, p. 148.

<sup>329</sup> Idem, p. 132.

| BENS                          | VALOR<br>(em contos de réis) | FREQÜÊNCIA<br>RELATIVA (%) |
|-------------------------------|------------------------------|----------------------------|
| 5 Benfeitorias e equipamentos | 218:916\$415                 | 3,5                        |
| 6 Estoques de comércio        | 97:182\$931                  | 1,5                        |
| 7 Dinheiro líquido            | 634:805\$906                 | 10,2                       |
| 8 Ativos                      | 1.365:476\$733               | 21,8                       |
| 9 Móveis                      | 31:666\$330                  | 0,5                        |
| 10 Objetos de uso pessoal     | 25:403\$178                  | 0,4                        |
| 11 Outros                     | 368:043\$846                 | 5,9                        |
| <b>SUBTOTAL</b>               | <b>6.253:378\$487</b>        | <b>100</b>                 |
| Passivos                      | (438:588\$558)               | 7,0                        |
| <b>TOTAL LÍQUIDO</b>          | <b>5.814:789\$929</b>        |                            |

Fonte: APEB. Seção Judiciário. Série Inventários; BSMG. Seção Manuscritos.

Dessa forma, a soma de todas as fortunas resultou no valor bruto de 6.253:378\$487 réis, ressaltando que 20,5% desse total representou a fortuna de um único inventariado, o coronel Joaquim Pedreira de Cerqueira. Para efeito de comparação e análise a esse respeito, tomemos como exemplo dois grupos extremos: o primeiro, formado pelos 64 inventariados integrantes da faixa das pequenas fortunas, e o segundo, correspondente aos quatro mais ricos, que fizeram parte das faixas grandes médias e muito grandes. A soma das 64 fortunas do primeiro grupo foi de 182:492\$810 réis, que correspondeu a 2,9% do total geral das fortunas. Já os quatro mais ricos, cuja soma das fortunas resultou em 2.263:358\$423 réis, foram responsáveis por concentrar 36,2% da riqueza de todos os inventariados.

Portanto, a partir do resultado desses índices díspares, podemos afirmar que houve uma grande concentração de riqueza e desigualdade na conseqüente distribuição dessa riqueza entre os inventariados.

Percebemos ainda que, em termos gerais, o grosso das fortunas esteve assentado principalmente nos ativos (21,8%), na posse de escravos (21,3%) e na propriedade imobiliária (20,5%), sendo que a diferença do percentual de participação no valor total das fortunas foi mínima, variando em menos de um por cento de um para outro.

A quarta posição na concentração de investimentos foi ocupada pelos gados (13,7%), com uma distância significativa em relação aos três primeiros. O dinheiro líquido representou o quinto lugar, ficando os demais bens representados por percentuais mais modestos: adiantamentos a herdeiros (5,9%), benfeitorias e equipamentos (3,5%), estoques de comércio (1,5%), produtos agrícolas (0,7%), móveis (0,5%) e, por fim, os objetos de uso pessoal (0,4%). As dívidas passivas representaram 7% do valor total das fortunas, demonstrando, assim, um grau de endividamento pequeno entre os feirenses.

Essa análise dos dados dos inventários mostra a existência de uma pequena elite que acumulou e concentrou riqueza e poder em Feira de Santana. Vale lembrar que estamos tratando de duas sociedades que não se distinguiam completamente: uma, rural, e outra, rural urbanizada. A primeira era composta pela grande maioria dos inventariados, moradores do campo, que extraíam a sua maior fonte de renda da agropecuária, dos engenhos de açúcar e de cachaça, sendo que alguns diversificavam essas atividades intercalando com o empréstimo a juros. A segunda era formada pelos que fizeram o caminho do campo em direção às áreas urbanizadas que, em nosso caso, a maior representante foi a Vila, e posterior Cidade de Feira de Santana. Essa sociedade era formada por fazendeiros, alguns comerciantes naturais de centros maiores, como Salvador, que apostavam na prosperidade que a vila/cidade prometia, e mesmo de centros menores, como outras vilas do sertão mais distante.

Outro ponto que vale destacar, é que embora existissem outras produções que movimentavam a economia local, como a do fumo, algodão, mandioca e açúcar, foi o comércio do gado que propiciou a formação de uma elite econômica de fazendeiros. Seguindo o conceito de *Mills*, entendemos por elite um grupo que possui o máximo que se pode ter: dinheiro, poder e prestígio<sup>330</sup>. Os grandes fazendeiros de Feira de Santana reuniam estes três atributos na medida em que ascendiam social e financeiramente, geralmente comprando títulos, como os de capitão, tenente-coronel e coronel da Guarda Nacional, para que lhes conferissem reconhecimento de poder e prestígio. Alguns que já possuíam essas patentes receberam comendas concedidas pelo Imperador, tornando o seu prestígio ainda maior. Entre esses últimos encontramos, além do coronel Joaquim Pedreira de Cerqueira, já citado anteriormente, Felipe Pedreira de Cerqueira, seu primo, e o tenente-coronel José Ferreira da Silva Júnior (irmão do capitão Manoel Ferreira da Silva), que receberam medalhas no grau de Oficiais da Ordem de São Bento de Avis<sup>331</sup>. Com a Ordem da Rosa, no grau de Comendadores, foram condecorados o capitão Leonardo José Pereira Borges<sup>332</sup>, tenente-coronel Manoel Joaquim Pedreira Sampaio e o doutor Sinfrônio Olímpio Bacelar. Também receberam medalhas, no grau de Cavalheiros da Casa Imperial, doutor Gil e seu irmão Francolino Pedreira de Cerqueira<sup>333</sup>, filhos do coronel Joaquim Pedreira.

---

<sup>330</sup> MILLS, Charles Wright. *A elite do poder*. 2. ed. (1. ed. 1956). Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 17.

<sup>331</sup> Durante a Colônia, essa Ordem e mais as de Cristo e a de Santiago, formavam as três ordens militares mais importantes, cujas comendas eram as mais disputadas, por serem mais rentáveis que os hábitos. Em 1620, por exemplo, a comenda da Ordem de Avis proporcionava um rendimento anual de 28:000\$000 réis ao seu detentor. SILVA, Maria Beatriz N. da. *Ser nobre na Colônia*. São Paulo: UNESP, 2005, p. 99.

<sup>332</sup> Filho de dona Bernardina Borges de Meirelles, cujo inventário por diversas vezes citamos neste trabalho.

<sup>333</sup> FILHO, Godofredo, op. cit., p. 17.

Nas terras sertanejas, embora houvesse cidadãos com fortunas suficientes para comprarem ou serem agraciados com títulos de nobreza, o máximo que alcançavam, além dessas condecorações, eram as patentes de coronel e de tenente-coronel da Guarda Nacional que, normalmente, “eram as mais altas que os fazendeiros e criadores de gado poderiam atingir”. Embora essas medalhas e patentes conferissem *status* e poder, o fazendeiro era, antes, “não só o chefe, mas, também, um juiz e protetor dos moradores da fazenda”. Era ele quem arbitrava as disputas que muitas vezes apareciam entre os seus partidários, ou as desavenças entre os empregados e, sentindo-se o representante da justiça, ainda impunha castigos ou punições àqueles que violassem os preceitos sociais vigentes<sup>334</sup>. Enfim, o pequeno grupo de grandes fazendeiros de Feira de Santana detinha os requisitos que uma elite sócio-econômica deveria ter: dinheiro, poder e prestígio.

---

<sup>334</sup> POPPINO, op. cit., p. 85.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O povoamento da região de Feira de Santana se deu através da ocupação de suas terras pelas fazendas de gado, instaladas desde o século XVII. Nessas terras, a pecuária se tornou a atividade econômica mais importante, sendo a grande responsável pelo surgimento e movimentação de seu comércio, bem como na formação da riqueza de seus moradores.

À fixação da pecuária seguiu-se a exploração das terras pela agricultura de gêneros voltados principalmente para o comércio de exportação e também para o autoconsumo, cujas produções representaram importantes fontes de receita para o município.

Ainda que a pecuária necessitasse de mão-de-obra escrava em quantidade muito pequena em relação ao trabalho da lavoura em geral, a presença dessas atividades justificou a necessidade e posterior ampliação da exploração dessa mão-de-obra, base do trabalho nas fazendas e nas áreas urbanas da região.

A diversificação das atividades e das ocupações dos escravos das fazendas levou à especialização de alguns serviços que não ficaram restritos apenas ao trato com a terra, revelando ocupações peculiares no meio rural, como os oficiais mecânicos e os oficiais de serviços, geralmente mais comuns no meio urbano.

Embora a criação e comercialização do gado tenham sido responsáveis pela formação das fortunas dos fazendeiros de Feira de Santana, em momento algum houve predomínio absoluto do gado sobre os outros bens, no que se refere ao índice de participação por faixas das fortunas. Nestas, os bens de raiz foram responsáveis pelo maior índice de participação nas fortunas médias e grandes baixas. Os escravos corresponderam aos maiores percentuais de bens entre os componentes das fortunas pequenas, médias baixas e médias altas. E, finalmente, os totais dos bens ativos equivaleram à maior parte das fortunas dos componentes das faixas grandes médias e muito grandes.

A soma dos bens dos inventariados revelou que a riqueza concentrou-se principalmente nas mãos dos agiotas, seguida daqueles que concentraram-na em escravos e em bens de raiz.

A fortuna dos inventariados que foram declarados como senhores de engenho, revelou ainda um acentuado nível de endividamento, em oposição àqueles que tinham no gado o grosso das suas fortunas, demonstrando que o investimento nesse bem resultava em alto grau de liquidez.

Constatamos na comarca de Feira de Santana uma elevada concentração de riqueza, onde 10% dos inventariados foram responsáveis pela concentração de 63% da riqueza de todos os outros, revelando o acentuado grau de desigualdade sócio-econômica da região. Os detentores dessas fortunas eram investidores em ativos e, principalmente, fazendeiros de gado, embora houvesse senhores de engenho, comerciantes, proprietários de terras e escravos, onde alguns reuniam várias dessas atividades ao mesmo tempo.



## FONTES

### FONTES IMPRESSAS

AGUIAR, Durval Vieira de. *Descrições práticas da Província da Bahia*. 2. ed. (1. ed. 1888). Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1979.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 2 ed. (1. ed. 1711). São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1976.

CALDAS, José Antônio. *Notícia geral de toda esta capitania desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759*. Salvador: Beneditina, 1951.

FERREIRA, Manoel Jesuíno. *A Província da Bahia: apontamentos*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1873.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. São Paulo: C. E. Nacional, 1942.

MAXIMILIANO, Príncipe de Wied-Neuwied. *Viagem ao Brasil*. São Paulo: C. E. Nacional, 1940.

PEDRO II. *Diário da Viagem ao Norte do Brasil em 1859*. Salvador: L. Progresso, 1959.

SPIX, John & MARTIUS, Carl Friedrich Phillipp von. *Viagem pelo Brasil 1817-1820*. (1. ed. em alemão, 1823). v. 2. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

TSCHUDI, Johann Jakob von. *Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

VIANNA, Francisco Vicente. *Memórias sobre o Estado da Bahia*. Bahia: Diário da Bahia, 1893.

VILHENA, Luiz dos Santos. *Recopilação de notícias soteropolitanas e brasílicas*. Livro 1. (1. ed. 1802). Bahia [Salvador]: I. O. do Estado, 1921.

### FONTES MANUSCRITAS

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA – APEB. Seção Colonial/Provincial. Série Polícia. Maço 5684. Relação do nº de Fogos e moradores do Distrito da Freguesia de São José das Itaporocas do termo da Vila de Feira de Santana.

Seção Colonial/Provincial. Série Câmaras. Maços 1311 e 1312.

## Seção Judiciário. Série Inventários. Autos:

- 1/203/360/2 – Albina Maria de Oliveira (1865-1867)  
 1/219/396/6 – Ana Clara Pedreira Machado (1875-1876)  
 3/238/440/4 – Ana das Virgens de Santana (1870-1876)  
 1/227/414/7 – Ana Francisca da Silva (1857)  
 1/239/445/13 – Ana Francisca de Freitas (1873-1874)  
 1/227/414/3 – Ana Francisca de Jesus (1858-1859)  
 1/191/333/4 – Ana Francisca de Oliveira Rios (1863-1879)  
 1/215/389/8 – Ana Isabel Prescilina Carneiro (1862-1879)  
 1/204/361/3 – Ana Joaquina Barbosa (1858-1860)  
 1/207/370/7 – Ana Joaquina do Coração de Jesus (1870)  
 1/211/379/4 – Ana Maria de Jesus (1877-1890)  
 1/206/368/4 – Ana Maria do Livramento (1872-1874)  
 1/186/321/8 – Ana Rosa Freire de Lima Carneiro (1884-1885)  
 1/222/403/1 – Ana Simplícia de Santa Catarina de Jesus Carneiro (1872-1877)  
 1/240/446/1 – Ângelo Moreira da Silva Bastos (1877-1878)  
 1/233/430/9 – Antônia Francisca de Moraes e s.m. (1869)  
 1/179/309/3 – Antônia Maria da Cunha (1866-1872)  
 1/198/348/3 – Antônia Maria de Oliveira (1851-1852)  
 1/219/397/5 – Antônio Brandão Marinho e s.m. (1866-1872)  
 1/212/381/1 – Antônio de Oliveira Lopes (1884)  
 1/210/375/1 – Antônio de Souza Estrella (1882-1887)  
 1/184/317/9 – Antônio Evaristo Bacelar (1877-1893)  
 1/217/393/1 – Antônio Félix de Souza Estrela (1836)  
 1/239/444/1 – Antônio Ferreira da Silva (1867)  
 1/207/370/5 – Antônio Gomes dos Santos e s.m. (1874-1876)  
 1/241/450/3 – Antônio Higino Ferreira da Silva (1873-1889)  
 1/186/321/5 – Antônio Joaquim da Silva (1882-1883)  
 1/241/451/6 – Antônio Joaquim de Lima (1883)  
 1/193/338/4 – Antônio José Pinto de Sousa (1860)  
 1/245/460/3 – Antônio Manoel de Jesus Lima (1870-1873)  
 1/181/313/5 – Antônio Manoel Moreira (1872-1875)  
 3/233/429/4 – Antônio Pedreira de Cerqueira (1866-1883)  
 1/193/337/4 – Antônio Pereira Suzarte (1875-1883)  
 1/237/438/3 – Antônio Tavares da Silva Carneiro (1877-1890)  
 1/195/341/2 – Antônio Teodoro da Silva e s.m. (1874-1877)  
 1/194/339/9 – Antônio Vitorino dos Santos (1876-1885)  
 1/227/414/2 – Belmiro Ferreira da Silva Machado (1858-1865)  
 1/192/336/4 – Benta Maria de Jesus (1855-1856)  
 1/240/448/5 – Benvinda de Oliveira Rios (1871)  
 8/3421/5 – Bernardina Borges de Meirelles (1877-1879)  
 1/185/319/4 – Clara Maria de Cerqueira Rego (1879-1883)  
 1/219/396/1 – Clemente Pereira Barbosa (1879)  
 1/220/398/8 – Cornélio Pinto Rodrigues de Freitas (1879-1883)  
 1/207/370/9 – David de Figueiredo Mascarenhas (1887-1888)  
 1/215/388/3 – Deoclécio Barbosa de Souza (1872-1892)  
 1/238/440/8 – Elvira Bastos de Oliveira Borja (1882)  
 1/247/467/5 – Felipe das Mercês Paim (1862)

- 1/182/315/7 – Felipe Pedreira de Cerqueira (1874-1880)  
 1/204/361/9 – Firmino Ribeiro Nunes (1885-1890)  
 1/177/305/7 – Francisca Carolina Fernandes Barbosa (1867-1872)  
 1/176/302/5 – Francisca das Chagas do Coração de Maria (1855-1856)  
 1/197/347/5 – Francisca Marcelina de Oliveira (1861-1865)  
 1/182/315/5 – Francisca Maria da Silva (1874)  
 1/245/461/3 – Francisca Maria de Jesus (1858-1862)  
 1/203/360/9 – Francisco Amâncio de Lima (1886-1891)  
 1/223/406/2 – Francisco Antônio Pereira Leal e s.m. (1863-1879)  
 1/247/467/15 – Francisco de Lima Freire (1857)  
 1/308/589/10 – Francisco Ferreira da Silva (1876-1877)  
 1/198/348/8 – Francisco Ferreira da Silva Carneiro (1858-1867)  
 1/246/463/10 – Francisco Gonçalves Pedreira França (1851)  
 1/211/378/8 – Francisco José da Silva (1863)  
 1/202/358/3 – Francisco Matias Rios e s.m. (1861-1875)  
 1/210/375/3 – Gabriel Pio de Amorim (1882)  
 1/230/423/1 – Guilhermina Marcelina Carneiro (1860)  
 1/212/382/7 – Helena Francisca Pereira de Lima (1850)  
 1/188/326/1 – Helena Genebra de Santa Quitéria (1852-1854)  
 1/201/355/14 – Hermenegilda Maria de Oliveira (1875-1891)  
 1/182/314/7 – Hermógenes Moreira de Freitas (1873-1874)  
 1/210/376/3 – Inácia Maria de Jesus (1880-1884)  
 1/224/410/3 – Inocência Afonso do Rego (1859-1875)  
 1/215/389/7 – Inocência José de Oliveira e s.m. (1861-1873)  
 1/242/454/3 – Jerônima Maria de Jesus (1856-1858)  
 1/211/378/9 – Jesuína Carneiro da Silva (1863-1864)  
 1/181/312/7 – Jesuíno Pinto de Meirelles (1871-1874)  
 1/242/452/4 – Joana Francisca de Jesus (1858-1862)  
 1/231/425/6 – Joana Maria de Jesus (1864-1867)  
 1/219/397/4 – Joana Maria de Lima e s.m. (1865-1873)  
 1/223/404/1 – João Barbosa da Silva (1880-1891)  
 1/206/368/2 – João Carneiro da Silva (1872)  
 1/179/309/2 – João Carneiro de Miranda Brandão (1866-1872)  
 1/228/417/3 – João da Cunha e Araújo (1874-1875)  
 1/239/444/7 – João de Lima Freire (1866)  
 1/203/359/4 – João de Oliveira Santos (1867-1878)  
 1/212/381/7 – João Ferreira da Silva (1854-1859)  
 8/3421/1 – João Justiniano Ferreira Bastos (1863-1878)  
 1/231/426/3 – João Manoel Brandão (1860-1875)  
 1/179/308/6 – João Martins Rios e s.m. (1865-1872)  
 1/194/340/1 – João Nepomuceno Carneiro (1858-1872)  
 1/234/432/3 – João Pereira dos Reis Lima (1878-1883)  
 1/241/451/3 – João Silvério Barbosa (1856)  
 1/239/445/7 – Joaquim Alves de Carvalho (1868)  
 1/183/316/8 – Joaquim Alves Godinho (1876-1909)  
 1/206/367/5 – Joaquim Batista Pedreira (1867)  
 1/213/384/6 – Joaquim Carneiro da Silva (1868-1872)  
 1/228/417/10 – Joaquim de Oliveira e Silva (1870)  
 1/178/307/3 – Joaquim Ferreira da Silva (1863-1864)  
 1/223/404/3 – Joaquim Ferreira de Oliveira Bahia (1886-1898)

- 1/202/358/1 – Joaquim José de Figueiredo Mascarenhas e s.m. (1853-1859)  
1/206/366/1 – Joaquim José de Oliveira Santos (1851)  
1/229/419/3 – Joaquim José Moreira (1873-1875)  
1/235/434/4 – Joaquim José Pedreira Mangabeira (1880-1890)  
1/206/366/2 – Joaquim Manoel da Silva e s.m. (1862)  
1/221/401/2 – Joaquim Pedreira de Cerqueira (1873-1876)  
1/206/366/4 – Joaquina Maria da Conceição (1867)  
1/308/589/1 – Joaquina Maria de Freitas (1871-1872)  
1/209/374/10 – José Alexandre Barbosa e s.m. (1883-1890)  
1/219/396/8 – José Antônio Moreira (1864-1874)  
1/207/369/10 – José Aratagy Pedreira Lobo (1863-1864)  
1/219/397/7 – José Brás da Silva (1867)  
1/203/359/3 – José Carlos de Lima (1861-1872)  
1/240/447/3 – José Carneiro da Silva Rego (1850)  
1/247/467/3 – José Cesáreo do Nascimento Barbosa (1872-1873)  
1/201/355/12 – José Cordeiro de Medeiros (1870)  
1/197/347/10 – José Cravino Carneiro (1863)  
1/197/346/2 – José da Purificação Menezes (1877-1881)  
1/185/320/6 – José de Araújo de Souza (1881-1882)  
1/196/343/9 – José Ferreira da Silva (1859-1861)  
1/179/309/6 – José Ferreira da Silva (1867)  
1/190/331/7 – José Joaquim de Almeida (1871-1872)  
1/246/462/1 – José Manoel de Lima (1851)  
1/186/322/1 – José Pedro Ribeiro de Oliveira (1884-1890)  
1/237/438/5 – José Ribeiro Lima (1885-1887)  
1/189A/330/4 – José Sabino de São Boaventura (1858-1877)  
1/192/336/5 – José Vitorino de Oliveira (1854/1878)  
1/209/374/16 – José Zacarias das Mercês (1881-1891)  
1/244/458/3 – Justino Pinto de Souza e s.m. (1851/1852)  
1/194/340/4 – Leonarda Hermenegilda de Oliveira (1880)  
1/323/620/13 – Lúcio Alves de São Boaventura (1884-1890)  
1/204/362/4 – Luís José da Silva Carneiro (1874-1876)  
1/204/362/3 – Luísa Adelaide Constança Carneiro (1873-1876)  
1/233/429/1 – Luísa do Coração de Jesus (1864-1868)  
1/247/467/7 – Manoel Alves de São Boaventura Couto (1871)  
1/178/307/10 – Manoel Alves Franco (1864-1876)  
1/179/309/8 – Manoel Alves Rodrigues (1867-1873)  
1/219/397/6 – Manoel Antônio Bastos (1866-1883)  
1/242/452/6 – Manoel Barbosa da Silva (1880-1892)  
1/210/376/5 – Manoel Barbosa de Souza (1881-1890)  
1/180/311/5 – Manoel Brandão Marinho (1870-1872)  
1/215/389/6 – Manoel Carneiro de Araújo (1863-1876)  
4/1471/1940/8 – Manoel da Paixão Bacelar Castro (1855-1862)  
1/323/620/1 – Manoel do Nascimento Barbosa (1858)  
1/185/320/5 – Manoel Félix Moreira Daltro (1881-1882)  
1/186/322/6 – Manoel Ferreira da Silva (1886-1894)  
1/215/389/4 – Manoel Ferreira de Almeida (1860-1861)  
1/238/440/10 – Manoel Francisco de São Boaventura (1887-1888)  
1/207/369/6 – Manoel Gonçalves da Costa (1850)  
1/222/403/3 – Manoel Gonçalves Pereira Mascarenhas (1876)

- 1/207/369/8 – Manoel Joaquim Pedreira Sampaio (1862-1868)  
1/209/374/3 – Manoel José Caetano e s.m. (1880)  
1/177/304/5 – Manoel José de Freitas (1859-1867)  
1/205/365/4 – Manoel José de Melo (1886-1899)  
1/178/306/5 – Manoel José Dias e s.m. (1861-1873)  
1/242/454/4 – Manoel José dos Santos (1868-1876)  
1/226/413/8 – Manoel José Moreira (1876)  
1/230/423/3 – Manoel Lopes de Oliveira (1861)  
1/239/444/6 – Manoel Moreira Bastos e s.m. (1861)  
1/240/446/9 – Manoel Pereira Lima (1860)  
1/198/307/9 – Manoel Pereira Lima (1864-1872)  
1/223/405/5 – Manoel Pereira Lima e s.m. (1867-1871)  
1/219/396/10 – Manoel Ribeiro Nunes (1874)  
1/191/333/7 – Manoel Sabino Lima (1882)  
1/176/303/4 – Manoel Tomaz Pedreira (1856-1874)  
1/189A/330/1 – Manoel Vieira de Santana (1858-1859)  
1/208/371/7 – Maria Alves do Nascimento Ribeiro (1878)  
1/179/308/9 – Maria Clara Pedreira de Cerqueira (1866-1867)  
1/192/336/6 – Maria Clara Rosa Vitória (1857-1860)  
1/184/318/3 – Maria da Ascensão de Jesus (1878-1879)  
1/242/453/3 – Maria da Natividade de São Boaventura (1857)  
1/226/413/11 – Maria da Piedade de Oliveira (1873)  
1/187/323/2 – Maria da Purificação de Cerqueira e Silva (1887-1888)  
1/216/391/3 – Maria Jerônima de Oliveira (1869-1874)  
1/195/341/5 – Maria Joaquina de Oliveira (1867-1878)  
1/194/339/10 – Maria Joaquina de São Boaventura (1856-1859)  
1/241/449/15 – Maria Joaquina de São Boaventura (1877-1878)  
1/237/439/11 – Maria Joaquina de São José (1887-1896)  
1/246/462/4 – Maria Senhorinha das Neves (1855-1860)  
1/246/462/2 – Mariana Pereira de Medeiros (1853-1856)  
1/240/448/1 – Matias José do Sacramento (1878)  
1/243A/456/6 – Nerina Clara Pedreira de Cerqueira (1887-1888)  
1/202/357/3 – Odório Pedreira Machado (1885-1896)  
1/240/447/7 – Pedro Francisco da Silva Lobo (1875)  
1/202/358/4 – Pedro Gomes de Vasconcelos Vilas Boas (1870-1872)  
1/186/322/2 – Praxedes Moreira da Silva Bastos (1885)  
1/240/446/15 – Rita Maria de Freitas (1886)  
1/228/417/8 – Romana Filomena de São José (1872)  
1/241/450/1 – Rosária Maria da Silva (1881-1891)  
1/179/308/5 – Sancha Maria de Oliveira (1865-1867)  
1/201/355/8 – Saturnino Nunes de Abreu (1867)  
1/192/336/3 – Serafim de Oliveira Maia Coité (1855-1856)  
5/2001/2472/6 – Sinfrônio Olímpio Bacellar (1885)  
1/246/462/3 – Teresa Avelina do Amor Divino (1854-1873)  
1/212/382/2 – Teresa Maria de Jesus (1857)  
1/240/447/10 – Teodora Constança Adelaide Carneiro (1886)  
1/182/315/3 – Venâncio José de Freitas (1873-1877)  
1/193/338/3 – Vicente Ferreira Pinto e s.m. (1860-1861)  
1/242/453/7 – Vicente Galdino Rios e s.m. (1859)  
1/240/448/4 – Vicente Moreira de Souza (1871)

1/235/434/1 – Virgínia Ribeiro Nunes (1858-1878)  
1/223/405/1 – Vítor Gonçalves da Rocha (1869-1876)

BIBLIOTECA SETORIAL MONSENHOR GALVÃO – BSMG. Seção Documentos  
Manuscritos. Autos:

M-IPA-02 – Lourenço Correia de Miranda (1870)  
Sem registo – José Batista Carneiro (1864-1872)

CATEDRAL METROPOLITANA DE SANTANA – Feira de Santana

Traslado da escritura de dote e doação das terras de Sant'Anna, 28 set. 1732.

ARQUIVO DA ARQUIDIOCESE DE FEIRA DE SANTANA

Registo Eclesiástico – Casamento (Freguesia de Santana). Livro 1848 a 1864.

## REFERÊNCIAS

AB'SABER, Aziz N. et al. *A época colonial: do descobrimento à expansão territorial*. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_. *A época colonial: administração, economia, sociedade*. 10. ed. v. 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003a.

ABREU, Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1960.

ALGRANTI, Leila Mezan. *O Feitor Ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro 1808-1822*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

ALMEIDA, Rômulo Barreto de. Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. *Planejamento*, Salvador, v. 5, n. 4, p. 19-54, out./dez. 1977.

ANDRADE, Celeste Maria P. de. *Origens do povoamento de Feira de Santana: um estudo de história colonial*. 1990. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1990.

ARAÚJO, Antonio José de. *A família de Serrinha*. Serrinha, BA: Typographia do Jornal “O Serrinhense”, 1926.

ARAÚJO, Maria Lucília V. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do Oitocentos*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2006.

ATLAS do Estado da Bahia. Salvador: Seplantec, 1978.

AZEVEDO, Thales Olímpio G. de. A economia baiana em torno de 1850. *Planejamento*, Salvador, v. 5, n. 4, p. 7-18, out./dez. 1977.

BANCO de imagens. In: CLIO História. Disponível em: <[http://www.cliohistoria.hpg.ig.com.br/bco\\_imagens/escravos/imagens.htm](http://www.cliohistoria.hpg.ig.com.br/bco_imagens/escravos/imagens.htm)>. Acesso em: 18 fev. 2007.

BANDEIRA, Luiz Alberto M. *O feudo: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BARROS, Maria Paes de. *No tempo de dantes*. 2. ed. (1. ed. 1946). São Paulo: Paz e Terra, 1998.

BITTENCOURT, Anna Ribeiro de G. *Longos serões do campo*. v. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

BOAVENTURA, Eurico Alves. *Fidalgos e vaqueiros*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989.

BOXER, Charles R. *A idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP, 1997.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo: Paz e Terra, 1962.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. 9. ed. São Paulo: Global, 2000.

CASTRO, Hebe Maria M. de. *Das cores do silêncio*. Os significados da liberdade no sudeste escravista. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DEL PRIORE, Mary & VENÂNCIO, Renato. *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

EVOLUÇÃO territorial e administrativa do Estado da Bahia. Salvador: SEI, 2001.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: PRIORE, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

FARIA, Sheila de Castro. Os barões do Brasil. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro. Ano 1, n. 2, p. 58-64, ago. 2005.

FERLINI, Vera. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

FILHO, Godofredo. *Dimensão histórica da visita do Imperador à Feira de Santana*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, nº 74, UFBA, 1976.



FRAGOSO, João Luís R. Modelos explicativos da economia escravista no Brasil. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S. (Org.). *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

\_\_\_\_\_ & FLORENTINO, Manolo. História econômica. In: CARDOSO, C. F. e VAINFAS, R. (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FREIRE, Felisbello. *História territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1906.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

GALVÃO, Monsenhor Renato de Andrade. Os povoadores da região de Feira de Santana. *Sitientibus*, Feira de Santana, v. 1, n. 1, p. 25-31, jul./dez. 1982.

GENOVESE, Eugene. *O mundo dos senhores de escravos: dois ensaios de interpretação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GÓES, J. Roberto & FLORENTINO, Manolo. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das crianças no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1985.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

IPAC – BA: *Inventário de proteção do acervo cultural da Bahia*. v. 7. Salvador: SCT; CRC – BA, 2002.

IBGE. Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica. *Tipos e aspectos do Brasil / Ilustrações de Percy Lau Barboza Leite*. 10 ed. Rio de Janeiro, 1975.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. (1. ed. 1936). São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

LARA, Sílvia H. Blowin' in the wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. In: *Projeto História*, nº 12, 1995.

LAROUSSE Cultural. *Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Nova Cultural, 1992.

LIMA, Solimar Oliveira. *Braço forte. Trabalho escravo nas Fazendas da Nação no Piauí: 1822-1871*. 2001. Tese (Doutorado) – Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2001.

LINGUAGEM médica. In: DICIONÁRIOS e termos médicos. Disponível em: <<http://usuarios.cultura.com.br/jmrezende/dicionarios.htm>>. Acesso em: 24 abr. 2007.

LINHARES, Maria Yêda L. A pecuária e a produção de alimentos na colônia. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). *História Econômica do Período Colonial*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, Edusp, 2002.

MASCARENHAS, Maria José R. *Fortunas coloniais: elite e riqueza em Salvador, 1760-1808*. 1998. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

\_\_\_\_\_. *Bahia, século XIX*. Uma Província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

\_\_\_\_\_. A opulência na Província da Bahia. In: NOVAIS, Fernando A. e ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Orgs.). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

MILLS, Charles Wright. *A elite do poder*. 2. ed. (1 ed. 1956). Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

NARDI, Jean Baptiste. *O fumo no Brasil-Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio* (um estudo de história regional e local). Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 1998.

\_\_\_\_\_. *História regional e local: fragmentação e recomposição da história da modernidade*. Feira de Santana: UEFS; Salvador: Arcádia, 2002.

\_\_\_\_\_. *Estrutura fundiária e dinâmica mercantil: Alto Sertão da Bahia, séculos XVIII e XIX*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2005.

\_\_\_\_\_. *Escravidão, Pecuária e Policultura: Alto Sertão da Bahia, século XIX*. (Relatório de Pesquisa – Inédito) Feira de Santana: UEFS, 2006.

\_\_\_\_\_ & MIGUEL, Antonieta (Orgs.). *Caminhos do sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia*. Salvador: Arcádia, 2007.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 2000.

OTT, Carlos. *Pré-história da Bahia*. Salvador: Publicações da Universidade da Bahia, n. 7, 1958.

PAES, Jurema Mascarenhas. *Tropas e tropeiros na primeira metade do século XIX no Alto Sertão baiano*. 2001. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2001.

PINHO, José Ricardo Moreno. *Escravos, quilombolas ou meeiros?* Escravidão e cultura política no Médio São Francisco (1830-1888). 2001. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2001.

POPPINO, Rollie E. *Feira de Santana*. Bahia [Salvador]: Itapuã, 1968.

PRADO Júnior, Caio. *Formação econômica do Brasil*. 31. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

\_\_\_\_\_. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. Ed. revista e ampliada. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_ & GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Liberdade por um fio*. Histórias dos quilombos no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_ & SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

RIOS, Iara Nancy A. *Nossa Senhora da Conceição do Coité: poder e política no século XIX*. 2003. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2003.

SAMPAIO, Teodoro. O Tupi na Geographia Nacional. In: *Revista do Instituto Geographico e Histórico da Bahia*. v. 54. Salvador, 1928.

SANTOS Filho, Lycurgo. *Uma comunidade rural do Brasil antigo: aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: C. E. Nacional, 1956.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

SILVA, Arnold. Coluna da vida feirense. Folha do Norte, Feira de Santana, 10 abr. 1939, p. 1.

SILVA, Francisco Carlos T. da. Pecuária, agricultura de alimentos e recursos naturais no Brasil-Colônia. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). *História Econômica do Período Colonial*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, Edusp, 2002.

SILVA, Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndio*. Efeitos da lei de 1850. São Paulo: Unicamp, 1996.

SILVA, Maria Beatriz N. da. *Ser nobre na Colônia*. São Paulo: UNESP, 2005.

SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil: 1500-1820*. 4. ed. (1. ed. 1937). São Paulo: C. E. Nacional, 1962.

SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor*. Esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOUSA, Maria Aparecida S. de. *A conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia*. Vitória da Conquista, BA: UESB, 2001.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos do Golfo de Benim e a Bahia de Todos os Santos: séculos XVII a XIX*. São Paulo: Corrupio, 1987.

WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José C. M. *Formação do Brasil colonial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

## APÊNDICES

**APÊNDICE A – Proprietários rurais do termo da Vila de Feira de Santana  
com número igual ou superior a 21 escravos, em 1835**

| NOME                            | MORADA                   | OCUPAÇÃO           | QUANTIDADE |
|---------------------------------|--------------------------|--------------------|------------|
| Elena Genebra de Santa Quitéria | S. José das Itapororocas | Lavradora          | 81         |
| José Ferreira da Silva          | Bom Despacho             | Lavrador           | 71         |
| Antônio Ferreira da Silva       | Bom Despacho             | Lavrador           | 66         |
| José Francisco de S. Boaventura | Limoeiro                 | Lavrador           | 61         |
| Maximiano P. de Magalhães       | Limoeiro                 | Lavrador           | 53         |
| Francisco José da Silva         | S. José das Itapororocas | Lavrador           | 50         |
| Francisco de Lima Freire        | S. José das Itapororocas | Lavrador           | 50         |
| Antônio Félix de Souza Estrela  | S. José das Itapororocas | Lavrador           | 49         |
| Manoel Joaquim de Souza         | São Simão                | Propº de Engenho   | 48         |
| Lourenço José Cerqueira         | S. José das Itapororocas | Lavrador           | 44         |
| Manoel Ferreira da Silva        | Santa Bárbara            | Lavrador           | 40         |
| Manoel da Paixão Bacelar        | São Simão                | Propº de Engenho   | 39         |
| João Manoel de São Boaventura   | Limoeiro                 | Lavrador           | 38         |
| Manoel V. de Souza Bahiano      | Limoeiro                 | Propº de Engenho   | 35         |
| José Moreira Paim               | S. José das Itapororocas | Lavrador           | 33         |
| Antônio José Cerqueira          | S. José das Itapororocas | Lavrador           | 32         |
| Jerônimo José Cerqueira         | São Simão                | Lavrador           | 32         |
| Manoel José de Freitas          | S. José das Itapororocas | Lavrador           | 32         |
| Isabel Joaquina de Sampaio      | S. José das Itapororocas | Lavradora          | 30         |
| Antônio do Lago Freire          | S. José das Itapororocas | Lavrador           | 29         |
| Antônio José Pinto de Souza     | Limoeiro                 | Propº de Engenho   | 29         |
| José Francisco dos Santos       | Santa Bárbara            | Lavrador           | 28         |
| João Moreira Ribeiro            | Feira de Santana         | Lavrador e Criador | 26         |
| Tereza de Jesus Bessa           | Santa Bárbara            | Lavradora          | 26         |
| Manoel do Nascimento Barbosa    | Bom Despacho             | Lavrador           | 26         |
| Francisco de Oliveira Lopes     | São Simão                | Lavrador           | 24         |
| João José de Santa Bárbara      | São Simão                | Lavrador           | 23         |
| Zacarias F. da Silva e Oliveira | Bom Despacho             | Lavrador           | 23         |
| Theodozia Maria do Nascimento   | S. José das Itapororocas | Lavradora          | 22         |
| Francisca das Chagas            | S. José das Itapororocas | Lavradora          | 22         |
| [?] Luiza                       | S. José das Itapororocas | Indeterminada      | 22         |
| João Ferreira da Silva          | Santa Bárbara            | Lavrador           | 21         |
| José Antônio Freire             | São Simão                | Lavrador           | 21         |

Fonte: APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Polícia. Maço 5684.

**APÊNDICE B – Profissões da população livre do Termo da Vila de Feira de Santana em 1835**

| PROFISSÕES           | LOCALIDADES |                  |               |              |            |               |            | TOTAL       |
|----------------------|-------------|------------------|---------------|--------------|------------|---------------|------------|-------------|
|                      | São José    | Feira de Santana | Santa Bárbara | Bom Despacho | Limoeiro   | Sr. do Bonfim | São Simão  |             |
| Advogado             | --          | 2                | --            | --           | --         | --            | --         | 2           |
| Alfaiate             | 3           | 46               | 7             | 4            | 4          | 1             | 1          | 66          |
| Caixeiro             | --          | 33               | --            | --           | --         | --            | --         | 33          |
| Carpina              | 4           | 17               | 3             | 1            | 2          | 4             | 4          | 35          |
| Costureira           | --          | 2                | --            | --           | --         | --            | --         | 2           |
| Criador              | --          | 3                | --            | --           | --         | --            | --         | 3           |
| Criadora             | --          | 1                | --            | --           | --         | --            | --         | 1           |
| Doméstico/Criado     | 1           | 9                | 4             | --           | 1          | 1             | --         | 16          |
| Escrivão de Paz      | 1           | 5                | 1             | --           | --         | 2             | --         | 9           |
| Ferreiro             | 1           | 12               | 4             | --           | 2          | --            | 1          | 20          |
| Inspetor             | 1           | --               | --            | 1            | --         | --            | --         | 2           |
| Juiz de Paz          | 1           | --               | 1             | --           | --         | --            | --         | 2           |
| Juiz Municipal       | --          | 1                | --            | --           | --         | --            | --         | 1           |
| Lavrador             | 219         | 132              | 298           | 213          | 129        | 105           | 145        | 1241        |
| Lavradora            | 33          | 22               | 17            | 14           | 7          | 2             | 3          | 98          |
| Negociante           | 13          | 147              | 18            | 3            | 3          | 1             | 2          | 187         |
| Oficial de Justiça   | 1           | 14               | 1             | --           | --         | --            | --         | 16          |
| Oficial de Sapateiro | --          | 4                | --            | --           | --         | --            | --         | 4           |
| Ourives              | --          | 3                | --            | --           | --         | --            | --         | 3           |
| Pedreiro             | --          | 7                | --            | --           | --         | --            | --         | 7           |
| Pintor               | --          | 1                | --            | --           | --         | --            | --         | 1           |
| Procurador           | --          | 3                | --            | --           | --         | --            | --         | 3           |
| Prop. de Engenho     | --          | --               | --            | --           | 2          | --            | 2          | 4           |
| Rendeira             | --          | 1                | --            | --           | --         | --            | --         | 1           |
| Requerente de Causas | --          | 3                | --            | --           | --         | --            | --         | 3           |
| Sacerdote            | 2           | 4                | 1             | --           | --         | --            | --         | 7           |
| Sapateiro            | 12          | 21               | 9             | 2            | 4          | 4             | 2          | 54          |
| Seleiro              | --          | 2                | --            | --           | --         | --            | --         | 2           |
| Taberneiro           | 2           | 9                | 1             | --           | 1          | --            | --         | 13          |
| Tecedeira            | 6           | 2                | --            | --           | --         | --            | --         | 8           |
| Vaqueiro             | 14          | 1                | 3             | 9            | --         | 1             | 1          | 29          |
| <b>TOTAL GERAL</b>   | <b>322</b>  | <b>578</b>       | <b>399</b>    | <b>257</b>   | <b>176</b> | <b>123</b>    | <b>167</b> | <b>1873</b> |

Fonte: APEB. Seção Colonial/Provincial. Série Polícia. Maço 5684.

**APÊNDICE C – Cor da população do Termo da Vila de Feira de Santana em 1835**

| LOCALIDADE                                 | COR         |              |             |              |             |              | TOTAL        |
|--|-------------|--------------|-------------|--------------|-------------|--------------|--------------|
|  | Branços     | %            | Negros      | %            | Pardos      | %            |              |
| São José das Itapororocas                  | 302         | 10,8         | 1115        | 40,1         | 1366        | 49,1         | 2783         |
| Sant' Anna da Feira                        | 742         | 26,5         | 737         | 26,3         | 1320        | 47,2         | 2799         |
| Santa Bárbara                              | 313         | 10,7         | 777         | 26,7         | 1826        | 62,6         | 2916         |
| N. Sr. <sup>a</sup> . do Bom Despacho      | 159         | 8,2          | 605         | 31,2         | 1173        | 60,6         | 1937         |
| N. Sr. <sup>a</sup> . da Ajuda do Limoeiro | 316         | 20,5         | 650         | 42,0         | 580         | 37,5         | 1546         |
| Sr. do Bonfim do Calumbi                   | 303         | 21,5         | 470         | 33,3         | 637         | 45,2         | 1410         |
| São Simão                                  | 331         | 21,1         | 571         | 36,3         | 669         | 42,6         | 1571         |
| <b>TOTAL GERAL</b>                         | <b>2466</b> | <b>16,4%</b> | <b>4925</b> | <b>33,0%</b> | <b>7571</b> | <b>50,6%</b> | <b>14962</b> |

Fonte: APEB. Seção Colonial/Provincial. Série Polícia. Maço 5684.